

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA
EM FACE DA DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO
CAPITALISTA:
DA SUBORDINAÇÃO A UM NOVO MODO DE REGULAÇÃO SOCIAL?**

GILDÁSIO SANTANA JÚNIOR

**SALVADOR
2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

GILDÁSIO SANTANA JÚNIOR

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM FACE DA DINÂMICA DA
ACUMULAÇÃO CAPITALISTA:
DA SUBORDINAÇÃO A UM NOVO MODO DE REGULAÇÃO
SOCIAL?**

Tese apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do grau de Doutor em Administração.

**ORIENTADOR: Prof. Dr. Genauto
Carvalho de França Filho**

**Salvador
2007**

Escola de Administração - UFBA

S232 Santana Júnior, Gildásio
A economia solidária em face da dinâmica da acumulação capitalista:
da subordinação a um novo modo de regulação social? / Gildásio Santana
Júnior. - 2007.
255 p.

Orientador: Profº. Drº. Genauto Carvalho de França Filho.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Escola de
Administração, 2007.

1. Economia solidária. 2. Capitalismo. I. Universidade Federal da
Bahia. Escola de Administração. II. França Filho, Genauto Carvalho de.
III. Título.

306.334
CDD 21. ed.

GILDÁSIO SANTANA JÚNIOR

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM FACE DA DINÂMICA DA
ACUMULAÇÃO CAPITALISTA:
DA SUBORDINAÇÃO A UM NOVO MODO DE REGULAÇÃO
SOCIAL?**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Administração, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte Banca Examinadora:

APROVADA EM 12 de novembro de 2007

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jean-Louis Laville
LSCI – Centre National de la Recherche Scientifique - França

Profa. Dra. Maria de Lourdes Siqueira
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof. Dr. Luiz Inácio Gaiger
Universidade Vale do Sinos - UNISINOS

Prof. Dr. Antônio David Cattani
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dr. Genauto Carvalho França Filho (Orientador)
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Para olhos que brilham e para aquele que
traz alegria

Para os rebentos que chegaram no período de elaboração desta tese que com seus sorrisos, birras e alegrias nos convidam a lutar por um amanhã mais igualitário: Pedro Augusto, Carlinhos, Arthur, Pedro, Lis, Marquinhos, Maíra, Lara, Sofia, Bárbara, Jorge, Ana Clara, João Gabriel, Rafael, Caio, Catharine, Lucas, Thales, Luisa, Joseane, Lucas Moreira, Juninho e Kayodê

[...] o velho cooperativismo era uma utopia em busca de sua prática e o novo cooperativismo, uma prática em busca de sua utopia Henri de Roche (apud Tauile, 2001).

AGRADECIMENTOS

Final de doutorado, um longo percurso no qual só consegui superar os obstáculos graças à ajuda de parentes e amigos. Torno públicas minha gratidão e confissão de que, caso não acontecesse essa colaboração, certamente não estaria apresentando esta tese.

Começo por meus familiares, que durante o curso contribuíram de diversas maneiras. Ressalto o papel de Mamãe, Tia Dejinha, Dona Lourdinha e Tatá.

Durante o doutorado conciliar local de trabalho em Vitória da Conquista, estudo em Salvador e residência por dois anos em Campinas (SP) pareceu, em certos momentos, impossível. Decisivo foi o papel dos colegas da UESB, Wesley, Andréa, Marcos e Moisés que em muitos momentos me pouparam de certas tarefas e viabilizaram diversos préstimos. Outros amigos também nas horas da precisão me acalmaram e, por diversas vezes, estavam ao meu lado vencendo os desafios que por ora se apresentavam. Neste campo os riscos de omissão são por demais presentes, mesmo assim não poderia deixar de mencionar Emília, Marcos, Coelho, Antônia, Célia, Rogério, Íris, Márcio e Núbia.

Dos colegas de turma destaco Kel, Sandro, Romilson. O pessoal de Campinas: Nelito, Isabel, Dona Vera, Sônia, Selma, Everilda, Pami, Séo Lobo, Marisa e Emerson foram figuras por demais importantes que transformaram terra distante em algo muito próximo do meu canto.

Agradeço aos professores do NPGA, especialmente ao professor Genauto Carvalho de França Filho que além de orientador tornou-se um amigo. A Darcy, Anaélia e Débora pela presteza.

À equipe da Cáritas Regional II, em especial José Carlos e Cláudio Dourado, pela disponibilidade e colaboração na pesquisa de campo. Também agradeço aos sócio-participantes dos empreendimentos econômicos solidários visitados que prontamente e com alegria me apresentaram suas experiências e disponibilizaram

suas casas. Em Banzaê Maria José, Valdenice, Maria Amélia e Dona Antônia; em Lajinha Neto, Careca e Dona Belinha e em Aracatu Dona Iraci.

Aos trabalhadores em geral, por sustentar o programa de Bolsas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, sem a qual não seria possível a realização dessa tese e sonho. Agradeço também a Fainor pela ajuda de custo concedida.

Em especial agradeço a Kayodê, por sua paciência e pelo tempo que a tese subtraiu minha presença de nossas brincadeiras e convívio e pelo seu jeito sempre leve e solto. Por fim agradeço a Tina que com seus olhos que brilham doou-me sua paz e alegria e, mais do que enxugar lágrimas, abrir caminhos e avenidas, se faz *“lousa para que eu possa ser giz”*.

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa que investigou a relação entre empreendimentos econômicos solidários (EES), desenvolvidos no Brasil, e o processo de acumulação capitalista. A investigação foi orientada a partir de dois pressupostos: a economia solidária foi considerada como uma forma social de produção não-capitalista e a compreensão de que a relação dos EES com a acumulação capitalista não se dá sempre e necessariamente do mesmo modo. Os questionamentos são conduzidos teoricamente a partir da perspectiva de economia plural de Polanyi e da crítica social fundada em Marx. As categorias de análises selecionadas são: a origem dos insumos, a propriedade dos equipamentos, a comercialização e o exercício da cidadania por parte dos EES. Os dados foram coletados através de levantamento bibliográfico, do mapeamento da SENAES/FBES (2006), entrevistas, questionário, pesquisa documental e observação sistemática em dois empreendimentos para acompanhar as rotinas operacionais. A base empírica da pesquisa é formada pelos 14.954 empreendimentos identificados no mapeamento. Após a análise foi constatado que a economia solidária (ES) consegue inserir-se no debate sobre formas de desenvolvimento, deixando para trás o “campo” das políticas de emprego. O elevado patamar de auto-organização da ES transforma-a em um movimento social de tipo novo, por realizar a convergência entre o velho e o novo movimento social. No tocante à acumulação capitalista duas relações foram verificadas: 1) subordinação, pois a maioria dos EES estabelece uma relação de dependência com o mercado capitalista; 2) vocação para um novo tipo de regulação que prioriza a ação pública nos territórios, mobilizando atores institucionais diversos na busca de soluções para problemas públicos concretos, a partir de formas plurais de produzir e distribuir riquezas. O que mais se destaca neste item é a contraposição ideológica. Assim, a despeito de ser ainda sofrível a sustentabilidade dos empreendimentos e de eles estarem submetidos aos processos de subordinação e funcionalização, a cada dia, em cada canto desse país, valores e práticas distintas do assalariamento são afirmados. São passos concretos na estruturação de um outro campo da economia.

PALAVRAS-CHAVE

Economia Solidária – Acumulação Capitalista – Subordinação – Regulação Social

ABSTRACT

This work presents the results of a study that investigated the relationship between some Brazilian experiences of solidary economic enterprises (SEE) and the capitalist accumulation. The research was guided from two assumptions: the solidary economy was accepted as a non-capitalistic form of production and the understanding that the relationships between of ESS and capitalist accumulation have not necessarily the same forms or configuration. Our questions were theoretically conducted from the perspective of Plural Economics, by Karl Pollanyi, and social criticism based on Karl Marx's analyses of capitalism. The analytical categories we selected were: origin of the origin of inputs, the ownership of equipment, marketing and the exercise of citizenship on the part of ESS. The data were collected through bibliographic issues, results of SENAЕ/FBES's mapping (2006), interviews, survey, qualitative data analysis and systematic observing of operative routines. The empirical basis of the research is formed by the 14.954 enterprises which were identified by SENAЕ/FBES's mapping. The analysis let us to conclude that solidary economy participates of developing debates by overtaking employ's politics. The high stage of self-organizing of solidary economy made of it a social movement of a new type, for the convergence it provides between new and old social movements. Concerning capitalist accumulation two relationships are made evident: 1) subordination, as the majority of SEE still have strong dependence links with the capitalist marketing; 2) inclination to a new social regulation that works from plural ways to produce and distribute wealth by emphasizing local public actions and by mobilizing different institutional actors for searching concrete solutions to public problems. What appears as very relevant in this point is the ideological opposition. Regardless both the modesty or results of enterprises sustainability and the fact that they still are not free from the risks of the subordination's process we can note that values and practices diverse from salaried work are affirmed every day in several places of Brazil.

KEYWORDS

Solidary Economic – Capitalist Accumulation – Subordination – Social Regulation

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| LISTA DE QUADROS | 04 |
| LISTA DE TABELAS | 05 |
| LISTA DE GRÁFICOS | 06 |
| LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS | 07 |
| | |
| INTRODUÇÃO | 09 |
| 1.1 Procedimentos Metodológicos | 26 |
| 1.2 Economia como objeto investigativo das ciências sociais | 28 |
| | |
| CAPÍTULO I - A ECONOMIA SOLIDÁRIA NOS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO | 36 |
| 1 Contextualização maior: ou um pouco de história da transição do feudalismo para o capitalismo | 37 |
| 1.1 Os trabalhadores vão à luta | 42 |
| 1.2 A experiência cooperativa | 44 |
| 1.3 O associacionismo francês | 48 |
| 1.4 Economia com solidariedade e socialismo utópico | 53 |
| 1.5 A Economia social comandada pelo Estado | 57 |
| 1.6 O ressurgimento da economia solidária na Europa | 61 |
| 1.7 As práticas da Economia Solidária na Europa na atualidade | 64 |
| 2 Economia Solidária nos Trópicos | 69 |
| 2.1 A sociabilidade da América pré-colombiana: hierarquia, ausência de propriedade e trabalho comunitário cerimonial | 70 |
| 2.2 Da colonização à industrialização: subalternidade e dependência | 72 |
| 2.3 Economia dos setores populares na América Latina | 80 |
| 2.4 Economia Solidária na contemporaneidade na América Latina | 85 |
| | |
| CAPÍTULO II - A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA | 88 |
| 1 Gênese da Economia Solidária no Brasil | 89 |
| 1.1 Atividades incentivadas pela Igreja | 90 |

| | |
|---|-----|
| 1.2 As experiências de produção (autogestão) | 98 |
| 1.3 A participação das Universidades | 104 |
| 1.4 A participação sindical | 105 |
| 1.5 Outras iniciativas: movimento popular, iniciativa da sociedade civil e ações de prefeituras | 107 |
| 2 O quadro atual da economia solidária brasileira | 108 |
| 3. A realidade baiana | 122 |
| 3.1 Associação Sementes da Esperança – Queimada Grande/Banzaê | 123 |
| 3.2 Associação dos Pequenos Agricultores de Lajinha – Várzea do Poço | 126 |
| 4. Perspectivas para a economia solidária no Brasil | 128 |
| CAPÍTULO III - ECONOMIA SOLIDÁRIA, AUTO-CONSUMO E PRODUÇÃO SIMPLES DE MERCADORIAS | 131 |
| 1. O capitalismo e sua relação com as formas de produção não-capitalistas | 131 |
| 1.1 Formas de produção não-capitalistas | 135 |
| 1.2 Industrialização e formas de produção não-capitalista: a experiência brasileira | 139 |
| 2 Economia Solidária e formas sócio-produtivas não-capitalistas: diferenças e semelhanças | 150 |
| 2.1 Grupos Fóruns e Redes | 155 |
| 2.2 Um movimento social de tipo novo | 159 |
| CAPÍTULO IV - ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NA CONTEMPORANEIDADE | 164 |
| 1. O processo de acumulação capitalista | 165 |
| 1.1 O padrão de acumulação do segundo pós-guerra | 166 |
| 2. Acumulação Flexível: alterações nos planos político, econômico e tecnológico | 174 |
| 2.1 Acumulação Flexível no Brasil | 180 |
| 2.2 Acumulação flexível, terceirização e economia solidária | 188 |
| CAPÍTULO V - PERSPECTIVAS ABERTAS DE COMPREENSÃO DA DINÂMICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA | 197 |
| 1. Questão Financeira | 218 |
| 2. Ideologia | 219 |

| | |
|----------------------------|-----|
| 3. Valorização do Trabalho | 221 |
| 4. Base Técnica | 222 |
| CONCLUSÕES | 225 |
| REFERÊNCIAS | 237 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 – Economia Plural | 24 |
| Quadro 2 - América Latina: comparação entre o crescimento da população urbana e dos empregos não agrícolas | 82 |
| Quadro 3 – Mapa conceitual da Economia solidária | 121 |
| Quadro 4 - Emprego nas regiões metropolitanas (recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) | 185 |
| Quadro 5 - Coeficientes negativos | 199 |
| Quadro 6 - Coeficientes positivos | 200 |
| Quadro 7 - Desempenho dos EES com atividades econômicas de grande porte - [Pontuações médias e destaques] | 204 |
| Quadro 8 – Construção e fortalecimento do circuito econômico solidário | 211 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1 - Participantes do EES no Brasil | 115 |
| Tabela 2 – Origem dos insumos | 205 |
| Tabela 3 – Destino dos produtos ou serviços | 208 |
| Tabela 4 – Venda do ponto de vista do parceiro | 209 |
| Tabela 5 – Destino das vendas | 212 |
| Tabela 6 – Espaço de comercialização | 213 |
| Tabela 7 – Grau de participação e articulação | 220 |
| Tabela 8 – Caráter da propriedade dos equipamentos | 223 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1 – Forma de Organização da ES no Brasil | 111 |
| Gráfico 2 – Motivos para criação dos EES no Brasil | 112 |
| Gráfico 3 – EES por ano de início segundo forma de organização | 114 |
| Gráfico 4 – EES por ano de início segundo grandes regiões | 114 |
| Gráfico 5 – Participação de mulheres e homens segundo porte do empreendimento (%) – Brasil | 116 |
| Gráfico 6 – Composição dos EES segundo sexo (%) | 116 |
| Gráfico 7 – Área de atuação dos EES | 117 |
| Gráfico 8 – Distribuição dos produtos por tipo de atividade | 118 |
| Gráfico 9 – Variação média anual da população, da população economicamente ativa, da ocupação e do desemprego em 1985-2005 (%) | 186 |
| Gráfico 10 – Estado de São Paulo: evolução da distribuição de trabalhadores nas empresas de terceirização por anos de estudos em 1985, 1995, 2005 (%) | 190 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|---|
| ADS-CUT | Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores |
| ANTEAG | Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão |
| APAEB | Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira |
| CAR | Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional |
| CEBs | Comunidades Eclesiais de Base |
| CES | Canteiro de Economia Social do Quebec |
| CESQ | Centro de Economia Social do Quebec |
| COLACOT | Confederação Latino Americana de Cooperativas e Mutuais de Trabalhadores |
| CONSAD | Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local |
| CONSAE | Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional |
| EBDA | Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A |
| EES | Empreendimentos Econômicos Solidários |
| ES | Economia Solidária |
| FBES | Fórum Brasileiro de Economia Solidária |
| GRESPE | Grupo Rede de Economia Solidária do Peru |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| ITCPs | Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares |
| MAT | Movimento Associativo dos Trabalhadores |
| MDB | Movimento Democrático Brasileiro |
| MOC | Movimento de Organização Comunitária |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Sem Terra |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| PAA | Programa de Aquisição de Alimentos |
| PACs | Projetos Alternativos Comunitários |
| PEA | População Economicamente Ativa |
| PNEA | Programa Nacional de Educação Alimentar |
| PSES | Pólo de Socioeconomia Solidária |

| | |
|-------------|---|
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| REAS | Rede de Redes de Economia Alternativa Solidária |
| REDLASES | Rede Latino-Americana de Soioeconomia Solidária |
| RILESS | Rede de Investidores Latino Americanos de Economia Social e Solidária |
| RIPESS | Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social Solidária |
| RMES | Rede Mexicana de Economia Solidária |
| SEBRAE | Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas |
| SENAES | Secretaria Nacional de Economia Solidária |
| UNITRABALHO | Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho |

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa que investigou a relação entre empreendimentos econômicos solidários (EES), desenvolvidos no Brasil e o processo de acumulação capitalista. Orientamos a investigação a partir de dois pressupostos: primeiro, consideramos a economia solidária como uma forma social de produção não-capitalista; segundo, consideramos que a relação entre formas sociais de produção não-capitalistas e a acumulação capitalista não se dá sempre e necessariamente do mesmo modo.

Compreendemos como formas de produção não-capitalistas todas as práticas que se estruturam com características distintas dos arranjos produtivos capitalistas (ex: produção de subsistência e a produção simples de mercadorias). Isto é, não utilizam o assalariamento como maneira típica de relacionamento com a força de trabalho, não buscam o lucro, não executam a separação acentuada entre concepção e execução e nem se apropriam privadamente do excedente. Cada forma social de produção não-capitalista desenvolve um tipo de relação com a acumulação de capital, num contexto específico, em determinado momento da história. Logo, quando várias daquelas formas adquirem uma nova vitalidade com o recrudescimento da crise social ou quando essas formas adquirem um novo patamar de mobilização – e é precisamente isso a que assistimos presentemente – torna-se necessário refletir sobre elas. Foi o que tentamos aqui.

A seguir traçamos comentários sobre as principais categorias da nossa investigação: acumulação capitalista e economia solidária.

A unidade típica de produção é gerida e organizada pelos empresários através da heterogestão e do assalariamento¹. Ela é o *locus* onde o capitalista (re)une meios de produção e força de trabalho para produzir bens e serviços que serão comercializados em busca de uma quantidade maior de dinheiro do que foi investido ao iniciar o processo produtivo. A característica da sociabilidade capitalista faz com que este movimento não cesse e busque ampliar-se cada vez mais, lançando mão de mais ou de melhores meios de produção e de uma

¹ Com a adoção e a generalização do uso do assalariamento, necessita-se de uma relação social na qual os produtores encontram-se separados dos meios de produção (Marx, 1983).

quantidade maior de força de trabalho viva (trabalhadores – mais-valia absoluta) ou morta (máquinas e processos – mais-valia relativa).

Assim, as relações sócio-produtivas engendradas pelo capitalismo foram ampliando-se e espalhando-se pelo mundo, “recrutando” para participar do seu processo as diversas formas de recursos produtivos da sociedade (o processo de concentração de capitais). Esta reprodução ampliada e incessante Marx denominou como a acumulação capitalista.

A princípio, a acumulação capitalista foi tomada como algo crescente e tendente a dominar todos os espaços nos quais o capitalismo chegasse (da Inglaterra para o mundo). Isto implicaria que onde quer que imperassem relações sociais capitalistas, encontrar-se-iam processos produtivos com empresa, assalariamento, heterogestão, busca por lucro, etc. Mas, ao longo da história, percebeu-se que, apesar de o capitalismo dominar determinados espaços, isto não significou a eliminação completa de outras formas de produção. No caso dos países em desenvolvimento, no que pese o predomínio do capitalismo, as formas não-capitalistas de produção permaneceram exercendo primazia na garantia da sobrevivência e ocupação produtiva de grande parcela da população.

A convivência entre a forma de produção capitalista com produção com base no trabalho familiar e comunitário, de baixa produtividade e de pouca geração de excedente e apropriação coletivo/comunitária foi analisada a partir de diversas orientações teórico-metodológicas. Inicialmente os modelos de crescimento neoclássicos e as teses cepalinas afirmavam que os setores de baixa produtividade (arcaicos) seriam incorporados pelos setores modernos. No entanto, com a persistência daqueles, mesmo com vigoroso processo de industrialização capitalista (o caso do Brasil, do México e da Argentina) as formulações passaram a admitir que o capital convivia com as formas de produção não capitalistas e estas estavam, em certa medida, incorporadas ao ciclo de reprodução do capital.

Dentre tais análises destacavam-se as formulações de cunho marxista que apontavam para a subordinação e funcionalização das formas de produção não capitalistas ao processo de acumulação do capital. De acordo com estas formulações, o processo de subordinação se materializa quando as formas de

produção não-capitalistas adquirem insumos, vendem seus produtos com preços aquém dos que são praticados no mercado, revendem produtos capitalistas e utilizam a base técnica capitalista. Elas são funcionais ao capital, pois atendem a uma demanda produtiva pela qual o capital ainda não tem interesse, disciplinam e qualificam a mão-de-obra futura, exercem pressão para diminuição dos salários e, por fim, garantem a conservação de um potencial exército de reserva de trabalhadores.

Embora a subordinação e funcionalização sejam categorias indicativas de que as formas de produção não-capitalistas são engrenagens da reprodução e ampliação do capital, observemos que há uma diferenciação entre elas. A subordinação diz respeito aos nexos produtivos entre as formas produtivas não-capitalistas e as empresas capitalistas. Ou seja, as formas não capitalistas não conseguem estabelecer dinâmicas produtivas próprias e para se reproduzir tem que recorrer às práticas capitalistas, garantindo a reprodução do capital. Enquanto a funcionalização classifica as formas de produção não-capitalistas de acordo com o desempenho de funções que viabilizam (ou não) a reprodução do capital².

Seguindo este raciocínio, seria a acumulação capitalista que determinaria o futuro das formas de produção não-capitalistas, ou seja, sua manutenção, extinção ou ampliação aconteceria a partir das necessidades de reprodução do capital (CARVALHO E SOUZA, 1979).

Além do ponto de vista da produção, distribuição e circulação de bens e serviços, a acumulação capitalista representa um processo de reprodução social que repõe e recria as características da sociabilidade do capitalismo a partir dos aspectos ideológicos. Esses atuam, de acordo com Lowy (1989), como valores, representações e idéias e “servem para legitimar, justificar, defender ou manter a ordem social do mundo.” (p. 14).

Ou ainda, como esclarece Mészáros (2004, p. 233), a ideologia perpassa todos os níveis da sociedade, combinando na sua propagação o sofisticado e o vulgar. Desfruta de posição privilegiada por contar “com o apoio das principais instituições econômicas, culturais e políticas do sistema todo”. E a prática

² Nesse tocante as formas de produção não-capitalistas poderiam assumir a condição de funcionais por contribuir para a acumulação de capital ou não funcionais quando constituírem um empecilho ao processo de reprodução e ampliação do capital.

produtiva dominante (horizonte de valores da empresa privada capitalista) é adotada como uma situação definitiva e imutável.

Do ponto de vista da economia solidária os participantes do “movimento” criticam a estrutura social capitalista e apontam uma série de propostas, visando o bem viver para todos, de forma colaborativa/integrada, e desenvolvem arranjos sócio-produtivos distintos das empresas capitalistas. Eles defendem uma outra lógica de mundo, em que a competição dê lugar ao relacionamento fraterno, as agressões ao meio ambiente sejam substituídas por uma convivência harmoniosa com a natureza, a atividade laboral das pessoas deixe de ser alienante e desinteressante e passe a ser criativa e fonte de realização.

As organizações de economia solidária propõem, de um lado, resolver o problema da sobrevivência mais imediata através de alternativas econômicas. Por outro lado, procuram construir nessas alternativas novas formas de participação e decisão política que vão de encontro ao modelo capitalista e em busca de um novo patamar de desenvolvimento social. Aliás, essas práticas questionam, em seus objetivos, o próprio modelo de desenvolvimento capitalista, propondo uma nova forma de desenvolvimento sócio-econômico.

As práticas que animam a economia solidária são diversas, variando em função das formas de organização, do nível de estruturação e do grau de institucionalização que os arranjos produtivos desenvolvem. Elas surgem a partir das ações de combate à pobreza, programas de manutenção e ampliação de postos de trabalho, lutas pela preservação ambiental, ações democratizantes de utilização do fundo público, projetos de desenvolvimento local e novas formas de integração entre regiões (Sul/Norte).

A temática da economia solidária tem adquirido visibilidade no período recente com uma intensidade cada vez maior, seja no ambiente acadêmico, em que várias áreas do conhecimento elegem a economia solidária como objeto de reflexão, seja no âmbito governamental, com a criação de pastas e setores referentes (no Brasil foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária [SENAES] do governo federal e outras congêneres nas esferas estadual e municipal).

As práticas de economia solidária se configuram como uma das formas de produção não-capitalistas que mais têm se destacado na atualidade. Os números

crescentes de organizações econômicas solidárias, a quantidade de pessoas congregadas pelo “movimento” e o processo de institucionalização alcançado exigem uma atenção da sociedade e, em especial, da academia.

Levando-se em consideração as inovações que a economia solidária concentra e a força da acumulação capitalista, a análise desenvolvida aqui se concentrou, precisamente, no exame das relações entre elas.

A junção entre economia e solidariedade não é nova. As primeiras tentativas remontam ao início do capitalismo e, mais tarde, recebem o nome de solidarismo econômico. Para alguns analistas, o solidarismo econômico seria uma proposta intermediária entre capitalismo e comunismo, que se estrutura tentando congrega aspectos positivos dos dois sistemas. Outros, como Mance (2004), consideram o solidarismo econômico como uma corrente com identidade, princípios e propostas próprias que atualmente se incorporou à economia solidária. Gaiger (2004, p. 373) vai além e afirma que a economia solidária “é por assim dizer mais um episódio, com um notável poder de revitalização dos ideais emancipatórios, de politização e de convergência das suas diversas expressões concretas”.

Ela é apresentada a partir de várias denominações: economia de solidariedade (RAZETO, 1993), economia popular (LISBOA, 1999), economia solidária (LAVILLE 1994, SINGES 2000, 2002), economia popular e solidária (GAIGER, 1999), economia dos setores populares (KRAYCHETE, 2000), socioeconomia solidária (ARRUDA, 1998).

A expressão economia solidária retoma uma disputa em torno do significado da economia na sociedade. Nesses termos, a economia deixaria de ser pura, como querem os neoclássicos ou neoliberais, e passaria a ser balizada pela solidariedade, de modo análogo àquele como Smith, Ricardo e Marx balizaram-na pela política (SANTANA JUNIOR, 2006b).

Contudo, a palavra solidária é conclamada por uma diversidade de ações/movimentos no mundo inteiro, chegando ao ponto de banalizá-lo. Nesse sentido, Duvignaud (s/d) afirma:

aparentemente, toda a gente compreende o sentido do termo sem se aperceber das curiosas confusões que ele mascara. Será o mesmo laço que liga entre si as gentes de um mesmo sangue ou

de uma mesma linhagem, que funda a dependência dos vassallos em relação ao suserano e vice-versa, que agrupa sábios, mágicos, crentes em seitas, artesãos em guildas, que justifica a “lei dos silêncios” dos criminosos entre si, que une os “tiffosi”, os adeptos de uma equipa? E a convivência que se instaura entre o escol do poder e, com frequência, entre os artistas? A qual destas solidariedades fazem apelo as petições assinadas para defender os perseguidos, a sigla dos trabalhadores de Gdansk, os que se mobilizam contra a miséria ou contra a fome? (p. 10).

Com efeito, são projetos que partem de distintas visões de mundo implicando em entendimento divergente para o sentido do termo solidariedade. De acordo com o que discorremos em texto anterior (SANTANA JUNIOR, 2006c), a noção de solidariedade que qualifica a expressão economia solidária pauta-se pela criticidade e atenção aos efeitos de poder, como bem frisou Demo (2002). Está aberta às experimentações do fazer diferente numa perspectiva conseqüente e comprometida com as mudanças sociais, mas sem paralisar diante das dificuldades do contexto e da impossibilidade de alcance imediato dos ideais, como salientou Assmann e Sung (2000). Por fim, permite às sociedades complexas contemporâneas experimentarem uma conveniente pluralidade de princípios organizativos da socialidade humana, como salienta Assmann e Sung.

Eles afirmam que a expressão economia solidária está ligada ao sentido estrutural da solidariedade, logo está impregnada de fatores eticopolíticos que se orientam “na busca de soluções estruturais e sustentáveis para problemas amplos e de caráter persistente”. Para eles, a expressão é decorrente, também, da compreensão do fenômeno econômico a partir da sensibilidade solidária (preocupação com o outro e a compreensão extensiva de dignidade humana), da visão de sociedade interdependente e de uma visão ética do que deveria ser o processo de produção, de distribuição, de consumo e de acúmulo de riquezas. Assmann e Sung (2000) compreendem que tal visão impulsiona para práticas sociais que buscam alternativas à estrutura da sociedade vigente. Porém, ao analisar as formulações de Paul Singer e Euclides Mance sobre economia solidária, eles alertam sobre o equívoco de se considerar a solidariedade como princípio único balizador da sociedade que se quer construir. Afirmam, então, que a solidariedade, por mais que contenha dinâmicas includentes e o verdadeiro sentido de levar o bem viver para todos, não deve ser tomada como o único princípio de organização social, pois

um dos erros mais graves da modernidade foi e continua sendo a obsessão, estreita e simplista, por um único princípio de organização social, predominante sobre quaisquer outros. Por exemplo o mercado, ou planificação; ou livre iniciativa e aguerrida competitividade, ou o predomínio de políticas públicas (ASSUMANN E SUNG, 2000, p. 152).

Assmann e Sung apresentam uma visão crítica sobre solidariedade, explicitando os limites de qualquer apelo que a use como base para obtenção imediata da igualdade entre os homens. No entanto, reafirmam que o ideal crítico de solidariedade deve ser utilizado conjuntamente com outros princípios organizadores de sociedade, visando o máximo de transformações no combate às desigualdades sociais.

Na mesma perspectiva de Assmann e Sung, Pedro Demo (2002) analisa a solidariedade como um discurso contraditório ao extremo. No entanto, destaca a necessidade de pensá-la na trama do poder. Para ele:

A solidariedade precisa, dialeticamente compor-se com a noção de confronto que o excluído precisa elaborar e praticar, sem que isso necessariamente desande em violência física, mas inclui, sempre, pelo menos a violência da práxis alternativa (p. 13).

Ele busca entender até que ponto a solidariedade pode constituir-se em passos para a transformação ou até que ponto é apenas truque de imaginação. Para Demo (2002), a solidariedade pode ser negativa ou positiva, caminho para a libertação ou estratégia imbecilizante.

Demo afirma que a possibilidade da solidariedade é comprovada tanto evolucionariamente, como historicamente. Mas ela é algo que deve ser buscado, alimentado e cuidado, a partir de uma postura crítica e autocrítica, alimentando uma visão de que toda hierarquia não é definitiva, porém todo o processo de mudança/questionamento não representa o fim em si mesmo. Neste sentido, ele salienta que solidariedade, para que não seja mero efeito de poder, necessita:

- 1- de autocrítica, por conta de sua natural ambigüidade. A discussão biológica em torno da cooperação mostra que ela é bem possível, mas tem propensão angustiante em submeter-se a efeitos de poder;
- 2- a solidariedade dos marginalizados significa uma oportunidade da cidadania coletiva em marcha para que possa ser feito o bom combate;
- 3- é crucial que a solidariedade dos marginalizados não perca de vista o projeto contra-hegemônico como obra coletiva que precisa ficar acima de todas querelas possíveis;

- 4- implica redistribuição de renda e de poder: a qualidade de vida de cada qual está em função da qualidade de vida de todos;
- 5- embora seja imprescindível confrontar-se com os opressores até às últimas consequências, ao final é mister também fazê-los parte do mesmo projeto emancipatório, o que significa ser solidário com os não solidários (DEMO, 2000, p. 272).

Demo considera relevantes os esforços da economia solidária e afirma que sua dimensão está vinculada à solidariedade dos de baixo:

O termo “economia solidária” cheira a contradição nos termos, menos porque estamos imersos no capitalismo certamente não solidário, mas porque qualquer economia – também as não capitalistas – representa desenhos hierárquicos predominantes. De um lado, temos sempre o risco de fantasiar como alternativas, resíduos do sistema, mas de outro, é correto garimpar – com absoluta cautela e persistência – prenúncios da utopia. Ademais, o valor dessa discussão está em reorientar a política social para rumos mais próximos da emancipação dos marginalizados, deixando para trás a carroça velha do *welfare state* aborrotada de bijuterias assistencialistas. Auto-sustentação e autogestão voltam à cena como referências centrais da política social, não porque a inserção econômica seja a determinante em última instância, mas porque é instrumento fundamental das oportunidades de emancipação (p. 265).

Do ponto de vista acadêmico, a Economia Solidária é uma reflexão nova. Começa a ser estudada e analisada recentemente por um número considerável de pesquisadores da Ciência Política, Psicologia, Educação, Engenharia de Produção, Sociologia, Administração e Economia, espalhados por diversas instituições de ensino no Brasil³. Percebe-se que um conjunto de pesquisadores despertou para a existência de algo diferente da prática capitalista na luta pela sobrevivência e na maneira de agir e reivindicar a transformação da sociedade por parcelas crescentes da população em vários lugares do mundo.

Entretanto, alguns autores pertencentes tanto à tradição marxista⁴ quanto à escola neoclássica discordam do papel e da relevância da economia solidária. Os neoclássicos, pela superioridade que atestam ao mercado, à propriedade privada e à acumulação capitalista na organização social. Nesta perspectiva, categorias como reciprocidade, solidariedade e coletividade não teriam relevância para interpretar e impulsionar a sociedade. Já os marxistas apontam para o caráter

³ Em abril de 2004 foi criada a Associação Brasileira de Pesquisadores em Economia Solidária.

⁴ Por exemplo: Antunes, 2002 e Boito Jr., 2003.

marginal e funcional da economia solidária no sistema capitalista. Nesse sentido, Antunes (2002) faz os seguintes comentários:

Se dentro do “Terceiro Setor” as atividades que vêm caracterizando a economia solidária têm a positividade de freqüentemente atuar à margem da lógica mercantil, parece-me, entretanto um equívoco grande concebê-la como uma real alternativa transformadora da lógica do capital e de seu mercado, como capaz de minar os mecanismos da unidade produtiva capitalista. Como se, por meio da expansão da economia solidária, inicialmente pela franja do sistema, se pudesse reverter e alterar substancialmente a essência da lógica do sistema produtor de mercadorias e da valorização do capital. (...) Mas é bom não esquecer, também, que essas atividades cumprem um papel de funcionalidade em relação ao sistema, que hoje não quer ter nenhuma preocupação pública e social com os desempregados (p. 113).

O autor não deixa de enxergar certa positividade da economia solidária, mas não atribui à mesma nenhum potencial transformador da lógica do capital, o que implica em pouca importância desta no processo de transformação social. Mas, além da pouca importância, Antunes aponta para o papel de amortecedor que a economia solidária desenvolve no processo de transformação social:

[...] quando concebidas como um momento efetivo de transformação social em profundidade, elas acabam por converter-se em uma nova forma de mistificação que pretende, na hipótese mais generosa, “substituir” as formas de transformação radical, profunda e totalizante da lógica societal por mecanismos mais palatáveis e parciais, de algum modo assimiláveis pelo capital. E na sua versão mais branda e adequada à Ordem pretendem em realidade evitar as transformações capazes de eliminar o capital (ANTUNES, 2002, p. 114).

Ou seja, Antunes não vê diferença entre a economia solidária e a economia tradicional. Assim, tomando-se as afirmações de Antunes como verdadeiras, o nosso objetivo não perderia consistência? A economia solidária não deixaria de representar uma crítica e uma alternativa organizacional à estrutura social vigente? Apesar de tais críticas, a economia solidária ainda representa relevância, pois se constitui em um mecanismo de incorporação daqueles que são expulsos do mercado de trabalho. É aquela positividade que Antunes (2002) não deixou de reconhecer nas formas de economia solidária:

Uma coisa é presenciar nas diversas formas de atividades próprias da economia solidária e do “Terceiro Setor” um mecanismo de incorporação de homens e mulheres que foram expulsos do mercado de trabalho e das relações de emprego

assalariado e passaram a desenvolver atividades não lucrativas, não mercantis, reinvestindo nas limitadas (mas necessárias) formas de sociabilidade que o trabalho possibilita na sociedade atual. Esses seres sociais vêm-se, então, não como **desempregados, excluídos**⁵, mas como realizando atividades efetivas, dotadas de algum sentido social. Aqui há, por certo, um momento de dispêndio de atividade útil e portanto positiva, relativamente à margem (ao menos diretamente) dos mecanismos de acumulação (p. 113)

Diante dessa afirmação, recupera-se a consistência e relevância do fenômeno. Inicialmente, considera-se equivocada a posição do autor quando este acha impossível uma mudança societal que comece pelas franjas do sistema. O que dizer da passagem do feudalismo para o capitalismo? Os burgos não se constituíram na franja do sistema feudal, bem como a troca do excedente? Dessa forma, essa crítica não resiste a uma análise histórica, sem levar em conta a importância dialética da relação do todo e das partes, do centro e da periferia na movimentação social, como bem nos ensina o próprio Marx.

Outro equívoco também pode ser apontado quando Antunes despreza as mudanças advindas do processo de trabalho. Mais uma vez, recorrendo a Marx, encontra-se todo o destaque para a produção (processo produtivo) na configuração da sociedade. É a partir da produção que se desenham formas de distribuição e consumo do produto social. Logo, a proliferação de arranjos sócio-produtivos que anunciam o fim da heterogestão, da noção de lucro (fim da apropriação privada do excedente social) e que afirmam a necessidade da solidariedade, reciprocidade e da ação coletiva não pode ser descartada sem um profundo processo de investigação.

Além dos tópicos comentados acima, Antunes trata os termos economia solidária e terceiro setor como muito próximos, o que é uma forma inapropriada de tratar a questão. Conforme França Filho (2002a):

Com efeito, diferenças importantes subjazem às noções de terceiro setor, de economia solidária, de economia social e de economia popular (e ainda àquela de economia informal), ligadas não somente aos diferentes contextos sociopolíticos em que emergiram esses termos, mas também a interpretações distintas acerca do papel que desempenham essas práticas e/ou iniciativas na sociedade, especialmente no que se refere ao lugar que elas devem ocupar em relação às esferas do Estado e do mercado.

⁵ Grifos do autor.

Dito de outro modo, as diferenças entre esses termos estão relacionadas à construção de um discurso próprio (a cada um deles). Tais discursos vinculam-se, evidentemente, aos seus respectivos contextos específicos da realidade. Importa, assim, entender em que lugar sócio-histórico se constrói essas categorias e qual o significado particular que acompanha a origem dessas formulações/conceitos/noções. Essa é a nosso ver, uma condição indispensável, para o entendimento das diferenças entre esses termos (p. 10).

Há que se considerar dois argumentos que reforçam o posicionamento de Ricardo Antunes: Primeiro, a problemática que apresentamos, vista de um prisma mais amplo, busca analisar a relação entre uma forma social de produção não tipicamente capitalista com o processo de acumulação. Ou seja, almeja-se evidenciar as ligações entre o particular e o geral, tentando compreender como aquela forma social de produção se insere, sobrevive e sustenta-se na totalidade capitalista. Segundo, vários resultados de estudos que versam sobre a relação entre formas de produção não capitalistas e a acumulação capitalista apontam para a funcionalidade e a subordinação que aquelas desenvolvem no processo de acumulação: economia camponesa (SÁ JÚNIOR s/d); cooperativa (LOUREIRO, 1982); nova informalidade (TAVARES, 2004). Os estudos salientam a ausência de independência e do caráter alternativo das formas sociais de produção analisadas, bem como reforçam as teses que preconizavam o seu desaparecimento em função da ampliação e consolidação do capitalismo.

Porém, Fleury (1983), ao estudar cooperativas, abre uma perspectiva de análise distinta para a investigação de formas de produção não-capitalistas. Ela afirma que a cooperativa não deveria ser vista com o viés doutrinário, como uma organização tendente ao desaparecimento, e, sobretudo, como uma dissimulação da empresa capitalista, mas sim como uma organização de natureza híbrida e contraditória, devido ao fato de suas características de origem e funcionamento aproximarem-na e, simultaneamente, distanciarem-na do formato da empresa capitalista. Tal afirmação deixa de lado o caráter especulativo e doutrinário do enfoque e a sentença pronta sobre os arranjos produtivos não tipicamente capitalistas, ao mesmo tempo em que oportuniza um tratamento daqueles fenômenos como objetos empíricos portadores de especificidades. Isso é um passo importante para a compreensão daqueles formatos organizacionais e do protagonismo que desempenham na dinâmica sócio-produtiva do país.

Frank (1977), mesmo sendo partidário da tese da subordinação e da funcionalidade, aponta a necessidade da investigação dessas práticas, salientando algumas questões:

Todavia, cabe investigar a importância das relações de produção não-capitalistas para o processo de acumulação do capital em nossos dias sob três aspectos: 1) a conservação e, quando necessária, a utilização de um potencial exército de reserva de trabalho, assim como de um pool de força de trabalho; 2) a contribuição que tais relações podem dar no sentido de manter e reproduzir a força de trabalho assalariada, que recebe do capital salários inferiores ao nível de subsistência, demasiadamente baixos para a manutenção e reprodução do trabalho assalariado; 3) o uso de relações “socialistas” não-capitalistas de produção para gerar valor que ingressa no processo capitalista mundial da acumulação do capital (p. 29).

Diante do exposto, o desafio teórico é investigar como, em uma sociedade capitalista, regida por princípios da heterogestão, assalariamento e utilitarismo, organizações econômicas sustentadas no princípio da solidariedade se relacionam com a acumulação capitalista, identificando o caráter desse relacionamento.

Dessa forma, buscamos aqui fugir das respostas prontas que, por um lado, indicariam rapidamente a subordinação e a funcionalidade daquelas organizações, sem indicar as especificidades nem o grau e direção desta subordinação e funcionalidade; e, por outro, distanciar das análises que apesar de incluírem o mercado como categoria analítica, não levam em conta os aspectos e conseqüências da acumulação capitalista.

A princípio, se considerarmos a tese de que os arranjos produtivos não-capitalistas são sempre subordinados e funcionais ao capitalismo, não se teria muito a investigar. Afirmamos que existe a possibilidade formas sociais de produção estarem a serviço da dinâmica da acumulação capitalista, porém ela não é a única, e não se dá sempre na mesma direção e intensidade. Nesse sentido, as hipóteses dessa investigação procuram conceber a economia solidária com maior complexidade e com várias possibilidades frente à acumulação capitalista. Se considerarmos as especificidades do contexto e as possibilidades de protagonismo dos sujeitos, a relação pode indicar outros resultados que não

necessariamente a funcionalidade e a subordinação. Assim, abrem-se possibilidades distintas para a interpretação deste fenômeno:

1) considerar a possibilidade de o fenômeno adotar princípios organizativos dos arranjos produtivos capitalistas, ou seja, as práticas iniciarem de uma forma não capitalista e, ao obterem sucesso comercial, transformarem-se em empresas capitalistas típicas;

2) a economia solidária caracterizar-se como subordinada, da mesma maneira que as formas sócio-produtivas não capitalistas precedentes, mesmo que esteja trespassada por formatos distintos do capital (trabalho familiar, cooperativa e trabalho autônomo). Nota-se que não utilizaremos a variável funcional, por entendê-la como muito ampla e pouco explicativa para a problemática que se pretende responder. Como havia dito anteriormente, o funcional seria atribuído às atividades que colaboram com o processo de acumulação, ou seja, apesar das atividades se organizarem de maneira distinta do modelo capitalista (sem assalariamento, sem heterogestão e sem busca ao lucro) elas cumprem papéis importante para a reprodução do capital. Levando a risca tal conceituação todas as ações conquistadas pelo movimento operário seriam funcionais, pois melhoram o bem estar da população e suavizam as contradições do capitalismo. Logo, o leque de atividades que podem contribuir com a reprodução do capital é incontável e dessa forma a consideração da mesma não produziria resultados que indicassem especificidades na relação entre a economia solidária e a acumulação capitalista;

3) considerá-la como um fenômeno independente e que se mantém isolado do processo mais geral do capitalismo, criando ilhas ou *lócus* bem autárquico;

4) ou ainda admitir que a economia solidária construa estratégias políticas e econômicas que possibilitam a instituição de um novo modo de regulação social. Um modo de regulação que se aplica a contextos locais mobiliza atores institucionais diversos em torno da busca de soluções para problemas públicos concretos, admite uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas (mercado, redistribuição e dádiva voltada para a inversão da lógica da ação privada mercantil. Além disso, objetiva a construção conjunta da demanda e da

oferta com o desenvolvimento de cadeias socioprodutivas de consumo e produção.

A formulação dessa hipótese exige diferenciá-la de outras tentativas de regulação social. Nos dois últimos séculos, várias experiências buscaram controlar os descaminhos do capital e não foram conseguidos resultados simultaneamente bons e duradouros. Uma das explicações para a frustração deste objetivo pode ser o fato de se ter debitado exclusivamente ao Estado (através do princípio da coletivização da produção e redistribuição de rendas) a responsabilidade de enfrentar os condicionantes do capital. Logo, por mais justas e atuais que sejam tais pretensões, temos que considerar que a efetivação das ações se perdia em generalidades, na diluição de responsabilidades no tocante a ação e na ferrenha oposição do capital. Assim a regulação não se processava.

A possibilidade de instituição de um novo modo de regulação social deve ser vista a partir de contextos nos quais a mobilização de atores institucionais diversos seja uma realidade, a pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas sejam praticadas, a construção conjunta da demanda e da oferta com o desenvolvimento de cadeias sociais de produção e consumo estejam em andamento e, principalmente, ocorra a inversão da lógica da ação privada em favor de uma ação pública.

Assim, os riscos de generalização são atenuados e a responsabilidade dos sujeitos mais definidas. Logo, a questão aqui não se resume a escala, mas de considerar a instituição da regulação a partir de iniciativas num determinado espaço. Dessa forma, esse modo de regulação pode ser em escala micro, meso ou macro, dependendo do volume e qualidade da ação.

Pesa a favor da construção deste novo modo de regulação social o elemento ideológico de não reprodução de valores capitalistas, fundado numa crítica social e numa postura propositiva de visão de mundo diferente do *status quo*.

Atualmente, alguns pesquisadores da economia solidária desenvolvem seus trabalhos a partir de um referencial teórico pautado nas relações entre democracia e economia, inspirados nos trabalhos de Karl Polanyi⁶. Outros

⁶ Genauto C. França Filho; Jean-Louis Laville.

problematizam através da contra-noção de organização como processos de dominação, de acumulação e exploração capitalista desenvolvida por Karl Marx, principalmente a partir do conceito de alienação e da crítica ao trabalho assalariado⁷. Há também aqueles que interpretam o fenômeno a partir da noção de camada superior/inferior da economia e das diferenças entre economia de mercado e capitalismo de Fernand Braudel⁸. Outros ainda partem de uma perspectiva espiritual/evolucionista ancorada nas idéias de diversos filósofos e religiosos, como Teilhard de Chardin, Sri Aurobindo, Maturana e o padre Fernando Bastos Ávila⁹. É óbvio que as formulações não contêm um único aporte e é comum os autores utilizarem categorias de diversos aportes, mas o que buscamos ressaltar aqui é o núcleo de cada concepção.

Nesta tese, as possíveis respostas aos questionamentos serão conduzidas teoricamente a partir da perspectiva de economia plural de Karl Pollanyi e da crítica social fundada em Karl Marx. Tal opção teórico-metodológica decorre da consideração de que se vive sob um contexto capitalista, e a melhor interpretação do mesmo, da sua dinâmica e estruturação vem das análises de Marx. Suas teses permitem uma percepção aguda sobre os movimentos do capital e suas relações de produção. Além disso, como é sabido, para Marx e Engels o que determina as formas de distribuição na sociedade é o processo produtivo. De maneira mais precisa, caso se queira uma sociedade mais igualitária, ter-se-ia que impetrar mudanças no processo produtivo, eliminar a figura do não trabalhador (capitalista) e buscar uma organização produtiva fundada em relações iguais entre os participantes. Essa afirmação fundamenta-se numa concepção do trabalho como atividade estruturante da vida humana, que não poderia ser vista como um mero recurso produtivo, como querem os neoclássicos, ou reduzida a uma relação salarial. Tal formulação aproxima-se muito das práticas de economia solidária que lançam mão de arranjos produtivos horizontalizados que têm o trabalho como elemento central.

Contudo, admite-se, também, que o ato econômico não se limita às relações provenientes do capital e da redistribuição estatal. Ou seja, a economia política,

⁷ Paul Singer e José Luis Coraggio.

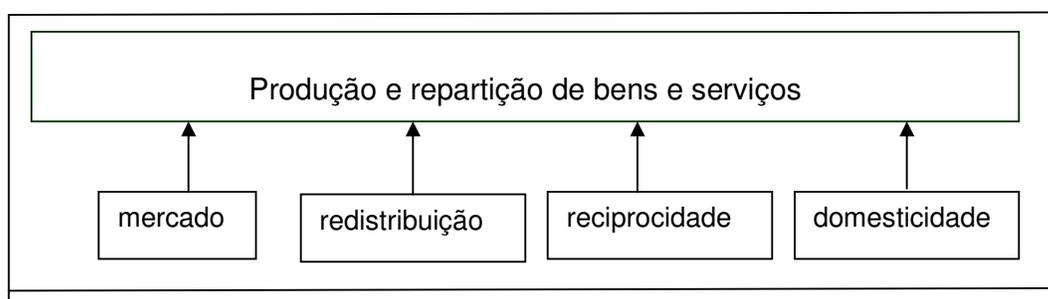
⁸ Gabriel Kraychete

⁹ Marcos Arruda e Euclides Mance.

mesmo a de vertente marxista, restringiu a análise econômica à troca mercantil, não levando em consideração outras formas de relações e organizações presentes na sociedade (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

Aqui, a compreensão é a de que a produção de bens e serviços na sociedade lança mão de outros princípios econômicos (reciprocidade e domesticidade – dádiva), constituindo, assim, a interpretação plural da economia, como bem formulam a sociologia e a antropologia econômica, sobretudo Karl Polanyi.

Quadro 1 – Economia Plural



Fonte: França Filho & Laville, 2004, p. 34.

Dessa forma, amplia-se a conceituação do econômico, pois visualiza-se a produção e a distribuição de bens e serviços a partir de diferentes princípios em interação. A compreensão da economia constituída por diversos princípios articula a produção e a repartição de bens e serviços (fenômeno econômico) com a existência de vários modelos institucionais que estariam vinculados a cada princípio econômico: mercado (troca mercantil), redistribuição (centralidade/Estado), reciprocidade (simetria/dádiva) e domesticidade (autarcia/dádiva em um grupo fechado).

Com base em Laville (1994), os diferentes princípios históricos do comportamento econômico são resumidos a três formas de produzir e distribuir riquezas: a) uma economia mercantil – fundada no princípio do mercado auto-regulado; b) uma economia não mercantil – fundada no princípio da redistribuição; c) uma economia não monetária – fundada no princípio da reciprocidade.

Tal opção oportuniza não cair em quatro reducionismos muito presentes nas análises teóricas: 1) postular a irredutibilidade da idéia de empresa (como propósito) à empresa mercantil; 2) a irredutibilidade da idéia de economia à troca

mercantil; 3) a irreduzibilidade da idéia de política a Estado; e, 4), a irreduzibilidade da ação humana à ação interessada (FRANÇA FILHO, 2006).

Dessa forma, buscamos desenvolver um aparato conceitual síntese das duas variantes. Esta construção nos possibilitará pensar a sociedade além de um marco centrado exclusivamente no mercado e no estado, incluindo na análise da produção de bens e serviços outros princípios econômicos, na direção das proposições de Polanyi. Com isso, as manifestações econômicas centradas nesses princípios econômicos não são tomadas como reminiscência do passado, nem estão tendentes a desaparecer.

É certo que essas visões apresentam oposições. Por exemplo, Marx trabalha como categoria central a existência de classes sociais distintas, surgindo daí várias decorrências para as relações sociopolíticas provenientes desta opção. Já Polanyi não hierarquiza os princípios econômicos em qualquer período, o que sugere que o mercado, independente do qual e de que período pode conviver com os outros princípios econômicos, desde que seja ele (mercado) submetido ao controle de outras práticas sociais.

Apesar disso, observamos que tanto a noção de economia política explicitada por Marx como a idéia de economia plural de Polanyi possibilitam diálogos frutíferos e complementares, apesar de serem trabalhadas, em muitos casos, como interpretações antagônicas. Ambas valorizam as relações pessoais, a despeito de uma delas focar e interpretar criticamente a forma capitalista de produzir e distribuir bens, enquanto a outra amplia a noção do econômico, recuperando princípios econômicos e formas de regulação praticadas em outros períodos históricos, mas ainda presentes na atualidade.

A síntese dessas características nos possibilita um referencial analítico capaz de compreender as diversas formas do agir econômico, que vão da troca mercantil (economia mercantil), passando pelas relações de redistribuição (economia não mercantil) até as relações de dívida (economia não monetária), que estão sendo praticadas no seio da sociedade. Isto sem perder de vista que estas relações estão num contexto histórico e social específico, regido por categorias próprias, que é a sociabilidade capitalista, que impõe às práticas de economia solidária uma relação com esse sistema.

1. 1 Procedimentos Metodológicos

Uma preocupação mais ampliada com o tratamento do tema economia solidária diz respeito ao modo de interpretá-lo. Pelo menos duas grandes possibilidades de compreensão se apresentam ao debate: i) pensá-lo enquanto visão de mundo, conformado numa espécie de filosofia para a ação; ii) precisá-lo como objeto investigativo para as ciências sociais.

No tocante à primeira possibilidade, diversos trabalhos podem ser citados. Seguindo esta vertente, Pegotto, (2005) afirma:

é possível encontrar algumas interpretações sobre a economia solidária como a possibilidade de construir um modelo econômico que se relaciona com a construção de uma sociedade livre, no qual se busca desenvolver espaços de liberdade mediante a solidariedade, a cooperação, a ajuda mútua, que na sua dinâmica encadeie elementos de rupturas com as relações econômicas capitalistas. No máximo, podem exercer claras ações de resistência popular não no sentido político mais amplo, mas uma aproximação das conceituações teóricas que privilegiam o resgate dos valores solidários, cooperativos e humanistas e das práticas locais e comunitárias por meio de ações educativas e morais, cujas ações implicam promover a libertação do homem da individualização crescente (s/n).

Já Boito Jr. (2003) diz:

Convém lembrar que uma parte dos sindicatos da CUT considera a criação de cooperativas de produção e a organização e prestação de serviços públicos nas áreas da educação e da saúde – à maneira de uma ONG – como o início de um processo de socialização da economia e do Estado. Diversos intelectuais progressistas – Paul Singer e Antônio Negri desenvolveram idéias nessa direção. Esse “novo socialismo utópico” encontra, por vias transversas, uma confluência com a política social do capitalismo neoliberal que visa, justamente, implementar as políticas sociais compensatórias em “parceria com entidades da sociedade civil” (p. 21)

Germer (2005) vai na mesma linha:

Com o refluxo momentâneo dos projetos socialistas a partir da desagregação da União Soviética, difundiram-se, no campo dos movimentos sociais, propostas de reforma social com base na solidariedade mútua e no associativismo dos pobres, configurando um certo retorno às concepções limitadas da fase inicial das lutas operárias surgidas nas primeiras décadas do século 19. Ao mesmo tempo, partidos de diversas matizes de centro-esquerda, ao serem eleitos como reação popular aos problemas sociais causados pelo neoliberalismo, demonstraram não possuir projetos

alternativos concretos e procuraram encobrir esta deficiência com a instituição de políticas emergenciais de atendimento a desempregados e pequenos produtores autônomos e informais. Estas políticas emergenciais oficiais somaram-se e/ou fundiram-se, em alguma medida, com as iniciativas associativas espontâneas surgidas no movimento social, constituindo uma corrente heterogênea de propostas e iniciativas concretas sob o título genérico de “economia solidária”.

No seu interior surgem tentativas de teorizá-la não apenas como um conjunto de iniciativas emergenciais destinadas a amenizar os efeitos dos problemas sociais, mas como embriões de uma forma de organização social alternativa ao capitalismo, ignorando a crítica marxista. No Brasil as iniciativas capituláveis como integrantes da ‘economia solidária’ têm se expandido significativamente, tanto na forma de iniciativas sociais espontâneas como de políticas oficiais (s/n).

Deve-se atentar para o fato de que tais posicionamentos expressam uma visão pessimista sobre o papel que a economia solidária viria a ocupar no devir. Todavia, a especulação sobre o papel que adquire, também, ares otimistas.

Nuñez (2001) coloca:

Uma economia solidária não pode ser concebida nem desenvolvida fora do contexto de um projeto revolucionário que lhe dê sustentação. A grande diferença, em relação às revoluções anteriores, está em que, na economia solidária, não é preciso esperar pela tomada do poder político para que os avanços aconteçam - ela mesma é parte da tomada do poder político, ela mesma é parte da revolução, ela mesma é parte da transição e da construção do socialismo (s/n).

Assim também para Singer (2002):

A economia solidária é ou poderá ser *mais do que mera resposta* à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: *uma alternativa superior ao capitalismo*. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma *vida melhor* (p. 114).

Estes autores tratam o fenômeno enquanto visão de mundo, ou seja, o tema de economia solidária costuma ser abordado como projeto organizativo de sociedade. Enquanto visão de mundo, as questões postas costumam ter um

caráter mais doutrinário/especulativo, tal como: a economia solidária constitui-se em uma alternativa real ao sistema capitalista? A economia solidária está condenada a viver nas franjas do sistema produtivo capitalista? Diante de um contexto de exacerbação do *ethos* capitalista (individualidade, competição, utilitarismo, maximização dos lucros, etc.), seria possível não apenas potencializar a economia solidária, mas também expandir e desenvolver as relações assentadas em valores éticos de solidariedade, cooperação e justiça?

Apesar da importância das referidas questões, da sua pertinência e do fato de elas atravessarem quaisquer abordagens sobre a temática, conduzi-las ao posto de carro-chefe da problemática nos levaria a trilhar uma abordagem com caráter mais especulativo. Ou seja, a posição defendida por esses autores problematiza a economia solidária a partir do papel que ela viria a ocupar no devir.

1. 2 Economia solidária como objeto investigativo das Ciências Sociais

Uma segunda forma de análise consiste em considerar a economia solidária enquanto objeto investigativo para as ciências sociais. O tema deve ser objeto de pesquisa e seus desdobramentos devem cumprir um papel mais analítico, procurando investigar as implicações políticas, econômicas, sociais e culturais que o fenômeno ocasiona.

A partir deste prisma, registram-se trabalhos de vários autores, que, na maioria das vezes, através de estudo de caso (Pedrini, 1998; Leboutte, 2003; Nakano, 2000; Tiriba, 2001, Melo Neto e Magalhães, 2003, etc.), procuram discutir a gênese, a trajetória, a viabilidade e a sustentabilidade das organizações econômicas solidárias, sem deixar de versar sobre as principais dificuldades e limites encontrados, bem como a potencialidade das experiências. Tal objeto é perseguido desde os trabalhos que têm um foco restrito sobre o tema até as pesquisas mais amplas (Boaventura Santos, 2002; Bertucci e Silva, 2003; Gaiger, 2004; SENAES, 2006), bem como nas análises pioneiras (Razeto, 1982 e Oliveira, 1988) e nas recentes.

Neste campo, a lista de trabalhos é longa, além das referências citadas no parágrafo anterior, temos: Guimarães, 2000; Lisboa, 1999; Mance, 1999; Nascimento, 2000; Primavera, 1999; Nakano, 2000; Castro et al, 2000; ANTEAG, 2000; Bertucci e Silva, 2003; Cáritas Brasileira, 1995; França Filho, 2001, 2002,

2003, 2004; Gaiger, 1994, 1995a, 1995b, 2004; Holzemann, 2001; Kraychete, 2000; etc..

É nesta perspectiva que se pretende analisar como as organizações econômicas solidárias têm respondido aos condicionantes da lógica de acumulação capitalista. Tal questão é formulada levando-se em consideração que práticas de economia solidária estão estruturadas a partir de princípios diferenciados, mas estão inseridas no sistema capitalista. Deste modo, buscamos averiguar a relação das organizações com o meio em que estão imersas.

Ou seja, enquanto objeto investigativo para as ciências sociais, o tema deve ser objeto de investigação e seus desdobramentos devem cumprir um papel mais analítico. É de acordo com a segunda perspectiva de compreensão do fenômeno que esta investigação se coloca.

Neste sentido, lançamos mão de um conjunto de técnicas e levantamentos de dados para investigar nosso objeto: levantamento bibliográfico, análise do mapeamento da SENAES/FBES, observação sistemática em quatro empreendimentos para identificar as diversas práticas de economia solidária, as instalações, as rotinas operacionais e a gestão das experiências, entrevistas, questionário e pesquisa documental.

O objeto empírico dessa pesquisa é constituído pelos empreendimentos econômicos solidários do Brasil, que foram mapeados pela pesquisa da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), em 2005. A pesquisa identificou 14.954 empreendimentos, em 2.274 municípios, espalhados por todos os Estados.

Além disso, descrevemos dois empreendimentos de economia solidária como ilustração de casos típicos encontrados na pesquisa da SENAES: a Associação Sementes da Esperança, na localidade de Queimada Grande no município de Banzaê e a Associação dos Pequenos Agricultores de Lajinha em Várzea do Poço. Estes empreendimentos foram escolhidos por possuírem características típicas do padrão de EES encontrada pelo Mapeamento. Localizam-se na zona rural e exercem papel relevante na busca de solução para os problemas enfrentados por sua comunidade.

Para responder as questões apresentadas na problemática, verificamos em que medida e com quais peculiaridades os EES travavam interações recíprocas com a sociedade no que diz respeito à acumulação capitalista. A partir de tal preocupação e levando em consideração os processos de subordinação e funcionalização de outras formas de produção não-capitalistas, selecionamos no mapeamento da SENAES/FBES para a reflexão as questões que explicitavam os nexos entre as rotinas dos empreendimentos e o processo de acumulação: a origem dos insumos, a propriedade dos equipamentos, a comercialização (como é feita, destino, parceria, espaço) e a participação dos EES em rede ou fórum de articulação, relação deles com movimentos sociais e populares, com ação social ou comunitária, iniciativa com vistas à qualidade de vida de consumidores(as) de seus produtos ou serviços, organização (forma de articulação, vínculos associativos).

Do ponto de vista da estrutura do texto, a tese foi dividida em duas partes. Na primeira parte, composta por dois capítulos, caracterizamos o tema e o objeto empírico. No capítulo I, discorremos sobre a temática da economia solidária na Europa e na América Latina. A partir de uma retrospectiva histórica do surgimento e desenvolvimento da economia solidária explicitamos a diversidade de suas práticas e as formas organizativas do fenômeno nesses dois contextos.

No caso europeu, relacionamos a gênese da economia solidária a dois marcos históricos da organização dos trabalhadores na primeira metade do século XIX: o cooperativismo inglês e o associacionismo francês. Assim, procuramos ligar a gênese da economia solidária à própria história da organização dos trabalhadores. Como se sabe, as práticas cooperativistas e associacionistas nascem combatendo as conseqüências sociais advindas da Revolução Industrial e, ao fazerem isso, se organizam inspiradas nas idéias de igualdade, fraternidade e liberdade propagadas pela Revolução Francesa. Salientamos que o peculiar dessas práticas foi combater a sociabilidade capitalista através de iniciativas políticas, sociais e econômicas de forma conjunta.

Destacamos também o processo de repressão empreendido pelo Estado no sentido de frear essas experiências e as conclusões de Buber (1971), que aponta

o fracasso do movimento em sustentar os princípios de autonomia (principalmente frente ao Estado), liberdade e socialização.

O enfoque no movimento cooperativista inglês é dado, sobretudo, a partir das considerações de Singer (2002) e a análise do movimento associativista francês é realizado com base nos trabalhos de França Filho e Laville (2004).

Em seguida, o texto aborda o processo de consolidação da sociabilidade capitalista que, no contexto de disputas de projetos de sociedade entre trabalhadores e patrões, consegue se impor como regulação social. Nesse processo, enfatiza-se o surgimento da economia social comandada pelo Estado que, dentre outras coisas, representou a assunção de tarefas que eram desenvolvidas pelas cooperativas e associações (previdência, poupança, assistência social etc.), buscando a neutralização dos conflitos de classe. Esse processo chega a seu auge com a consolidação do *Welfare State* nos anos 1950.

Esta recuperação histórica não cumpre apenas um papel ilustrativo, mas permite conhecer o primeiro embate entre economia solidária e acumulação capitalista. Daqui podemos reter a falta de apoio por parte do Estado, que estava comprometido com as tese capitalistas e a força da noção de progresso que perpassa aquela época.

Finalizamos a explanação sobre o contexto europeu indicando o ressurgimento da economia solidária e apresentando as práticas com que ela se manifesta: comércio justo, finanças solidárias, economia sem dinheiro e empresas sociais. A base bibliográfica utilizada aqui foi França Filho e Laville (2004).

Quanto à América Latina, recuperamos o processo de colonização afirmando as diferenças em relação à gênese da economia solidária na Europa. Ou seja, destacamos que a economia solidária na América Latina foi gestada a partir das estratégias de sobrevivência dos indígenas, dos negros e de parcelas dos imigrantes que estavam marginalizados na lógica produtiva colonial. Para tanto, com base em Guerra (s/d) e Moreno (2001), discorremos sobre a sociabilidade pré-colombiana, destacando que seus traços característicos (hierarquia social, ausência de propriedade privada e trabalho comunitário cerimonial) não conformavam à existência de comunidades “perfeitas” sem assimetrias, mas evidenciavam a existência de uma sociabilidade na qual preponderava o cuidado

com o outro, a ação coletiva e o sentido de pertencimento. Esta forma de sociabilidade foi interrompida com a chegada dos colonizadores a partir de 1492.

A seguir, analisamos o processo de colonização e industrialização ocorrido na região e suas conseqüências socioeconômicas, enfatizando suas características de subalternidade e dependência. Destacamos, aí, a participação dos africanos na formação sociocultural latino-americana, o papel assumido pela Igreja Católica no processo de dominação colonial, a heterogeneidade do processo de colonização e a hierarquia entre as raças e seus costumes/culturas. Além disso, enfatizamos a relação entre a América Latina e a dinâmica sócio-econômica européia, que leva à dependência e à hierarquia, porém inspira, através das idéias iluministas e das bandeiras da Revolução Francesa, a busca por autonomia política.

Em tal contexto, configura-se a trajetória da economia dos setores populares da América Latina, que é intensificada a partir do processo de urbanização e industrialização no século XX. Por fim, apresentamos a economia solidária na América Latina na contemporaneidade, destacando as formas de manifestação da mesma em vários países da região.

No capítulo II, detivemo-nos na especificidade brasileira e na realidade baiana, situando as questões sócio-econômicas da conjuntura atual. Inicialmente, retomamos a trajetória da economia solidária no Brasil a partir dos anos 1970, destacando as experiências de geração de trabalho, emprego e renda e a instituição de arranjos produtivos autogestionários.

A tese a ser defendida, neste ponto, é a de que a economia solidária é fruto e continuidade de diversos processos sócio-políticos e práticas sócio-econômicas que, ao longo do tempo, construíram práticas produtivas não-capitalistas e que, à custa de tentativas e erros, avançaram no seu patamar organizativo, no seu reconhecimento social e no alcance dos seus resultados. Para sustentação de tal tese, analisamos vários eventos ocorridos ao longo do período em foco.

Na seqüência, destacamos nosso objeto empírico (os EES do Brasil), salientando a potencialização do patamar organizativo do movimento e traçamos o quadro atual da Economia Solidária no país a partir do mapeamento dos empreendimentos solidários efetuados pela SENAES e pelo FBES. Aqui,

ressaltamos as formas de organização, o motivo de criação, a trajetória, o grau de participação nos empreendimentos, a área de atuação, os produtos e serviços e as considerações sobre as entidades de fomento. Dando prosseguimento à análise, concentramo-nos nos dados referentes à realidade baiana. Por fim, descrevemos dois empreendimentos de economia solidária como referência para análise: a Associação Sementes da Esperança, na localidade de Queimada Grande, no município de Banzaê; e a Associação dos Pequenos Agricultores de Lajinha, em Várzea do Poço.

No que pese a pujança da economia solidária e a força dos números que foram demonstrados na primeira parte, uma questão se impõe: em que medida a economia solidária se diferencia de outras formas de produção não-capitalistas ou até que ponto a economia solidária não representa a atualização de produção não-capitalista em função das necessidades atuais da acumulação capitalista. Este é assunto tratado na segunda parte, composta de três capítulos.

No terceiro capítulo, refletimos sobre as especificidades da economia solidária em relação à produção para o auto-consumo (subsistência) e produção simples de mercadoria. Buscamos analisar as formas produtivas a partir de questões fundamentais para a reprodução e a negação do capital. Destacamos as especificidades brasileiras no tocante à continuidade desses arranjos, ressaltando a explicação marxista para sua continuidade, ou seja, o destaque para o caráter funcional desses arranjos. Por fim, tratamos das diferenças entre economia solidária e as formas socioprodutivas não capitalistas.

No quarto capítulo, situamos as características principais da atual fase da acumulação capitalista demonstrando que, de uma maneira geral, a acumulação de capital continua com seus movimentos clássicos. O capital busca incessantemente aumentar os lucros e, para tanto, desenvolve e incorpora ao processo produtivo inovações técnicas, organizacionais e novos insumos, modificando a composição orgânica do capital, diminuindo os custos e o tempo de produção. No entanto, o tipo de modificação (técnicas e organizacionais), as questões sociopolíticas, as alterações geopolíticas e a força da esfera financeira garantem especificidade na dinâmica da acumulação do capital no início do século XXI.

O objetivo da constituição deste capítulo foi compreender em que medida estas especificidades da acumulação capitalista na contemporaneidade se relacionam com a gênese e o desenvolvimento da economia solidária. Procuramos saber se o aparecimento da economia solidária é uma resposta às especificidades do atual padrão de acumulação. Isto é, averiguamos se a economia solidária desenvolve-se em função das necessidades do atual ciclo de reprodução do capital, ou seja, se ela tem se expandido em função da acumulação flexível, dos processos de terceirização e de precarização do trabalho. Neste sentido, discutimos as características desse padrão de acumulação para compreender sua operacionalidade e sua relação com a economia solidária.

No capítulo conclusivo, trabalhamos com a perspectiva de compreensão do fenômeno da economia solidária como algo complexo e, por conseqüência, sua relação com o processo de acumulação capitalista admite várias respostas. Nos capítulos anteriores, delinhamos o nosso objeto e diferenciamos a ES de outras formas produtivas não-capitalistas. Aqui verificamos as hipóteses levantadas no sentido de responder nossa problemática, demarcando a relação da ES com o processo de acumulação capitalista.

Isto posto, após a análise de práticas de economia solidária e, principalmente, dos resultados do mapeamento efetuado pela SENAES/FBES, duas relações principais foram verificadas: 1) subordinação, pois a maioria dos EES estabelecem uma relação com o mercado capitalista (compra de insumos, formas de comercialização dos bens e serviços produzidos e utilização da base técnica capitalista); 2) um novo tipo de regulação que mobiliza atores institucionais diversos em torno da busca de soluções para problemas públicos concretos, com vocação para desenvolver formas plurais de produzir e distribuir riquezas, voltado para a inversão da lógica da ação privada mercantil numa lógica de ação pública.

Nesse sentido, sustentamos que o que mais se destaca na relação entre a acumulação capitalista e o movimento de economia solidária é a contraposição ideológica desenvolvida por este. Assim, afirmamos ser a economia solidária um movimento social de tipo novo, por efetivar a convergência entre o velho movimento (movimento operário que reivindica rendas) e o novo movimento social (movimentos temáticos que reivindica direitos). A partir desta dupla inserção

(econômica e política), a economia solidária não reproduz os valores ideológicos do capitalismo. Independente do fato de que a sustentabilidade dos empreendimentos ainda é conseguida de modo sofrível e de que eles permanecem submetidos aos processos de subordinação e funcionalização, a cada dia, em cada canto desse país, valores de uma outra sociedade são anunciados e praticados.

CAPÍTULO I

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NOS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO

Certos autores afirmam que existe uma diferença entre a economia solidária desenvolvida na América Latina e na Europa. Vários pontos são elencados para demonstrar tal distinção; entre eles, a questão da origem, pois, enquanto no velho continente a retomada das práticas da economia solidária estaria ligada à incapacidade da economia social em responder à crise de emprego e à crise de valores que emergiram a partir dos anos 1970, no “novo mundo” o ressurgimento estaria ligado às atividades econômicas dos setores populares, potencializados pelos programas de geração de trabalho/renda e combate à pobreza.

Neste capítulo, apresentamos a temática da economia solidária na Europa e na América Latina, abordando a questão suscitada acima e outras particularidades da trajetória do fenômeno nos dois territórios.

Com relação à Europa, inicialmente buscamos contextualizar as mudanças sócio-econômicas a partir da transição da Idade Média para a Modernidade, principalmente do feudalismo para o capitalismo. Para alguns autores, as primeiras experiências de economia solidária foram registradas na primeira metade do século XIX, com o surgimento das cooperativas de trabalhadores na Inglaterra (SINGER, 2002) e as associações de operários na França (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004), que desenvolveram formas alternativas à organização social capitalista. Relacionamos, assim, a gênese da economia solidária no contexto europeu a dois marcos históricos: a Revolução Industrial (segunda metade do séc. XVIII) e a Revolução Francesa (1789).

Objetivamos apresentar o quadro social econômico e político no qual emergiram organizações sociais que incluíam a solidariedade no processo produtivo e que tentaram elaborar uma regulação social diferente da proposta capitalista. Posteriormente, discorreremos sobre a trajetória da economia solidária, situando-a no desenvolvimento do processo social do continente europeu até a atualidade¹⁰.

¹⁰ Aqui não trataremos da experiência da Corporación Cooperativa de Mondragón (MCC) no país Basco, na Espanha. Concentraremos a análise nas experiências inglesa e francesa.

Já a discussão da economia solidária na América Latina parte da análise de alguns elementos da sua formação histórico-social (herança identitária, o processo colonizador, as lutas pela independência política e soberania nacional, o papel da religião e a dinâmica de produção/distribuição/apropriação). Em seguida, explicitamos o processo colonizador e os traços marcantes da sociedade que emergiu a partir de 1492, destacando o processo de formação da economia popular. Com isso, intentamos perceber a dinâmica, a abrangência e as possibilidades do fenômeno na região.

Assim, elaboramos um painel sobre a história da economia solidária nos dois lados do atlântico, explicitando as peculiaridades de cada contexto e evidenciando seus reflexos para a experiência brasileira.

1 – Contextualização maior: ou um pouco de história da transição do feudalismo para o capitalismo

A partir do séc. XV, a Europa experimentou profundas transformações nas suas estruturas sociais. Nas palavras de Cambi (1999), tratou-se do fim de um ciclo histórico e início de outro; o fim da Idade Média e o início da modernidade¹¹.

Com o fim dos Quatrocentos (tomando 1453 como ano-chave e ano-símbolo, com a queda do Império do Oriente, ou 1492, com a descoberta da América, a morte de Lorenzo, o Magnífico, e a expulsão dos mouros de Granada, ou 1494, com o início das dominações estrangeiras na Itália), fecha-se um longo ciclo histórico que tem características profundamente diferentes do anterior, em relação ao qual ele opera uma ruptura consciente, manifestando estruturas substancialmente homogêneas e orgânicas (CAMBI, 1999, p. 196).

A modernidade apresenta-se, assim, como um momento revolucionário, um processo histórico de mudanças profundas em todas as dimensões da vida humana. A partir de uma nova base filosófica, o Iluminismo ancorou-se na razão como critério superior de análise e intervenção. O termo modernidade sugere uma

¹¹ Cf: Rocha (2005), “A palavra *modernus* deriva do advérbio latino modo, com o sentido de “recentemente”, “neste instante”, “agora mesmo”, ou *modus*, como referência ao passado, presente e futuro — de acordo com o contexto. Seu uso parece datar do século VI d.C, mas é a partir do séc. X d.C. que *modernus* começaria a significar uma avaliação, positiva ou negativa, de condutas intelectuais. Modernos, nas polêmicas religiosas e filosóficas do período medieval, eram os que possuíam abertura e liberdade de pensamento, além de um conhecimento atualizado. Mas também poderia significar um gosto leviano por novidades, de mudança pela mudança, de abandono às impressões do momento. Portanto, as noções “moderno” e “modernidade” conotam, globalmente, a idéia de uma mudança de mentalidade.”

relação, um diálogo e uma disputa com o passado sobre idéias e concepções da vida. Nestes termos, Rocha (2005) faz as seguintes considerações:

Quando empregamos os termos “moderno” ou “modernidade”, para designarmos um modo de pensar e de agir, supomos que ele está em ruptura com outros modos de pensar e de agir, os quais seriam anteriores no tempo, por isso nomeados como “tradicionais” ou “antigos”. Uso que implica uma certa relação entre passado e presente, pressupondo uma evolução histórica. Isto é, aqueles que nomeamos, ou que nomeiam a si mesmos, como “modernos”, teriam uma maneira própria de experimentar a passagem do tempo, e de se relacionar com o tempo.

Sendo assim, a noção de “moderno” está ligada a uma imagem que os indivíduos fazem de si mesmos, num dado momento do tempo. Ou a uma consciência que se tem sobre aquilo que se diz, se faz e se pensa. É a partir dessa imagem, ou dessa consciência, que se avalia, retrospectivamente, o que seria o passado. Portanto, “moderno” e “modernidade” são antes de tudo valores, ou definem valores. Assim, a noção de “tradição”, ou do que é “antigo”, terá um eixo próprio — o “passado”. E a noção de “moderno” ganhará o sentido daquilo que está voltado para o porvir (s/n)

A modernidade assumiu a possibilidade de construção de um mundo novo, onde as relações assimétricas e hierárquicas¹² do período feudal fossem abrandadas ou deixadas para trás. Nesse sentido, aqueles que se colocavam contra a ordem medieval se intitulavam como modernos e defensores de um novo arranjo social. Mais precisamente, os camponeses e os comerciantes (burgueses) eram considerados como os portadores do novo¹³, pois se contrapunham aos antigos, os nobres e o clero.

¹² Cf: Rocha (2005, s/n), “precisamos levar em conta que as formações sociais na Idade Média são fortemente hierarquizadas. O equilíbrio social é assegurado na figura do rei, que invoca o papel de verdadeiro representante de Deus na Terra. Daí a dualidade, a tensão e os conflitos entre os poderes de reis e papas ser uma constante do período. Essas formações sociais estavam organizadas em torno de uma repartição tri-funcional de tarefas: *laboratores*, *bellatores*, *oratores* — a saber, os servos que trabalham, os nobres que protegem, e os clérigos que rezam. No entanto, isto não corresponde a uma especialização dos homens. O servo, que cultivava a terra, era também artesão. O nobre, soldado, era também proprietário, juiz, administrador. Os clérigos, sobretudo os monges, eram muitas vezes tudo isto ao mesmo tempo. O trabalho do espírito era apenas uma das suas atividades, não era um fim em si mesmo — mas, desde que o monge era ordenado para toda a sua vida, era convertido ao serviço de Deus. Não há motivo para estranhar que a figura dos filósofos e a atividade filosófica estivessem associadas à instituição eclesiástica”.

¹³ Essa perspectiva de um mundo novo foi bem retratada por célebres romances da época. Thomas Morus e sua *Utopia* (1516), Campanella com *Cidade do Sol* (1623), Bacon com sua *Nova Atlantis* (1626). Cf: Habermas (1987, p. 104) essas obras “retraduziram a representação paradisíaca nos espaços históricos e nos terrais mundos alternativos. Eles reconverteram esperanças escatológicas em possibilidades profanas de vida”.

As relações sócio-econômicas, políticas e técnicas da Idade Média foram modificadas e, paulatinamente, uma nova ordem social foi sendo estruturada a partir da emergência de uma série de fatores geográficos (o pólo econômico é deslocado do Mediterrâneo para o Atlântico); econômicos (mercantilismo e capitalismo); políticos (formação dos Estados-nação e a eclosão de uma nova concepção de poder); sociais (surgimento de uma nova classe e de uma nova concepção de mundo); tecnológicos (adoção de novas técnicas e instrumentos de produção); e ideológico cultural (laicização e racionalização).

Habermas (1987) caracteriza a modernidade como um período em que ocorre a fusão entre o pensamento histórico (saturado de experiência) e o pensamento utópico (proposição de alternativas). Para ele, tal fusão repercute no pensamento político, que passa a ser constituído de energias utópicas contrabalançadas pelo peso conservador da experiência histórica. Esta fusão entre o pensamento utópico e o pensamento histórico seria proveniente da nova consciência de tempo que surgiu a partir do século XVIII na cultura ocidental. Uma noção de tempo, que substituiu a noção utilizada na Idade Média Cristã, incorporando a perspectiva de transitoriedade dos acontecimentos históricos e a expectativa de outra configuração de futuro.

Assim, a modernidade significou a tentativa de gestação de novas dinâmicas para o mundo, tendo o homem como sujeito principal no processo transformador. Buscava-se uma sociedade distinta da sociedade medieval e com novos sujeitos. Há uma grande discussão sobre quais os fatores que ocuparam a primazia no processo de transformação. Para alguns teriam sido os fatores econômicos, para outros a concepção de poder e há ainda aqueles que apontam as modificações na regulação social como elemento mais destacado. Acreditamos que é necessário considerar a importância de todos esses fatores numa relação dialética entre os mesmos.

Entretanto, a modernidade não edificou uma sociedade fundada no bem estar de todos e com horizontalidade entre os homens. Um novo arranjo social foi montado ao longo do tempo, superando diversos aspectos das tradições e costumes de épocas anteriores, o que conferia mais liberdade individual. Novas assimetrias e hierarquias, porém, foram estabelecidas (THOMPSON, 1987).

Com o fim das terras comunais, através dos cercamentos, os trabalhadores passaram a depender exclusivamente da venda da sua força de trabalho para garantir sua subsistência. A grande maioria de camponeses se transformou, paulatinamente, em trabalhadores fabris, livres das obrigações feudais (tradição e costumes), todavia dependentes do seu salário e presos às regras do mercado, o que gerou um grande empobrecimento (HOBBSAWM, 1992; DOBB, 1988).

Para Polanyi (2000), o processo de desarticulação social foi tamanho que aconteceu uma piora nas condições de vida da maioria da população. Boa parte dos historiadores¹⁴ atribui à implementação do novo sistema econômico a responsabilidade por tal situação. Esse novo modelo é caracterizado por Heilbroner (1996) da seguinte forma,

Os mercados sempre existiram, desde até onde chega nosso conhecimento da História. As Tábuas de Tell-el-Amarna mencionam um comércio ativo entre os faraós e os reis Levantinos, em 1400 a. C.: ouro e carros de guerra eram trocados por escravos e cavalos. Mas embora a idéia da troca deva ser quase tão antiga quanto o homem, assim como em relação à idéia do lucro, não devemos cometer o erro de concluir que o mundo inteiro tinha a propensão para negociar que tem o estudante americano do século vinte. (...) Mas os mercados, quer fossem trocas entre tribos primitivas cujos objetos eram casualmente espalhados pelo chão, quer fossem as fantásticas feiras ambulantes da Idade Média, não são o mesmo que o sistema de mercado. Isso porque o sistema não se trata apenas de uma troca de mercadorias: *é um mecanismo para sustentar e manter uma sociedade inteira* (p.29).

O novo sistema econômico desenvolvido foi denominado de capitalismo ou sistema de mercado. Sua peculiaridade foi a transformação da terra, do trabalho e do capital em mercadorias; ou seja, implementou a dissociação entre o econômico e as questões políticas e sociais (tradição e os costumes). A partir deste fato, que se processou lentamente no curso de vários séculos, todo o processo de articulação social que ligava o servo à terra e submetia-os aos senhores foi revolucionado. Heilbroner (1996) tece os seguintes comentários sobre tal passagem:

A Idade Média, a Renascença, a Reforma – sem dúvida o mundo inteiro até o século dezesseis ou dezessete – podiam não vislumbrar o sistema de mercado pelo simples motivo de que

¹⁴ Como exemplo, pode-se citar Hobsbawm (1992), Dobb (1988), Thompson (1987), que detiveram na análise sobre o processo da revolução industrial e seus antecedentes.

Terra, Trabalho e Capital – os agentes básicos de produção alocados pelo sistema de mercado – ainda não existiam. Terra, trabalho e capital no sentido solo, seres humanos e ferramentas coexistiam, é claro, com a própria sociedade. Mas a idéia de terra abstrata, de trabalho abstrato não sugeria à mente humana, de imediato, mais do que a idéia de energia ou matéria abstratas. Terra, trabalho e capital como “agentes” de produção, como entidades econômicas impessoais e não humanas, são tão modernos como concepção quanto o cálculo. Sem dúvida, não são muito velhos (p.30).

Para a transformação da terra em mercadoria foi preciso pôr em prática o processo de cercamentos dos campos. Para a transformação do trabalho em coisa comercializável foi necessário separar os servos e aprendizes dos meios de produção e deixá-los sem nenhuma outra alternativa para garantir seu sustento a não ser a venda das suas capacidades físicas e mentais. Para transformar o capital, recorreu-se à lógica da maximização, da individualização e ao comportamento aquisitivo. Tais ações foram sendo estabelecidas ao longo dos anos em decorrência daquelas alterações que salientamos anteriormente e, sobretudo, pela nova concepção de riqueza que fez do dinheiro o principal meio para obtenção dos bens e serviços; posteriormente, de status social e poder.

Bottomore (2001) elenca os vetores da mudança no âmbito sócio-econômico que ocasionaram a eclosão do capitalismo: i) produção para a venda e não para o uso próprio, por um número crescente de produtores, contrariando a produção simples; ii) existência de um mercado em que a força de trabalho é comprada e vendida, em troca de salários por dinheiro; iii) mediação predominante das trocas pelo uso do dinheiro, o que permitia maior flexibilidade e expansão das mesmas; iv) controle do processo produtivo pelo capitalista (contratação/demissão dos trabalhadores, escolha das técnicas, definição do ambiente de trabalho e escalonamento da produção); v) controle das decisões financeiras; vi) concorrência entre capitais; vii) aumento do comércio exterior.

Mas o surgimento de novas assimetrias e hierarquias sociais que provocaram a desarticulação social, gerando o agravamento das condições de vida da maioria da população, não deve ser associado exclusivamente à mudança do sistema econômico. Para esse novo sistema ser edificado, foi preciso, simultaneamente, montar uma comunidade política que substituísse a anterior. Essa nova comunidade fundamentava-se no utilitarismo, promovendo uma autonomização

do econômico, distanciando-se do imbricamento deste ao político e social, característico da Idade Média. Nestes termos, com base em Terestchenko (1991), França Filho e Laville (2004) afirmam:

Pegando no contrapé das concepções dominantes de sociedade, o utilitarismo propõe audaciosamente, basear a moral no interesse individual. Para o indivíduo repentinamente liberado dos seus entraves seculares, o questionamento se coloca em relação à possibilidade de viver em coletividade. A fim de resolvê-la, o utilitarismo preconiza partir-se das condutas dos homens e não mais dos princípios fundamentais da filosofia moral cristã. No lugar de condenar o amor de si mesmo, próprio do homem decepcionado após o pecado original, que se esconde por trás das aparências de virtudes, o utilitarismo pretende, além de absorvê-lo, afirmá-lo. Desse modo, o acordo fundado sobre um cálculo garantiria a paz social, pois a moral é fundada no interesse (p. 36).

1.1 - Os trabalhadores vão à luta

As mudanças, tanto no campo sócio-econômico, como nos princípios filosóficos, materializavam os anseios de liberdade e progresso, adotando o individualismo utilitário como instrumento para alcançar o bem-estar coletivo. No entanto, a realidade européia do final do séc. XVIII e início do séc. XIX, demonstrava que a maioria da população, com o advento do capitalismo, passava a viver sob condições extremamente precárias.

Thompson (1987) relata o intenso debate intelectual existente em torno deste período e suas conseqüências, envolvendo os historiadores sociais e os estatísticos dos salários e preços. Para alguns, baseando-se em estatísticas econômicas, essa transição melhorou a vida da maioria da população. Contudo, historiadores sociais afirmam que estas condições pioraram. Thompson assinala, por sua vez, que

[...] é perfeitamente possível sustentar duas proposições que, à primeira vista, parecem contraditórias. Durante o período de 1790-1840, houve uma ligeira melhoria nos padrões materiais médios. No mesmo período observou-se a intensificação da exploração, maior insegurança e aumento da miséria humana. Por volta de 1840, a maioria da população vivia em melhores condições que seus antepassados 50 anos antes, mas eles haviam sentido e continuavam a sentir essa ligeira melhoria como uma experiência catastrófica (THOMPSON, 1987, p. 38).

Nestes termos, Hunt (1989) sintetiza as condições vividas pela classe trabalhadora naquele contexto:

A destruição total da forma de vida tradicional dos trabalhadores e a disciplina severa do novo sistema fabril, associadas às condições de vida deploráveis nas cidades, geravam inquietação social, econômica e política. Houve reações em cadeia de sublevação, tumulto e rebelião, nos anos 1811-1813, 1815-1817, 1819, 1826, 1829-1835, 1838-1842, 1843-1844 e 1846-1848. Em muitos lugares estes levantes eram puramente espontâneos e de natureza basicamente econômica (HUNT, 1989, p.88).

Hunt (1989) também destaca o processo organizativo dos trabalhadores neste período,

Desde a introdução inicial da produção fabril nas indústrias têxteis, os operários procuraram reunir-se para, coletivamente, proteger seus interesses. (...) As organizações trabalhistas difundiram-se rapidamente na década de 1790. Por causa disso e do crescimento paralelo do descontentamento social e econômico, as classes mais altas se inquietaram bastante. A lembrança da Revolução Francesa estava bem fresca em sua memória e temiam o poder dos operários sindicalizados. O resultado foi a Lei do Conluio, de 1799, que tornava ilegal qualquer combinação entre operários, com a finalidade de conseguir salários mais altos, horário de trabalho mais reduzido ou a introdução de qualquer regulamentação que restringisse a liberdade de ação de seus empregadores. Os proponentes desta lei baseavam seus argumentos em termos de necessidade de livre concorrência e dos males do monopólio – princípios cardeais do liberalismo clássico -, mas não mencionavam combinações de empregadores nem suas práticas monopolistas (idem, p.88)¹⁵.

Desde a baixa Idade Média¹⁶, ainda no feudalismo, surgiram as corporações de ofício. Eram organizações que reuniam os membros de uma mesma atividade (padeiros, tecelões, marceneiros, pedreiros etc.), regulando-lhes a quantidade e a qualidade dos produtos, o regime de trabalho e o preço final. Procuravam, assim, eliminar a concorrência (proveniente de iniciativas que estavam fora do estabelecido), assegurar trabalho para todas as oficinas de uma mesma cidade e impedir que produtos similares de outras regiões entrassem no mercado local.

¹⁵ Cf. Heilbroner: “no início de 1779, uma turba de oitocentos trabalhadores invadiu uma fábrica e incendiou-a num gesto de indignada revolta contra sua fria e implacável eficiência; em 1811, este clima de protestos contra a tecnologia varreu a Inglaterra. Fábricas destruídas espalhavam-se pelo campo e a cada uma o comentário era ‘Ned Ludd passou aqui’. O boato era que um Rei Ludd ou um General Ludd esta dirigindo as atividades da turba. Não era verdade, claro. Os luddites, como eles eram chamados, inflamavam-se pelo puro e espontâneo ódio às fábricas, que viam como prisões, e ao trabalho assalariado, que desprezavam.” (p. 102)

¹⁶ A idade média é comumente dividida em dois períodos: A alta idade média (do século V ao século XI) e baixa idade média (do século XI ao século XV).

Estas corporações podem ser consideradas como as primeiras formas de organização dos trabalhadores, no que pese seu caráter hierárquico, corporativo e não voluntário.

No final do século XVIII, com o aprofundamento do sistema fabril, o papel da regulação desenvolvido pelas corporações de ofício perde sua validade em função das características do sistema de mercado: estímulo à concorrência, à inovação e à não interferência na economia. Tal situação, adicionada às conseqüências deletérias para os trabalhadores ocasionadas pelo sistema de fábricas, faz com que estes procurem outras formas de organização para alcançar seus interesses. Assim, surgiram as sociedades de apoio mútuo, os sindicatos, as associações e as cooperativas. As cooperativas e as associações operárias são consideradas, por Singer e Laville respectivamente, como as primeiras iniciativas de economia solidária no contexto europeu. Nesse sentido, priorizamos aqui a discussão em torno dessas duas experiências, iniciando com um painel histórico do surgimento do cooperativismo no contexto inglês e, adiante, do associacionismo francês.

1. 2 - A experiência cooperativa

A idéia e a prática de cooperativa para solucionar problemas econômicos é característica marcante dos finais do século XVIII e início do século XIX, sobretudo na Inglaterra, a partir das ações de Robert Owen¹⁷ e dos seus seguidores (os chamados owenistas¹⁸). Todavia, os primeiros registros remontam

¹⁷ Robert Owen (1771-1858) assumiu a direção da fábrica New Lanark, na Escócia, entre 1800 a 1829. A partir daí, introduziu uma série de modificações na gestão do processo produtivo e nas condições de trabalho que resultaram num aumento de produtividade e lucratividade da empresa, bem como uma melhora acentuada nas condições de trabalho e bem-estar para os trabalhadores e seus familiares. Eis as principais modificações introduzidas por Owen: redução da jornada de trabalho para dez horas e meia, proibição do trabalho infantil e criação dos jardins de infância para eles; condições de moradia decente. Em momentos de crise que a empresa não funcionou continuou a pagar os salários integrais aos empregados. (ENGELS, s/d, p. 312). No começo, esperava mostrar aos outros capitalistas, pelo exemplo de sua fábrica, em New Lanark, que o tratamento por eles dispensado aos operários era imprevidente e ignorante. Acreditava que os capitalistas conseguiriam mais produtividade dos operários e, conseqüentemente, mais lucros, se os tratassem com mais humanidade.

¹⁸ E. P. Thompson (1987) afirma que existe uma diferença entre Owen e o owenismo no que concerne às idéias e às práticas. Para ele, o owenismo constituiu-se em um movimento que se diferenciava das declarações e escritos de Robert Owen, adquirindo uma dimensão própria a depender de cada situação. Assim, ele afirma que “o socialismo owenista sempre contou com dois elementos nunca totalmente fundidos: a filantropia do iluminismo, traçando ‘sistemas *span-new*’ segundo princípios de utilidade e benevolência e a experiência daqueles setores de trabalhadores

à antiguidade. Podem-se assinalar como antecedentes as seguintes experiências: as organizações de exploração da terra dos babilônicos; a colônia comunal em Ein Guedi, no Mar Morto; Sociedades Funerárias e de seguros entre os gregos e romanos; os "ágapes" dos primeiros cristãos como forma primitiva de cooperativas; vida agrária entre os germanos; organizações agrárias e de trabalho entre os povos eslavos; agrupamentos de camponeses para a transformação do leite (armênios e camponeses europeus dos Alpes); organizações para o cultivo da terra e o trabalho nas organizações pré-colombianas, principalmente entre os Incas e os Astecas; as Reduções dos Jesuítas no Paraguai; as Casas de Comunidade na época da colonização espanhola na América; as colônias com caráter religioso dos imigrantes na América do Norte.

Como precursores na modernidade, podemos citar: Peter Cornelius Plockboy que publicou, em 1659, o ensaio sobre sua doutrina; John Bellers (1654-1725) que, em 1695, fez uma exposição de suas doutrinas no trabalho intitulado: "Proposições para a Criação de uma Associação de Trabalho de todas as Indústrias e da Agricultura". E. P. Thompson destaca a ocorrência de iniciativas cooperativistas na Inglaterra desde o final do séc. XVIII, indicando-as como base para as proposições de Robert Owen.

Já em 1796, houve uma tentativa de se formar uma Sociedade Fraternal Britânica, que uniria os recursos das sociedades beneficentes a formas de organização derivadas da Sociedade de Correspondência. Surgiu entre os tecelões de Spitalfields, propondo que se pagassem abonos de velhice e desemprego, que a Sociedade devia contratar seus próprios membros afastados do emprego e que os produtos dos tecelões de seda, alfaiates, sapateiros etc. deviam ser trocados entre si (THOMPSON, 1987, p. 392).

Mas as experiências cooperativas assumem uma dimensão peculiar a partir do início do séc. XIX. Segundo Singer (2002, p.27), a primeira cooperativa criada foi a de George Mundie, em 1821, "que reuniu um grupo de jornalistas e gráficos em Londres e propôs que formassem uma comunidade para juntos viverem dos ganhos de suas atividades profissionais". Em 1826, foi fundada a comunidade de *Orbiston*, liderada por Abram Combe, que iniciou experimentos em educação e num sistema de repartição baseada em pagamento igual por hora de trabalho de

que escolheram algumas noções entre o estoque owenista e adaptaram-nas ou desenvolveram-nas de acordo com o seu contexto específico" (vol. III, p. 380).

qualquer pessoa. Em 1827, surgiu a *Brighton Co-operative Trading Association* (Associação Cooperativa de Troca de Brighton), liderada por William King, que funcionou como armazém cooperativo para ajudar a formar um fundo de capital. A Associação arrendou terras e empregou membros do cultivo de legumes para serem vendidos no armazém (SINGER, 2002).

Em 1817, após um longo ciclo de guerras na Europa, a economia da Grã-Bretanha caiu em profunda depressão. Owen apresentou uma proposta ao governo britânico para auxiliar as vítimas do desemprego e reestabelecer o crescimento da atividade econômica¹⁹. O plano consistia na utilização do fundo de sustento dos pobres na compra de terras e construção de aldeias cooperativas, em cada uma das quais viveria cerca de 1200 pessoas trabalhando na terra e indústrias, dirigindo assim sua própria subsistência. Os excedentes de produção poderiam ser trocados entre as aldeias (SINGER, 2002, p. 25).

O governo não implementou o plano de Owen, levando o mesmo a tentar aplicá-lo nos Estados Unidos, em 1824. Na ausência de Owen (1824-1829) ocorreu uma intensa adesão ao owenismo, inclusive por sindicalistas e sua teoria foi enriquecida por Thompson, Gray e outros. A partir daí, os seguidores de Owen colocaram em prática suas idéias com as devidas adaptações.

Engels (s/d), Jones (2000); Singer (2002) e Thompson (1987) afirmam que as idéias owenistas, como as de Fourier e Saint-Simon, foram produzidas inicialmente separada dos trabalhadores, mas elas foram, paulatinamente, assumidas e adaptadas por esses trabalhadores a partir dos anos 1820, em contextos específicos de suas organizações sindical e cooperativa, na França e Inglaterra. Dessa forma, apontam que a ligação entre o movimento cooperativista e a luta de classes conduzida pelos sindicatos conferia a essa luta uma radicalidade muito maior. Nesse mesmo sentido, Singer (2002) salienta que

[...] os trabalhadores em conflito com seus empregadores, em vez de se limitarem a reivindicações de melhora salarial e de condições de trabalho, passavam a tentar substituí-los no

¹⁹ Cf. Hunt (1989, p. 172): "Owen era um homem de bons sentimentos que se espantava com o sofrimento e as dificuldades suportadas pelos operários. [...]. Acreditava que os capitalistas conseguiriam mais produtividade dos operários e, conseqüentemente, mais lucros, se os tratassem com mais humanidade.

Verificou, porém, que quase nenhum capitalista estava interessado em seguir seu exemplo, convencendo-se de que a resposta estava na formação de "cooperativas" voluntárias, através das quais os próprios produtores controlariam, em conjunto, seu próprio destino econômico. Acreditava que um sistema de cooperativas poderia coexistir e concorrer com as empresas capitalistas existentes e acabar por substituí-las inteiramente".

mercado. A greve tornava-se uma arma não para melhorar a situação dos assalariados, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão (p. 29).

Além das cooperativas de produção, os seguidores de Owen, segundo Singer, passaram a rejeitar o comércio com lucro e criaram os armazéns de troca. Dessa formas, a comercialização dos produtos era feita à base de escambo ou com moeda própria.

Atuando na produção, distribuição e consumo dos bens, o cooperativismo se arvora como modo de produção alternativo ao capitalismo, conforme Singer. Para ele, o projeto grandioso de Owen equivalia ao que mais tarde se chamou de República Cooperativa e Owen não propunha, à moda dos utópicos da época, aos mecenas para que a patrocinassem²⁰, mas ao movimento operário organizado, que ainda estava lutando por seus direitos políticos. Para Singer, foi um curto, mas inolvidável momento da história da Grã-Bretanha e também do cooperativismo, que foi, deste modo, ainda imaturo, a “pia batismal da revolução”.

Durante a segunda metade do séc. XIX e a primeira metade do séc. XX, as iniciativas cooperativistas prosperaram por toda a Europa e alargaram sua atuação para as áreas de crédito, produção e consumo, congregando um número crescente de adeptos.

A atuação dos trabalhadores, na Inglaterra da primeira metade do século XIX, é a expressão concreta dessa simbiose. Ou seja, a convergência entre o movimento sindical e o movimento cooperativista dotou as organizações e as reivindicações dos trabalhadores de uma consistência considerável.

Segundo E. P. Thompson, estudando o contexto específico da Inglaterra pós revolução industrial, o período de 1790 a 1840 tem como marco central o processo de formação de uma consciência de classe por parte dos trabalhadores em geral. Uma consciência que se manifestava no conhecimento de seus próprios interesses, conhecimento dos seus oponentes e na adoção de estratégias de organização para atingir seus objetivos. Esses colocavam-se bem distintos do controle social preconizado pelo utilitarismo e exercido pelos mercados.

²⁰Thompson (1987) apresenta uma versão diferente. Segundo ele, Owen apresentou seus planos, tanto a trabalhadores, como a empresários (os mecenas citados por Singer) e ao governo.

Entretanto, com o passar do tempo, o cooperativismo passou a ser visto como uma organização social intermediária entre o capitalismo e o socialismo, uma forma gradual e indolor de superação dos problemas advindos da sociabilidade capitalista. A partir de meados do século XX, com as modificações no comércio varejista que possibilitaram a oferta de produtos a preços baixos e a difusão do automóvel, que permitiu o acesso a centros de compras mais distantes, as cooperativas de consumo passaram por dificuldades. Algumas vantagens tiveram que ser suprimidas, o número de sócios diminuiu e muitas cooperativas foram fechadas. As que permaneceram tiveram que se ajustar à lógica do marketing, da grande escala de produção, perdendo o seu caráter comunitário. Assim, a partir desta perspectiva, o cooperativismo foi se ajustando à regulação capitalista e, posteriormente, passou a ser incentivado pelo próprio sistema (SINGER, 2002).

Por outro lado, os empregadores associados ao Estado reagiram a essa movimentação, decretando *lock-outs*, demitindo os trabalhadores sindicalizados e reprimindo o movimento. Com a instituição de legislação contrária aos anseios dos trabalhadores, conseguem refrear o movimento e impor derrotas aos cooperativistas-sindicalistas.

Esse processo ocorreu, no mesmo período, na França, onde houve especificidades, constituindo a experiência associativista, como se confere a seguir.

1.3 - O associacionismo francês

A França do início dos oitocentos diferenciava-se política, social e economicamente da Inglaterra. Ela era considerada como o país da utopia (RUSS, 1991), em que pese não estivesse tão desenvolvida industrialmente. Nesse período, os trabalhadores franceses estavam se organizando de forma tão intensa quanto na Inglaterra. As explicações para o grau elevado de organização dos trabalhadores, independente do desenvolvimento econômico, são: a tradição racionalista francesa (Descartes e os Iluministas); a tradição utópica (Morelly, séc. XVIII); a característica do séc. XIX de buscar a síntese, diferente do século anterior, que foi mais analítico; as conseqüências da Revolução Francesa (igualitarismo do jacobinismo, o espírito revolucionário e o internacionalismo); o

impacto da Conspiração dos Iguais (revelação da luta de classes, denúncia da propriedade como roubo e espoliação e análise do funcionamento e das conseqüências da indústria e do comércio) e, finalmente, a posição excepcional que ocupavam os intelectuais na sociedade francesa (RUSS, 1991). Todos esses fatores contribuíram para a eclosão de um sentimento próprio de busca de modelos alternativos ao capitalismo, de busca de regulação social distinta do utilitarismo.

É nesse contexto que França e Laville (2004) identificam a gênese da economia solidária. Para eles, esta gênese relaciona-se a três movimentos que se cruzam no contexto francês, no século XIX, de construção da modernidade: i) instituição de um espaço público pluricentrado, fruto da modernidade que se instaura em oposição à tradição feudal; ii) superação dos aspectos corporativistas na prática coletiva dos operários, levando-os a criar as associações, a partir de 1830; iii) retomada da dimensão fraterna do “viver em conjunto” a partir de uma nova noção de solidariedade edificada por Leroux²¹. A partir da simbiose desses três elementos é que surgiram organizações que implementaram a solidariedade nos processos produtivos e buscaram uma atuação externa aos seus empreendimentos (no espaço público). Vejamos mais detalhadamente cada um destes elementos

O primeiro elemento, a construção de espaços públicos no início do séc. XIX, é apontado como um dos principais traços distintivos da modernidade em relação à Idade Média. Para França Filho e Laville (2004), esse *lócus* proporcionou o contato, o debate e a inter-relação de pessoas oriundas de contextos diferentes, possibilitando, assim, uma reflexão sobre a sociedade em que estavam inseridas. Os autores conceituam o espaço público como:

[...] a “instituição de intervalos que se reatam sem integrar-se”.
Pode-se falar em “espaço pluricentrado”, pois ele inscreve a

²¹ Pierre Leroux (1797-1871), pensador político francês, começa no saint-simonismo. Em 1833, no artigo *De l'individualisme et du socialisme*, é um dos primeiros a usar o termo *socialismo*, na seqüência de Robert Owen. Foi deputado em 1848, exilando-se após o golpe de estado de dezembro do mesmo ano. Fundou o jornal *Le Globe*, em 1830, no qual defendia suas idéias. Suas principais obras são: *Da plutocracia*, 1843 e *Malthus e Economistas*, 1846. Ele tem sido retomado em trabalhos recentes como um dos mais influentes e populares pensadores socialistas do seu tempo, não só na França, mas por toda a Europa. Editou, conjuntamente com Jean Reynaud, *L'Encyclopédie nouvelle*, composta de três livros: *De l'égalité* (1838), *Refutation de l'éclectisme* (1839) e especialmente sua suma filosófica religiosa, *De l'Humanité* (1840).

pluralidade no objetivo de uma comunidade onde nenhuma origem comum a funda ou a justifica, enquanto recusa por princípio toda comunhão final.

[...] Ou seja, instâncias de reflexão, de argumentação e de discussão, entre os quais figuram tanto os cafés, os cabarés e os círculos burgueses, quanto às sociedades filantrópicas, os clubes ou as sociedades de sábios, em que todas concorriam para a formação de uma sociabilidade democrática (TASSIN, 1992, p. 33).

Em nome da liberdade e da construção e exercício da cidadania, os cidadãos passaram a ocupar o espaço público que era *lócus* de reflexão, de argumentação e discussão de problemas comuns e imediatos que se colocavam nas profissões ou nas comunidades. Para eles, as pessoas reivindicavam a condição de sujeitos para resolverem seus problemas imediatos de forma associada, independente dos laços de sangue e de origem: “eles querem, assim, assumir seu lugar na nova liberdade de se governar” (FRANÇA FILHO & LAVILLE, 2004, p. 41). Dessa forma, a instituição de *lócus* de reflexão contribui para a visualização dos limites das corporações de ofícios e para a superação dos mesmos com a criação das associações.

O segundo elemento diz respeito à superação dos aspectos corporativistas na prática coletiva dos operários, que os levou a criar as associações, a partir de 1830. Esse associacionismo diferencia-se das corporações por utilizar princípios de liberdade e igualdade entre os membros; além disso, a forma de adesão às mesmas passar a ser voluntária. Assim, os trabalhadores buscavam inserir nas suas organizações os ideais da modernidade (igualdade, liberdade e fraternidade):

a partir de 1830, os operários tomam consciência dos limites inerentes às corporações: atingindo apenas as profissões urbanas qualificadas, contidas pela interdição das coalizões e das regulamentações profissionais, essas corporações se inscrevem na esfera pública. Razão pela qual, com a progressão do mercado que leva a um aumento da miséria, impõe-se a idéia de associação. Graças à livre reunião de indivíduos concernidos pelos mesmos problemas, “[...] os operários tornaram enfim consonantes suas organizações e a tradição revolucionária”, conforme argumenta Sewell (1983, p. 275), ao evocar a passagem das corporações às associações operárias. Os espaços públicos se consolidam através de um associacionismo operário no qual o reagrupamento utiliza a força das corporações, ao mesmo tempo em que a ultrapassa, pois está baseada em princípios de liberdade e igualdade entre os membros cuja adesão é voluntária.

Com esse associacionismo, entre outras missões, coloca-se aquela de intervir na construção da economia (FRANÇA FILHO & LAVILLE, 2004, p. 42).

Os autores sustentam que, com o advento das associações, as questões relativas ao “viver em conjunto” são recolocadas em cena e, a partir delas, as formas de relação com base no laço social estão novamente no centro do debate, só que, agora, o laço social se estrutura ancorado em novas bases; ou seja, trata-se de pensar e tematizar sobre um laço social moderno, diferente dos laços sociais de outrora.

Por último, como terceiro elemento, é apontada a retomada da dimensão fraterna do “viver em conjunto” a partir de uma nova noção de solidariedade edificada por Leroux, que questionava a caridade, as teorias do contrato social e uma visão organicista de sociedade, como bem aponta França Filho e Laville (2004):

A contribuição inegável de Leroux reside na afirmação de que a solidariedade não pode ser concebida a partir do indivíduo ou da sociedade, pois ela é indissociável de uma relação; o que autoriza a pensar uma igualdade na diferença, segundo os termos de Le Bras Chopard (1986). “Todos os homens são irmãos quer dizer apenas: todos os homens são solidários, o que deixa o campo livre a distinção” (Leroux, 1839 apud Le Bras Chopard, 1992, p. 60). Mas seu pensamento retém também a atenção pela sua capacidade de entrar em ressonância com os movimentos da época, pois sua inventividade só tem sentido em ligação com a abertura concomitante do campo dos possíveis. Tal pensamento faz eco a um associacionismo operário no qual ele intervém, pois se engaja justamente na pesquisa de uma economia que poderia ser solidária (p. 43).

Os autores apontam que, com base nestas vertentes, surge o associacionismo, no qual os operários propõem-se, entre outras missões, a intervir na construção da economia. Ou seja, questionavam as formas de regulação econômica centradas exclusivamente no mercado e buscavam relações sociais que valorizavam o trabalho. Nesse contexto, diversas experiências que buscavam associar a iniciativa econômica com a solidariedade foram forjadas, deixando um rico legado sobre formas de produção e sociabilidade com os ideais republicanos franceses, que se distanciavam e combatiam a dinâmica imposta pelo capitalismo.

As associações operárias lançam-se à cena social no intuito de edificar uma regulação social pelo trabalho, através de uma dimensão de sociabilidade própria,

que se distinguiu da regulação e sociabilidade capitalista. Diferentemente da Inglaterra, na França diversos pensadores propuseram modelos organizativos, buscando aquela 'nova regulação', no sentido indicado anteriormente através de Buber (1971). Vejamos algumas dessas propostas/experiências.

É importante indicar os principais autores e seguidores presentes nesse processo que construíram essas propostas ou mesmo foram protagonistas de suas práticas: a escola saint-simoniana, os saint-simonianos dissidentes: Leroux e Philippe Buchez, Louis Blanc (1811-1882); o Socialismo cristão, socialista feminista Flora Tristan (1803-1844), Proudhon, a utopia de Cabet, os neobabovistas Dézamy e Louis August Blanqui.

França Filho e Laville (2004) classificaram essas propostas a partir da metodologia de organização empregada: 1. fortalecimento do Estado, que era responsável pela regulação, propriedade, planificação e distribuição dos bens e serviços sociais (Cabet e Blanc); 2. debitam aos trabalhadores a tarefa de organizar e controlar sua produção, modificando as formas de propriedade (Leroux) 3. propõem os trabalhadores como co-proprietários dos meios de produção (Considérant); 4. criação de espaços sociais circunscritos, cuja preocupação principal era a regulação social (Fourier e fourieristas); 5. a organização era dada a partir da função dos trabalhadores no sistema produtivo, respeitando a concorrência e o direito de propriedade e atacando seus abusos (Buchéz e buchézianos).

Eles fazem a seguinte observação sobre esse conjunto de experiências:

As abundâncias de idéias e de experiências testemunham a imbricação entre debates e práticas para confrontar os caminhos através dos quais poderia se consolidar uma economia solidária que constitui a finalidade em direção a qual tendem numerosas tentativas bastante díspares (FRANÇA FILHO & LAVILLE, 2004, p. 47).

Os autores também salientam o fato de essas experiências praticarem a adesão voluntária, mecanismos de igualdade entre os participantes, e associarem a suas práticas a atividades econômicas e ao exercício da política. Logo, para eles, estabelece-se "empreendedorismo que não é movido pela rentabilidade do capital investido e que não distingue o que é da ordem da produção e da distribuição,

combinando associação para exercer uma profissão em comum e ajuda mútua” (p. 47).

Porém, as experiências francesas foram interrompidas, do mesmo modo que as britânicas, pela repressão aos movimentos sociais empreendida pelos patrões e pelo Estado. Além disso, algumas práticas das cooperativas e associações passaram a ser exercidas pelo Estado (principalmente a seguridade e assistência aos carentes) e logo o movimento arrefece e cede lugar para uma economia social que, cada vez mais, tem o Estado como responsável pelo papel da regulação e redistribuição na sociedade. França Filho e Laville (2004) afirmam que tal interrupção representou a separação entre a dimensão política e econômica das associações.

1. 4 - Economia com solidariedade e socialismo utópico

Diversas experiências cooperativistas e associacionistas foram colocadas em prática. No século XIX, tais experiências foram a expressão prática das idéias e propostas dos socialistas utópicos. A historiografia, de uma forma geral, entende por socialismo utópico o movimento que surgiu na França e na Inglaterra entre as Guerras Napoleônicas e as Revoluções de 1848. Buber (1971, p. 27) ressalta a existência no socialismo utópico “de um elemento de edificação e planejamento orgânico que procura reestruturar a sociedade. Isso não após a extinção da ditadura do proletariado num futuro indeterminado, mas aqui e agora, a partir das condições atuais”.

Os expoentes do socialismo utópico foram: Claude Henri de Rouvroy, o Conde de Saint-Simon (1760-1825), François-Charles Fourier (1772-1837), Robert Owen (1771-1858) e Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), Kropotkin (1848-) e Landauer (1870). Bottomore (2001) faz as seguintes considerações sobre o socialismo utópico e seus principais pensadores:²²

²² A partir das principais obras de Saint-Simon, Fourier e Owen, Bottomore efetua uma análise comparativa entre as idéias dos mesmos. Ele ressalta a relação diferenciada destes com o iluminismo (Owen = continuidade; Saint-Simon e Fourier= oposição) e aponta os pontos comuns entre eles, que são: a) ambição de construir uma nova ciência da natureza humana; tomam a esfera moral/ideológica como a base determinante de todos os outros aspectos do comportamento humano; b) tem a perspectiva de fazer dessa esfera o objeto de uma ciência exata que resolverá o problema da harmonia social; c) todos identificam as teorias moral, religiosa e política como o

A designação desses pensadores como “utópicos”, bem como o próprio termo “socialista”, tornou-se comum em fins da década de 1830, tanto na Inglaterra como na França. Mas foi a qualificação da categoria “socialismo utópico” em textos marxistas que mais influenciou a imagem subsequente do “socialismo” desse período. Essa qualificação delineou-se na crítica que se faz ao “socialismo utópico crítico” no *Manifesto comunista*, onde ele é relacionado ao “período inicial ainda pouco desenvolvido [...], da luta entre o proletariado e a burguesia”, e consolidou-se na historiografia socialista posterior, a partir da obra *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, de Engels. O que era “utópico”, segundo esse enfoque, era a crença na possibilidade de uma transformação social total, que compreendesse a eliminação do individualismo, da competição e da influência da propriedade privada, sem o reconhecimento da necessidade da luta de classes e do papel revolucionário do proletariado na realização dessa transição (BOTTOMORE, 2001, p. 341).

Nesse sentido, Engels, como boa parte dos críticos marxistas, analisa o socialismo utópico, muitas vezes, de maneira dúbia. Por um lado, ressalta a importância e o papel dos utópicos na condenação do capitalismo, mas, por outro lado, o reduz ao papel de proto-socialismo, germe que geraria o ‘socialismo real’. Engels faz as seguintes considerações a respeito de Saint-Simon, Fourier e Owen:

Traço comum aos três é que não atuavam como representantes dos interesses do proletariado, que, entretanto, surgia como produto histórico. Da mesma maneira que os enciclopedistas, não se propõem emancipar primeiramente uma classe determinada, mas, de chofre, toda a humanidade. E assim como eles, pretendem instaurar o império da razão e da justiça eterna. Mas entre o seu império e dos enciclopedistas medeia um abismo. Também o mundo burguês, instaurado segundo os princípios dos enciclopedistas, é injusto e irracional e merece, portanto, ser jogado entre os trastes inservíveis, tanto quanto o feudalismo e as formas sociais que o antecederam. Se até agora a verdadeira razão e a verdadeira justiça não governaram o mundo é simplesmente porque ninguém soube penetrar devidamente nelas. Faltava o homem genial, que agora se ergue ante a humanidade com a verdade, por fim descoberta. O fato de que esse homem tenha aparecido agora, e não antes, o fato de a verdade tenha sido por fim descoberta agora, e não antes, não é, segundo eles, um acontecimento inevitável, imposto pela concatenação do desenvolvimento histórico, e sim porque o simples acaso assim o quis. Poderia ter nascido quinhentos anos antes, poupando assim à humanidade quinhentos anos de erros, de lutas e de sofrimentos (ENGELS, s/d, p. 305).

principal obstáculo à realização das recém-descobertas leis da harmonia; d) não estabelecem qualquer distinção entre a ciência física e a ciência social.

Tratava-se, por isso, de descobrir um sistema novo e mais perfeito de ordem social, para implantá-lo na sociedade vindo de fora, por meio da propaganda e, sendo possível, com o exemplo, mediante experiências que servissem de modelo. Estes novos sistemas sociais nasciam condenados a mover-se no reino da utopia; quanto mais detalhados e minuciosos fossem, mais tinham que degenerar em puras fantasias (idem, p. 307).

Buber (1971), por sua vez, faz uma avaliação no sentido contrário às formulações de Engels, enfatizando as peculiaridades do socialismo utópico. Para ele, o planejamento orgânico da sociedade, um dos alvos da crítica marxista, constituiu-se em um ponto forte das formulações do socialismo utópico, pois, a partir do planejamento orgânico da sociedade, busca-se superar os problemas reais através do exercício de afastamento do real para melhor analisá-lo e superá-lo, tendo uma meta a ser alcançada. Essa posição, segundo Buber (1971), não pode ser considerada dogmática, embora siga uma linha espiritual. Ela “focaliza sua atenção sobre as tendências ainda ocultas nas profundezas da realidade e que, apesar de se acharem eclipsadas por outras tendências mais manifestas e poderosas, agem a favor dessa transformação” (p. 23). Assim, Buber (1971) afirma:

Ao longo do desenvolvimento do chamado socialismo utópico, seus principais representantes chegaram à conclusão de que nem a problemática social, nem sua solução, poderiam ser reduzidas a um denominador comum, e que toda simplificação, mesmo a mais inteligente, prejudica não só o conhecimento, como também a ação (p. 23).

Buber estabelece as principais diferenças entre o socialismo utópico não marxista e marxista com relação a seus objetivos e às estratégias para alcançá-los:

O socialismo utópico não marxista, pelo contrário, busca um caminho substancialmente idêntico a sua meta final. Ele se nega a crer que, confiando no ‘salto’ que será dado algum dia se deva preparar (...), o contrário daquilo que se deseja alcançar; mas acredita que é preciso criar desde já a atmosfera possível e necessária para a transformação futura. Ele não acredita no salto pós-revolucionário, e sim na continuidade revolucionária, ou melhor: numa continuidade dentro da qual a revolução significa somente o cumprimento, a libertação, a ampliação de uma realidade que, dentro do possível, já se desenrolou (p. 25).

Continuando a sua análise, Buber (1971) acrescenta que a importância central do chamado socialismo utópico foi fomentar a organização da sociedade em diversas

organizações (cooperativas e associações), respeitando a mais ampla autonomia dos indivíduos dentro desses espaços coletivos. No entanto, para ele,

[...] pela coação da economia e do Estado capitalista essa essência foi se alterando progressivamente, de sorte que o moderno processo de individualização se efetuou em forma de desintegração. As antigas formas orgânicas continuaram a existir em seu aspecto exterior, mas perderam seu sentido, sua alma: converteram-se em tessitura decadente (p. 25).

Buber visualiza os limites das práticas do socialismo utópico não naquilo que era apontado pela crítica marxista, mas na sua incapacidade de sustentar, nas organizações criadas por eles, os princípios de autonomia, liberdade e socialização. Aqui podemos apontar que este ponto é, também, o grande desejo e desafio das organizações da economia solidária na atualidade (século XXI).

Esses princípios tinham como pano de fundo a idéia de utopia. Anteriormente, fez-se alusão à afirmação de Habermas de considerar a modernidade como um período que funde o pensamento histórico com o pensamento utópico. Nesse sentido, Habermas esclarece o significado e a dimensão do utópico no contexto do século XIX:

Desde o início do século XIX, “utopia” transformou-se em um conceito de luta política usado por todos contra todos. Em primeiro lugar, o reproche é dirigido contra o pensamento abstrato do Iluminismo e seus herdeiros liberais; então, naturalmente, contra os socialistas e comunistas, bem como contra os ultraconservadores – contra uns porque evocavam um futuro abstrato, contra outros porque evocavam um passado abstrato. Como todos estavam contaminados de pensamento utópico, ninguém queria ser um utopista (HABERMAS, 1987, p.).

Assim, a modernidade traz consigo a dimensão utópica que estava presente em todos os autores e correntes do pensamento social da época. O que importa reter é que essa dimensão utópica assumiu sentidos diversos, adotando, por um lado, as idéias como instrumento de transformação; e, por outro, o sentido de revelação da mudança. Todavia, esses dois componentes da utopia não ficaram estanques e separados. Em diversos momentos, entrecruzaram-se em gradações diferenciadas na prática social em busca de uma sociedade melhor, o que faz implicar em incorreções e equívocos a utilização de generalizações para se retratar aquele período.

Há que se ressaltar também que as cooperativas e associações daquele período buscaram uma regulação social pautada no imbricamento entre o político, o econômico e o social, através de organizações que se estruturavam a partir da adesão voluntária, com ideais de igualdade e fraternidade, aplicando ou tentando aplicar a solidariedade durante o processo produtivo, e não posteriormente, como ficaria caracterizada a economia social comandada pelo Estado. Ou seja, o legado de tais iniciativas é justamente a proposição de combinar, ao mesmo tempo, iniciativa econômica, solidariedade entre os membros e ação sobre questões públicas.

1. 5 - A economia social comandada pelo Estado

Quando da passagem do século XIX para o século XX, as relações capitalistas na sociedade se consolidavam e adentravam na fase que os historiadores classificam como monopolista. Deixaram de ser caracterizadas por pequenas unidades fabris, de produção em baixa escala e com pouca interdependência espacial e produtiva. Esses fatores contraditórios entre si levaram ao desenvolvimento de novas formas de relações capitalistas (DOBB, 1988).

A partir de 1870, o crescimento da concorrência atingia grande escala, em função dos investimentos técnicos e da maior produtividade do processo produtivo. Por outro lado, acontecia uma crise no mercado consumidor que diminuía a capacidade de consumo, principalmente dos trabalhadores. As estratégias desenvolvidas para sair dessa grande crise caracterizaram o processo de formação dos monopólios econômicos, com a centralização da propriedade/produção.

Surgiram as grandes empresas, os 'cartéis' e 'trustes', os mercados de bens de consumo foram transformados (quantitativa e qualitativa); registrou-se o crescimento acentuado, tanto absoluto, como relativo do setor terciário da economia; passou-se a observar um maior papel do governo e do setor público na economia, além da expansão dos mercados europeus a territórios ainda não explorados (Ásia e África) ou mesmo dos já explorados (América), estabelecendo-se, assim, relações comerciais 'neocoloniais'(DOBB, 1988).

Por outro lado, Hobsbawm (1992) aponta essa "Era" como sendo marcada e dominada pelas contradições do capitalismo. Momento do seu triunfo, do seu

grande desenvolvimento econômico, mas também marcado por movimentos de massas que exigiam a derrubada do capitalismo nos países mais prósperos economicamente. Foi um período de profundos enfrentamentos entre os trabalhadores e os capitalistas.

Neste cenário, as idéias de organização da sociedade através da autogestão, que era representada, sobretudo, pelo associacionismo francês e pelas cooperativas inglesas, são questionadas e combatidas. A partir deste enfrentamento, ganha força a presença do Estado social visando neutralizar os conflitos de classe. Para isso, dentre outras medidas, a ação estatal passava a ofertar uma série de serviços que eram antes prestados pelo próprio movimento dos trabalhadores (assistência, seguridade etc.). Dessa forma, buscava-se dissuadir os trabalhadores de se insurgirem contra o capitalismo, compensando-os com os serviços estatais e a possibilidade do poder de compra através do pleno emprego.

O compromisso do Estado social é a pacificação dos conflitos de classe que deve ser obtido através do poder estatal democraticamente legitimado, que é interposto para o zelo e a moderação do processo natural do desenvolvimento capitalista. (HABERMAS, 1987, p. 107).

Junto com a noção de Estado social, ganha força a economia social, conceituada por França Filho e Laville (2004) da seguinte forma:

Anteriormente confundida com a economia política, a economia social dela se desprende, até criticando-a, para inclinar-se sobre as intervenções necessárias com vistas a corrigir os efeitos nefastos desta produção mercantil em regime de concorrência conforme lembra Vienney (1994). A economia social examina as condições permitindo conciliar o modo de produção econômico com uma redução da pobreza que ameaça a ordem estabelecida, daí a ênfase posta sobre a questão moral, conforme atesta a posição de Gide, que passa da contestação da economia política ao reconhecimento de sua complementaridade com a economia social (p.50).

Com a supremacia da economia de mercado, observa-se a convivência desta com a economia social e com uma economia tradicional (de subsistência). Percebe-se uma hierarquia entre uma e outra: a economia de mercado assumindo o papel principal; a economia social complementando-a; e a economia tradicional marginalizando-se, servindo de reserva de mão-de-obra para a economia mercantil.

Pensada como a única economia portadora do desenvolvimento, a dissociação entre produção e distribuição é ratificada: a produção geradora de excedente fica sob o registro da economia mercantil e a distribuição torna-se sua dependente. Corolário, a economia social como teoria abandona a produção ao domínio da economia política, em proveito da distribuição, correndo o risco de ser percebida como “vulgar” (Procacci, 1993) e a economia social como prática submete-se à dispersão induzida pelos estatutos diversificados (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, p. 51).

Tal postura terá um desdobramento na noção de solidariedade que deixava de ser buscada em todas as fases da vida e passava a ser praticada, exclusivamente, após o processo produtivo ser concluído em forma de redistribuição. Ou seja, a solidariedade passava a ser orgânica

Esta orientação funcional é adotada pelos solidaristas que se dedicam à concepção dos meios suscetíveis de perenizar a solidariedade orgânica. Com eles, a solidariedade não está mais ligada a uma dimensão relacional, intersubjetiva, mas a um órgão, o Estado, que endossa a responsabilidade de fazer valer o respeito às leis (idem, p. 52).

França Filho e Laville (2004) finalizam com as conseqüências de tal orientação:

Em suma, na França como em outros países em processo de industrialização, a elaboração de dispositivos de proteção cria as condições de uma aceitação social do mercado de trabalho, indispensável complemento do mercado auto-regulador e da sociedade de capitais, em que o trabalho se reduz a uma mercadoria (p. 53).

Afirmam ainda que, no processo de repressão ao associacionismo, de implementação da economia social e consolidação dos sindicatos, experimentou-se uma mudança na forma de questionar as injustiças capitalistas e até de projetar uma nova organização para a sociedade. Na virada do século XIX para o século XX, aquela mudança trazia consigo a força de ação dos sindicatos. Todavia, também implicava numa perda qualitativa da ação.

Se antes as formas de organização econômica acordavam um espaço amplo para os vínculos comunitários, na empresa capitalista, por outro lado, esta dimensão comunitária irá situar-se de modo exterior à organização com a subversão da ordem predefinida e a descoberta de um novo espaço econômico, como considera Verin (1982). O reconhecimento de direitos na empresa aos seus membros não proprietários é acordado como um vínculo com a comunidade exterior à empresa, no caso a comunidade política. Tais direitos são promulgados pelo Estado. O Estado elabora um modo específico de organização, o social, tornando viável o crescimento da economia mercantil através da sua

conciliação com a cidadania dos trabalhadores. Anteriormente, a questão social relacionava-se a tudo que dizia respeito à ordem societária, agora se torna sinônimo de proteção individual e coletiva dos cidadãos mais fracos, e particularmente os assalariados da empresa são, dessa forma, protegidos pela intervenção estatal (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, p. 54).

Logo, a economia de mercado consolidava sua supremacia e subordinava a economia social (fruto das ações estatais) e a economia tradicional (de subsistência) à necessidade do processo de acumulação.

No decorrer da primeira metade do século XX, os acontecimentos vieram a confirmar a opção de uma sociedade capitalista com presença marcante do Estado. As guerras mundiais, as crises econômicas e o sucesso do Welfare State, a partir do segundo pós-guerra, nos países centrais, pareciam indicar a melhor forma de regulação social: preservação do *ethos* capitalista, coordenação estatal, pleno emprego, poder de compra garantido, crescimento econômico e estabilidade nas instituições.

Mas o sucesso do projeto de sociedade calcada no Estado social apresentava limites e começava a acontecer seu momento de ocaso. Um dos principais fatores foi a explicitação da fraqueza do Estado ante ao capital. Habermas (1987, p. 108) afirma que “o Estado social esbarra na resistência dos investidores privados, fato tão mais claro quanto mais exitosa a implementação de seus programas”. Com o advento do que se convencionou chamar de crise do fordismo, que significa a potencialização do processo, “explicitam-se as limitações estruturais sob as quais o compromisso sócio-estatal foi criado e mantido” (HABERMAS, 1987, p. 108). Assim,

O Estado social tem de deixar intacto o modo de funcionamento do sistema econômico, não lhe é possível exercer influência sobre a atividade privada de investimentos senão através de intervenções ajustadas ao sistema. Ele não teria de forma alguma poder para isso também porque a redistribuição da renda limita-se, no essencial, a um realinhamento horizontal dentro do grupo de trabalhadores dependentes e não toca na estrutura específica do poder de classe, especialmente na propriedade dos meios de produção. Assim o Estado social bem-sucedido perde o pé em uma situação na qual tem de ascender à consciência o fato de que ele próprio não é um ‘manancial de abundância’ autônomo e não pode assegurar o lugar do trabalho como um direito civil (HABERMAS, 1987, p. 108).

Em função disso, o projeto sócio-estatal apresentava suas fissuras, sem conseguir alcançar seus objetivos e, além disso, trazendo consigo a potencialização das regulamentações e da burocratização em geral.

Ou seja, a partir dos anos 1970, nos marcos do capitalismo, com o crescente aumento da demanda sobre o Estado e a crise do fordismo, a perspectiva de uma economia social amparada nas hastes estatais chegava a seu esgotamento. Assim, passava-se a assistir a estrutura da economia social definhar e, com ela, as formas de contestação calcadas na reivindicação do pleno emprego e do poder de compra dos trabalhadores. Tal situação possibilitou discutir outras formas de contestação do capitalismo. Desse modo, recuperou-se a atenção para práticas e idéias de uma outra economia fundada na solidariedade e no vínculo social, sustentada nas associações e cooperativas a partir dos princípios de autogestão, voluntariedade e democratização das decisões.

1. 6 - O ressurgimento da Economia Solidária na Europa

Na atualidade, de uma forma geral, podemos indicar duas vertentes para a retomada da economia solidária no continente europeu: crise de valores e crise do emprego assalariado.

A crise de Valores

A crise de valores diz respeito à negação dos valores característicos da modernidade capitalista. Diversos autores apontam que o aprofundamento das características da modernidade gerou tal crise. França Filho e Laville (2004), citando Aglieta (1989), afirmam:

O modo impessoal que representa uma sociedade centrada majoritariamente na troca mercantil através da moeda reage sobre a finalidade do indivíduo, que perde toda coloração e esgota-se na busca do ter puramente quantitativo. Este seria o mal-estar da modernidade (p.73).

Eles concluem que esse mal-estar se revela desde os anos sessenta, através dos protestos que questionavam o sucesso da modernidade (padronização da demanda e da oferta, crescimento apenas quantitativo) e reivindicavam um caminho diferente (“necessidade de consideração, na política econômica, das

dimensões de participação nas diferentes esferas da vida social, de preservação do meio ambiente, de relações entre sexos e idosos”).

Questionam também o papel que o Estado desempenha nas sociedades modernas, seja na sua relação com o mercado, na realização de suas tarefas de forma impessoal, burocratizada e centralizada, na re-apropriação da vida privada e do espaço público ou no seu papel de distribuidor de riquezas. Isto é, a forma como a vida social estava estruturada nos anos 1960, período em que a regulação fordista teve êxito, não deveria ser tomada como exemplo, nem tampouco o modelo social aplicado pelos países socialistas da época. Desde aquele período, os valores como consumismo, impessoalidade, burocratização, falta de garantias à liberdade individual e o desrespeito com a natureza já eram questionados. Tal crise de valores se manifesta na busca de novas alternativas sociais e, dentre estas, destaca-se a economia solidária.

Crise do emprego assalariado

O emprego na sociedade capitalista tem uma importância central na vida das pessoas, pois é a forma que a maioria delas tem de garantir a sua subsistência. Não é por outra razão que a ausência dele (desemprego) concentra tanta atenção e traz conseqüências consideráveis para as pessoas e para o sistema econômico.

Segundo Lisboa (1999), a emergência e persistência do desemprego em nossa sociedade nos conduzem a um verdadeiro paradoxo, com terríveis conseqüências psico-sociais:

Hoje nos deparamos com o paradoxo de viver uma sociedade de trabalho sem trabalho. Sociedade de trabalho porque é uma sociedade constituída em torno da ética do trabalho, porque nela o trabalho é o princípio fundamental e organizador da vida – vivemos para trabalhar. É pelo exercício de uma profissão que as pessoas adquirem identidade social. Mas, cada vez mais, é uma sociedade de trabalhadores sem trabalho, pois o mercado de trabalho se encolhe como resultado tanto do surgimento de novos padrões de organização produtiva – terceirização, flexibilização, com a conseqüente precarização da relação de trabalho quanto ao advento de novas tecnologias e conseqüente redução na quantidade de trabalho socialmente necessário.

Essa contradição também é conhecida como o fenômeno do crescimento sem emprego: produz-se cada vez mais com menos trabalho (LISBOA, 1999, p.56).

Para Habermas (1987), a utopia de uma sociedade do trabalho orientava-se pela idéia de auto-atividade, cooperação e solidariedade entre trabalhadores industriais. Como as relações de cooperação têm se desagregado — e não se vêem perspectivas da capacidade da utopia do trabalho instituir a solidariedade entre os trabalhadores, então, a utopia do conceito de trabalho é deslocada para a comunicação. Assim, esse autor deixa de considerar trabalho como fonte de geração de solidariedade entre as pessoas e atribui à comunicação o papel que aquela categoria desempenhou no passado.

Já Teixeira (1996) diz que as transformações ocorridas na sociedade capitalista não redundaram na criação de um tempo livre de trabalho, como possibilidade concreta para o pleno desenvolvimento das capacidades intelectuais e espirituais dos indivíduos, por terem sido mediadas pela forma do capital. Assim sendo, a promessa de liberdade que a concorrência traz em si transforma-se em não-liberdade, não porque as forças produtivas, depois de certo estágio de desenvolvimento se rebelam contra o homem, mas porque esse desenvolvimento se realiza dentro de uma forma social fetichizada, coisificada. Em síntese, dentro de uma forma social que é típica do desenvolvimento não do homem, mas do capital (TEIXEIRA, 1996).

No entanto, continua Teixeira (1996), “o domínio das ciências sobre os processos produtivos não dispensou o trabalho vivo como fonte produtora de valor e de mais valia.” Ele acrescenta que a subcontratação, o trabalho doméstico, artesanal e familiar fornecem trabalho materializado “velado sob o véu da compra e venda de mercadorias semi-elaboradas”. Com base nisto, afirma:

[...] isto está longe de constituir o fim do trabalho abstrato enquanto forma de estruturação e socialização dos trabalhadores privados. Ao contrário disso, trata-se de uma forma de dispêndio de trabalho que levou às últimas conseqüências o trabalho abstrato como forma específica e particular de produção de valor e mais-valia. Com efeito, esses “novos” trabalhadores, metamorfoseados em vendedores de “trabalho objetivado”, porque não mais fazem parte da estrutura interna da empresa, são obrigados a fazer do seu trabalho pessoal a razão do seu sucesso como produtores de mercadorias. Como sua capacidade empresarial depende diretamente do seu esforço pessoal, do seu

trabalho próprio, sua atividade, mais do que nunca, é para eles um meio que lhes permite existir. Têm que trabalhar para viver. Por isso suas vidas são invadidas pelo trabalho, o que faz deles meros suportes de uma atividade que tem nela mesma sua finalidade e sua razão de ser (p. 132).

Dirigindo-se diretamente a Habermas, Teixeira afirma:

[...] ao contrário do que pensa Habermas, portanto, o segredo da produção de mais-valia não foi desvendado. Este segredo está mais velado ainda, por que agora se esconde sob a ilusão de uma sociedade de produtores independentes de mercadorias, uma sociedade sem vendedores da forças de trabalho, posto que o contrato de compra e venda da força de trabalho está se metamorfoseando num contrato de fornecimento de mercadorias (p. 135).

A questão passa, então, pela compreensão da crise, resume-se a uma crise do emprego assalariado ou trata-se de uma crise do trabalho como categoria estruturante da sociedade? Qualquer que seja a resposta a esta questão, o fato é que, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, assiste-se a uma crise do emprego assalariado, verificada nas distintas sociedades, seja por conta do crescimento econômico (substituição de processos produtivos intensivos em mão-de-obra por processos intensivos em capital), seja pela falta de crescimento econômico (quantidade insuficiente de processos produtivos).

Logo, se o aparelho produtivo capitalista repele um número crescente de indivíduos, parte daqueles que ficam desempregados e dos jovens que não conseguem o primeiro emprego encontra possibilidades de sobrevivência em arranjos produtivos distintos da lógica capitalista. É a presença e persistência do desemprego que contribui para o desenvolvimento de novas organizações econômicas solidárias, visando à garantia da subsistência de parcelas crescentes dos habitantes. Entretanto, há que se salientar que esta seria uma condição necessária, porém não suficiente para a conformação da economia solidária.

1. 7 - As práticas da Economia Solidária na Europa, na atualidade

As práticas que animam a economia solidária, de uma maneira geral e tipológica, podem ser enumeradas como comércio justo, finanças solidárias, economia sem dinheiro, empresas sociais, organizações econômicas solidárias e organizações de referência. De uma forma geral, a economia solidária representa uma atualização da economia social, pois recupera as propostas colocadas no século

XIX, trabalha com iniciativas locais (luta contra a exclusão), porém traz como elemento novo, entre outras questões, o forte conteúdo ecológico característico da contemporaneidade.

Ressalta-se que para ser considerada uma organização de economia solidária, não basta ter o título de cooperativa ou associação, pois sabemos que diversas associações, cooperativas e até ONGs funcionam com práticas idênticas da organização capitalista, tais como: a heterogestão, falta de transparência, o assalariamento, utilização da competição e a busca incessante de lucros. Fazemos, abaixo, uma descrição de cada tipo de organização presente hoje na Europa.

Comércio justo

Trata-se de um movimento que busca desenvolver novos padrões nas relações comerciais inter e intra nações²³. O desafio é configurar uma comercialização com regras e objetivos distintos do que se exerce nas relações comerciais internacionais. Isto é, as questões de demanda, oferta e poder de comercialização que determinam o preço e as condições de venda dos bens e serviços são deixados de lado e adotam-se critérios que remunerem os produtores com um preço que estimule a produção a partir de condições sociais e ecológicas não predatórias. Segundo Fretell e Roca (2003):

[...] o comércio justo surge não apenas como alternativa de cooperação comercial para os produtores excluídos dos países do Sul, mas também como um conjunto de práticas que se inscrevem em uma concepção dos intercâmbios, que rompe com o paradigma econômico e a visão de desenvolvimento imperantes. Nesse sentido, possui um poder transformador que possibilita estabelecer outros tipos de relações entre produtores e consumidores baseados na equidade, na cooperação, na confiança e no interesse compartilhado (p. 37).

A cadeia do comércio justo é formada por produtores, consumidores, empresas que têm responsabilidade social, organizações de cooperação e os governos. Cada um desses atores, na maioria das vezes, está organizado em entidades

²³ Segundo Fretell e Roca (2003), "o conceito de comércio justo se ampliou, incorporando esta definição também ao comércio interno e na comercialização entre os países do Sul, assim como entre os países do Norte e também Leste-Oeste, embora a ênfase do comércio justo seja orientada para as relações de intercâmbio Sul-Norte (e, em perspectiva, Leste-Oeste)" (p. 35).

criadas especificamente para representar os interesses respectivos no comércio justo. Além disso, a cadeia conta com a participação de agências de certificação, centrais de compras, lojas de comércio justo, as distribuidoras e os pontos de vendas. Os exemplos mais conhecidos são a associação Café Max Havelaar e a rede de *Artisans du Monde* (FRETTELL & ROCA, 2003).

Os principais desafios enfrentados pelo comércio justo são a superação da classificação tradicional entre os países do sul (produtores de matérias-primas) e os países do norte (consumidores); o estabelecimento de sistemas de distribuição que possam remunerar adequadamente os produtores e, ao mesmo tempo, garantir preços menores aos consumidores; a ampliação da variedade de produtos e do público consumidor; a garantia da presença dos produtores do Sul na definição de critérios e normas do comércio justo, o que não vem acontecendo, como bem acentua Fretell e Roca.

Finanças solidárias

São experiências em torno do crédito solidário e outras formas de relação com o dinheiro. Inclui aqui formas de microcrédito, poupança solidária, microfinança, finança de proximidade, sistemas de garantia do comércio justo, sociedade de garantias, cartões de crédito solidários, etc. Seu objetivo é permitir que as pessoas excluídas do sistema bancário tradicional (aqueles que não conseguem atender as exigências das instituições financeiras, como comprovação de renda, propriedade de bens e direitos e avalistas) possam ter acesso ao crédito e poupança, possibilitando, com isso, a criação e a conservação de empregos e o desenvolvimento local. Além disso,

[...] para além duma questão de democratização do acesso ao crédito, é também, e, sobretudo, toda uma preocupação com a chamada utilidade social do investimento financeiro que está em jogo, orientando este campo de iniciativas. Trata-se, com estas experiências, de afirmação de uma finalidade de aplicação ética do dinheiro na direção de projetos articulando, por exemplo, um trabalho de luta contra a exclusão, de preservação ambiental, de ação cultural, de desenvolvimento local etc. (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 121).

Um dos principais desafios das finanças solidárias é diferenciar-se do microcrédito de orientação liberal, que busca ampliar o volume de empréstimos a

indivíduos com potencial de vir a se constituir empresários. Ou seja, as finanças solidárias se orientam por critérios de utilidade social.

Economia sem dinheiro

São iniciativas que desenvolvem formas alternativas de trocas e intercâmbios de bens e serviços sem a utilização do dinheiro tradicional. Tais iniciativas, na maioria das vezes, se situam em escala local, procurando responder ao fenômeno da exclusão social. As principais formas da economia sem dinheiro são os Clubes de Trocas, intermediação com produtos, dinheiro respaldado por prefeituras e dinheiro respaldado por empresas. Destaca-se nessa iniciativa o trabalho desenvolvido pelo Movimento Monetário Mosaico (MoMoMo), espécie de rede que busca reunir, divulgar e apoiar todas as experiências nesse campo, disponibilizando-as em escala internacional.²⁴

Os Clubes de Trocas são espaços de permuta de bens e serviços sem a intermediação do dinheiro oficial. Desde o seu surgimento, em meados da década de 1980, no Canadá e na Argentina, constituem-se em respostas ao desemprego, à queda da atividade econômica provocada por recessões e à busca de alternativas a intercâmbios econômicos sustentados na lógica capitalista. Geralmente, os grupos criam uma moeda social própria para facilitar os intercâmbios. As principais experiências desse tipo são: sistemas de trocas locais (SEL ou LETS), na França e Inglaterra respectivamente; as redes de trocas recíprocas de saberes (RERS), na França²⁵ e Rede de trocas globais da Argentina. Segundo França e Laville (2004):

Os SEL ou LETS não provém de uma forma de troca mercantil, pois se trata de um somatório de trocas (relações) bilaterais contabilizadas numa perspectiva de compensação multilateral, e não instantânea, das dívidas, que devem durar no tempo. Vale ressaltar que o sentido mesmo do sistema é fomentar uma dinâmica de dívidas e créditos a favor de uma perpetuação das relações sociais. Esse é o registro próprio à chamada lógica da dádiva, tal como descrita por M. Mauss [...] (p. 125).

²⁴ Para maiores informações sobre o MoMoMo, ver ARKEL, Henk van et al (orgs.). Onde está o dinheiro. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2002 e os sites: www.momomo.org e www.strohalm.nl.

²⁵ SEL – Systèmes d'échanges locaux; LETS – Local exchange trading system; RERS – Réseaux d'échanges reciproques de savoirs.

Empresas sociais

Denominação dada a organizações presentes mais destacadamente na Europa, que atuam com fins públicos a partir de uma estrutura semelhante à empresa privada. Clémant e Gardin (1999) conceituam-nas como “toda atividade privada de interesse geral, organizada a partir de uma *démarche* empresarial não tendo como razão principal a maximização do lucro, mas a satisfação de certos objetivos econômicos e sociais, assim como a capacidade de dispor, pela produção de bens e serviços, de soluções inovadoras para os problemas de exclusão e desemprego” (apud FRANÇA FILHO & LAVILLE, 2004, p. 128).

França Filho e Laville (2004, p. 128) citam alguns exemplos de empresas sociais: Empresas de inserção francesas, Empresas incessantes belgas ou finlandesas, Cooperativas sociais italianas, Cooperativas de trabalho associado espanholas, Empresas de comunidades locais alemãs (ex-Empresas alternativas), Empresas comunitárias irlandesas ou escocesas (Community Businnes), Empresas intermediárias britânicas (Intermediaite Labour Markets Organizations), Empresas de inserção portuguesas, Cooperativas de serviços sociais suecas, Empresas comunitárias austríacas, Empresas comerciais americanas com finalidade social (Community based Business, Community Wealth Entreprises), Movimento comunitário quebequense, Grupos comunitários neo-zelandeses, Cooperativas mexicanas.

Nesse sentido, Guy Hascoët (2006), que foi Secretário de Estado para Economia Solidária na França, aponta as perspectivas e os limites da economia solidária na Europa a partir da realidade francesa:

[...] os diferentes momentos componentes da economia social recebem o reforço de um associacionismo solidário que testemunha uma reação contra as injustiças sociais e os desequilíbrios ecológicos. Estas formas de economia cidadã ocupam, de fato, perto de dez por cento da paisagem econômica dos países europeus. Elas desenvolvem respostas adaptadas, fazem nascer atividades inovadoras, onde o econômico só existe pela sutil hibridação entre as contribuições dos beneficiários dos serviços criados, o apoio público em diferentes níveis e terceiros pagantes privados. Elas merecem ser reconhecidas, ao invés de lhe serem aplicadas as regras dos serviços públicos em certos casos, ou as regras do mercado, em outros. O reforço de uma

cidadania ativa, dos laços na sociedade, da tomada de responsabilidade de cada um ou coletivamente, o acompanhamento dos setores emergentes, já legitimam, por si mesmos, a intervenção pública (HASCOËT, 2006, p. 208).

Após este painel da experiência de economia solidária na Europa, passamos para a experiência latino-americana, no sentido de perceber suas especificidades e influências na experiência brasileira.

2 - Economia Solidária nos Trópicos

Diversos autores afirmam que a economia solidária na América Latina²⁶ (re)surge da economia popular, diferentemente do que é observado na Europa (FRANÇA FILHO & LAVILLE, 2004; SINGER, 2002; GAIGER, 1996, 2004; LISBOA, 1999; TIRIBA, 2001).

Se na Europa a gênese de atividades econômicas com solidariedade esteve relacionada às reminiscências do trabalho associado e comunitário e à luta dos artífices em se contraporem à forma e à organização fabril capitalista, alimentada pelos ideais da revolução francesa (THOMPSON, 1987), na América Latina, o começo de uma economia com solidariedade foi gestado a partir das estratégias de sobrevivência dos indígenas, dos negros e de parcelas dos imigrantes que estavam marginalizados na lógica produtiva aplicada na região. Dar, receber, retribuir, aproveitar e trabalhar de modo associado significavam a sobrevivência de grupos inteiros frente à dinâmica colonizadora. Logo, as raízes da economia solidária neste continente estão inseridas na busca de sobrevivência e em oposição à dinâmica colonizadora, carregando fortes características das sociedades pré-coloniais.

Segundo Pablo Aragone Guerra (2004), o termo os fundamentos teóricos e o sentido específico da economia solidária foram criados na América Latina através dos trabalhos de Luis Razeto, em princípios dos anos 1980. Guerra chega a afirmar que existem duas matrizes analíticas da economia solidária: uma latino-americana e outra européia. Ele assinala as motivações do surgimento da análise latino-americana sobre a socioeconomia:

²⁶ Compreendemos aqui como América Latina os países do continente americano que foram colonizados pelos espanhóis, portugueses e franceses, excluindo-se o Canadá e os Estados Unidos.

Así como la socioeconomía impulsa la necesidad de entender al mercado imbricado en la sociedad, y a las motivaciones humanas no entendidas en los términos meramente egoístas e individualistas, impulsando para ello una nueva teorización que superara la hegemónica visión neoclásica; la economía de la solidaridad nace en nuestro continente persiguiendo dos grandes objetivos: en primer lugar, rescatar las formas económicas alternativas a las meramente mercantiles, basadas en valores solidarios, tanto en el plano de la producción, como de la distribución, consumo y acumulación. En segundo lugar, reinventar la teoría económica, construir nuevos presupuestos y categorías de análisis, que justamente pudieran dar cuenta de esas formas alternativas (ARAGONE, 2004, s/n).

Com efeito, pensar a economia solidária na América Latina exige a análise de alguns elementos da sua formação histórico-social (herança identitária, o processo colonizador, as lutas pela independência política e soberania nacional, o papel da religião e a dinâmica de produção/distribuição/ apropriação), pois, só assim, consegue-se perceber a dinâmica, a abrangência e as possibilidades do fenômeno na região. Logo, a explanação que se segue parte da análise das características dos povos pré-colombianos. Em seguida, explicitamos o processo colonizador e os traços marcantes da sociedade que emergiu a partir de 1492²⁷, destacando o processo de formação da economia popular.

2.1 - A sociabilidade da América pré-colombiana: hierarquia, ausência de propriedade privada e trabalho comunitário cerimonial

A história da região hoje conhecida como América Latina tem suas origens há milhares de anos. Vários grupos étnico-culturais habitaram o continente antes da chegada dos europeus. Entre eles destacam-se os Maias, Astecas, Aymaras, Incas, Chibchas, Quechuas, Tupys, Guarany, Jês, Caraíbas, Patagones, Araucanos etc.²⁸.

É importante destacar que essas civilizações tinham formas diferenciadas de organização e de desenvolvimento sócio-cultural. Moreno (2001) classifica-as em

²⁷ A análise desenvolvida aqui foca-se no processo de manutenção, transferência e transmissão da cultura dos diversos grupos étnicos que formaram a América Latina, estabelecendo-se critérios de análise a partir do que sugere Thornton (2004) para estudos de transmissão de culturas: as estruturas políticas, a estrutura familiar e de parentesco, a linguagem, as religiões, as concepções filosóficas, os princípios estéticos e de ordem material etc.

²⁸ A historiografia sobre a América Pré-colombiana registra a presença de numerosos grupos étnicos que ocuparam a América antes mesmo dos Maias, Astecas e Incas.

dois grandes grupos: 1) os grupos com limitado desenvolvimento econômico, que habitavam extensos e espalhados territórios; 2) os grupos com avançados desenvolvimento econômico e social, já com presentes formas de governo e acostumados à cobrança de tributos e à disciplina do trabalho (Astecas, Incas e Chibchas).

De forma geral, os estudos arqueológicos e antropológicos consideram que as formações pré-colombianas possuíam os seguintes traços: ausência da propriedade privada, ausência do individualismo, hierarquia social, presença de organização social solidária, trabalho com caráter comunitário e cerimonial, sem a presença da apropriação individual do excedente nem exploração do homem pelo homem e com uma forte cultura religiosa, constituinte da visão de mundo desses povos (MORENO, 2001). As civilizações pré-colombianas tinham diversas divindades que representavam os diversos fazeres do seu cotidiano e que orientavam as suas ações. Eram sociedades politeístas, nas quais a religião assumia uma centralidade.

Moreno (2001), analisando essas características, evidencia que muitos traços socioculturais provenientes²⁹ daquelas civilizações permaneceram no cotidiano dessa região e contribuíram para o exercício de práticas solidárias.

Las herencias recibidas del pasado genético y cultural pueden ser coadyuvantes del proceso de implantación de un sistema económico con ideología humanista en el que todos los recursos naturales y tecnológicos estén al servicio del ser humano y no de este al servicio del capital.

No hay formas asociativas del modelo europeo pero todas las actividades y especialmente el trabajo, se realiza durante todo su proceso en forma comunitaria y en la misma forma son asignados los rendimientos o excedentes de cosecha (p. 71).

As características destacadas acima não indicam, na América pré-colombiana, a existência de comunidades “perfeitas”, sem assimetrias e hierarquias sociais. Thornton (2004), por exemplo, salienta que os primeiros conquistadores utilizaram-se dos sistemas hierárquicos desenvolvidos pelas sociedades pré-colombianas para exploração da mão-de-obra local e maior exploração das suas riquezas. Todavia, é importante ressaltar que, apesar das hierarquias sociais,

²⁹Cf: Potiguara (2003, s/n), “As antigas civilizações indígenas, como Maias, Aztecas, Quéchuas, valorizavam o culto à fertilidade, a veneração à Mãe-Terra, as divindades femininas e seguiam o calendário lunar, possuíam alto sentimento de ética, cooperação e diálogo”.

existia uma sociabilidade em que preponderava o cuidado com o outro, a ação coletiva e o sentido de pertencimento a uma comunidade. Essa sociabilidade foi interrompida com a chegada dos colonizadores, a partir de 1492. Aragone (2004) sentencia:

Decíamos que desde ese momento de la conquista, se sucedieron diversos intentos por preservar las particulares culturas económicas de nuestros pueblos, a la par de lograr novedosas formas y unidades económicas que basadas en los principios y valores nativos, hicieran posible su supervivencia, alejados de los circuitos mercantiles que se intentaban plasmar en estas tierras. La labor que en la materia han tenido las órdenes franciscanas, dominicas, y sobre todo jesuitas, ha sido fundamental en tal sentido. Las misiones jesuitas establecidas en las regiones de *Itatin, Guayra y Tape*, entre principios del siglo XVII hasta el año 1768 (3), que dieron origen a la llamada "República de los Guaraníes" (en obvia alusión a la utópica construcción Platónica en su *República*), lograron no solo conservar el grueso de su cultura autóctona, sino además la supervivencia de la etnia en los peores años de la institución de la encomienda. Pero sobre todo, lograron establecer de forma muy eficiente, un ordenamiento socioeconómico, de basis comunitaria, que durante más de un siglo y medio, satisfizo a éstos guaraníes una pluralidad de necesidades en base a relaciones de reciprocidad y redistribución (s/n).

2.2 – Da Colonização à Industrialização: subalternidade e dependência

A formação social da América Latina adquire contornos especiais a partir da chegada dos europeus, com sua lógica de saque e rapina. Os europeus se impuseram como povos superiores e, com o seu poderio bélico, subjugarão os habitantes de outrora. A América foi transformada em centro fornecedor de insumos para a Europa, contribuindo para a acumulação primitiva do capital (MARX, 1983). Dentro da lógica da acumulação, os africanos são trazidos para o continente e passaram a trabalhar como mão-de-obra escravizada na produção de bens destinados às metrópoles.

Os africanos trazidos para a América, além do papel econômico explícito, participaram significativamente da formação histórico-cultural das sociedades americanas. Nesse sentido, Thornton (2004) chama a atenção:

[...] por um lado, eles foram trazidos para trabalhar e servir, e, em razão do esforço pessoal do seu grande número, contribuíram significativamente para a economia. Por outro lado, eles

trouxeram uma herança cultural de linguagem, estética e filosofia que ajudou a formar a nova cultura do mundo atlântico (p. 190).

Ou seja, os africanos tinham raízes culturais complexas e diversificadas que aqui foram realimentadas e recriadas em contato com outras culturas, apesar a violência da escravidão a que eles foram submetidos. Pode-se destacar a vida comunitária, a religiosidade no trato do cotidiano (cerimônias, irmandades), a reciprocidade, o trabalho coletivo, a capacidade produtiva, estilo de moradia, desenho de vestimentas e, sobretudo, a propensão a se socializar sem ter laços de parentesco (THORNTON, 2004). Essas contribuições só foram possíveis se pensarmos a escravidão nas Américas de forma não simplista e admitirmos a existência de possibilidades de produção interna para subsistência e 'brechas' de organização familiar e coletiva dos africanos, muitas vezes conseguidas através dos movimentos de resistência.³⁰

Outra característica importante dos africanos na América foi a prática de associações formais e informais organizadas assim que chegaram, como forma de ajuda mútua em situações de morte e de festas religiosas principalmente, como bem cita Thornton (2004):

O desenvolvimento das nações africanas na América não foi apenas o resultado da concentração de escravos em uma área ou propriedade individuais, ou das visitas nas áreas rurais. As características do embarque e da distribuição reuniram escravos de uma mesma nação. Esse processo foi reforçado pelo casamento e pela associação natural com base na linguagem comum e na herança. Mas, pouco antes, organizações nacionais formais se constituíram. Girolamo Besoni, ao descrever Hispaniola, nos inícios dos anos 1540, observou que as nações africanas tinham 'seu rei ou governante' e tinham ciúmes uma das outras. Ele mencionou em especial as nações do Congo, Jalofo, Sape e Berbés. Essas organizações eram especialmente fortes nas áreas urbanas, onde a supervisão do dia-a-dia era menos rigorosa e havia maior liberdade de movimento, permitindo às nações criar organizações semi-formais ou formais (p. 275).

Essas práticas organizacionais indicam uma vida social ativa dos escravos africanos a partir dos seus valores, que realimentavam os laços ancestrais, contribuindo na formação de uma prática comunitária popular que perpassava

³⁰ A escravidão mercantil teve como alvo principal os africanos, mas é importante destacar que houve maciçamente a escravidão dos indígenas em toda a América. No Brasil, há registros de engenhos de açúcar na Bahia que foram sustentados pelo trabalho escravizado indígena (SCHWARTZ, 1988) e em diversos países da América Central e do Sul foram os indígenas responsáveis pela exploração das minas.

outros grupos étnicos. Acreditamos que esses valores foram fundamentais para a disseminação de uma cultura associativa no enfrentamento dos problemas do cotidiano ao longo do tempo.

A centralidade da escravidão foi uma marca específica da colonização europeia. Anteriormente, havia registros de trabalho escravo na América, mas não nas condições e motivações desenvolvidas pelos europeus. A escravidão observada no período pré-colombiano era utilizada para construção de monumentos públicos, enquanto que, com os europeus, passou a ser utilizada para aumento dos lucros que eram apropriados individualmente, assumindo a forma mercantil (NOVAES, 1986; PRADO JÚNIOR, 1987).

A partir das heranças do modo de vida de indígenas e africanos, percebe-se que um padrão de vida comunitário, baseado na reciprocidade, perpassou a região. Esses costumes e tradições permaneceram ao longo de gerações como, por exemplo, as práticas sociais de mutirão, da colheita conjunta, etc. Mas fica uma pergunta: se esses costumes eram tão fortes e estavam tão arraigados no dia-a-dia da população, como explicar uma região com tamanha desigualdade, com tanta fome e com tanta dor? Será que a responsabilidade pela estruturação de uma sociedade tão assimétrica é exclusiva dos europeus? Dito de outra forma, se a herança social comunitária e recíproca são tão fortes a ponto de atravessar séculos e resistir ao estilo de relações sociais imposto pelos colonizadores, por que esta herança não conseguiu estabelecer práticas sociais mais harmônicas no continente?

As questões assinaladas acima nos remetem a sublinhar o caráter do processo colonizador instalado por aqui. Com base em Bosi (1992), pode-se afirmar que a colonização significou um domínio sobre o território e sobre outras culturas, e ao mesmo tempo, representou uma imbricação assimétrica e contraditória de culturas. O colonizador utilizou, também, como formas de dominação, vários rituais simbólicos e o universo imaginário dos grupos dominados. Nesse processo, a cultura do dominado foi sendo realimentada e sobrevivendo ao domínio colonial. Sem reforçar as análises que festejam esses encontros culturais³¹, mas reafirmando seu caráter assimétrico, é possível pensar na

³¹ Principalmente as análises de Gilberto Freyre (Casa Grande e Senzala, 1933).

colonização como formadora de uma nova cultura, marcada por sinais de resistências e dominação no campo cultural. É nesse sentido que a sobrevivência de traços culturais dos grupos indígenas e africanos deve ser entendida, para melhor compreender seus limites e possibilidades de projeção do futuro.

Aqui é importante destacar o papel específico assumido pela Igreja Católica no processo de dominação colonial. Em toda a América Latina, a catequese dos jesuítas, inicialmente, e, posteriormente, a ação das diversas ordens religiosas contribuíram decisivamente para consolidar o processo de aculturação, muitas vezes sem uso da violência física, mas profundamente violenta do ponto de vista simbólico. A Igreja soube utilizar da simbologia indígena e também da africana para conquistar territórios e melhor dominar a mão-de-obra. Por outro lado, esse contato preencheu, de certa forma, os espaços de rituais e cerimônias presentes nas culturas indígenas e africanas, produzindo novas formas de sociabilidade na América (BOSI, 1992).

No entanto, as relações estabelecidas aqui não foram nem de longe harmônicas, já que culturas diferentes se encontraram em situações desiguais de poder. Neste sentido, Aragone (2004) afirma:

En América Latina, estos intentos encuentran sus raíces luego de la conquista por parte de los europeos de tierras americanas. Las formas concretas de producción, distribución, consumo y acumulación, que componen las fases de la economía, impulsadas por los europeos en estas tierras, chocaban directamente contra los valores y formas concretas que en la materia desarrollaban las diferentes culturas precolombinas. Valga en tal sentido, la famosa carta enviada al Presidente Franklin por parte del Jefe Seattle de la tribu de los Suwanish, donde se evidencian notorias diferencias acerca de lo que se compra y vende, de lo que puede ser intercambiado, y de lo que forma parte de valores superiores a los mercantiles (s/n).

Portanto, o período colonial gerou especificidades étnico-culturais a partir da presença assimétrica de diversos grupos sociais: indígenas, africanos e europeus³². É necessário destacar também o papel dos colonos europeus – italianos e alemães - que, principalmente na região sul do Brasil, construíram

³² Cada uma dessas três matrizes étnicas foi composta por uma pluralidade de culturas e etnias. Entre os indígenas podem-se citar os Maias, Astecas, Incas, Guaranys, Tupis etc. Entre os africanos, têm-se os Bantos, Jêjes (Yorubás), Malés etc; e, entre os europeus, espanhóis, portugueses, ingleses, franceses, italianos, alemães etc, além dos árabes e, mais tarde, os orientais.

práticas associativistas no agir econômico cotidiano, fugindo à lógica capitalista, o que representou também um elemento de gênese importante na particularidade latino americana da ES.

As formas de sociabilidade existentes antes da conquista e as formas organizacionais dos africanos foram tidas como primitivas e ultrapassadas, como bem salienta Moreno (2001).

En el período colonial se pierde la cultura socioeconómica y son muy incipientes las formas de organización solidaria. El desconcierto cultural causado en las tribus aborígenes, la esclavitud de los negros y el sentido de dominio de los conquistadores y colonizadores impidió todo asomo de organización de carácter económico popular y solamente dentro de los resguardos y palenques se conservó algo de las antiguas culturas. Se destacan los intentos y logros de trabajo comunal, inducido por los Jesuitas en varios pueblos de América del Sur y aplicados al cultivo del Cacao y la ganadería, en los Llanos orientales colombianos y en algunos lugares del Uruguay (p. 74).

Mas a colonização da América implicou, também, na conexão desta com a dinâmica européia. A partir de 1492, os dois espaços passavam a experimentar sinergias semelhantes, sendo que a colônia tinha seus passos condicionados com os interesses da metrópole. Sua economia passava a ser reflexa dos interesses dos dominadores e os padrões comportamentais do além-mar passavam a ser referencial a ser seguido pela colônia. Essa situação foi analisada exaustivamente pela sociologia latino-americana a partir da categoria dependência³³ (CARDOSO & FALETO, 1970; QUIJANO, 1968; MARINI, 1973).

O processo de colonização não foi homogêneo ao longo do tempo, como se salientou anteriormente. Mudanças na economia (transição do mercantilismo para o capitalismo) e nas relações de poder da metrópole (ascendência da Inglaterra, França e Holanda em detrimento da Espanha e Portugal) implicaram alterações no sistema colonial. Como salienta Quijano (1968, p. 22) “durante os dois primeiros séculos de colonização serão as áreas habitadas anteriormente por

³³ A Teoria da Dependência foi um tema exaustivamente tratado na América Latina desde os anos 1950. Diversas variantes foram utilizadas para explicar o (não)desenvolvimento dos países latinoamericanos. Aqui, trabalhamos com o conceito empregado por Quijano (1968); “a dependência das sociedades nacionais latino-americanas não reside unicamente na subordinação econômica aos interesses que dominam nas sociedades metropolitanas e, por isso, na totalidade do sistema capitalista, embora este seja o elemento mais visível e decisivo. Trata-se, muito além disso, de uma dependência histórica, que afeta todas as demais ordens institucionais e todo o processo histórico das nossas sociedades” (Quijano, 1968, p. 16).

sociedades indígenas desenvolvidas e colonizadas por espanhóis que estarão ligadas mais diretamente ao sistema colonial e ao mercado europeu metropolitano”.

Posteriormente, quando uma nova rota colonial foi estabelecida (a rota atlântica), as áreas situadas naqueles espaços iniciaram o seu processo de desenvolvimento comercial e, mais tarde, o seu desenvolvimento político dentro do sistema de articulação político-administrativo colonial. Tais mudanças não aconteceram sem conflitos entre as partes interessadas, mas a porção atlântica, sobretudo pelas suas relações privilegiadas com a nova liderança metropolitana, contou com desfecho positivo. Ainda conforme Quijano (1968), concluímos que, daquela maneira se constitui no séc. XVIII uma segunda economia colonial, sobretudo no cone sul. A rota de Bueno Aires foi se convertendo rapidamente na rota central em detrimento da rota Panamá-Lima. Assim, os principais centros comerciais da costa atlântica que mantinham relações com a Europa se desenvolveram rapidamente como centros urbanos importantes e mais modernos em relação aos antigos.

Em conseqüência, enquanto os países diretamente incorporados à dependência comercial e financeira, sob a hegemonia inglesa e, em segundo lugar, a francesa, puderam continuar a desenvolver-se como capitalismo comercial-agropecuário dependente, nos outros iniciou-se um processo de quase total ruralização e estancamento da economia (QUIJANO, 1968, p.25).

Todavia, a conexão com a Europa também vai inspirar movimentos de independência e de oposição à colonização. A revolução industrial introduziu modificações de grande monta no processo produtivo que implicou em uma série de transformações nas relações sociais na Europa e na sua periferia. Assim, a exigência de mercados contribuirá para questionar e inviabilizar a manutenção de um determinado processo colonizador. No mesmo sentido, a Revolução Francesa, com seus questionamentos ao antigo regime feudal, influenciará as lutas de independência na América Latina. As bandeiras de igualdade, liberdade e fraternidade embalsamaram movimentos pela libertação e independência. Da mesma forma, as idéias iluministas chegam ao “novo continente”, embasando o discurso de autonomia política.

A partir de meados do século XVIII e da primeira metade do XIX, intensificaram-se diversos movimentos sociais na América Latina, que foram caracterizados como anticoloniais e que tinham como objetivo efetivar a independência política em seus países. Várias foram as feições e composições desses movimentos, mas todos eles foram fundamentais para o desenrolar das independências políticas na primeira metade do século XIX e todas elas foram influenciadas pela Independência dos Estados Unidos (1776) e pela Revolução Francesa (1789). Foi o início do estabelecimento das Repúblicas Latino-Americanas³⁴.

Entretanto, esse processo de independência não significou, em nenhum país específico, transformações intensas na ordem socioeconômica. No geral, foram mantidas a escravidão e a propriedade privada, além da lógica de produção para a exportação. Observou-se a continuidade da subalternidade na forma de relações comercial-financeiras com os centros metropolitanos. Apesar de livres, as 'novas nações' continuaram escravistas, latifundiárias e dependentes do mercado externo. Só a partir da segunda metade dos oitocentos é que começaram a ter visibilidade os pleitos liberais – sufrágio universal, liberdade de expressão, fim da escravidão, separação entre Estado e Igreja (MORENO, 2001).

Num processo semelhante ao ocorrido na Europa, a partir de 1830, surgem organizações mútuas compostas de intelectuais e artífices, com objetivos políticos, econômicos e sociais; como bem enfatiza Moreno (2001) em várias passagens:

En Colombia sólo a partir de 1838, cuando Lorenzo María Leras crea la Sociedad Republicana de Artesanos y Labradores progresistas, con seccionales en Tuna y Villa de Leiva, empiezan a aparecer formas de organización artesanal y mutuaría que conllevan ideas políticas derivadas de la Revolución Francesa.

[...] Además de su expresión formal se presenta en formas autóctonas como la natillera, el montepío, la minga, el convite, el brazo prestado, la ayuda mutua comunitaria, la acción comunal y otras denominaciones que aún hoy existen o se han transformado en Fondos de Empleados o cajas de préstamo al servicio de sus asociados.

[...] En plena etapa de industrialización, en 1896 se legaliza el Mutualismo en Colombia y para 1931 se promulga la Ley 134 que reglamenta la organización y gestión de las formas cooperativas, hecho que abre una tendencia para toda la América Latina, no por

³⁴ Há que se ressaltar que o Brasil foi o único país a permanecer com um governo monárquico após a independência.

ser la primera ley sino por la forma moderna y de promoción como ésta se presenta (p. 75-76).

Próximo a esta afirmação, Prandi (1978), ao analisar o trabalho autônomo no Brasil, faz considerações sobre este tipo de trabalho no início do século XIX e sobre suas formas organizativas, destacando a presença de negros libertos e escravos, que podem ser ampliadas para toda a América Latina:

Esses trabalhadores que vão se concentrar nas vilas e cidades são sobretudo pretos e mulatos libertos encontrando-se já no século XIX, os ofícios e ocupações organizados em corporações nos moldes europeus, dirigidas por juizes e controladas por lei, até sua extinção pela Constituição de 1824 (PRANDI, 1978, p. 59).

A observação de Prandi adquire sentido com a ressalva que se fez anteriormente sobre o costume dos escravos africanos de criarem organizações para enfrentarem coletivamente os problemas do cotidiano.

Na Europa, a partir do século XIX, a concepção liberal assume a primazia, sobretudo na interpretação econômica. Até 1929, o capitalismo viveu sob a influência teórica dos liberais³⁵ e, apesar das considerações neoclássicas sobre a não intervenção do Estado na economia, na Europa havia uma disputa entre os países mais desenvolvidos por mercados e fontes de suprimento de matérias primas, disputa essa que desembocou na I Guerra Mundial (1914-1918). Do ponto de vista do desenvolvimento das nações, o liberalismo defendia a tese da abertura comercial como sendo a forma perfeita das nações periféricas alcançarem o desenvolvimento, em consequência da especialização produtiva³⁶. Além disso, indicavam que a forma de chegar ao desenvolvimento seria através da disciplina. Desde quando as forças de mercado estivessem desobstruídas, o desenvolvimento seria uma questão de tempo, numa analogia com as fases do desenvolvimento humano (infância - adolescência - maturidade).

³⁵ Do ponto de vista da história do pensamento econômico, a hegemonia liberal desse período corresponde à escola neoclássica.

³⁶ Os neoclássicos mantiveram o princípio ricardiano da especialização produtiva como fator homogeneizador dos frutos do progresso técnico. A tese da especialização produtiva vem de Smith, com suas vantagens absolutas. Foi aperfeiçoado por Ricardo, que desenvolveu a tese das vantagens comparativas. Ricardo advogava que as nações deveriam especializar-se nas mercadorias cujos custos relativos fossem mais baixos. Caso outros países fossem menos produtivos, deveriam redirecionar seus fatores de produção para processos mais vantajosos, pois a quantidade de horas de trabalho, alocadas nessas fabricações mais produtivas, resultaria em benefícios mais elevados para o país e, por consequência, para o sistema econômico como um todo.

Durante o período acima, a América Latina constitui-se como uma economia primário exportadora, sendo fornecedora de insumos primários ao desenvolvimento europeu e mercado para os produtos manufaturados na Europa. Tal situação permanece até a hegemonia do sistema capitalista passar para os Estados Unidos. A partir de então, em concomitância com as novas exigências da produção industrial da época, as formas das relações de subalternidade modificam-se. Além das relações comercial-financeiras, acrescentam-se os investimentos diretos em algumas regiões muito específicas. Tal padrão de relação permanece até a eclosão da Grande Depressão em 1929³⁷, que leva alguns países da região a iniciar o processo de industrialização através da substituição das importações, o que será intensificado durante e após a II Guerra Mundial.

O resultado histórico conhecido é que o processo de industrialização substitutiva em escala importante se iniciou primeiro no México, Brasil, Argentina, Chile e Uruguai e, como consequência, o processo de expansão e modificação dos setores urbanos da sociedade foi também mais intenso nesses países em relação aos demais (QUIJANO, 1968, p. 27).

O processo de industrialização que se inicia a partir da década de 1930 e era apontado pela escola cepalina como a maneira de a região estabelecer, enfim, sua soberania, potencializará os laços de dependência e provocará uma ampliação, agora de forma mais efetiva, de uma economia dos setores populares na América Latina nos termos e nas condições que se conhecem na atualidade. Assim, passamos à análise da formação da economia popular.

2.3 - Economia dos setores populares na América Latina

Aqui ainda não trataremos da discussão conceitual do que vem a ser economia popular. Tal discussão fica reservada para mais adiante. Neste momento, buscamos fazer uma apresentação da gênese dessa economia popular, recuperando sua trajetória histórica.

Como foi dito anteriormente, diversos autores afirmam que a retomada da economia solidária na América Latina está ligada à economia popular. Essa tese leva em

³⁷ Com a Grande Depressão, o instrumental de política dos neoclássicos vai sendo deixado de lado, até ser substituído pelas teorias de demanda efetiva, donde sobressaem as formulações de Jonh Maynard Keynes.

consideração o aprofundamento da crise econômica, que afetou, nos anos 1980 e 1990, as economias da região, o que acarretou uma interrupção na geração de empregos formais e o decréscimo destes empregos (desassalariamento), seja pelo setor mercantil ou pelo Estado. Assim, um crescente número de pessoas volta de forma mais intensa a buscar sua sobrevivência a partir de formas específicas. Procuramos aqui recuperar a origem desse processo.

A dinâmica produtiva da América Latina, desde a colonização, esteve voltada para a produção para fora, ou seja, o maior esforço produtivo sempre foi despendido num núcleo produtivo orientado para as exportações. Com o passar do tempo, foi se estabelecendo um núcleo produtivo interno integrado à dinâmica exportadora³⁸. Com a estruturação do poder público, seja através do governo central, das províncias ou das Câmaras municipais, a maior parte da população ficava alocada nesses dois pólos: Um mercantil-exportador (subdividido em atividades externas e internas); e um estatal. As atividades internas foram responsáveis, em grande medida, pela gênese de uma economia dos setores populares³⁹.

Com o processo de abolição da escravidão (1888), os ex-escravos ficaram sem meios para garantir o seu sustento. Como a economia não garantia a absorção dessa parcela de trabalhadores, eles tiveram de engrossar e desenvolver práticas econômicas alternativas de sobrevivência.

No final do século XIX e início do século XX, a sociedade estava composta pelos grupos proprietários, funcionários estatais, profissionais liberais, empregados assalariados e uma grande parcela sem ocupação definida. Esta configuração é muito importante para entender a gênese da economia dos setores populares. Logo, pressupõe-se a necessidade de uma atenção especial às estatísticas que possam melhor categorizar a estrutura ocupacional do período, o que não é o objetivo desse momento.

³⁸ Essas atividades econômicas internas foram desenvolvidas, majoritariamente, por trabalhadores livres, em sua maioria negros e mulatos libertos.

³⁹ Prandi (1978) afirma que a partir dos trabalhadores por conta própria se formaram diversas categorias sociais, como os profissionais liberais que em grande medida foram trabalhar para o Estado e os empresários. Porém, o importante para a análise desenvolvida aqui são os trabalhadores livres que buscavam estratégias de sobrevivência fora do Estado, do emprego assalariado e do trabalho escravo, como por exemplo, os vendedores de rua.

Com o processo de industrialização e urbanização econômica, intensifica-se o êxodo rural e amplia-se a necessidade de geração de empregos. Com base nos dados apresentados por Kowarick (1975), pode-se ter a percepção da discrepância entre aumento da população urbana e geração de empregos não agrícolas.

Quadro 2 - América Latina: comparação entre o crescimento da população urbana e dos empregados não-agrícolas (crescimento percentual

ano básico = índice 100

| PERÍODOS | 1950/1925 1925 = 100 | 1960/1950 1950 = 100 | 1969/1960 1960 = 100 |
|------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| População urbana | 112 | 159 | 147 |
| População não-agrícola | 187 | 146 | 140 |

Fonte: Kowarick, 1975, p. 128

Enquanto no período de 1925 a 1950 a população urbana cresce 12%, o emprego não-agrícola (denominado na tabela de população não agrícola) cresce 87%. A partir de 1950, período de auge da industrialização, o crescimento populacional urbano elevou-se à taxa de 59% e o emprego apenas 46%. Durante os anos 1960, a situação se complica, pois o aumento do emprego foi de 40%, enquanto a população aumentava à taxa de 47%. Levando-se em consideração que a evolução da população e do emprego ocorrem no mesmo local, esse processo gera um acúmulo de um período para outro. Assim, podemos perceber que no primeiro momento, entre 1925 e 1950, período inicial do processo de urbanização da economia e início da industrialização, acontece um crescimento dos empregos superior ao crescimento da população, o que justifica a carência de mão-de-obra se materializando em incentivo ao êxodo rural. Porém, as consequências desse êxodo já podem ser percebidas no momento seguinte, pois ocorre uma geração de empregos inferior ao crescimento populacional urbano.

Nesse processo, a dinâmica produtiva sul-americana não conseguiu gerar vagas em quantidades necessárias à demanda. Daí surge a questão: como essas pessoas passaram a viver, se as suas estratégias anteriores tinham sido desarticuladas? É a partir deste momento, principalmente na cena urbana, que se potencializam grupos populacionais que garantiam sua subsistência fora das organizações do mercado e do estado.

A visualização de um forte contingente populacional garantindo sua sobrevivência fora das organizações do mercado e do Estado não se constitui em novidade. Desde os anos 1960, os analistas apontavam a evidência de tal fato, associando-o como conseqüência e característica do processo de industrialização da região. Nestes termos, em 1968, Quijano assinalava:

Do ponto de vista do conteúdo da sociedade urbana que agora se desenvolve sob o signo da industrialização, um fato decisivo é o caráter crescentemente restritivo no mercado urbano de trabalho industrial e, portanto, dominante. Ao mesmo tempo em que o aumento da população das cidades industriais reforça o seu atrativo, as características descritas do processo de industrialização dependente supõem uma tal estrutura do mercado de trabalho urbano que é totalmente impossível para as crescentes promoções migratórias e para a novas gerações populacionais, nascidas nas mesmas cidades, incorporar-se de maneira estável e consistente na estrutura de papéis e posições da nova sociedade urbana que emerge com a industrialização. Quer dizer, essa industrialização dependente é, por isso, excludente; a sua própria lógica contém a inevitabilidade da marginalização de setores crescentes da população urbana (QUIJANO, 1968, p. 49).

O processo de industrialização e urbanização que a América Latina experimentou após a II Guerra Mundial provocou um êxodo rural de velocidade e tamanho impressionantes. Logo a demanda por trabalho nas empresas e no governo superou, em muito, a oferta existente. As conseqüências de tais fatos foram agravadas em decorrência da desarticulação das estratégias de sobrevivência da população proveniente do processo de urbanização que a região experimentou a partir dos anos 1950, implicando na falta de apoio governamental e político a qualquer forma sócio-produtiva que se distanciasse do assalariamento.

Esse novo contexto afetou profundamente a Igreja Católica, provocando um redirecionamento nas suas prescrições para a América Latina e para o mundo. Em 1977, em Puebla⁴⁰, a Igreja declarou sua opção pelos pobres e a necessidade de envolvimento nas diversas alternativas contra a pobreza, posição até então minoritária. Mesmo não sendo hegemônica, esta posição foi fundamental para a disseminação de idéias progressistas no seio do catolicismo, permitindo o envolvimento da Instituição com as diversas formas de luta contra a pobreza. Em vários países da América Latina, assistimos à presença intensa de padres nos

⁴⁰ Em 1962, na cidade de Puebla, México, ocorreu a III Conferência Episcopal Latino Americana, em 1977. Após acirradas discussões, a Igreja Católica lança um documento – Carta de Puebla – no qual declara oficialmente o papel da Igreja em combater a pobreza em todo o mundo.

movimentos de resistências contra ditaduras políticas e na organização de práticas econômicas comunitárias. Assim, a chamada Teologia da Libertação foi um dos elementos essenciais na configuração e disseminação da chamada economia popular latino-americana.

Em 1982, Razeto⁴¹, junto com outros pesquisadores, enfatizou a presença de um imenso contingente de organizações econômicas populares que funcionavam com uma lógica própria e têm um potencial de crescimento.

Os autores descrevem cinco grupos constituintes dessa economia popular: i) microempresas e pequenas oficinas e negócios de caráter familiar, individual ou de dois ou três sócios; ii) organizações econômicas populares; iii) iniciativas individuais não estabelecidas e informais; iv) atividades ilegais e com pequenos delitos; v) soluções assistenciais e inserção em sistemas de beneficência pública ou privada.

Esses grupos desempenhariam um leque de atividades com objetivos que foram agrupados em três níveis:

a) estratégias de sobrevivência – “quando a atividade é considerada de emergência, transitória e permite apenas a satisfação das necessidades básicas em termos de simples sobrevivência fisiológica”;

b) estratégias de subsistência – “quando a atividade permite a satisfação das necessidades básicas, mas não torna possível nenhuma forma de acumulação e crescimento”;

c) estratégias de vida –; “quando as pessoas valorizam certos espaços da atividade que realizam (a liberdade, o companheirismo, a autogestão), ou as consideram melhor que alternativas possíveis, ou consideram fechadas outras alternativas (por razões de idade ou formação) e, em conseqüência, ‘apostam’ na iniciativa empreendida como opção permanente, através da qual buscam crescer e ir além da simples subsistência.” Razeto (1993) faz os seguintes comentários,

Há que se acrescentar que, por trás desses diferentes caminhos para enfrentar os problemas estão diferentes culturas e

⁴¹ Luis Razeto era, nesse momento (1982) professor e pesquisador do Programa de Economía del Trabajo (PET), do Chile, e, com a colaboração de Arno Klenner, Apolonia Ramirez y Roberto Urmeneta, publicou a obra “Las Organizaciones Populares - Economía de la Solidaridad y Mercado Democrático”.

experiências prévias. As respostas organizadas e solidárias surgem de ambientes mais conscientes e participativos que tiveram ou têm alguma vinculação com a cultura católica, ou com ideologias progressistas (em paróquias e comunidades, em sindicatos, partidos e organizações populares, em experiências prévias de desenvolvimento da comunidade e promoção popular etc.) (p.39).

Razeto et al. (1993) apontam que o surgimento das experiências de economia com solidariedade não é proveniente exclusivamente de uma situação de crise do emprego e de obstacularização das condições de sobrevivência.

O trabalho dos pesquisadores chilenos obteve uma boa dimensão, influenciando investigadores em todo o mundo, o que possibilitou ampliar a reflexão teórica sobre o fenômeno, bem como a aproximação entre acadêmicos e organizações econômicas populares, fato que tem contribuído para o fortalecimento e ampliação destas experiências.

Feito este painel, é possível perceber o quanto os embates entre as formas produtivas não capitalistas e o processo de acumulação capitalista foi uma constante ao longo da história. Neste capítulo percebemos que numa primeira etapa deste embate o capitalismo venceu com a forte presença do Estado, secundarizando e muitas vezes subordinando outras formas de produzir.

Assim, passamos à descrição das principais manifestações da economia solidária hoje na América Latina.

2.4. Economia Solidária na contemporaneidade da América Latina

Fazemos aqui um percurso descritivo das formas de manifestações da economia solidária nos países da América Latina.

Na Argentina, destacam-se as Redes de Trocas solidárias e A Rede Global de Troca, um vigoroso movimento de economia sem dinheiro, que assumiu destaque em todo o país durante a crise da conversibilidade do peso em dólar no início desta década. Em função das conseqüências do fiasco das políticas neoliberais, sobressaiu também o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER), liderado pela Central de Trabalhadores da Argentina (CTA), iniciado em 2002. Como elaboração teórica, ressalta-se o trabalho de José Luis Coraggio, da Universidad Nacional de General Sarmiento, economista especializado em economia popular urbana, coordenador do espaço virtual Urbared, que, a partir

dos conceitos de economia do trabalho e reprodução da unidade familiar, vem teorizando sobre o tema. Em relação às políticas públicas, ressalta-se a criação do Instituto Nacional de Economia Social (Inais), ligado ao Ministério do Desenvolvimento Social, que dá apoio a diversas iniciativas de cooperativismo e de caráter associativo, além das secretarias de economias solidárias existentes em várias cidades como Buenos Aires e Rosario (ARAGONE, 2004).

A Nicarágua constituiu-se em uma referência para os países da América em função das expectativas que a Revolução Sandinista gerou em toda a região. Vários pesquisadores que hoje atuam na área de economia solidária mantiveram relação, de alguma forma, com aquele movimento (por exemplo: Coraggio, da Argentina, e Marcos Arruda, do Brasil). Destacam-se Xabier Gorostiaga, atuando no CRIES (Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales) e na Universidade Centro-Americana (UCA), na Nicarágua; Orlando Nuñez Soto sociólogo e diretor do CIPRES (Centro para Investigación, Promoción e Desenvolvimento Rural e Social), ligado à FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional). Eles compreendem a economia solidária com base no marxismo, atribuindo a ela uma dimensão revolucionária.

O Grupo Rede de Economia Solidária do Peru (Gresp) possui uma linha de publicações nessa temática, destacando-se uma série de manuais sobre comércio justo. Também há a participação da Igreja Católica na organização de seminários específicos. No nível teórico, destacam-se os trabalhos de Anibal Quijano, na Universidade de San Marcos, e de Humberto Ortiz.

Em todos os outros países existem experiências de economia solidária e uma crescente ampliação das instituições de apoio, de espaços governamentais e de centros de reflexão teórica sobre tal fenômeno. Podem-se citar diversos autores que têm realizado investigação nesse campo: Mario Arango Jaramillo, José del C. Moreno Avendaño e Gonzalo Pérez Valencia, que atuam na Universidade Cooperativa da Colômbia, através de disciplinas referentes ao fenômeno da economia solidária (Economia Solidária e Direito Cooperativo, Trabalho Cooperativo, Tradições Associativistas etc.); e Ricardo de Melo Albernoz, do Panamá.

A partir desse painel, é possível visualizar a dimensão internacional da Economia Solidária. Segundo Boaventura Santos (2002), as organizações de economia solidária se inserem no amplo processo de retomada do ativismo a favor de uma globalização contra-hegemônica. Para ele,

Nos últimos anos a teoria e as práticas cooperativas têm suscitado um renovado interesse que desafia o prognóstico pessimista sobre a viabilidade econômica das cooperativas e que recuperou os elementos centrais do pensamento associativista. Com o fracasso das economias centralizadas e a ascensão do neoliberalismo, acadêmicos, ativistas e governos progressistas de todo o mundo têm recorrido de forma crescente à tradição de pensamento e organização econômica cooperativa que surgiu no século XIX com o objetivo de renovar a tarefa de pensar e de criar alternativas econômicas (SANTOS, 2002, p.35).

É importante registrar que, apesar da dimensão internacional, a economia solidária manifesta-se de forma peculiar e específica em cada região e país, a partir da conjugação de fatores particulares de cada estrutura social, abrangendo fins variados.

Passamos, então, para as especificidades da experiência de economia solidária no Brasil. Ela teve o mesmo percurso das experiências latino americanas? Se não, quais suas especificidades? Em que a análise feita até aqui pode nos ajudar a entender a experiência brasileira? São questões que trataremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Após descrever a trajetória e manifestação das práticas de economia solidária na Europa e na América Latina, passaremos à exposição das suas especificidades no Brasil. De antemão, deve-se salientar que o caso brasileiro carrega particularidades no tocante ao conjunto da América Latina e da Europa, por se tratar de uma economia em desenvolvimento e que, a partir dos anos 1930, experimentou forte processo de industrialização e crescimento econômico⁴².

Uma parte considerável das práticas de economia solidária no Brasil é a continuidade de experiências empreendidas pelo movimento social no passado recente, seja no tocante a experiências ligadas à geração de trabalho, emprego e renda que se iniciaram ainda nos anos 1970, seja no que diz respeito a experiências no intuito de implementar arranjos produtivos autogestionários.

Dessa forma, defendemos a tese de que a economia solidária é fruto e continuidade desses diversos processos sócio-políticos e práticas sócio-econômicas que, ao longo do tempo, construíram práticas produtivas não-capitalistas e que, à custa de tentativas e erros, avançaram no seu patamar organizativo, na sua importância social e no alcance dos seus resultados.

Tais experiências eram incentivadas por igrejas e organizações da sociedade civil que se preocupavam em criar, apoiar e incentivar atividades produtivas no seio dos extratos mais pobres da população. A ajuda consistia no apoio financeiro (muitas vezes a fundo perdido) e treinamento dos participantes nas técnicas produtivas e de gestão dos empreendimentos. Com isso, queremos afirmar que a gênese da economia solidária no Brasil não está relacionada à crise do emprego dos anos 1990.

Para sustentação de tal tese, analisaremos vários eventos ocorridos ao longo do período em foco, todas elas vivenciadas por grupos sociais diferenciados que partiram de motivações também diversas, destacando as atividades incentivadas pela Igreja e as experiências de produção autogestionárias.

⁴² Argentina e México também experimentaram esse processo de industrialização e desenvolvimento em período semelhante ao do Brasil.

Propomos um percurso por essas experiências a fim de visualizar historicamente as diferentes formas e enfrentamentos construídos pelos trabalhadores na sua luta pela sobrevivência, identificando características ainda hoje presentes no movimento de economia solidária, como também visualizar um contexto mais amplo que permitiu/inspirou o fenômeno de economia solidária despontar e crescer.

Na seqüência, ressaltamos a potencialização do patamar organizativo do movimento e traçamos o quadro atual da Economia Solidária no Brasil a partir do mapeamento dos empreendimentos solidários efetuados pela SENAES e pelo FBES, destacando também a realidade baiana.

Por fim, descrevemos dois empreendimentos de economia solidária como exemplo para análise: a Associação Sementes da Esperança, na localidade de Queimada Grande, no município de Banzaê e a Associação dos Pequenos Agricultores de Lajinha, em Várzea do Poço.

1 - Gênese da Economia Solidária no Brasil

Como vimos no capítulo anterior, a prática social de indígenas e negros (quilombolas, libertos) constitui uma herança presente ainda hoje na sociedade brasileira. Além disso, podem-se ressaltar outras atividades no campo do solidarismo econômico e trabalho associado no Brasil, onde registram-se experiências cooperativistas a partir da segunda metade do século XIX.

Inicialmente, têm-se as cooperativas de consumo, criadas com o objetivo de combater a carestia dos gêneros de primeiras necessidades (FLEURY, 1983) e, posteriormente, as cooperativas agrícolas. Como exemplo, podem-se citar: Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica em Limeira, em 1891; Cooperativa Militar de Consumo no Distrito Federal, em 1894; Cooperativa de Consumo de Camaragibe, em 1895; e Cooperativa dos Empregados da Companhia Paulista, em 1897. As primeiras cooperativas agrícolas surgiram em 1906 com a perspectiva de buscar soluções alternativas para a comercialização dos produtos, visando fugir da ação dos intermediários. Essas experiências contaram com a participação decisiva dos anarco-sindicalistas.

A partir de 1930, com a política centralizadora e autoritária do governo Vargas, a perspectiva autônomas das cooperativas são paulatinamente desarticuladas, perdendo espaço para outro tipo de organização na qual a presença do Estado tinha papel central. Em 1932, foi promulgado o primeiro Decreto Lei que disciplina a constituição e funcionamento das cooperativas (FLEURY, 1983). O Estado passa a regular e incentivar a difusão de cooperativas no Brasil, o que demonstra que elas perderam seu caráter autônomo, passando a ser instrumento de política governamental. Com isso, as cooperativas se burocratizam e afastam-se dos princípios de Rochdale, se aproximando, cada vez mais, das empresas capitalistas; trajetória que só se modificará a partir dos anos 1980, com a criação do movimento do cooperativismo popular.

Nos anos 1960, destaca-se o movimento de educação popular, apoiado na “pedagogia libertária” de Paulo Freire, que consistia no processo de alfabetização de adultos trabalhadores, a partir do cotidiano vivido por estes, levando-os a construir uma leitura de mundo com base na sua realidade local e sua posição na hierarquia social. Essas experiências concentram-se na região norte/nordeste, principalmente em comunidades rurais. Todo esse processo provocou uma intensa organização política e mobilização reivindicativa desses trabalhadores e, também, a criação de diversas experiências produtivas comunitárias e autogestionadas, com o intuito de melhorar as condições de vida.

1.1 - Atividades incentivadas pela Igreja

Diante dos problemas sociais, da persistência da pobreza e da disputa entre capitalismo e socialismo no cenário mundial, a Igreja Católica foi provocada a se posicionar. Seu posicionamento foi no sentido de intervir na realidade, tentando construir uma terceira via entre os projetos do capitalismo e do socialismo. Nesse sentido, a Igreja atribuía a culpa pela pobreza ao capitalismo industrial, mas condenava com veemência as propostas socialistas (comunistas). Com isso, buscou diversas formas de garantir sua referência na sociedade, dentre essas, as atividades comunitárias autogestionadas, que foram incentivadas objetivando denunciar e combater a miséria no Brasil, garantir as liberdades individuais, o direito ao culto religioso e conter o avanço dos comunistas junto às classes populares. Esse percurso é demonstrado por Souza (2006):

A referência ideológica dos intelectuais católicos brasileiros de então era o *corporativismo*, perspectiva de “harmonização” de classes sociais, através da organização de trabalhadores por categorias profissionais (corporações) em suposta colaboração mútua. Tal concepção tradicionalista de uma “incorporação de trabalhadores pelo alto”, representava a versão latina da terceira via católica, que acabou por casar-se muito bem com a política getulista como um todo. O aspecto progressista foi a pressão pela implementação de uma legislação social, sobretudo previdenciária. Uma face secundária da terceira via católica no Brasil, se traduziria em iniciativas isoladas de mutualismo e cooperativismo, por parte de alguns militantes católicos de base. No meio dessa militância de base surgiram os *Círculos Operários*, grupos de trabalhadores braçais que promoviam atividades comunitárias de educação e ajuda mútua e que começaram a ser organizados no Rio Grande Sul, em 1932. Logo, o conjunto desses grupos, chamado de circulismo operário, cresceu e consolidou-se como o “braço sindical” da igreja no Brasil (p. 64).

Entretanto, paulatinamente, os setores progressistas católicos vão ganhando espaço e avançam em posturas mais combativas a partir da década de 1950, como pode ser constatado.

Com a criação da CNBB em 1952, sob a liderança de dom Hélder Câmara, a igreja no Brasil ganhou um impulso progressista, voltando-se para os problemas nacionais considerados de base. Ao longo da década de 1950, ela procurou propagar o circulismo operário para as áreas rurais do país, onde estavam se organizando associações assistenciais, com destaque para o que viria a se constituir como MEB - Movimento de Educação de Base.

Entretanto, o circulismo teve pouca penetração nesse meio, uma vez que era reconhecido como movimento conservador, identificado com o populismo varguista (SOUZA, 2006, p. 67).

Em 1956, a CNBB cria a Cáritas⁴³, inicialmente, com a finalidade de articular, em nível nacional, todas as obras sociais católicas e coordenar o Programa de Alimentos doados pelo governo norte-americano. Segundo Bertucci (1996, p. 61), “há que se distinguir nas ações da Cáritas três grandes ênfases, cujo tratamento vem alternando a imagem da entidade ao longo da sua história: a ênfase assistencial [1956/1966], a promocional [1966/1974] e a da solidariedade libertadora.”

Essa mudança de postura da Igreja influenciou significativamente o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). As CEBs foram organizadas por grupos

⁴³ Atualmente a Cáritas atua em 21 Estados e no Distrito Federal. Na Bahia, a Cáritas possui escritórios em 15 municípios: Irecê, Riacho de Santana, Salvador, Amargosa, Barreiras, Caetité, Ihéus, Itabuna, Paulo Afonso, Livramento de Nossa Senhora, Feira de Santana, Bom Jesus da Lapa, Senhor do Bonfim, Alagoinhas e Juazeiro.

católicos progressistas e desenvolviam atividades em diversos setores: educacionais (alfabetização de adultos); econômicos (pequenos projetos produtivos); políticos (organização de associações, sindicatos); e culturais (círculos de cultura). Essas experiências representaram, sobretudo, a opção da Igreja pelos pobres e a materialização das ações da Teologia da Libertação no intuito de colaborar para transformação da realidade social da América Latina.

A partir dos anos 1960, o apoio e incentivo da Igreja Católica às atividades produtivas no seio dos extratos mais pobres da população adquirem uma perspectiva de transformação, associando-se a correntes oriundas do anarco-sindicalismo e defensoras da autogestão (SOUZA, 2006). A ajuda consistia no apoio financeiro (muitas vezes a fundo perdido) e treinamento dos participantes nas técnicas produtivas e de gestão dos empreendimentos. Vários exemplos concretos dessa prática podem ser citados, como os mini-projetos produtivos do Movimento de Organização Comunitária⁴⁴ (MOC), em Feira de Santana – Bahia; e os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), patrocinados pela Cáritas, espalhados por quase todo o país, que datam do início dos anos 1980.

a) Os mini-projetos econômicos

Em 1988, Ildes Oliveira faz uma reflexão sobre as iniciativas comunitárias de natureza econômica ou mini-projetos econômicos alternativos, objetivando debater e refletir sobre os limites e possibilidades dessas experiências. A denominação utilizada por ele passava longe de economia solidária.

Ildes Oliveira considera como organizações comunitárias os grupos, comunidades de bases, associações civis, etc.; e, como iniciativas econômicas, as ações de prestações de serviços, de produção ou de processamento de produtos, que são desenvolvidas na zona rural ou zona urbana das seguintes formas: roças e hortas comunitárias, armazenamento, processamento e comercialização de produtos agrícolas, pequenos fabricos de doces, vassouras, sabão e outros em estilo

⁴⁴ O MOC foi fundado em 1967, através do apoio técnico e financeiro da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), no sentido de assessorar a pastoral diocesana da Igreja Católica de Feira de Santana no desenvolvimento de ações comunitárias. Segundo Nascimento (2000), a partir de 1970, a entidade desvincula-se da estrutura da Igreja Católica por discordar da linha paternalista e assistencialista empregada nas ações. A partir de então passa a apostar na promoção de ações sociais de caráter organizacional e já na primeira metade dos anos setenta busca desenvolver iniciativas econômicas no sentido de fortalecer as comunidades.

artesanal, produção de tijolos e telhas, confecção de roupas, despensas comunitárias, etc. A iniciativa mais exitosa e conhecida desse conjunto é a Associação dos Pequenos Produtores do Estado da Bahia, da cidade de Valente – APAEB/Valente⁴⁵, entidade reconhecida mundialmente e vencedora de diversos prêmios⁴⁶ que nascia nesse momento.

A reflexão de Oliveira (1988) foi baseada na sua experiência de assessoramento das referidas iniciativas que foram exercidas através do Movimento de Organização Comunitária – MOC, na região de Feira de Santana – Ba. O autor explorou diversas dimensões das iniciativas comunitárias de natureza econômica. Reflete sobre a motivação que leva ao surgimento das iniciativas, o caráter, as contribuições, as relações com o poder local, a criação de novas relações de trabalho, a relação das iniciativas com transformação social e os principais obstáculos enfrentados por tais experiências. Partindo dessa reflexão, ele estabeleceu uma robusta agenda de pesquisa de que não se tem notícia de ter sido levado adiante.

Oliveira (1988) ressalta que, no que pesem a justificativa e a visibilidade das experiências seriam de caráter econômico, as atividades

[...] carregam no seu bojo um caráter profundamente político, na medida em que, propiciam o relacionamento e a interação entre indivíduos, criando e recriando os mais diferentes tipos de relações sociais: ajuda mútua, solidariedade ou até dominação (p.34).

Assim, ele caracteriza as possibilidades das iniciativas, *a priori*, sem idealismo, pois alerta que elas podem ser instrumento de emancipação ou dominação, dependendo de como são estruturadas.

O autor chegou à conclusão de que os mini-projetos representam uma ajuda econômica para os participantes, geram recursos para a comunidade e constituem-se em novo espaço para refletir, a partir de experiências concretas,

⁴⁵ Segundo Silva et al (1993). “a APAEB foi organizada em cinco municípios (Serrinha, Feira de Santana, Ichu, Valente e Araci) expandiu-se principalmente com programas de armazenamento agrícola para Anguera, Rafael Jambeiro e em Santa Bárbara com armazenamento e casa de farinha. A partir da experiência da Batedeira Comunitária de sisal [1984] penetrou em outros municípios, a exemplo de Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Santaluz, Queimadas, Cansanção, Cafarnaum, Gavião, Senhor do Bonfim e Itiúba, perfazendo um total de 16 municípios (...).”

⁴⁶ Entre esses, destaca-se o prêmio concedido pelo Programa de Gestão Pública da Fundação Getúlio Vargas e Banco Mundial que considerou a APAEB/Valente como uma das dez experiências mais significativas no mundo de iniciativa popular.

sobre: i) a concentração de poder; ii) registro econômico; iii) viabilidade econômica dos mini-projetos; iv) capacitação; e v) troca de experiências. Nesse sentido, Oliveira afirma que os mini-projetos constituem-se em uma “escola” para os participantes, porque servem como uma fonte de aprendizado, tendo a prática refletida como critério de ação na resolução dos problemas do cotidiano.

Afirma também que os mini-projetos econômicos alternativos possibilitam uma independentização das comunidades com as práticas de subordinação dos grupos políticos locais. “Além da oportunidade de discussão e de estudo sobre a estrutura de poder, do chamado processo de conscientização, vem permitindo a criação de condições para o desatrelamento e a independência em relação ao poder local” (OLIVEIRA, 1988, p. 42).

No tocante à criação de novas relações de trabalho nas iniciativas econômicas de natureza comunitária é observada a emergência de novas relações que substituem a hierarquia dos esquemas patrão, chefe e empregado. Nestes termos são destacadas as seguintes questões:

[...] ao desenvolver uma prática alternativa, tanto econômica, quanto política, onde solidariedade substitui a exploração e a participação substituiria a dominação, os participantes passam a experimentar no concreto, a semente dessa nova sociedade sem exploração e sem dominação. O conteúdo dessa nova sociedade passa a ser vivido, porque é fruto da experiência e não mais da vontade, do jogo de palavras (OLIVEIRA, 1988, p. 44).

E, com isso, o autor aponta para uma outra forma de conceber a mudança social:

Esse raciocínio inverte, de certa forma, uma outra forma de conceber o processo de mudança social que preconiza, em primeiro lugar, a mudança a nível macro para, gradativamente, imprimir as modificações e adequações no seu interior. Essas duas possibilidades, contudo, não são mutuamente excludentes: uma pode, ao mesmo tempo, ser também um passo na direção da outra. Mas é preciso atentar para o desprezo que normalmente se dá ao primeiro caminho: quando não se prioriza a mudança da sociedade como um todo, quando não se rotula o processo e o objetivo com algum ismo (socialismo, etc.), a própria sociedade passa a ver tais ações com muitas reservas (idem, p. 44).

Oliveira adverte que, apesar das possibilidades e dos ganhos que os grupos comunitários adquirem com os mini-projetos econômicos alternativos, não se pretende passar uma idéia de que tudo é fácil, sem grandes transtornos, nem criar ilusões “ao ponto de esquecer a realidade na quais essas experiências se

inserir”. Ele salienta que as iniciativas continuam servindo de base para a estrutura social vigente e que há muitos conflitos, problemas e contradições no interior das mesmas. Assim, elenca os obstáculos mais freqüentes nas experiências:

- 1) Participação (dificuldade para que todos os membros participem ativamente e de todos os momentos importantes, assumindo os encaminhamentos e participando ativamente do processo decisório interno do grupo. Oliveira ressalta que alguns assumem posição mais relevante do que outros);
- 2) Questões político-educativas e econômicas (nem sempre é possível conciliar de forma satisfatória os aspectos político-educativos e o econômico propriamente dito. Três situações podem ser encontradas: viável economicamente e produz os resultados político-educativos esperados; viável economicamente sem resultados político-educativos e vice-versa);
- 3) Participação x eficiência (onde a participação é maior, os problemas administrativos funcionais são também maiores; e, inversamente, onde a eficiência é maior, a participação do conjunto dos participantes é menor);
- 4) Democratização dos controles (na prática, mesmo no sistema de revezamento, terminam ficando nas mãos de poucos. Não se encontraram, ainda, mecanismos que permitam um efetivo comprometimento de todos com uma participação mais igualitária na condução dos trabalhos);
- 5) Investida dos comerciantes (reação dos comerciantes quando a iniciativa comunitária choca com os interesses econômicos e políticos deles);
- 6) A ausência de técnicas adequadas de contabilidade e administração (os métodos e técnicas convencionais são tão distantes e de tamanha complexidade, que terminam completamente inacessíveis aos grupos. Assim, a ausência de mecanismos eficientes de administração e contabilidade cria um “estado de desordem” administrativa que tem sido responsável por diversos problemas que comprometem o êxito do mini-projeto alternativo);

- 7) Questões estruturais (o fato dos mini-projetos funcionarem “por fora” do sistema financeiro oficial; legalização e sistema tributário e a política de preços)

A análise de Oliveira (1988) é bem consistente e, apesar de ele não informar sobre a quantidade de experiências observadas, pode-se concluir que ele versa sobre um número expressivo de mini-projetos alternativos e que sua observação diz respeito a um longo período de acompanhamento. Ele também não faz uso de citação nem indica quais seriam seus referenciais teórico-metodológicos. Todavia, percebe-se uma postura que se afasta das análises baseadas no evolucionismo dos modos de produção, discordando da dicotomia, bem presente na época, moderno x arcaico e uma atenção especial à prática como referencial para encontrar as soluções para os problemas do cotidiano. Além disso, muitos aspectos levantados em sua análise ainda são atuais enquanto objeto de investigação⁴⁷.

b) Os PACs da Cáritas

Os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), patrocinados pela Cáritas, espalhados por quase todo o país e que datam do início dos anos 1980, são experiências que têm característica semelhantes àqueles animados pelo MOC.

Os PACs têm sua história ligada à busca de *alternativas de sobrevivência* a partir de atividades produtivas e de consumo na perspectiva de organização de grupos que, solidariamente, perseguem sua autonomia e dignidade e lutam contra a dependência criada pelo assistencialismo (BERTUCCI & SILVA, 2003, p.13).

Essas e outras iniciativas surgiram na esteira do processo de redemocratização do país — o que levou ao aumento de participação política —, e também guardam relação com o agravamento da situação econômica. As principais críticas ao trabalho destas organizações eram dirigidas ao viés assistencialista das mesmas e à falta de enfrentamento ao capitalismo (o apoio visava à transformação dos atendidos em pequenos capitalistas, o que seria uma contradição, pois era o capitalismo a fonte dos problemas). As críticas, em boa medida, foram assumidas

⁴⁷ Essa atualidade da análise de Oliveira (1988) refere-se, principalmente, às dificuldades de sustentabilidade dos arranjos produtivos não capitalistas. Tal questão será tratada mais adiante, quando apresentarmos os dados do mapeamento da economia solidária realizado pela SENAES.

por aquelas instituições promotoras dos projetos alternativos, como bem demonstra o documento da Cáritas:

Apesar dessa intenção principal, os PAC também tinham um viés assistencial a fim de atender a necessidades básicas de sobrevivência de pessoas marginalizadas dos sistemas convencionais e do mercado capitalista. Logo, apesar dos esforços das equipes diocesanas, não havia ainda um planejamento sistemático de acompanhamento aos grupos. Até o final da década de 80, os recursos eram repassados aos grupos sob a forma de fundo perdido, apenas com exigências quanto ao cumprimento de critérios organizativos. Somente em 1989 alguns regionais iniciaram a reflexão sobre a necessidade de repasse ou partilha solidária a partir de projetos apoiados, no sentido de dar sustentação aos fundos de apoio aos PACs, o que garantiu a aprovação de novos projetos e a educação para o exercício da solidariedade (BERTUCCI & SILVA, 2003, p. 15).

Por outro lado, o principal mérito seria o rompimento da inércia e a busca de alternativas à pobreza, à exclusão, às políticas assistencialistas e às estruturas de poder autoritárias das regiões em que estavam inseridos os projetos e empreendimentos alternativos; sem contar com o fato de estar inserido no meio do povo, vivenciando seus problemas, suas angústias, enfim, seu cotidiano.

Em 1992, a Cáritas realizou uma avaliação da trajetória dos PACs levando em conta os aspectos econômicos, políticos, pastorais e o caráter alternativo dos projetos.

Fruto de todo processo avaliativo, começaram a surgir mudanças no tratamento e nos encaminhamentos dos PACs a partir de 1995, em ritmos e direções diferentes nos regionais da Cáritas. No Rio Grande do Sul, a partir de uma articulação com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) para avaliação dos PACs com a construção de um novo modelo de desenvolvimento: “a partir de 1996, já na perspectiva de consolidar uma Economia Popular Solidária, a Cáritas animou um Fórum Estadual de entidades atuantes na área, além de fortalecer sua presença em espaços de gestão de políticas públicas, concretizando-se a contribuição da Cáritas na construção de políticas que vão consolidando um novo modelo de desenvolvimento fundado na solidariedade, a partir dos pequenos (BERTUCCI & SILVA, 2003, p. 18).

No final da década de 90, a Cáritas fortaleceu alguns passos no processo de reorientação dos Projetos Alternativos Comunitários no sentido de aperfeiçoá-los enquanto instrumento de apoio às iniciativas sustentáveis de desenvolvimento. O fértil debate vivido na Cáritas Brasileira fortaleceu a idéia de que esses fundos eram importantes, mas não tinham um fim em si mesmo e o que se pretendia com a ação Cáritas era, na verdade, fortalecer as iniciativas solidárias protagonizadas pelos excluídos, rumo à

construção de novas relações econômicas, políticas e sociais (idem, p. 91).

1.2 - As experiências comunitárias de produção (autogestão)

No que diz respeito à autogestão, várias experiências práticas aconteceram no final dos anos 1970 e na década de 1980, produzindo intensos debates políticos e formulações teóricas. Nascimento (s/d) destaca algumas iniciativas em torno da autogestão, da autonomia e do controle operário: movimentos da oposição sindical metalúrgica de São Paulo (MONSP); Centros de Educação Popular, como CEDAC (RJ); grupos como o da Revista *Desvios*; grupos sobre autonomia; diversos grupos anarquistas libertários; a FNT (Frente Nacional dos Trabalhadores); fundação de diversas empresas autogeridas.

A autogestão configura-se como um princípio, uma forma de exercício coletivo do poder, de mobilização social e de organização de processos de produção que privilegiam o trabalho em detrimento do capital e vislumbram a possibilidade de organizar e dividir o trabalho de forma diferenciada do princípio da heterogestão, base da atividade produtiva capitalista (ALBUQUERQUE, 2003). Além de propor a gestão do processo produtivo pelos próprios trabalhadores, o princípio da autogestão também está ligado ao conjunto da vida social (NASCIMENTO s/d).

Nascimento (s/d, s/n) localiza o lugar da autogestão da produção. Segundo o mesmo, a autogestão “diz respeito à organização nos locais de trabalho, à resistência cotidiana dos trabalhadores, à organização burocrática do trabalho, à luta constante pelo controle do processo de trabalho. Portanto, também podemos falar de práticas de autogestão”. Além disso, ele identifica práticas de autogestão em trabalhadores desempregados, quando estes “organizam oficinas, cooperativas com base nos princípios do trabalho associado”. Por fim, para Nascimento, a autogestão abarca um projeto global que inclui o econômico, o político e o cultural.

Logo, as formas sócio-produtivas não capitalistas que se organizam coletivamente lançam mão dos princípios da autogestão e são analisadas a partir destes princípios que se configuram como um modelo a ser perseguido.

Diversas experiências autogestionárias podem ser citadas ao longo da história. Entre elas, destacam-se: a Comuna de Paris, de 1871; os conselhos operários na

Rússia, de 1917; a experiência do governo da Iugoslávia a partir dos anos 1950; algumas experiências de lutas dos operários da Hungria e Polônia entre os anos de 1953-1956; algumas experiências de iniciativas de governos populares em conjunturas de intensas lutas sociais, como a Argélia, em 1962; os cordões industriais no Chile do governo de Allende (1970-1973); as iniciativas de propriedade social no Peru, do governo de Alvarado; e a assembléia popular na Bolívia, do governo de Torres. Nos anos 1980, tem-se a defesa de uma República Autogestionária pelo movimento social polonês Solidarnosc, que tinha em suas mãos a gestão de 3000 grandes fábricas do país (NASCIMENTO, s/d).

Observa-se que, nas experiências citadas acima, a autogestão aparece como um instrumento viabilizador de movimento que contesta o poder central instituído (Comuna de Paris, os Conselhos da Rússia, as lutas dos operários na Hungria e na Polônia e o Solidarnosc), e como mecanismos utilizados na tentativa de implementar um processo sócio–produtivo diferente do “*status quo*” (Argélia, Chile, Peru e Bolívia). Mas a autogestão também foi implementada na administração de organizações, cuja ação não estava correlacionada com o poder central.

A respeito das empresas autogeridas brasileiras, ainda em 1984, acontece um Encontro Nacional de Experiências Comunitárias de Produção, em Nova Iguaçu/RJ, com representantes de quatro experiências do Rio de Janeiro, três de São Paulo, dois de Belo Horizonte e um de Curitiba⁴⁸. No Relatório final do Encontro, as experiências foram classificadas a partir dos critérios de motivação para o surgimento, tipos de atividade desenvolvida e o tempo de existência das mesmas⁴⁹. A pesquisa analisou também a percepção dos trabalhadores sobre a

⁴⁸ Este encontro foi resultado de uma investigação realizada pela FASE (Regional Sudeste/ Sul). A investigação consistiu em levantamento nos bancos de dados de instituições financeiras, identificação de casos, levantamentos bibliográficos e visitas às experiências. Nestas fases, além das experiências que compareceram ao Encontro, foram identificadas mais uma experiência do Rio de Janeiro, duas de São Paulo e uma de Porto Alegre.

⁴⁹ Motivação (as experiências foram agrupadas em cinco blocos: a) desemprego sindical / resistência; b) desemprego estrutural; c) movimentos de bairros; d) formação técnica e política sindical dos trabalhadores e e) construção de uma proposta autogestionária. Duas das experiências que foram iniciadas a partir do movimento de bairros fazem parte de uma organização popular que oferta também serviços de creche, escola, armazém comunitário e atividades culturais.

Atividades desenvolvidas (serralheria, manutenção de eletrodomésticos, torneamento e fresamento, corte e costura, marcenaria, gráfica e reparos de automóveis).

autogestão (teoria) e o cotidiano de funcionamento das atividades (prática). Os trabalhadores das experiências compreendem a auto-gestão

como sendo a apropriação coletiva dos meios de produção, a coletivização do processo de trabalho e da administração, e a distribuição igualitária do valor produzido, através da igualdade salarial entre os trabalhadores das Experiências.

A organização da produção com base no princípio autogestionário é pensada como modelo alternativo de organização social para a transformação do capitalismo [apropriação coletiva dos meios de produção, coletivização do trabalho e da administração, igualdade salarial, jornada de trabalho flexível (NASCIMENTO, s/d, s/n).

No que pese tal entendimento, o funcionamento das experiências e o fato de as mesmas estarem inseridas no contexto sócio-produtivo capitalista as levaram a implementar práticas que se distanciavam desta compreensão de autogestão. Neste sentido, o Relatório sinalizava as diferenças entre teoria (desejo) e a prática no tocante às questões relativas à apropriação coletiva dos meios de produção, coletivização do trabalho e da administração, igualdade salarial e jornada de trabalho. Sobre a apropriação coletiva tem-se:

Embora idealmente as Experiências pertençam aos trabalhadores, existem critérios para a participação, porque mesmo que se constate uma certa rotatividade entre os membros que compõem as Experiências, é comum que um núcleo se torne relativamente permanente. Além disso, em algumas Experiências tem havido contratação de mão de obra sob a forma de assalariamento. Desta forma, a existência de critérios, a tendência à permanência de um grupo, e a contratação de mão de obra confrontam-se com a definição de apropriação coletiva, tal como pensada nas Experiências (idem, s/n).

Em relação à coletivização do trabalho e da administração foram apontados os seguintes pontos: nível de qualificação profissional anterior (especialização e sem qualificação), participação nas atividades administrativas (contabilidade, definição dos custos de produção e rotina burocrática) e contratação de mão-de-obra assalariada.

No tocante à igualdade salarial, ficou registrada como grande dificuldade “a instabilidade da quantia a ser recebida pelos componentes, que fica atrelada ao rateio do que foi conseguido liquidamente na produção mensal”, além do não

Tempo de existência (duas experiências foram iniciadas antes de 1980 e a demais no período entre 1982 e 1983)

cumprimento das obrigações trabalhistas e do diferencial para menos dos salários em relação aos pagamentos efetuados por outras firmas capitalistas.

A instabilidade salarial e a falta de cobertura trabalhista tem dado margem a conflitos, levando alguns componentes a abandonarem as Experiências. Bem como há casos em que os componentes passaram a questionar a igualdade salarial, em favor de um 'ganho' determinado pela contribuição de cada um à produção, seguindo portanto a 'lógica individual' da criação do valor (idem, s/n).

No que diz respeito aos problemas decorrentes do estabelecimento de uma jornada de trabalho compatível com os anseios de um modelo autogestionário, o relatório destacou os seguintes inconvenientes:

As diferentes visões sobre o horário de trabalho têm dado margem a acusações entre os componentes das Experiências. Os que se sentem "liberados" para a militância política, tendem a ver os que têm uma postura rígida quanto ao cumprimento de horário, como que reproduzindo o modelo patronal, sendo por vezes acusados de "patrão". Contrariamente, os que têm a visão da "disciplina" em relação ao horário, tendem a considerar os argumentos da militância em justificativa para indisciplina pessoal em alguns casos, ou mesmo quando não se trata deste tipo de justificativa, a discordância permanece devido a se considerar que a militância deve ser realizada fora do horário de trabalho conforme seria em qualquer outro emprego no mercado de trabalho (idem, s/n).

O Relatório destaca que a situação se complica quando a Experiência lança mão de contratação assalariada:

Nestes casos, os trabalhadores contratados devem cumprir horário, enquanto outros se sentem "liberados", dando margem a uma situação que é vista por aqueles como de "desorganização" e como indicativo de privilégios que só são permitidos aos "patrões" (idem, s/n).

Quanto ao item financiamento das experiências, conclui-se que a maior parte das Experiências iniciou suas atividades com recursos próprios de pequeno volume. O "capital inicial" era, na maioria das vezes, destinado à aquisição de equipamentos e infra-estrutura. Quase todas as Experiências pesquisadas já tinham recorrido a projetos para financiar suas atividades. Tais recursos foram utilizados, na maioria das vezes, para compra de equipamentos e/ou ampliação das instalações, saldar dívidas, compra de matérias-primas e serviços adquiridos de terceiros.

Os depoimentos indicam que os financiamentos têm cumprido um papel vital nas Experiências. Segue-se à liberação destes, uma relativa estabilidade financeira, seja devido a utilização dos recursos dos financiamentos, seja pela utilização dos rendimentos resultados das aplicações destes no mercado financeiro. Não obstante, pode-se supor que esta estabilidade seja apenas momentânea devido à utilização como capital de giro e para a complementação salarial dos trabalhadores, caso não haja um aumento no desempenho econômico das Experiências (NASCIMENTO, s,d, s/n).

Dessa forma, o Relatório conclui que a dependência de financiamento revelava-se como um aspecto crítico do ponto de vista da autogestão, pois era tomada, inclusive, por alguns membros da experiência, como incapacidade de auto-sustentação, o que acarretava a negação do princípio autogestionário.

O Relatório também versou sobre a relação entre as Experiências Comunitárias de Produção e o Mercado. Destacou-se a força limitante do mercado perante a autonomia das experiências, já que era ele que determinava vários aspectos operacionais: horário de trabalho, qualidade do produto e serviços, preços e custos, nível salarial, etc. Neste sentido, as Experiências foram relativizadas pelas análises diante de questões referentes à construção da auto-gestão como um processo global da sociedade (produção e distribuição de bens e serviços a partir de decisões participativas e democráticas). O Relatório conclui sua análise com a seguinte observação:

Com essa visão crítica não se quer negar a validade das Experiências, nem a organização destas com base em princípios igualitários. Mas sim, chamar a atenção para a divulgação de uma proposta, que para ser conseqüente, requer um maior aprofundamento por parte dos trabalhadores (idem, s/n).

Por fim, conclui que o desempenho econômico das Experiências analisadas consiste no não cumprimento das questões salariais, da sua inserção no mercado e na operacionalidade das experiências, apontando para a pouca capacidade de auto-sustentação, o que torna frágil a iniciativa.

Há que se registrar que, além dessas Experiências Comunitárias de Produção, outras iniciativas foram tentadas pelos trabalhadores. Entre estas, destaca-se a ação dos trabalhadores de empresas em processo de falência que, no intuito de preservar seus empregos, passaram a se organizar para adquirir o controle da massa falida e retornar as atividades da unidade produtiva. É a partir destas

experiências que surgem as primeiras cooperativas de trabalhadores industriais e empresas autogestionadas (como exemplos: a cooperativa dos trabalhadores da Wallig, em Porto Alegre, em 1984 e a cooperativa dos trabalhadores da BRUSCOR, organização fundada em 1986, por 15 sócios cotistas, em Brusque/SC).

Essas diversas experiências autogestionárias, em sua maioria, fracassaram. Nascimento (s/d) elenca algumas razões para esse naufrágio: não tiveram apoio de um sindicalismo já estruturado; dificuldade de financiamento, forte dependência em relação à solidariedade internacional (ONGs, Igreja), falta de experiência dos militantes, além da grave crise econômica que gerou mais desemprego. Outro fator também destacado por Nascimento foi a falta de apoio dos grupos de esquerda, que viam essas experiências como reformistas, sem contar que elas não conseguiram se articular tanto horizontalmente, quanto verticalmente em nível nacional, como as atuais experiências de Economia Solidária.

Nos anos 1990, essas experiências ampliaram-se e diversificaram-se em cooperativas de diversos tipos e empresas autogeridas, levando à fundação da ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão), em 1993, que reunia trabalhadores que assumiram empresas em situação de falência.

Em 1991, tem o início o apoio de assessores sindicais a operários que conseguem se apossar da massa falida da empresa que antes os empregava, formando uma cooperativa de produção, que retoma as operações e assim “salva” os postos de trabalho até então ameaçados de fechamento. Três anos depois, diversas empresas autogestionárias com esta origem fundam a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (ANTEAG) (SINGER, 2000, p. 25).

Para Nascimento (s/d), a partir de meados da década de 1990, a discussão em torno da autogestão desemboca nas questões referentes à economia solidária.

Esse processo de expansão das experiências de autogestão foi marcado pelas contradições vividas na década de 1980. As duas características marcantes desta década foram a participação/organização política e a crise econômica, que chegaram ao final do período de forma extremamente potencializadas. Do ponto de vista econômico, a crise econômica dos anos 1980 foi aprofundada com o

fracasso das medidas econômicas do governo da Nova República; conseqüentemente, cresceu o número de empresas com dificuldades e empresas falidas. Do ponto de vista da visão de mundo, consolidava-se no movimento social a crítica ao capitalismo, ao projeto de desenvolvimento centralizado no Estado, principalmente em virtude do desfecho dos países socialistas do Leste Europeu. Do ponto de vista organizativo, a autogestão passa a ser discutida e praticada pelos setores mais penalizados pela crise, como visto anteriormente, e a questão do desemprego e suas conseqüências passam a ser colocados como problemas centrais na sociedade. Logo, a busca por alternativas econômicas de sobrevivência e alternativas à lógica capitalista passa a contar com novos sujeitos.

Desses, podemos citar o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que, em 1989, formou suas primeiras cooperativas em áreas de assentamento e, posteriormente, cooperativas de crédito e de prestação de serviço.

Como a situação foi agravada ainda mais após o processo de abertura econômica iniciado pelo governo Collor de Melo, alguns sindicatos passaram a apoiar a constituição de ações baseadas na autogestão. Além disso, outros setores sociais passaram a intervir mais de perto na busca de alternativas econômicas.

Para muitos, a Economia solidária retoma os temas das lutas autogestionárias, pois, partindo-se do princípio de que a autogestão é uma idéia, mas é, antes de tudo é uma prática social e política, tem-se a oportunidade de desenvolver organizações diferentes dos arranjos capitalistas a partir da experimentação social exercida pelos trabalhadores, ou seja, socialização dos meios de produção (autogestão social); socialização do poder político (democracia direta); e transformação do mundo das relações intersubjetivas (revolução cultural do cotidiano).

1.3 - A Participação das Universidades

Desde os movimentos de reformas de base, na década de 1950/1960, que setores da universidade se aproximam dos movimentos populares, procurando desenvolver atividades no sentido de fortalecer a organização, adaptar ou criar

tecnologias. Um exemplo destacado foram as ações de extensão no campo da habitação popular e alternativa no Programa de Tecnologia da Habitação (THABA), desenvolvidas desde 1975, pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento do Estado da Bahia – CEPED, atual Universidade do Estado da Bahia (UNEB)⁵⁰.

Porém, a partir dos anos 1990, setores da Universidade passaram a intervir com mais intensidade na busca de soluções ao desemprego. Dessas ações, foram formadas a UNITRABALHO e as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP). A UNITRABALHO é uma rede interuniversitária que reúne pesquisadores de noventa instituições que estudam o tema trabalho. A ITCP surgiu em meados dos anos 1990, inicialmente no programa de pós-graduação em engenharia da COPPE/UFRJ e depois se espalhou em diversas outras instituições de ensino, com o objetivo de “utilizar os recursos humanos e conhecimento da universidade na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores para a construção de atividades autogestionárias, visando sua inclusão no mercado de trabalho” (GUIMARÃES, 2000, p. 111).

1.4 A Participação Sindical

O sindicalismo brasileiro sempre foi caracterizado pelo corporativismo, o que reduzia a ação dos sindicatos a reivindicações econômicas voltadas quase que exclusivamente para os segmentos empregados de uma determinada categoria. Aqueles trabalhadores que não estavam inseridos nos contratos formais de trabalho e, sobretudo, nos setores industriais das médias e grandes cidades, sempre careceram de representação sindical.

Nesse sentido, a opção por uma atuação mais destacada no “campo” da economia solidária possibilita a convergência de amplos setores dos trabalhadores, independente do status contratual e da região habitada. Concomitantemente, coloca diante do sindicalismo brasileiro novas questões e desafios.

⁵⁰ De certa forma, a atual ITCP-UNEB é uma continuidade dessas ações.

Com esse intuito, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) criou em 1999 uma Agência de Desenvolvimento Solidário com objetivo de “gerar novas oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário e contribuir com a construção de alternativas de desenvolvimento social e sustentável.” (MAGALHÃES E TODESCHINI, 2000, p.154). A instituição se estrutura a partir de um escritório nacional, escritórios regionais e estaduais. Na Bahia, a ADS-CUT atua na capital e no interior. Suas atividades estão pautadas no desenvolvimento de parcerias com diversos sujeitos da ES no âmbito nacional e internacional.

A constituição da agência representou uma ação mais concreta do movimento sindical brasileiro em direção à economia solidária. Tal opção surge em decorrência das novas configurações do capital e seus reflexos nas organizações dos trabalhadores. Com efeito, a estrutura sindical brasileira moldou-se ao modelo fordista de produção. Quando se inicia a implantação de uma estrutura produtiva mais flexível e intensiva em relação ao capital, a ação sindical perde efetividade, representatividade e entra em crise.

Assim, com a intensificação do processo de reestruturação do capital aliado à adoção das políticas neoliberais que resultaram em mais de vinte anos de estagnação econômica e social, parcelas do movimento sindical passaram a questionar o modelo de desenvolvimento praticado no país e, a partir de então, começa a considerar outras opções⁵¹.

Nesse contexto, os setores majoritários da CUT aproximam-se da discussão da economia solidária na perspectiva que esta possa, em alguma medida, contribuir para apresentar respostas aos desafios que estavam colocadas ao movimento sindical. Nestes termos, Magalhães e Todeschini (2000) afirmam:

Em síntese, poderíamos então considerar que as possibilidades da economia solidária se situam então nos seguintes aspectos: os projetos de economia solidária apresentam grande potencial de

⁵¹ Em certa medida, esta informação deve ser relativizada, pois, nos anos 1990, os sindicatos dos trabalhadores do setor metalúrgico do Estado de São Paulo, inclusive os filiados à CUT, propuseram diversas vezes a renovação da frota nacional de veículos e a isenção fiscal para automóveis como forma de aumentar a demanda dos produtos, preservar seus empregos ou viabilizar aumentos de salários. Essas medidas que são seriamente criticadas por ambientalistas e setores do movimento social que defendem um desenvolvimento ecologicamente sustentável e socialmente mais justo.

ampliação das possibilidades de geração de novas oportunidades de trabalho. A economia solidária possibilita o exercício da democracia nos espaços que são mais próximos ao cidadão e que lhes dizem respeito mais diretamente como local de trabalho. Propicia a valorização das relações humanas e é também um caminho viável para maior distribuição de renda. A expansão de cooperativas de crédito pode propiciar maior democratização dos recursos financeiros. As redes de economia solidária podem ainda ser instrumentos com grande potencial de desenvolvimento local integrado e ainda um caminho para a transformação social (p. 152).

Ainda conforme Magalhães e Tosdechini (2000, p. 154), a estratégia da CUT para a economia solidária se pauta em: “1) uma política de organização sindical para incorporação dos desempregados dos trabalhadores cooperados na base sindical; 2) a organização da ADS com políticas de crédito, formação, pesquisa, incubação e outras; 3) formulação de propostas de legislação relacionadas à economia solidária; 4) formação de políticas públicas para a ES”.

1.5 - Outras iniciativas: movimento popular, iniciativa da sociedade civil e ação de prefeituras

Destacamos aqui as contribuições do ponto de vista organizativo e propositivo do movimento popular, da sociedade civil e de prefeituras do campo democrático-popular. Faremos uma breve menção a essas experiências, o que não significa que elas tenham menor importância no processo organizativo da economia solidária.

A experiência da Associação de Moradores do Conjunto Palmeira (Asmoconp), fundada em 1981, em um bairro periférico de Fortaleza-CE, que é uma das melhores expressões do campo da economia solidária a partir da mobilização comunitária. Objetivando lutar por água tratada e energia elétrica e outras melhorias para a localidade, a associação ampliou, posteriormente, sua atuação através de ações voltadas para a geração de trabalho e renda para os moradores do bairro.

Com este intuito, em 1998, a associação instalou o Banco Palmas, dotado de princípios da endogeneização da renda, articulação dos fluxos de demanda e oferta de bens/serviços e princípio de incubação de empreendimentos, disseminados em diversos instrumentos, como microcrédito, cartão de crédito

solidário, feira, lojas, compras coletivas, clube de trocas com moedas sociais. Essas iniciativas têm alcançado grande êxito e vêm se constituindo em exemplo.

Outro vetor de expansão das práticas de economia solidária foi a iniciativa de prefeituras do chamado “campo democrático popular” de incentivar grupos a partir dos princípios da economia solidária. Várias experiências se destacam neste segmento em ações das prefeituras de Porto Alegre, Recife, Santo André, etc.

Com relação às iniciativas da sociedade civil, ressalta-se o trabalho das ONGs nas atividades de geração de ocupação, emprego e renda, na organização popular (FASE, CESE, IBASE, PACS etc.) e a mobilização de combate à fome, através da “Ação da Cidadania contra miséria e pela vida” (LECHART, 2004).

2 – O quadro atual da Economia Solidária brasileira

O Brasil tem se destacado como um dos países onde a Economia Solidária mais se desenvolve. Nesta trajetória crescente, vão se cristalizando traços próprios do que poderíamos chamar de uma economia solidária brasileira. Destaca-se nesta caminhada a relação com a chamada economia popular, o aporte governamental, sobretudo a partir de 2003, e o grande número de entidades de fomento e apoio.

Diversas ações foram efetuadas nesse campo desde os primeiros encontros internacionais para partilhar experiências e reflexões, sobretudo com ativistas latinoamericanos, ainda nos anos 1980, passando pela constituição do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, formada em 2001 na primeira edição do Fórum Social Mundial, pelas Plenárias Nacionais, a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a constituição da Secretária Nacional da Economia Solidária (SENAES), a Conferência Nacional, O Encontro de Empreendimentos da Economia Solidária até chegar ao Conselho Interministerial de Economia Solidária.

Atualmente há registro de empreendimentos solidários do tipo cooperativas populares (Ex: Cooperativa Catende em Pernambuco), cooperativas industriais de trabalhadores, associações de moradores (Ex: Conjunto Palmeiras no Ceará), sistema de crédito solidário (Ex: Banco do Povo de Belém – Pa), empresas autogestionadas, rede de projetos comunitários, experiências alternativas de

comércio (clubes de troca), habitação, crédito e organizações fundadas em princípios éticos (os participantes do comércio justo e de redes de colaboração solidária). Além destas iniciativas, há uma extensa lista de sujeitos envolvidos com a questão: instâncias governamentais (federal, estadual e municipal), entidades de apoio (Cáritas (igrejas), MST, ADS/CUT e Universidades) e formas organizativas do próprio movimento (redes, fóruns e associações).

Nos últimos anos, o movimento adquiriu grande impulso, multiplicando o número de experiências e as áreas de atuação, mas, principalmente, ampliando e melhorando o patamar organizativo. Diversas redes foram formadas, coadunando a ação dos diversos sujeitos envolvidos (organizações, incubadoras, gestores públicos, pesquisadores). Um Fórum Nacional foi criado e conseguiu-se a institucionalização de muitas representações nas diversas esferas governamentais, inclusive com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), a partir de 2003.

Segundo pesquisa realizada conjuntamente pela SENAES e por entidades do “movimento”, o Brasil possui aproximadamente 15.000 empreendimentos⁵² de economia solidária, sendo que 44% destes se encontram na região nordeste; 17% na região sul; 14% na região sudeste; 13% no norte; e 12 % na região Centro-Oeste.

Os documentos de instrução para esta pesquisa de campo⁵³, orientavam os entrevistadores para classificar as formas de organização em sete categorias:

- 1) grupo informal (empreendimentos coletivos sem registro legal);
- 2) cooperativa (empreendimentos com registro legal de cooperativa);
- 3) associação (empreendimentos com registro legal de associação);
- 4) sociedade mercantil por cota de responsabilidade limitada (entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, de natureza mercantil, cujo capital social é dividido por quotas do mesmo valor, subscritas uma ou mais por cada sócio, que responde de forma limitada pelas obrigações sociais e se obriga,

⁵² A pesquisa conhecida como o Mapeamento da Economia Solidária foi realizada em 2.274 municípios do Brasil, o que corresponde a 41% dos municípios brasileiros.

⁵³ Guia de Orientações e Procedimentos do Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (SIES), publicado pela Senaes em 2006 e o Manual do Usuário do SIES, versão I (2004).

solidariamente, pela integração do capital e cuja razão social é sempre seguida da palavra limitada, LTDA);

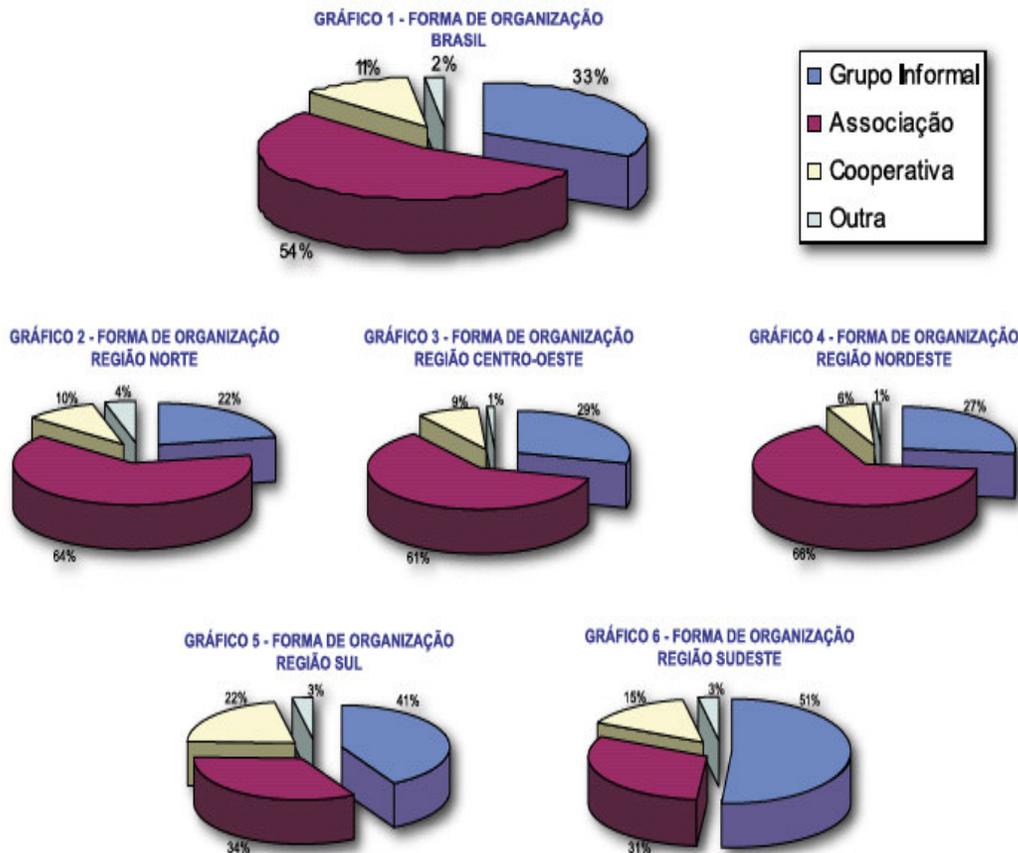
5) sociedade mercantil em nome coletivo (entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, de natureza mercantil, que resulta da união de duas ou mais pessoas para comerciar em comum, debaixo de uma mesma firma social, cujos sócios se responsabilizam de forma ilimitada e solidária pelas obrigações sociais. A firma ou razão social individualiza todos os sócios ou contém o nome de pelo menos um deles acrescido do aditivo “companhia”, por extenso ou abreviadamente).

6) sociedade mercantil de capital e indústria (entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, de natureza mercantil, formadas por dois tipos de sócio: os sócios que entram com recursos para a formação do capital; e os sócios de indústria, que contribuem apenas para o trabalho. A razão social é constituída com o nome dos sócios capitalistas, seguida da expressão “e companhia”, por extenso ou abreviadamente)

7) outra (outras formas de organização que não se enquadram nas formas anteriormente explicitadas).

No entanto, na publicação dos resultados do mapeamento, os empreendimentos foram classificados em apenas quatro categorias: associação, cooperativa, grupo informal e outros, sendo que as sociedades mercantis foram incluídas na categoria outros. Logo, chegou-se ao resultado de que a maior parte está organizada em forma de associações (54%); em seguida aparecem os grupos informais (33%); as cooperativas (11%); e outras formas de organização (2%). Este perfil nacional é modificado nas regiões sul e sudeste, cuja participação dos grupos informais supera a das associações. Na região Sul o conjunto de empreendimentos ficou assim distribuído: grupo informal (41%); associação (34%); cooperativas (22%); e outros (3%). Já no sudeste registrou-se a seguinte distribuição: grupo informal (51%); associação (31%); cooperativas (15%); outros (3%). Os dados completos de todas as regiões podem ser visualizados nos gráficos abaixo:

Gráfico 1 – Forma de Organização da ES no Brasil



Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. SENAES, 2006.

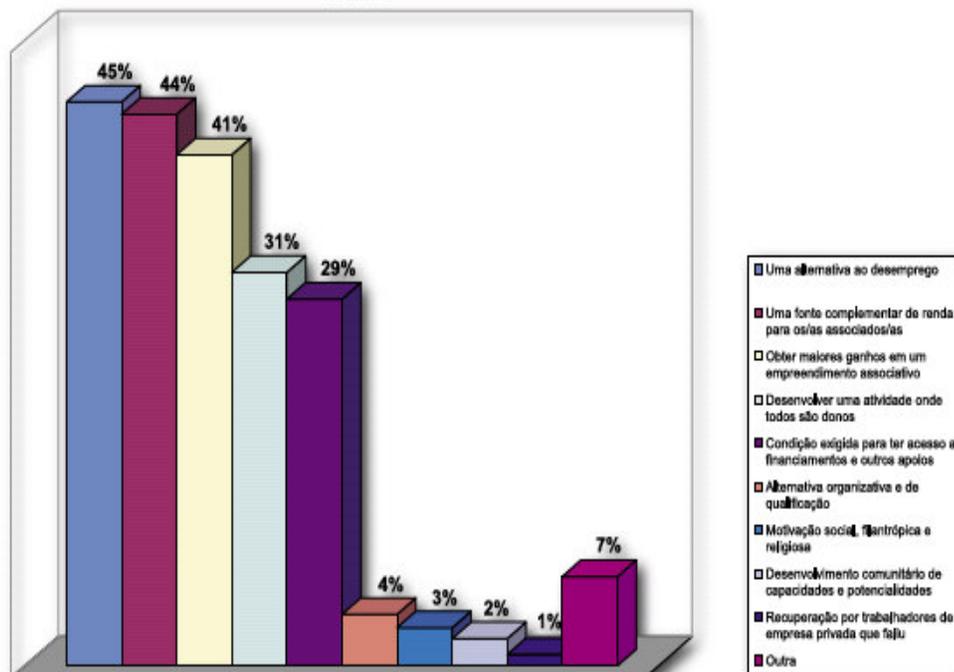
Motivos para a criação dos EES

A pesquisa detectou que os principais motivos para criação dos empreendimentos econômicos solidários foram: alternativa ao desemprego (45%); complemento da renda (44%); obter maiores ganhos (41%), desenvolver atividade em que todos são donos (31%); condição exigida para ter acesso a crédito (29%); alternativas organizativas e de qualificação (4%); motivação social, filantrópica e religiosa (3%); desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades (2%); recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu (1%); e outros (7%).

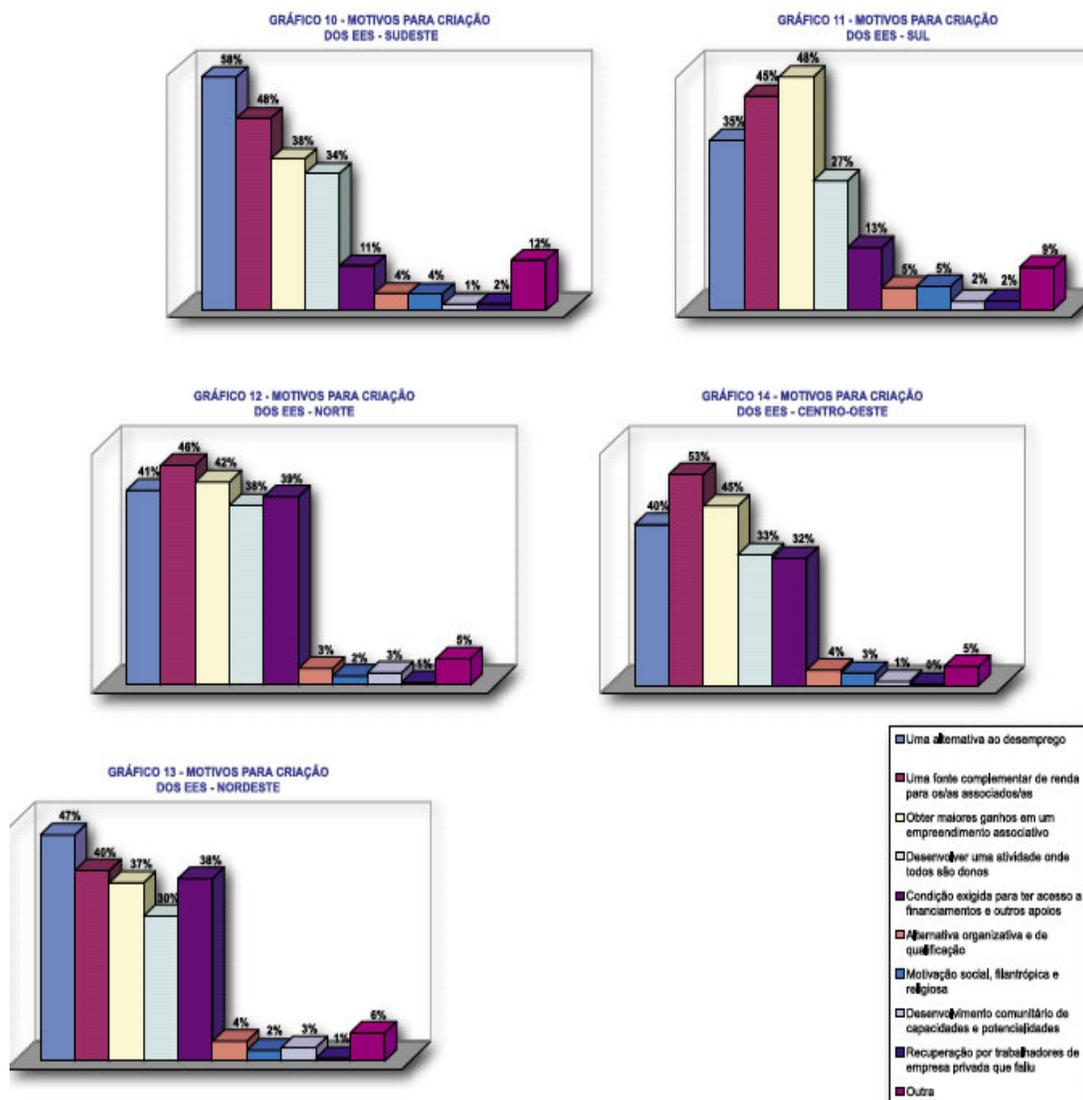
Na região nordeste e sudeste, o motivo mais citado foi alternativa ao desemprego, sendo que na região sul foi a possibilidade de obter maiores ganhos. Nas regiões norte e centro-oeste o motivo foi o complemento de renda.

Gráfico 2 – Motivos para criação dos EES – Brasil

GRÁFICO 9 - MOTIVOS PARA CRIAÇÃO DOS EES
BRASIL



Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. SENAES, 2006.



Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. SENAES, 2006.

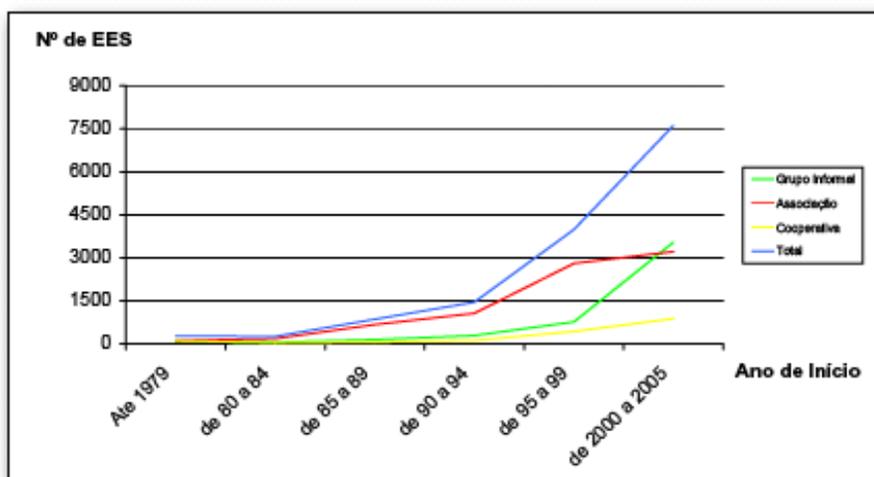
Trajetoória da Economia Solidária

Do ponto de vista do início das atividades dos empreendimentos, constatou-se que a maior parte dos EES é recente. As práticas em geral têm seu início durante os anos 1990. Verificou-se também que os grupos informais “apresentaram uma maior taxa de crescimento após a metade da década de 1990, enquanto as associações apresentam uma redução da sua expansão e o número de cooperativas se mantém relativamente estável” (SENAES, 2006). Tal dado pode dar a impressão de que a origem da economia solidária é recente, logo tornaria

falsa a afirmação feita anteriormente. Porém, há que se registrar que é característica deste tipo de empreendimento um ciclo de vida relativamente curto. Ele nasce, morre e nasce novamente, o que reforça nossa afirmação sobre a longevidade dessas práticas de economia solidária numa perspectiva mais diacrônica.

Gráfico 3 – EES por ano de início segundo forma de organização

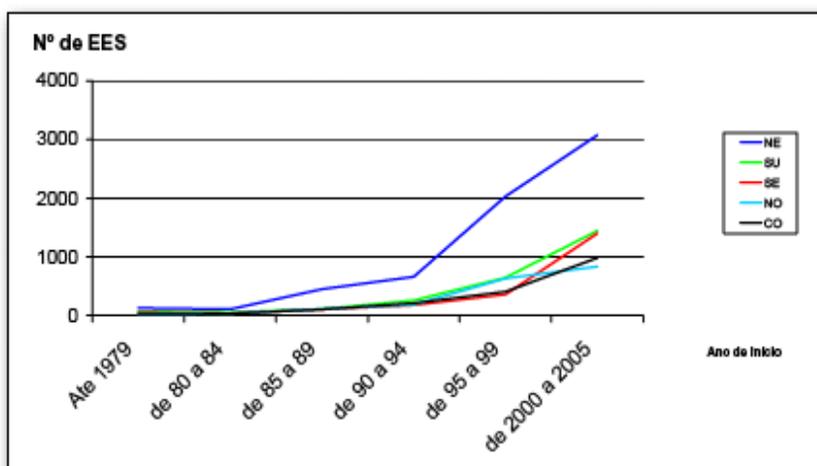
**GRÁFICO 7 - EES POR ANO DE INÍCIO
SEGUNDO FORMA DE ORGANIZAÇÃO**



Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. SENAES, 2006.

Gráfico 4 – EES por ano de início segundo grandes regiões

**GRÁFICO 8 - EES POR ANO DE INÍCIO
SEGUNDO GRANDES REGIÕES**



Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. SENAES, 2006.

Participação nos Empreendimentos de Economia Solidária (EES)

O total de homens e mulheres envolvidos com os empreendimentos econômicos solidários é de 1.251.882, o que perfaz uma média de 84 participantes por EES. Deste universo, 39,85% são rurais, 21,48% são urbanos e 38,57% são rurais e urbanos. As mulheres perfazem 36% (sendo que elas se localizam 33,7% em empreendimentos rurais, 47,4% urbanos e 32% de rurais e urbanos). A tabela abaixo discrimina os dados por região.

Tabela 1 – Participantes dos EES no Brasil

TABELA 2 – PARTICIPANTES DOS EES NO BRASIL

| REGIÃO | | Mulheres | % | Homens | % | TOTAL |
|--------|----------------|----------------|--------------|----------------|--------------|------------------|
| NO | Rural | 22.292 | 34,5% | 42.265 | 65,5% | 64.557 |
| | Urbano | 15.262 | 59,1% | 10.578 | 40,9% | 25.840 |
| | Rural e Urbano | 13.933 | 38,4% | 22.372 | 61,6% | 36.305 |
| | Total | 51.493 | 40,6% | 75.235 | 59,4% | 126.728 |
| NE | Rural | 95.599 | 37,3% | 160.365 | 62,7% | 255.964 |
| | Urbano | 42.941 | 50,4% | 42.262 | 49,6% | 85.203 |
| | Rural e Urbano | 40.019 | 37,9% | 65.478 | 62,1% | 105.497 |
| | Total | 179.058 | 40,0% | 268.477 | 60,0% | 447.535 |
| SE | Rural | 10.692 | 30,6% | 24.219 | 69,4% | 34.911 |
| | Urbano | 24.258 | 47,7% | 26.619 | 52,3% | 50.877 |
| | Rural e Urbano | 9.733 | 25,1% | 29.003 | 74,9% | 38.736 |
| | Total | 44.729 | 35,9% | 79.910 | 64,1% | 124.639 |
| SU | Rural | 28.901 | 27,2% | 77.310 | 72,8% | 106.211 |
| | Urbano | 26.773 | 34,9% | 49.887 | 65,1% | 76.660 |
| | Rural e Urbano | 72.551 | 28,4% | 183.127 | 71,6% | 255.678 |
| | Total | 128.295 | 29,2% | 310.400 | 70,8% | 438.695 |
| CO | Rural | 10.577 | 28,4% | 26.698 | 71,6% | 37.275 |
| | Urbano | 18.118 | 59,7% | 12.213 | 40,3% | 30.331 |
| | Rural e Urbano | 18.389 | 39,4% | 28.267 | 60,6% | 46.656 |
| | Total | 47.088 | 41,2% | 67.197 | 58,8% | 114.285 |
| TOTAL | Rural | 168.061 | 33,7% | 330.857 | 66,3% | 498.918 |
| | Urbano | 127.352 | 47,4% | 141.559 | 52,6% | 268.911 |
| | Rural e Urbano | 154.625 | 32,0% | 328.247 | 68,0% | 482.872 |
| | Total | 450.663 | 36,0% | 801.219 | 64,0% | 1.251.882 |

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. SENAES, 2006.

Há que se registrar que as mulheres predominam nos empreendimentos com menos de dez sócios (63%) e os homens nos empreendimentos que possuem mais de vinte sócios (60% de 21 a 50 sócios; e 66% com mais de 50 sócios). Registraram-se 2.300 empreendimentos constituídos exclusivamente por mulheres (16%), aproximadamente 1.500 empreendimentos exclusivamente de homens (11%) e os demais (73%) são compostos de maneira mista.

Gráfico 5 – Participação de mulheres e homens segundo porte do empreendimento (%) – Brasil

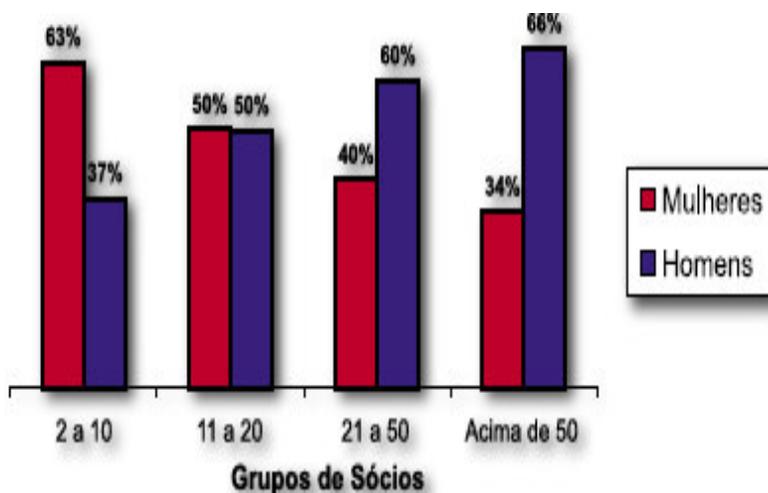
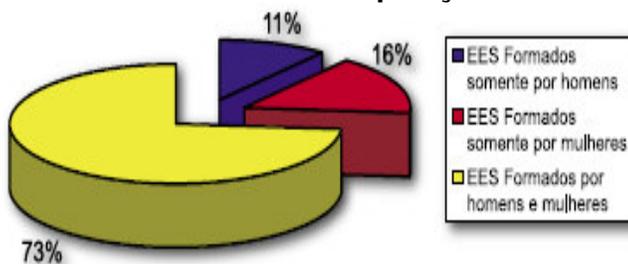


Gráfico 6 – Composição dos EES segundo o sexo (%)

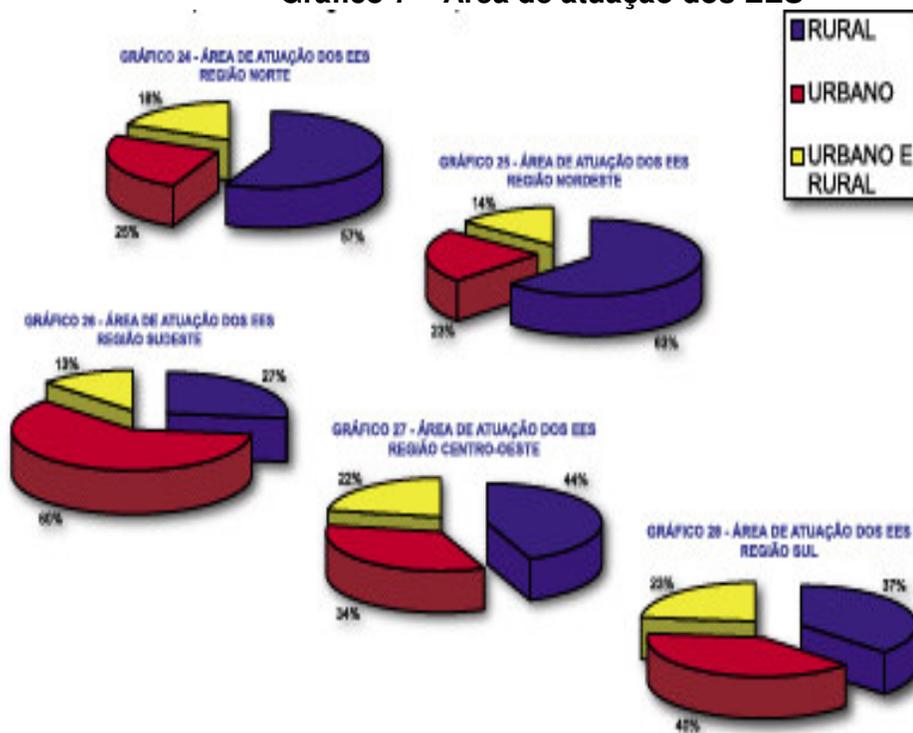


Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. SENAES, 2006, pp. 31.

Área de atuação

No Brasil, 50% dos EES atuam exclusivamente na área rural, 33% atuam exclusivamente na área urbana e 17% atuam tanto no rural e no urbano. Os gráficos abaixo indicam a área de atuação por região, sendo que as regiões sul e sudeste apresentam uma composição diferente da média nacional, pois nestas regiões os empreendimentos urbanos superam os rurais.

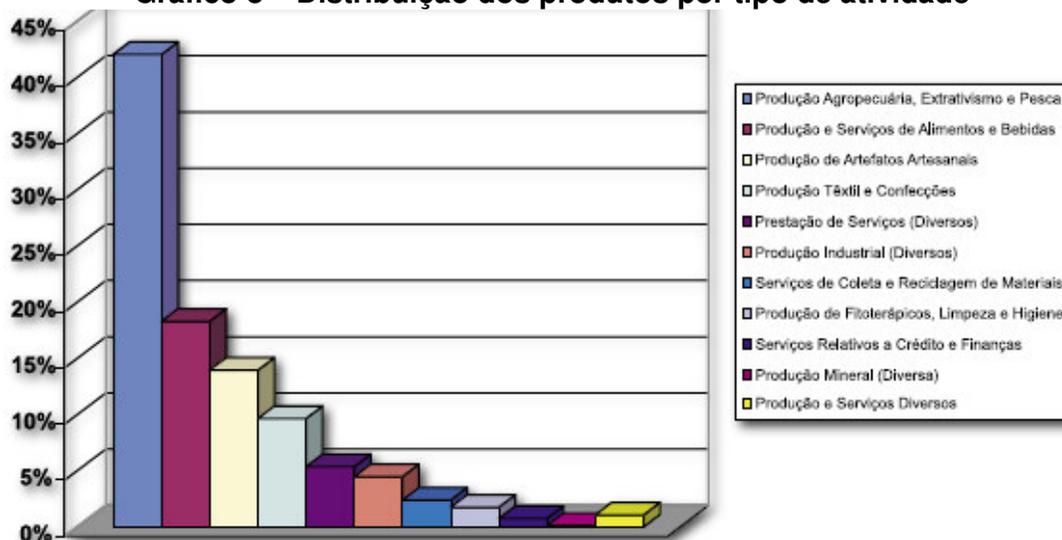
Gráfico 7 – Área de atuação dos EES



Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. SENAES, 2006, pp. 34.

Produtos e serviços

Os EES desenvolvem atividades variadas, mas destacam-se as atividades ligadas à agropecuária, ao extrativismo e pesca, como demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 8 – Distribuição dos produtos por tipo de atividade

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. SENAES, 2006, pp. 35.

Entidades de apoio e fomento à Economia solidária

O Mapeamento também pesquisou as entidades de apoio e fomento à economia solidária, identificando 1.120 entidades distribuídas da seguinte forma: nordeste (51%), sudeste (16%), sul (15%) norte (11%) e centro-oeste (7%). Estas entidades estão organizadas juridicamente na forma de associações (46%), fundações (13%) e Organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIP (12%), organização sindical (7%), organização sem registro legal (6%), Organização social (6%) e outras (10%). As atividades realizadas pelas instituições são distribuídas da seguinte forma: formação (39,46%), articulação/mobilização (34,73%), financiamento (11,61%), assistência técnica e gerencial (10,45%), pesquisa e desenvolvimento (8,39%), incubação (6,7%) e outras atividades (8,4%).

Constata-se, assim, que a economia solidária no Brasil e no mundo adquiriu consistência e visibilidade. O número de práticas econômicas solidárias multiplicou-se e passou a abarcar quase todos os setores econômicos; a quantidade de entidades fomentadoras aumentou, diversificando a matriz orientadora (igrejas, poder público, sociedade civil e sindicatos) e espalhou-se por todo o país. Até a representação no governo federal foi conseguida, sem contar a

estruturação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que se constitui como representação do campo perante o poder público e a sociedade.

No que pesem tamanhas transformações, as questões reflexivas sobre a temática não diferem em muito dos pontos adotados por Oliveira em 1988. Como prova disso, pode-se analisar a pesquisa realizada pela Fundação UNITRABALHO⁵⁴ entre 1999/2003. Coordenada por Inácio Gaiger, a pesquisa buscou aplicar uma metodologia comum em nove estados brasileiros (RS, SC, SP, DF, CE, PE, AM, PA, MG). Os resultados de parte da pesquisa foram publicados em 2004 (GAIGER, 2004).

Essa pesquisa foi dividida em duas etapas. A primeira consistiu na reconstrução histórica da economia solidária nos respectivos estados através da revisão bibliográfica, consulta a banco de dados, contato com organizações atuantes nesse campo, com ativistas e gestores públicos. A partir daí, estabeleceu-se uma hipótese sobre as condições de formação e de crescimento dos empreendimentos, adotando-se o conceito de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) como tipo ideal para servir de guia e parâmetro de referência para as análises. As características dos Empreendimentos Econômicos Solidários deveriam girar em torno de oito princípios: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social. Para Gaiger (2004),

A força desses empreendimentos residiria em sua capacidade de conciliar, simbioticamente as relações de trabalho que são próprias com os imperativos da eficiência, de modo que a própria cooperação torna-se viga-mestre de uma nova racionalidade socioeconômica (p. 11).

De posse do parâmetro, visitou-se uma amostra seletiva de até vinte organizações em cada Estado, procurando-se aprofundar os conhecimentos das organizações⁵⁵. A segunda etapa ficou centrada na análise de alguns casos mais significativos em cada estado. As análises caminharam em duas direções: a

⁵⁴ A UNITRABALHO é uma rede interuniversitária que reuni pesquisadores de mais de noventa instituições que pesquisam sobre o tema trabalho.

⁵⁵ A pesquisa não excluiu os casos identificados à margem da economia solidária, a exemplo das cooperativas tradicionais, sempre que, por hipótese, tais casos sinalizavam propriedades de solidarismo econômico.

viabilidade econômica dos EES, no sentido de sua solvabilidade financeira em curto prazo e de sua sustentabilidade em longo prazo. No âmbito de cada EES, coube considerar o tripé produção, comercialização e crédito.

De uma forma geral, a partir das pesquisas efetuadas nos estados e de suas formulações anteriores, Gaiger, no capítulo conclusivo, chegou a considerações nos seguintes campos: condições de emergências, características, o caráter da produção e mudança social.

No tocante às condições de emergência, Gaiger (2004) afirma:

A levarem-se a sério tais requisitos, a primeira dedução a fazer, talvez desconcertantemente para os espíritos mais entusiastas, é que a existência de um empreendimento econômico solidário nada tem de corriqueiro, de trivial, tampouco é um reflexo previsível, uma espécie de uma reação em cadeia (senão agora, muito em breve) diante da crise do mercado de trabalho ou da insuficiência crescente das alternativas habituais de ocupação e sobrevivência. Várias condições necessitam ser atendidas, concorrendo para isso diferentes elementos, cuja presença e cuja força muitas vezes depende de condições criadas ao longo do tempo, à revelia das intenções ou graças a iniciativas conscientes e gradativamente amadurecidas pelos sujeitos que hoje protagonizam o novo solidarismo econômico. Tais experiências, imersas em histórias individuais e coletivas, não obedecem a leis de geração espontânea, não germinam artificialmente e apenas em casos especiais podem ter seu nascimento abreviado (p. 377).

Nesse sentido, ele identifica as origens dessas práticas num percurso histórico bem anterior à crise atual do capitalismo. Ainda em tom de conclusão, Gaiger (2004) destaca o caráter anticapitalista dessas experiências econômicas:

As diversas graduações observadas no conteúdo autogestionário e cooperativo das experiências de economia solidária, resumidas nas tipologias apresentadas pelos autores, deixam sobressair uma situação de correspondência bastante fiel ao conceito de empreendimento econômico solidário e ao que podemos considerar, a luz da teoria marxista, uma nova forma social de produção (Gaiger, 2001; 2002): modificam-se os princípios e os fins da organização econômica, alteram-se ao mesmo tempo as relações que os indivíduos contraem entre si, no que tange aos meios de produção, ao processo de trabalho e a seus resultados. Uma nova racionalidade passa a presidir o agenciamento dos fatores produtivos (p. 387).

Assim, ele afirma que a economia solidária desenvolve elementos de uma nova sociabilidade em que reina uma lógica solidária. No entanto, discorda da aposta na replicação progressiva e contínua dos empreendimentos solidários a ponto de

algum dia predominar e, em seguida, dominar a economia. Da mesma forma, ele não vê perspectivas na idéia de conversão geral das práticas econômicas para o princípio solidário. Tão pouco vê sentido em defender o crescimento da economia solidária em ‘ilhas’ até que a maturação de suas práticas viabilizassem sua abertura ao mundo externo. Para Gaiger, o que se pode vislumbrar para a economia solidária é que esta possa se tornar um novo sistema de regulação com a co-existência conflitual, em condições mínimas de equilíbrio com a economia de mercado e a economia pública (GAIGER, 2004).

Para finalizar a descrição do campo da economia solidária no Brasil, sintetizam-se todas as informações acima num mapa conceitual.

Quadro 3 – Mapa conceitual da Economia solidária



Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. SENAES, 2006, pp. 14.

O quadro anterior deixa explícitas a diversidade de práticas e a variedade de formas auto-organizativas do movimento, bem como a quantidade de instituições envolvidas no apoio à economia solidária.

Após esta visualização geral da economia solidária no Brasil, passamos para a descrição das especificidades dessas experiências no Estado da Bahia, espaço privilegiado nessa pesquisa.

3 - A Realidade Baiana

Em se tratando do Estado da Bahia, a pesquisa do SENAES relacionou 1096 EES, distribuídos nas formas de associação (762), grupo informal (217), cooperativa (106), sociedade mercantil de capital e indústria (5), sociedade mercantil por cotas de responsabilidade limitada (3) e outras (3). Tais empreendimentos envolvem 85.735 pessoas (33.971 mulheres e 51.764 homens). A relação gênero/tamanho do empreendimento reproduz a situação nacional, na qual as mulheres predominam em estabelecimentos menores (até vinte pessoas) e são superadas à medida que o número de colaboradores aumenta. O motivo que levou à criação dos empreendimentos acompanha o perfil nacional, ou seja, lideram a lista a alternativa ao desemprego, aumento da renda e desenvolvimento de uma atividade de que todos são donos.

Os empreendimentos econômicos solidários baianos, na sua maioria, encontram-se na zona rural (670), enquanto os urbanos totalizam 164 e os rurais e urbanos somam 262. Assim como o perfil nacional, na questão gênero, predominam empreendimentos mistos (882) frente aos estabelecimentos exclusivamente com mulheres, (138) e exclusivamente com homens (69).

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) realizou, em 2003, uma pesquisa sobre os empreendimentos solidários na Região Metropolitana de Salvador e no Litoral Norte da Bahia, sob a coordenação de Gabriel Kraychete.

Kraychete levantou o perfil dos empreendimentos a partir dos seguintes tópicos: forma de organização e composição dos associados; setores de atividades e formas de trabalho coletivo; motivações e recursos para implantação de empreendimentos; condições de instalação dos equipamentos; comercialização e divulgação, conhecimento técnico e assessorias; gestão e sustentabilidade econômica.

A partir dos dados coletados (SEI, 2004), Kraychete chega a algumas conclusões a respeito desses empreendimentos, destacando os problemas constatados:

Os empreendimentos associativos, quando observados de perto, quase sempre revelam grandes dificuldades e fragilidades. Tal como existem hoje, apresentam-se de forma dispersa e fragmentada. Muitas vezes, a sua existência depende da presença ou do apoio de uma única pessoa ou instituição, o que leva o risco de recriar, no interior do grupo, relações que reforcem antigos e novos laços de dependência. Em outros casos ressentem-se, exatamente, da ausência de pessoa ou instituição que os auxiliem no atendimento de alguma necessidade básica, difícil de ser contornada pelo grupo sozinho (SEI, 2004, p. 30).

Continuando, o relatório tece algumas considerações sobre possibilidades futuras:

Uma mudança de qualidade dos empreendimentos de economia solidária depende de aportes econômicos e sociais que não são reproduzíveis no seu interior e que limitam o seu desenvolvimento. Essa transformação transcende os aspectos estritamente econômicos, requerendo uma ação convergente complementar de múltiplos atores e iniciativas nos campos político, econômico, social e tecnológico, envolvendo ONGs, sindicatos, igrejas, universidades, órgãos governamentais, etc. (idem, p. 30).

A seguir segue uma descrição dos empreendimentos econômicos solidários que representam o tipo básico encontrado no mapeamento da SENAES. Estão localizados na zona rural e estão envolvidos com os problemas locais.

3.1 - Associação Sementes da Esperança – Queimada Grande/Banzaê

Associação Sementes da Esperança, animada pela Cáritas, localiza-se na Comunidade de Queimada Grande, em Banzaê. O município de Banzaê localiza-se a 296 km de Salvador (norte da Bahia, próximo da fronteira com Sergipe) e possui 11.154 habitantes (3.414 urbanos e 7.639 rurais). Segundo relatório da Cáritas (2004), 80% da população encontra-se em situação de pobreza. O município foi criado em 1989, após processo de emancipação que o desmembrou da cidade de Ribeira do Pombal.

A comunidade de Queimada Grande surge com a particularidade de que foi criada em função do deslocamento das populações dos povoados de Mirandela, Segredos, Araçás e Pau Ferro após uma decisão judicial para deslocamento naquele espaço dos índios Kiriris, em meados da década de 1990. Esse deslocamento acontece em períodos variados e a primeira data que conseguimos

apurar foi 1995. A comunidade possui, hoje 256, famílias, num total de 1150 pessoas.

O processo de desocupação dos povoados foi muito traumático para os moradores. Nas falas percebe-se um misto de mágoa e saudade quando relatam o fato. Os habitantes deixaram para trás uma história, realizações, relações com o espaço e com o que se construiu nele.

Na nova localização, Queimada Grande, o local de plantio ficou distante das residências, o que representou um empecilho ao auxílio das mulheres na plantação e trato dos animais, com conseqüente queda na renda familiar por diminuição da quantidade de mão-de-obra utilizada.

Na nova localização do povoado, as atividades das mulheres restringiam-se quase que totalmente aos trabalhos domésticos e atenção às crianças. Como tentativa de melhorar esta situação, cria-se a Associação Sementes da Esperança em agosto de 2001, a partir, principalmente, da ação de Dona Rosa Maria. Ela e as outras mulheres conseguem apropriar-se e utilizar máquinas de costura que estavam no poder da Prefeitura sem utilização (quatro máquinas comuns e uma reta). A legalização da associação acontece em 03 de agosto de 2003.

As mulheres passaram, então, a se reunir na sacristia da Igreja para produzir (costurar). Rosa Maria foi a responsável por aproximar o grupo com a Cáritas em agosto de 2002. A partir desse contato, acontece uma primeira ação da Cáritas - diagnóstico sócio-econômico para saber as carências e potencialidades da comunidade e da Associação.

Desde então, foram elaborados projetos de apoio à atividade produtiva numa perspectiva de economia popular solidária visando o fortalecimento da coesão social e do protagonismo das mulheres e o desenvolvimento sustentável e solidário da comunidade.

Dessa forma, consegue-se, com recursos do Banco do Nordeste (BNB), a construção do Centro Social da comunidade com a seguinte estrutura: salão de reunião, loja para comercialização dos produtos, garagem, escritório, sala de *silk-screen*, sala de revelação, cozinha, sala de formação, biblioteca com duas estantes de livros, TV de 29', aparelho de DVD, dois computadores. O salão da

Associação é também utilizado pela prefeitura como Posto de Saúde, reunião dos conselhos Municipais, reunião de Grupo de Jovem, reunião de formação de professores e outros eventos da comunidade – aniversários, casamentos, batizado, etc.

Com o salão, a comunidade adquiriu um espaço público. O que antes era realizado na sacristia da Igreja ou nas residências privadas, passou a ser realizado na sede da Associação. Enquanto a localidade não tinha posto de saúde, era o salão que abrigava os médicos da prefeitura.

Atualmente, fruto da parceria com a Cáritas e dos projetos do BNB, elas estão com três máquinas *over lock*, uma máquina reta, uma galoneira e quatro máquinas comuns. A produção é feita de acordo com a demanda e a remuneração de acordo com a participação nas tarefas. Além disso, tem-se o incremento mensal médio na renda familiar de meio salário mínimo (à época de R\$ 130,00 – Relatório Cáritas, 12/2004), gerando trabalho direto para 20 mulheres da comunidade.

A Associação é formada por dezessete mulheres associadas. A atividade produtiva baseia-se na confecção de roupas e artesanato de fuxico, atividades feitas coletivamente. Os resultados têm beneficiado toda a comunidade, que é composta por 256 famílias (1110 pessoas). As associadas já participaram de cursos de técnicas produtivas e de gestão com o SEBRAE, e, a partir desses cursos, foi implantada uma divisão técnica do trabalho.

Como resultado indireto, percebe-se o aumento da autonomia política dessas mulheres⁵⁶, além do efeito multiplicador dessa experiência, que está gerando novas experiências desse tipo na comunidade e em comunidades vizinhas, como também servindo de motivação para mulheres, jovens e adultos na participação, organização e mobilização política.

A partir dessa iniciativa, a comunidade passou a mobilizar-se mais em direção à conquista e concretização de outros direitos: creche para as crianças, educação contextualizada para jovens e adultos, espaço para atividades culturais. A

⁵⁶ Apesar dessa autonomia, entre as associadas apenas duas viajam para participar dos encontros, cursos, etc. As outras justificam a não participação em atividades fora da comunidade por causa dos compromissos domésticos com marido e filhos, além do medo de “ficar falada” na comunidade. Inclusive, este é um problema já apresentado nas reuniões.

participação política ampliou-se para a questão eleitoral – a comunidade já teve candidato a vereador e pensa na possibilidade de lançar candidato a prefeito.

Aos poucos a atividade fim – econômico/ajuda na subsistência – deixa de ser o principal objetivo e o papel social na luta por melhorias na comunidade assume o carro chefe da organização, como projetos sociais e reivindicações de políticas públicas que atendam às demandas da comunidade. Elas planejam agora construir uma horta comunitária, como também demandam uma outra opção de acesso à internet, pois o provedor que utilizam gera um custo muito alto.

A Associação passou a participar do Conselho de Desenvolvimento Municipal e começou a interferir nas políticas públicas destinadas à comunidade. Como exemplo, pode-se citar a sua interferência e participação na mudança de um projeto inicial da prefeitura de calçamento da praça para a construção de um Posto de saúde, o que foi sugerido pela comunidade através da atuação da Associação.

Outro fator interessante é que a Associação apresenta uma certa independência em relação à Cáritas. Recentemente, a partir de atuação própria, a Associação se organizou para conseguir a implantação na comunidade de uma cooperativa de processamento de castanha, a partir do Programa Fome Zero, sem o conhecimento prévio da Cáritas.

Dessa forma, podemos caracterizar esta ação como geradora de ação pública e de serviços de proximidade, pois a ação econômica vem deixando de ser o objetivo final e, através dela, tem-se conseguido engendrar ações políticas, sociais e culturais. Por meio dela, a comunidade tem se aberto para relações externas e as ações e os espaços públicos têm adquirido crescente importância.

3. 2 - Associação dos Pequenos Agricultores de Lajinha - Várzea do Poço

O município de Várzea do Poço localiza-se a 331km de Salvador (situado na micro região de Jacobina – região do Piemontês da Chapada Diamantina, uma área de 248 Km²), possui 7.515 habitantes (5.034 na zona urbana e 2.481 na zona rural).

Ele foi criado em 1962, após o processo de emancipação que o desmembrou da cidade de Miguel Calmon. Na agricultura, o município destaca-se na produção de batata doce; na pecuária, destaca-se a criação de galinhas, frangos e bovinos (Seplantec/SEI, Censo 2000).

A comunidade de Lajinha fica a 3Km da sede do município. Ela enfrentava as dificuldades típicas de uma comunidade sertaneja: armazenamento de água, falta de infra-estrutura social e produtiva e êxodo rural. Tal situação chegou ao extremo com a seca ocorrida em 1991/1992. Com o intuito de melhorar as condições de produção e de vida foi criada, com o apoio da Diocese de Rui Barbosa, a Associação de Produtores de Lajinha. Entre os participantes da associação, há uma forte identidade católica.

A associação tem se preocupado com a necessidade de novas terras para atender ao crescimento das famílias, inclusive participou de um processo de ocupação de terra na vizinhança, tendo alguns dos seus membros sido presos. Atualmente acionou um processo de desapropriação de outra propriedade através do INCRA.

Membros da Associação vêm trabalhando para garantir a eletrificação de toda a região, através do cadastramento das propriedades e de pleitos e gestões junto à Coelba e ao Programa Federal "Luz para Todos". Também participam das questões administrativas do município, inclusive lançando candidatos aos cargos de prefeito e vereador.

A comunidade da Lajinha conseguiu constituir-se como referência na região e modelo para o associativismo e o desenvolvimento local, sendo orgulho por parte da Diocese de Rui Barbosa e alcançando o respeito de toda a região.

Os participantes não dominam o conceito de economia solidária, mas internalizam com muita propriedade a importância da pluriatividade, endogeneização da renda, a ação e o trabalho coletivo e a necessidade de agregação de valor nos bens produzidos (leite, mandioca, frutas e mel).

Como parceiros, a comunidade conta com o apoio da Cáritas/Diocese de Rui Barbosa, a assistência técnica da CAR e EBDA. Além disso, a Prefeitura Municipal tem sido parceira na compra de produtos produzidos na comunidade

para utilização da merenda escolar, como também cedeu alguns equipamentos de infra-estrutura.

Como atividades econômicas principais, registram-se uma casa de farinha comunitária e um apiário coletivo. A associação conseguiu construir uma casa de farinha, comprar um trator coletivo, construir a sede da associação e um apiário com recursos do Governo do Estado (EBDA e CAR). Durante o processo de edificação dos prédios, a associação dispensou a contratação de mão-de-obra externa e, através de mutirões, otimizou os recursos destinados, construindo instalações maiores e melhores do que as que estavam projetadas pelos órgãos públicos.

Através das ações da diocese de Rui Barbosa, conseguiu construir cisternas na quase totalidade de propriedades da comunidade. Também, através da Diocese, conseguiu diversificar a produção dos pequenos produtores, introduzindo ou qualificando a criação de bovinos, caprinos, ovinos, frangos e abelhas. Foi incentivado o cultivo de várias plantas resistentes ao clima seco que servem de alimentação para as criações e para os humanos (sorgo, guandu, melancia e a palma). Através da associação, conseguiram-se também recursos junto ao banco do Nordeste para custeio das atividades da pecuária e da agricultura.

O destaque da comunidade é a participação e ação conjunta através da associação e a pluriatividade dos pequenos produtores.

4 - Perspectivas para a Economia Solidária no Brasil

Entre a análise de 1988 e a investigação de 2004, diversas pesquisas poderiam ser listadas⁵⁷ - Guimarães, 1999; Lisboa, 1999; Mance, 1999; Nascimento, 2000; Primavera, 1999; Tiriba, 2001; Pedrini, 1998; Nakano, 2000; Castro et al, 2000; ANTEAG, 2000; Bertucci e Silva, 2003; Cáritas Brasileira, 1995; Leboutte, 2003;

⁵⁷ Aqui nos referimos aos estudos de caráter avaliativo das experiências, apesar de alguns deles fazerem também estudos de caso. Nesse sentido podem ser citados: Bertucci, 1996 "Limites e possibilidades da organização dos excluídos: os projetos comunitários da Cáritas Brasileira"; Costa, Silva e Lima, 1996 "Da estratégia de sobrevivência à construção de novas sociabilidades: os projetos comunitários no Piauí"; Kraychete, 2004 "Empreendimentos Solidários na RMS e Litoral Norte da Bahia"; CÁRITAS BRAILEIRA, 1995 "Sobrevivência e cidadania: avaliação qualitativa dos projetos alternativos comunitários da Cáritas Brasileira"; Gaiger, 1994 "Sobrevivência e Utopia: os projetos alternativos comunitários no RS".

França Filho, 2001; Gaiger, 1994, 1995a, 1995b, 2004; Holzemann, 2001; Kraychete, 2000; Boaventura Santos, 2002; Wautier, 2001; Vieitez, 1998; Melo Neto e Magalhães, 2003 etc. -, mas todos apresentam questões reflexivas bem parecidas e conclusões semelhantes. De um modo geral, as reflexões sobre a economia solidária conseguiram demonstrar que ela constitui-se como uma prática sócio-econômica com incidência crescente em todas as regiões do país, lançando mão de um processo produtivo e decisório diferente das empresas capitalistas, pois são baseados em lógicas solidárias, recíprocitárias e autogestionárias. Ou seja, confirmam a existência do fenômeno e sua tendência crescente. Tais trabalhos explicitam que se conseguiu criar, operar e manter organizações econômicas solidárias, no que pese a lógica predominante capitalista.

Pode-se concluir, então, que a economia solidária suscita uma conexão com várias questões e está particularmente ligada à problemática da subsistência, do combate à pobreza, do desenvolvimento local e a propostas de emancipação social. Assim, em tempos de neoliberalismo e fim do socialismo real, cresce o número de experiências, de apoiadores e de acadêmicos interessados pela temática.

Aquele setor que era denominado de 'informal', 'marginal', 'trabalhador por conta própria' ou de 'economia popular' se multiplicou e parte dele se metamorfoseou em economia solidária. Dessa maneira, a partir dos anos 1990, a Economia Solidária tem ocupado um espaço considerável nas práticas sociais e, por conseguinte, um número crescente de acadêmicos tem se dedicado à investigação da temática.

Essas novas organizações, enquanto objeto de estudo das ciências sociais, defrontam-se com um triplo desafio: 1- evidenciar suas particularidades frente a outras formas de produção não-capitalistas, principalmente da pequena empresa, da produção camponesa, do cooperativismo e do chamado setor informal; 2- demonstrar como sobrevivem e se sustentam num ambiente capitalista que possui racionalidade e objetivos tão distintos dos preconizados por elas, desde quando tais iniciativas ainda são marginais; 3- analisar as reais condições de constituição de um "setor, campo ou departamento" de economia solidária capaz

de produzir e estimular a inovação constante e, ao fazer isso, não excluir uma parcela considerável da população. Além disso, partilhar os resultados da inovação constante com a maioria.

Das questões colocadas acima, cabe destacar que a economia solidária no Brasil é fruto das ações de geração de emprego e renda e do desejo de construir uma sociedade distinta do modelo capitalista. Tais práticas procuram distanciar-se do assistencialismo e incorporar as noções de autogestão, de democracia participativa e a necessidade de ação em questões gerais da sociedade. Organizada em um movimento criativo, que ultrapassa as fronteiras nacionais, a economia solidária está num crescente, adquirindo consistência e participantes convictos de que estão construindo um mundo melhor, com melhores instituições e melhores relações.

Assim, pode-se afirmar que um primeiro objetivo foi alcançado: demonstrar a existência e a peculiaridade do fenômeno. Logo, a investigação no campo de economia solidária deve aprofundar as indagações para um melhor conhecimento e delineamento das especificidades.

Após a descrição das práticas de economia solidária e suas diversidades no mundo e no Brasil, passaremos à reflexão das suas especificidades em relação a outras formas sócio-produtivas não-capitalistas. O objetivo será compreender em que medida a economia solidária representa uma continuidade, uma ruptura ou complementaridade com aquelas formas sócio-produtivas. Essas são algumas das questões que serão tratadas no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

ECONOMIA SOLIDÁRIA, AUTO-CONSUMO E PRODUÇÃO SIMPLES DE MERCADORIAS

Neste capítulo, temos como objetivo cotejar a economia solidária com a forma de produção para subsistência e a produção simples de mercadorias, evidenciando continuidade, ruptura ou complementaridade entre elas, principalmente, na relação das mesmas com a acumulação capitalista.

A exposição está estruturada em três blocos. No primeiro, discorremos sobre a especificidade do capitalismo e sua afirmação como meio de regulação social nos século XIX, na Europa, destacando-se o processo da perda de importância das formas de produção não-capitalistas à medida que a sociabilidade capitalista avança, vence seus concorrentes e se consolida.

No segundo bloco, analisamos a participação da produção para a subsistência e da produção simples de mercadorias na estrutura social brasileira, salientando a expressividade das mesmas, inclusive nos períodos em que o país experimentou forte crescimento econômico, demonstrando que, apesar dos avanços do capitalismo, os arranjos produtivos não capitalistas continuaram a se desenvolver. Além disso, explicitam-se diversas interpretações elaboradas para a compreensão deste fenômeno, com especial atenção para as formulações marxistas a partir das categorias subordinação e funcionalidade.

No terceiro bloco, tratamos das diferenças entre economia solidária e a produção para a subsistência e a produção simples de mercadorias.

1 - O capitalismo e sua relação com as formas de produção não-capitalistas

Diferentemente das sociedades pretéritas, o capitalismo organiza-se visando à obtenção de lucros crescentes⁵⁸. Para tanto, desenvolveu uma base técnica

⁵⁸ Na sociedade antiga, as necessidades humanas praticamente se restringiam a um mínimo essencial. Com o decorrer do tempo, as “necessidades humanas” passaram a ter um caráter ilimitado. Por outro lado, a produção tinha um objetivo diretamente vinculado à satisfação para o consumo, para a guerra, caça ou para auxiliar o homem na própria produção (Cano, 1998).

apropriada que movimenta um engenhoso sistema de produção/distribuição de bens e serviços. Tal sistema apresenta-se e consolida-se com um número grande de produtores e distribuidores entre o início da produção e o destino do produto e uma separação espaço-temporal entre os atos de produzir e de consumir.

Neste sistema sócio-econômico, as pessoas não produzem mais a totalidade dos bens necessários ao saciamento de suas necessidades e, para atendê-las, precisam da produção alheia. Portanto, instaura-se uma crescente divisão social do trabalho, na qual a interdependência entre as pessoas passa a ser a regra e a socialização da produção é predominante. Tem-se, então, a diversificação e ampliação do sistema produtivo que potencializa a capacidade de elaborar bens e serviços distintos, crescentemente aperfeiçoados.

Uma das características marcantes do capitalismo é a utilização da relação social de propriedade privada dos meios de produção, o que gera apropriação particular dos resultados dos esforços coletivos. Mas, paradoxalmente, outro traço peculiar do capitalismo é a relação assalariada, situação em que a maioria das pessoas está despossuída de qualquer modo de produção ao ponto de precisar vender sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência. Com efeito, do ponto de vista histórico, pode-se visualizar que, com o fim das terras comunais, em parte da Europa no fim da Idade Média, os trabalhadores passaram a depender exclusivamente da venda da sua força de trabalho para garantir sua subsistência.

É importante destacar que o surgimento e desenvolvimento do capitalismo acontecem em um contexto de transição da sociedade medieval para a sociedade moderna. A modernidade significou a tentativa de gestação de novas dinâmicas para o mundo, tendo o homem como sujeito principal no processo transformador. Entretanto, a modernidade não conseguiu edificar uma sociedade fundada no bem estar de todos e com horizontalidade entre os homens, como já demonstrado no primeiro capítulo. A nova comunidade política foi instrumentalizada e exercida a partir do utilitarismo, o que resultou na autonomização do econômico frente ao político e o social, bem como do individualismo ante o coletivo (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

A unidade típica de produção capitalista é gerida e organizada pelos empresários através da heterogestão e do assalariamento⁵⁹. Ela é o *locus* onde o capitalista une meios de produção e força de trabalho para produzir bens e serviços que serão comercializados em busca de uma quantidade maior de dinheiro do que foi investido para o processo produtivo começar. A característica da sociabilidade capitalista faz com que este movimento não cesse e busque ampliar-se, cada vez mais, lançando mão de mais ou de melhores meios de produção e de uma quantidade maior de força de trabalho viva (trabalhadores – mais-valia absoluta) ou morta (máquinas e processos – mais-valia relativa).

Os caminhos que levam ao lucro crescente não podem ser obstaculizados, qualquer empecilho que se ponha no caminho deverá ser superado. Portanto, dentre outras ações, os processos produtivos são constantemente revolucionados com inovações técnicas e organizacionais e os mercados devem ser potencializados na mesma medida para que a produção ampliada encontre destino.

Essa busca desenfreada é acirrada pela própria lógica da racionalidade instrumental e do utilitarismo, que privilegia o ter, a capacidade de adquirir bens e serviços, ante o ser, além do que defende e recomenda a perseguição dos interesses individuais como instrumento de progresso da sociedade. Conseqüentemente, no plano produtivo, instala-se a concorrência entre capitais individuais, que faz com que os vencedores incorporem os vencidos, aumentando o tamanho dos empreendimentos, a capacidade de elaboração e a escala de produção, movimento que mais tarde vai desaguar nos oligopólios e monopólios (centralização de capitais).

Assim, as relações sócio-produtivas engendradas pelo capitalismo foram ampliando-se e espalhando-se pelo mundo, “recrutando”, para participar do seu processo, as diversas formas de recursos produtivos da sociedade (o processo de concentração de capitais).

Esta reprodução ampliada e incessante Marx denominou como a acumulação capitalista e ela representa a dinâmica da sociedade capitalista. A princípio, a

⁵⁹ Com a adoção e a generalização do uso do assalariamento, necessita-se de uma relação social na qual os produtores encontram-se separados dos meios de produção (Marx, 1983).

acumulação capitalista foi tomada como algo crescente e tendente a dominar todos os espaços nos quais o capitalismo chegasse (da Inglaterra para o mundo). Isto implicaria que, onde quer que imperassem relações sociais capitalistas, encontrar-se-iam processos produtivos com empresa, assalariamento, heterogestão, busca por lucro etc.

Porém, no que pese toda força capitalista, sua trajetória ao longo do tempo não foi tranqüila, principalmente nos seus momentos iniciais. Primeiro, porque, paralelo às suas transformações, ou até mesmo intrigada a estas, formas de produção pré-capitalistas continuaram e críticas e propostas alternativas à sua sociabilidade foram gestadas.

Desde o final do séc. XVIII e por o todo séc. XIX, nos países onde a implantação do capitalismo estava mais adiantada, principalmente Inglaterra e França, convive-se com uma tensão para definição dos marcos mais importantes de regulação da sociedade. De um lado, a sociabilidade capitalista ,ampliando sua área de influência; e, por outro lado, iniciativas cooperativistas da Inglaterra e as experiências associacionistas na França⁶⁰, descritas no primeiro capítulo, denunciando as conseqüências sociais do capitalismo e buscando praticar algo distinto tanto do Antigo Regime e quanto do que anunciava o capitalismo.

Porém, tais iniciativas fracassaram, bem como as revoluções de 1848, a Comuna de Paris em 1871 e o início da fase monopolista do capital são expressões da afirmação do *ethos* capitalista na sociedade. A partir daí, o capital se consolida, impondo sua relação social e técnica na sociedade, o que acarretou a separação entre a dimensão política e econômica.

Nos países centrais, as formas de produção não-capitalista, também chamadas de economia tradicional, perderam densidade e importância se tornando reflexa ao capital a partir das ações do Estado ou das empresas capitalistas, como bem salientam França Filho e Laville (2004):

Com a expansão [da economia de mercado], a economia tradicional, que tinha um peso considerável na organização econômica antes da Segunda Guerra, é marginalizada em favor de uma economia monetária que se estende permanentemente, seja através do desenvolvimento da economia de mercado ou pela emergência de fluxos financeiros gerados no quadro do

⁶⁰ Entre outras.

Estado-providência. [...] Uma parte dessas estruturas tornar-se um subconjunto do mercado, uma outra um subconjunto da redistribuição (p. 62).

Talvez, por isso, na literatura, principalmente de matriz marxista e liberal, é comum encontrar referências àquelas formas produtivas como algo relacionado a formas pré-capitalistas, economia tradicional ou primitiva. Formas sociais produtivas que estariam prestes a desaparecer tão logo o capitalismo se consolidasse nos espaços onde elas estavam sendo praticadas⁶¹ (ROSTOW, 1977; MARX, 1983; LUXEMBURGO, 1977,1995). Contudo, a experiência concreta nos países ditos da periferia se deu de maneira diferenciada dos países centrais, como podemos observar a partir da realidade brasileira.

1. 1 - As formas de produção não-capitalistas

Compreende-se como formas de produção não-capitalistas todas as práticas que se estruturam com características distintas dos arranjos produtivos capitalistas (heterogestão, assalariamento e lucros). Tal conceituação referencia-se na forma capitalista de produzir. No entanto, não classificamos as formas produtivas numa escala hierárquica de valores, na qual o capitalismo ocuparia o centro, demarcando o que viria antes (pré-capitalista, que seria atrasado, arcaico, primitivo) e depois (pós-capitalista, que seria mais avançado).

Nossa concepção leva em consideração que a produção e distribuição de bens e serviços na sociedade acontecem de variadas maneiras. Também reconhecemos que a forma capitalista de produzir é hegemônica, entretanto, convive com outras formas de produção. Neste sentido, Gaiger (2003), discorrendo sobre a categoria marxista modo de produção, faz os seguintes comentários:

Por certo, inúmeras formas secundárias podem surgir, expandir-se e desaparecer durante a vigência de um modo de produção,

⁶¹ Apesar da explicação ser parecida entre a corrente marxista e os neoclássicos, eles partem de abordagem bem diferentes. A explicação marxista está preocupada com as bases necessárias para configurar o processo revolucionário na sociedade. Assim, vislumbra uma sociedade com polarização total entre trabalhadores em números crescentes (assalariados) e capitalistas em quantidade cada vez menor em função da centralização dos capitais. Logo, a permanência de formas de produção não-capitalistas seria um dado desestabilizador de tal interpretação. Já as formulações baseadas nas teses liberais afirmam que a continuidade e expansão deste fenômeno ocorrem graças aos obstáculos (interferência governamental, a ação dos sindicatos, as leis trabalhistas e de amparo social), que surgem à instituição de uma economia centrada exclusivamente no mercado.

como bem demonstra, na história, a vitalidade das formas não dominantes de vida material. Sempre existiram margens de liberdade entre esses níveis de organização das práticas sociais e econômicas, sendo a economia capitalista, em verdade, pródiga em exemplos (p. 6).

Todas elas constituem-se em um acervo da capacidade humana de relacionar-se com a natureza e consigo própria para a satisfação das necessidades a partir de contextos e tradições sócio-culturais determinadas.

A produção de bens e serviços, a partir de formas não-capitalistas, pressupõe a propriedade ou posse de algum meio de produção (terra, máquinas e equipamentos), certa quantia de capital-dinheiro (ou crédito) que possa ser utilizada para adquirir insumos ou produtos (para serem re-comercializados).

As formas de produção não-capitalistas se estruturam de maneira diversa. Elas reúnem a produção para auto-consumo, a produção para subsistência e a produção simples de mercadoria, lançando mão majoritariamente do fator trabalho em detrimento do capital, quer seja na modalidade de trabalho por conta própria, trabalho familiar ou comunitário, com pouca ou nenhuma demanda ao trabalho assalariado e de uma racionalidade que privilegia os laços familiares e as sociabilidades primárias às questões de custo, rentabilidade e estratégia de lucratividade. A produção para o auto-consumo e subsistência distinguem-se também pela reduzida capacidade de produzir excedente; pela baixa produtividade, por atuar com pequena escala e pouca qualificação dos fatores de produção.

Quando essas formas estão organizadas a partir do viés cooperativista/associacionista e dos princípios de autogestão, sobressai a peculiaridade da livre adesão, participação horizontal nos processos decisórios de gestão e de divisão igualitária do excedente.

As cooperativas são formatos organizacionais em que a autogestão pode ser desenvolvida nas questões de propriedade dos meios de produção, da gestão dos processos produtivos/decisórios e da repartição dos ganhos. Como exposto no capítulo anterior, elas surgiram ao mesmo tempo do capitalismo e, no seu início, contrapuseram-se à regulação social mercantil.

A autogestão configura-se como um princípio, uma forma de exercício coletivo do poder, de mobilização social e de organização de processos de produção que vislumbram, a partir da experimentação social, a possibilidade de organizar e dividir o trabalho de forma diferenciada do princípio da heterogestão, base da atividade produtiva capitalista (ALBUQUERQUE, 2003). Nascimento argumenta que a autogestão

[...] diz respeito à organização nos locais de trabalho, à resistência cotidiana dos trabalhadores, à organização burocrática do trabalho, à luta constante pelo controle do processo de trabalho. Portanto, também podemos falar de "práticas de autogestão" (NASCIMENTO, s/d, s/n).

Além de propor a gestão do processo produtivo pelos próprios trabalhadores, o princípio da autogestão também está ligado ao conjunto da vida social (economia, cultura e política) (NASCIMENTO s/d). Ou seja, à busca pela socialização dos meios de produção (autogestão social), pela socialização do poder político (democracia direta) e transformação do mundo das relações intersubjetivas (revolução cultural do cotidiano) ⁶².

Dessa forma, constatamos que as formas de produção não-capitalistas podem congregam características de práticas anteriores ao capitalismo e nuances de construções alternativas ao próprio capitalismo.

a) Produção para o auto-consumo ou subsistência

A característica principal desta forma de produção é o fato do produto se destinar, predominantemente, ao consumo dos próprios produtores. Assim sendo, a produção para subsistência implica que os trabalhadores envolvidos disponham da posse dos meios de produção que são associados à força de trabalho pessoal e familiar.

⁶² Diversas experiências autogestionárias podem ser citadas ao longo da história. Entre elas, destacam-se: a Comuna de Paris, de 1871; os conselhos operários na Rússia, de 1917; a experiência do governo da Iugoslávia a partir dos anos 1950; algumas experiências de lutas dos operários da Hungria e Polônia entre os anos de 1953-1956; algumas experiências de iniciativas de governos populares em conjunturas de intensas lutas sociais, como a Argélia, em 1962; os cordões industriais no Chile do governo de Allende (1970-1973); as iniciativas de propriedade social no Peru, do governo de Alvarado; e a assembléia popular na Bolívia, do governo de Torres. Nos anos de 1980, tem-se a defesa de uma República Autogestionária pelo movimento social polonês Solidarnosc, que tinha em suas mãos a gestão de 3000 grandes fábricas do país (NASCIMENTO, s/d).

O fato de produzir a parte fundamental para garantir seu próprio consumo não significa ausência de relação com o mercado. Esta relação existe e, nas áreas de economia de auto-consumo, mercados locais são constituídos.

Segundo Singer (1974), a origem dessa forma de produção está associada a um excedente de força de trabalho e a disponibilidade de recursos naturais. Logo, este tipo de produção desenvolve-se majoritariamente no meio rural ou em atividades urbanas processadoras de alimentos (pesca, agricultura urbana etc) e estaria condicionada ao movimento de expansão da fronteira agrícola. As atividades de subsistência ocupariam a dianteira do processo, ocupando a área (desmatando) e viabilizando espaço. Tão logo este espaço passasse para o interesse do capital, eles seriam expulsos para uma nova área, mais adiante ou para retaguarda onde as terras já tinham sua fertilidade consumida pelos processos capitalistas de produção.

À medida que travasse contatos mais intensos com os setores urbanos ou aumentasse a produtividade dos fatores de produção, segundo Singer (1974), tenderia a estreitar laços e adquirir formas de consumo mais complexos, o que significaria uma paulatina dependência do mercado até chegar ao ponto de transformar-se em um produtor simples de mercadorias.

b) Setor autônomo do mercado de trabalho capitalista ou produção simples de mercadorias

São arranjos produtivos que não utilizam trabalho assalariado e o resultado da sua produção é destinado ao mercado. Eles garantem sua sobrevivência, vendendo produtos ao mercado. Não acumulam excedente a ponto de reiniciar um novo processo produtivo, ampliando as quantidades de meios de produção e força de trabalho. De uma forma geral, sua existência é explicada pela sub-remuneração dos fatores de produção e falta de alternativa para aplicação dos mesmos. Singer (1974) elenca como atividades inclusas nesta categorização: explorações camponesas, unidades do comércio varejista, unidades de prestação de serviço (bares, oficinas de reparação, jardineiros, engraxates, camelô e taxista), artesãos e indústrias domésticas (costureiras, alfaiates, ceramistas, padarias), profissionais liberais e lumpem (mendigos, prostitutas e delinqüentes).

Ele ainda classifica essas atividades em três grupos:

- a) atividades pouco penetradas pelas empresas capitalistas;
- b) empresas satélites da economia capitalista;
- c) atividades de produtividade ínfima, que subsistem pelo baixo custo de oportunidade dos fatores.

Outros autores também não atribuem nenhum protagonismo a tal forma de produção. Afirmam que são reflexos do comportamento do capitalismo: se ele cresce, elas diminuem; se o capitalismo entra em crise, elas tendem a crescer.

1.2 - industrialização e formas de produção não-capitalistas: a experiência brasileira

No primeiro capítulo, na seção sobre a gênese da economia solidária na América Latina, foi ressaltado o fato da existência de uma economia primário - exportadora incapaz de internalizar a dinâmica econômica e, com isso, as formas de produção não-capitalistas exerceram papel importante na sociedade, propiciando os meios de subsistência e ocupação à maioria da população, sendo que elas não desapareceram nem teve sua importância diminuída, mesmo com o domínio e a presença do capitalismo no continente, tal como nos países centrais. Delgado (2004), a partir do exemplo brasileiro, esclarece bem a situação:

O funcionamento da economia brasileira na República Velha é incapaz de incorporar, de forma sistemática, o assalariamento. Sua dinâmica, puxada pela expansão da lavoura cafeeira e pela incorporação do trabalho semi-assalariado dos contratos de 'colonato', somente é potente o suficiente para a incorporação de uma pequena parcela do trabalho livre, herdado do antigo setor de subsistência, e evidentemente dos novos imigrantes. Em contrapartida, toda massa ex-escrava e toda grande lavoura de mais baixa produtividade econômica (açúcar, algodão, cacau e fumo), e até da borracha no final do século, conduzirão suas atividades econômicas intimamente associadas ao setor de subsistência da economia. Este, na República Velha, não foi absorvido pela expansão cafeeira, mas reproduziu-se de forma autárquica ou subsidiou inúmeros arranjos de relações de trabalho, com a grande lavoura, que de certa forma realimentaram a reprodução de ambas (p. 55).

No caso do Brasil, há que se ressaltar que essas relações de produção iniciaram-se desde o período colonial, passando pela economia cafeeira, aumentando sua

abrangência geográfica e demográfica, com a inclusão dos libertos a partir da Abolição, situação que se estende e perpassa até o período urbano-industrial, como reafirma Delgado (2004):

[...] o setor de subsistência desempenhou o papel ocupacional principal na economia colonial; cumpriu função primordial na passagem do regime escravista para o de trabalho livre, na República Velha; e finalmente, no longo ciclo de industrialização do pós-guerra, o mercado de trabalho formal avançou, mas nem de longe logrou dissolver o setor de subsistência. E, como desfecho, quando se exaure o ciclo de industrialização intensiva do pós-guerra, o setor de subsistência volta a crescer (p. 71).

Tais afirmações são corroboradas por Pedrão (1985) quando analisa as raízes da pobreza na Bahia. Ele ressalta a continuação da convivência de modos artesanais e corporativos de produção, herdados da economia colonial e pouco modificados pelos contatos com a industrialização. Nesse sentido, afirma que a organização do trabalho em Salvador, até 1960, era composta por um regime de pequena produção urbana, pela prestação de serviços e manufaturas “onde também houve uma participação significativa da economia rural, inclusive com numerosa população vivendo em condições de economia primitiva de subsistência” (PEDRÃO, 1985, p. 25).

No que pese o fato da economia brasileira não incorporar de forma sistemática o assalariamento, nem com o ciclo urbano-industrial, iniciado nos anos 1930/1940, as teorias de crescimento (inclusive as teses da Cepal) inspiradas no paradigma neoclássico classificavam a economia sob o prisma do binômio *moderno x tradicional* (Modelo Lewis).

Com efeito, no final dos anos 1950, a visão da Cepal concernente ao funcionamento do mercado de trabalho era bastante influenciada pelo modelo de Lewis (1954). Na época era o principal marco explicativo do funcionamento do mercado de trabalho em economias atrasadas: baseava-se na idéia de que o sistema econômico nesse tipo de país era composto basicamente por dois setores (um moderno, outro arcaico). De maneira geral, um dos principais elementos desse modelo é a perspectiva de que o diferencial de produtividade entre esses setores tenderia a desaparecer, chegando-se portanto a uma condição ótima de equilíbrio do mercado de trabalho e o setor moderno absorveria grande parte da força de trabalho liberada do setor de mais baixa produtividade. Tido como um dos subprodutos inexoráveis do desenvolvimento, a absorção massiva da força de trabalho pelo setor mais dinâmico e moderno da economia seria assim uma questão de tempo. O subemprego e as ocupações de baixa

produtividade eram então vistas pela Cepal como fenômenos decorrentes do próprio processo de transição e, portanto, eles mesmos, transitórios. Havia, desse modo, na visão cepalina uma convicção de que sendo alguns dos fenômenos existentes de caráter efêmero – caso do subemprego – caberia ao Estado, por meio da condução de uma política global de desenvolvimento, o enfrentamento de todos esses fenômenos (THEODORO, 2002, p. 9).

Nessa perspectiva, as relações de trabalho de subsistência foram classificadas como tradicionais ou arcaicas. A supressão das mesmas se daria tão logo o desenvolvimento econômico capitalista chegasse aos espaços em que elas se faziam presentes. Isto é, aplicava-se aos países “menos desenvolvidos” uma interpretação baseada na realidade das nações mais industrializadas.

Entretanto, desde a década de 1960, ficava evidente que países como o Brasil, Argentina e México não conseguiram reduzir aquelas práticas, apesar de terem experimentado um vigoroso processo de industrialização capitalista. Diante de tal fato, a explicação pela continuidade da presença daquelas formas sociais baseadas na falta de capitalismo perde força. Isto é, as assertivas que consideravam o fenômeno como algo transitório e passível de eliminação, a partir do momento em que as economias latino-americanas experimentassem um processo de desenvolvimento mais intenso e qualificado, perdem vigor explicativo.

Concomitantemente, cresce a importância da Teoria da Dependência (estruturalistas) que critica os modelos neoclássicos e, principalmente, as interpretações cepalinas (desenvolvimentistas). Dentre a argumentação teórica, adquire visibilidade o conceito de marginalidade (NUM, 1969) e pólo marginal da economia (QUIJANO, 1969).

Para Quijano (1998), o conceito de marginalidade é fundamentalmente político, tratando-se da questão do poder e seu domínio. Assim, marginalidade referia-se a uma parcela da população colocada à margem do desenvolvimento capitalista, no entanto, fazendo parte do processo de desenvolvimento do capital. Ou seja, a marginalidade não é um problema específico do trabalhador, mas sim do próprio capital. Para ele, o ‘pólo marginal da economia’, a despeito das características marginais, se reproduziria independente do capital, embora a marginalidade deste

pólo estivesse inserida no todo capitalista. Nas palavras de Quijano (1998, p. 72), “no un mundo a parte de él, ni um ‘sector’ frente a otro”.

É desta forma que Num (1969) também conceituava a marginalidade. Daí o conceito de ‘massa marginal’ sem função para o capital e sem disfunção dele. Dito de outra forma, essa massa marginal estaria além do exército industrial de reserva proposto por Marx.

A principal contribuição do enfoque da dependência/marginalidade parece residir na contextualização do subdesenvolvimento dentro de um arcaboço explicativo mais amplo, onde a dimensão econômica aparece como importante – e mesmo primordial – mas não como a única. Fatores ligados à conformação social, à formação histórica e mesmo cultural apareciam como constitutivos. A fronteira entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento não poderia ser transposta apenas pela adoção de um conjunto de políticas tecnicamente adequadas. A questão passava a ser vista como algo mais abrangente e estrutural. Introduzia-se assim uma perspectiva histórica e social que ultrapassava a visão técnica e economicista do problema do subdesenvolvimento (THEODORO, 2002, p. 10).

Assim, com base na realidade do cotidiano nacional, percebia-se que para o capital garantir sua supremacia não necessitava eliminar outras formas sociais de produção. Isto é, a forma social de produção típica do capital convivia com arranjos sócio-produtivos não capitalistas. Ademais, consolidava-se uma análise que reconhecia que essas formas de produção, em certa medida, estavam incorporadas ao ciclo de reprodução do capital.

Estudos com orientações teórico-metodológicas diversas a passaram apontar uma relação intrínseca entre formas produtivas não-capitalistas e a produção capitalista. A maioria deles asseverava a existência e ampliação daquelas formas como algo decorrente da dinâmica do capital.

Em 1972, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no Relatório sobre Emprego e Renda no Quênia, cria o conceito de setor informal⁶³ para explicar a existência e persistência das práticas produtivas não tipicamente capitalistas.

⁶³ Pedrão (1996) afirma que a novidade presente neste estudo, na verdade, seria uma sistematização de observações contidas nos trabalhos da Cepal, Ilpes e do Ciap, produzidos desde a década de 1950, sobre a realidade social e econômica dos países latino-americanos. Nesse sentido, ele cita os seguintes trabalhos: Jorge Ahumada (1953), sobre a Guatemala; José Medina Echevarria (1958), sobre a Bolívia; o estudo sobre o México de 1957 e entre 1962 e 1968 ressalta-se os estudos da Ciap sobre o Peru.

As conclusões desse relatório foram generalizadas para os países economicamente “atrasados” ou “subdesenvolvidos”. As análises substituíram a dicotomia moderno-tradicional por formal-informal. A discussão priorizava os aspectos de organização produtiva das atividades informais, caracterizadas por diversos aspectos listados no início desse capítulo quando conceituamos formas de produção não-capitalistas. Passavam a considerar que aquelas atividades eram frutos do próprio capitalismo e sua superação dependia de políticas públicas específicas para esse setor.

A idéia de setor informal vinha, assim, preencher uma lacuna cada vez mais presente no arcabouço teórico de raízes cepalinas. Tratava-se, em resumo, da tentativa de se forjar uma categoria teórica para explicar uma realidade preexistente, até então focalizada pelos estruturalistas “da marginalidade”, e sem respostas da parte dos desenvolvimentistas. Essa resposta, em termos de SI, trazia embutida a possibilidade de uma ação do Estado que transformasse a realidade do mercado de trabalho sem que para isso fosse preciso modificar as bases econômico-sociais, tal como preconizavam os teóricos da dependência (THEODORO, 2002, p. 11).

Os estudos sobre a relação entre o setor formal e informal realizados no Quênia foram adaptados à realidade latino-americana pelo Programa sobre Emprego na América Latina e Caribe (PREALC), da OIT, que, segundo Cacciamali, “passou a enfocar a produção como um todo, mas segmentada pela expansão capitalista e as relações entre os dois setores são enfatizadas” (CACCIAMALI, 1983, p. 22). Essa especificidade da América Latina identificada pelo PREALC relacionava-se ao seu processo de desenvolvimento sustentado na substituição de importações⁶⁴.

Por sua vez, Milton Santos, também em 1972, salienta que a existência e proliferação de atividades não-capitalistas se relacionariam ao fato de a economia desses lugares está dividida em dois circuitos: o circuito superior e o circuito

⁶⁴ Ao estabelecer diferenças entre esse conceito e o conceito de informal, Quijano (1998) destaca algumas características assumidas pela análise do setor informal, apontando como o discurso sobre este vai modificando a ponto de incluir outros setores sociais. Nesse sentido, a expressão “Setor informal” não se restringe à problemática de emprego, salário e acesso a bens e serviços, por parte dos trabalhadores. Para ele, foi incluída neste conceito uma parte dos empresários que, a partir da reestruturação do capital dos anos 1970, passaram a burlar a legislação, operando informalmente. Assim, Quijano (1998) conclui que a expressão setor informal tem o seu caráter modificado, significando não apenas parcela de trabalhadores excluídos, mas também uma parcela de empresários.

inferior. No primeiro, residiriam as atividades ditas capitalistas e modernas, que atuam com tecnologia elevada e apoio do Estado; no segundo, o circuito inferior estariam atividades não-capitalistas. A economia seria formada pelos dois circuitos de maneira interdependente e tal divisão seria formada pelas desigualdades de renda existentes na sociedade e pelo efeito demonstração que orientava o consumo para bens industrializados.

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não tem condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços (SANTOS, 2004, p. 37).

Simplificando, pode-se apresentar o circuito superior como constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. O circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não-“capital intensivo”, pelos serviços não-modernos fornecidos “a varejo” e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão (idem, p. 41).

Santos afirma que a diferença fundamental entre um circuito e outro está nas questões de tecnologia e organização.

Pelo flanco marxista, alguns autores passaram afirmar que as formas não-capitalistas de produção são funcionais para a acumulação capitalista. Frank (1977) afirma que relações de produção não-capitalistas prosseguem e, em certo sentido, essas relações são mantidas e recriadas para atender às necessidades do próprio processo de acumulação.

Nessa mesma perspectiva, Pedrão (1996) afirma que tais práticas servem de ajuste entre a magnitude e a composição da força de trabalho disponível em cada sociedade com a necessidade do processo produtivo capitalista. Ele também alerta para as diversidades dessas formas e a variedade das substituições entre elas, bem como para o equívoco que é a tentativa de tentar apresentá-las como um conjunto. Para ele, este complexo universo de formas produtivas está

subordinado e articulado, de maneira variada, com a produção capitalista, que transfere os custos de reprodução do trabalho para elas.

Outro modelo de análise construído em torno desta questão foi a chamada abordagem subordinada. Cacciamali (1983) assim sintetiza essa concepção, que entendia o conjunto daquelas práticas sócio-produtivas como

[...] esfera de produção subordinado ao padrão e ao processo de desenvolvimento capitalista, logo, à expansão da produção capitalista a nível nacional e internacional. Tal subordinação se dá em vista dos movimentos da dinâmica capitalista fluírem ao toque das grandes firmas e grupos oligopolistas, que em países economicamente atrasados encontram-se vinculados ao capital estrangeiro e, em geral, ratificados pelos modelos de desenvolvimentos fomentados pelo Estado. A subordinação reporta-se tanto na ocupação de espaços econômicos no acesso às matérias-primas e equipamentos, na implantação de tecnologia, no acesso a crédito, nas relações de troca, nos vínculos mais concretos de subcontratação como na esfera de produção ou circulação. A subordinação dos movimentos das atividades informais aos das formais provoca constantemente a destruição e recriação das primeiras (CACCIAMALI, 1993, p. 24).

Continuando, ela aponta que esta análise não converge com as recomendações das formulações dos partidários da concepção de Setor Informal, principalmente no tocante às recomendações de adoção de políticas específicas. A autora salienta que a perspectiva da intervenção governamental deveria ser a de políticas globais:

A intervenção governamental, a partir deste último enfoque, passa a ser proposta sob outros ângulos. A questão do desemprego e da pobreza não se resume às políticas específicas sobre o Setor Informal, mas a medidas globais de política econômica, ao padrão de crescimento econômico posto em movimento, à massa de salários gerados e sua distribuição. Além do mais, mesmo que se adotassem ações específicas para o Setor Informal, estas acabariam quase invariavelmente recaindo sobre a totalidade dos ramos de produção e sua reorganização em todos os níveis (idem, p. 25).

Refletindo sobre as análises que se concentram neste assunto, Azevedo (1985) faz as seguintes afirmações:

[...] as interpretações mais recentes do fenômeno, ao entenderem a marginalidade como um componente intrínseco ao processo de produção capitalista, não mais a reduzem a uma disfunção do sistema, mas sim encaram-na como uma contradição do próprio movimento de expansão do capital. De uma visão parcial e polarizada da realidade, evolui-se para uma perspectiva teórica,

onde os processos econômicos constituem as variáveis fundamentais para o entendimento da marginalidade. Esta passa a ser vista não mais como um mero desajuste entre as partes que compõem o sistema, afetando o seu equilíbrio e funcionamento, mas como justamente o resultado das contradições básicas e essenciais desse mesmo sistema. De estudos voltados ao exame segmentado de carências econômicas, sociais, políticas e culturais de grupos de indivíduos, passa-se a equacionar o tema ao nível das relações sociais de produção, investigando o modo como se inserem na divisão social do trabalho (AZEVEDO, 1985, p. 30).

A partir desse ponto de vista, em países dependentes, a própria necessidade do capital é que manteria, eliminaria ou expandiria tais formas de produção. Um exemplo de tal conclusão são as afirmações de Carvalho e Souza (1979), quando analisam a economia baiana na década de 1970:

A expansão do capitalismo, particularmente na sua etapa industrial, tem implicado historicamente uma destruição das relações de produção não-capitalista, com a dissociação entre o trabalhador e seus instrumentos de trabalho, a eliminação dos pequenos produtores independentes e a expansão da forma assalariada do regime de trabalho.

Em Salvador, entretanto, como em outras regiões de desenvolvimento dependente, a despeito da rápida expansão industrial verificada nos últimos dez anos e de uma significativa incorporação da mão-de-obra nos setores organizados em bases capitalistas, subsistem, ou até mesmo emergem e se expandem, atividades caracterizadas por formas produtivas e relações de trabalho não tipicamente capitalistas. A produção para o autoconsumo, o trabalho doméstico e, particularmente, a produção simples de mercadorias ocupam ainda uma grande parcela da sua população, quase sempre em condições de trabalho bastante precárias, baixa produtividade e uma extrema pobreza, ainda que esses trabalhadores não tenham a exclusividade dessa situação (CARVALHO E SOUZA, 1979, p. 71).

De uma maneira geral, os resultados dessas pesquisas apontam para a subordinação e funcionalidade que formas de produção não-capitalistas desenvolvem no processo de acumulação. A subordinação se concretizaria a partir dos nexos produtivos entre as formas de produção não-capitalistas e a acumulação do capital. Com base em Carvalho e Souza (1979), enumeramos da seguinte maneira: 1) quando as forças de produção não-capitalistas adquirem insumos das empresas capitalistas, estariam ajudando a complementação do processo de valorização do capital; 2) quando comercializassem seus produtos com preços mais baixos do que são praticados por empresas capitalistas,

efetuariam uma troca desigual de equivalente, pois forneceriam produtos com a quantidade de valor superior ao dinheiro que receberiam em troca, contribuindo, assim, para diminuição dos custos da reprodução da força de trabalho ativa nas empresas capitalistas; 3) quando re-vende os produtos oriundos das atividades capitalistas estimula um maior consumo destas mercadorias.

Em relação à funcionalização foca-se no papel que as formas produtivas não capitalistas desempenham no processo de acumulação e reprodução do capital: 1) determinados produtos e serviços das formas não-capitalistas atendem uma demanda que o capital, ainda, não tem interesse ou as condições de lucratividade não viabilizam a presença dele em tais atividades; 2) as atividades não capitalistas servem para disciplinar e qualificar a mão-de-obra que futuramente poderá ser utilizada pelo capital ou que está sendo usada; 3) sua existência serve de pressão para diminuição dos salários ; 4) por fim, do ponto de vista mais geral, aquelas formas de produção não-capitalistas garantem a conservação de um potencial exército de reserva de trabalhadores (CARVALHO E SOUZA, 1979).

Após a descrição das várias facetas de materialização da subordinação e funcionalização do fenômeno ao capitalismo, podemos apontar, também, com base em Carvalho e Souza (1979), três caminhos que a dinâmica de acumulação do capital reservaria para as mesmas:

- 1) extinção, pela penetração do capital em setores operados por atividades não-capitalistas, ou por modificações no consumo - decorrentes da expansão global do capitalismo;
- 2) sobrevivência, devido a sua importância para realização da acumulação capitalista;
- 3) expansão, em espaços abertos pelo próprio processo de expansão industrial. Isto é, à medida que o crescimento econômico acontece, necessita-se de força de trabalho capaz de gerar a funcionalidade e subordinação que citamos anteriormente. Logo, este crescimento representaria demandas de empresas e de parcelas dos consumidores com renda média e alta.

Os estudos sobre a funcionalização de formas de produção não-capitalistas salientam a ausência de independência e questionam o caráter alternativo das

mesmas, em função da contribuição que dariam para a ampliação e consolidação do capitalismo. Prova disso é a pouca preocupação para entender como aquelas formas de produção funcionavam e operavam. O problema foi percebido, mas a maioria das análises não investigou como aquele trabalhador, por conta própria, a indústria domiciliar ou artesanato desenvolvia suas atividades. Quais as causas para tal atitude? Por que não se investigou a forma de sobrevivência de um contingente expressivo da população?

Ao final desta recuperação histórica, algumas considerações são necessárias e, talvez, possam encaminhar alguma resposta às perguntas apresentadas no parágrafo acima. Inicialmente, destaca-se que o fato de a realidade impor a presença de formas de produção não-capitalistas teve que ser contornada e encaixada nas formulações de maneira que não contradissesse a teoria. Com efeito, as interpretações são guiadas pela convicção de que o capitalismo se caracterizaria tipicamente por relações assalariadas e que ele tenderia a suplantar todas as formas de produção anteriores. Seria passagem obrigatória para um modo superior de organização da sociedade (socialismo).

Uma possível explicação para tal comportamento nos remeteria a uma análise mais pormenorizada e exigiria buscar elementos que fogem ao escopo da nossa investigação. Mas podemos sugerir duas hipóteses iniciais para tal investigação: a primeira seria a contenda entre aqueles que se filiavam à tese da existência do feudalismo no Brasil e os que a ela se opunham. No afã de não criar elementos que pudessem ser tomados como evidências da tese do feudalismo, procurou-se negar e caminhar para outro extremo sem as devidas mediações. A segunda, também referida aos embates nas fileiras do marxismo, refere-se à oposição entre os defensores da necessidade de uma adequação das proposições de Marx e Engels para a realidade latinoamericana e aqueles que advogavam a interpretação de Moscou. Aqui também faltou mediação para levar em consideração um continente que estava inserido nas relações capitalistas mundiais, mas possuía especificidades pela presença da tradição indígena, a experiência da escravização dos africanos e ainda uma ausência de grandes contingentes de trabalho assalariado.

Infelizmente, essas hipóteses levantadas não podem ser trabalhadas aqui, mas elas sugerem certo distanciamento entre a realidade do país e as formulações teóricas, fazendo com que as críticas ao capitalismo se distanciassem do cotidiano e das próprias recomendações do materialismo dialético, pois, desprezando o dia-a-dia, não se conseguia estabelecer as pontes com a população, que não se via representada naquelas construções teóricas e que eram vítimas de vários preconceitos.

Tais incompreensões e preconceitos parecem permanecer na contemporaneidade e é assim que se compreende a resistência de alguns ao tema da economia solidária, uma vez que imbuídos de uma interpretação de transformação social, só identificam a economia solidária como amortecedor da crise social, sendo a mesma funcional e subordinada à acumulação de capital, deixando de lado a capacidade auto-organizativa e propositiva deste fenômeno.

As interpretações de cunho marxista descreveram a trajetória que acabamos de comentar e predominaram na academia. As teorias sobre Setor Informal eram o referencial para a promoção de políticas públicas. Neste sentido, é interessante a seguinte reflexão:

De todo modo, a definição de setor informal vem se consolidando, desde seu advento nos primeiros anos da década de 1970, como o instrumento privilegiado de análise de mercado de trabalho nos países em desenvolvimento. Apesar dos problemas de imprecisão e mesmo de falta de universalidade, o conceito continua presente nos trabalhos acadêmicos e nos discursos oficiais. Nesse contexto, é importante assinalar que a cada visão particular concernente à definição de SI corresponde implicitamente uma idéia de Estado. E, em linhas gerais, são três as principais vertentes que congregariam o que há de mais importante em relação ao papel do Estado no setor informal (THEODORO, 2002, p. 12).

As três vertentes a que o autor se refere são: a) vertente keynesiana, que engloba ações intervencionistas do Estado no mercado de trabalho para solucionar o problema do setor informal. Ao longo do tempo, Theodoro (2002) identifica três tipos de intervenção estatal correspondente a compreensão que se fazia sobre o informal (formalização do informal, instrumento de combate a pobreza e o “Setor Informal como algo capaz de amenizar os seus efeitos”; b) vertente liberal, que considera o Setor Informal como resultado da excessiva presença do Estado na

sociedade. Dessa forma, o Setor Informal seria uma reação da sociedade ao intervencionismo, sendo bastião do empreendedorismo capitalista; c) vertente estruturalista, que considera que o problema do Setor Informal está contido numa problemática maior que a informalidade de sociedade em desenvolvimento. Tal informalidade seria conseqüência da falta de Estado, gerando uma atuação restrita que, por sua vez, é a responsável pela “existência de privilégios e a reprodução da desigualdade” (idem).

2. Economia Solidária e formas sócio-produtivas não-capitalistas: diferenças e semelhanças

Após a descrição da Economia Solidária e das atividades de subsistência e da produção simples de mercadorias, passamos às comparações entre elas, respondendo à questão posta no início deste capítulo: se a economia solidária não seria uma atualização dessas duas formas de produção não-capitalistas.

Só lembrando, a questão posta leva em consideração o argumento segundo o qual a acumulação capitalista, a partir das suas necessidades de valorização, é quem dita a relação com outras formas de produção não hegemônicas. Neste sentido, procura-se saber se a economia solidária não seria uma re-atualização das formas de produção não-capitalistas para atender as atuais exigências do padrão de acumulação.

Inicialmente, deve-se apontar que a economia solidária, produção de subsistência e produção simples de mercadorias se constituíram num espaço e com sujeitos semelhantes. São as explorações camponesas, as fabriquetas e associações que constituem tanto uma como as outras. Outro ponto de contato diz respeito ao fato da maioria dos empreendimentos da economia solidária atuar no meio rural (50% e, se contabilizarmos os empreendimentos que desenvolvem atividades simultaneamente no rural e urbano, o número chega à casa de 67%) e concentrarem nas regiões mais pobres do país (69%, somando-se Nordeste, Norte e Centro-oeste).

Ademais, as dificuldades enfrentadas são muito parecidas. Apesar das possibilidades e dos ganhos que os grupos adquirem com a economia solidária, não se pretende passar uma idéia de que tudo é fácil, sem grandes transtornos,

nem criar ilusões. Deve-se salientar que as iniciativas estão imersas em uma base social adversa aos seus objetivos e propósitos e que as contradições entre estes e o cotidiano estão presentes.

Assim, o grau de participação, a tensão entre democratização da rotina e eficiência do empreendimento, a ausência de um marco legal apropriado e técnicas de gestão próprias são problemas enfrentados no dia-a-dia em quase todos os empreendimentos não-capitalistas, sem falar da falta de um sistema de financiamento e atividades consistentes no tocante à formação. Essas identidades fazem com que o observador desavisado insista em dizer que se trata da mesma coisa.

Aqui, a aparência se distancia da essência. Onde aparentemente se vê uma certa negatividade por tais semelhanças, deixa-se de perceber que a economia solidária representa a convergência de diversas formas de produção não-capitalistas. Ela congrega as atividades no meio rural se alimentando da luta pela posse da terra e da necessidade de tornar sustentável a pequena propriedade e os assentamentos rurais. Ela tem representado um novo alento para o cooperativismo na busca de reencontrar seus princípios históricos⁶⁵. Assim, admitindo a economia solidária enquanto síntese, pode-se compreendê-la com mais possibilidades para enfrentar a funcionalidade e a subordinação no seu embate com a acumulação capitalista. Essas possibilidades podem ser visualizadas a partir das singularidades da economia solidária.

Dessa forma, a economia solidária pode ser compreendida como expressão do Movimento Associativo dos Trabalhadores (MAT), buscando melhor espaço na sociedade. Esta relação fica bem caracterizada quando Cattani (1996) conceitua o MAT.

O MAT é um empreendimento dinâmico que se opõe ao isolamento, à eventual imobilidade e à fraqueza dos trabalhadores, atomizados pelo processo de produção, dominados por forças externas de cunho ideológico, por hábitos culturais e por imposições legais. Nesse sentido, ele é, essencialmente, um

⁶⁵ A afirmação que a economia solidária representa uma síntese das lutas para viabilização e afirmação da produção não-capitalista não se restringe a esses elementos. Posteriormente, quando abordarmos a economia solidária como um tipo novo de movimento social, demonstraremos que ela se nutre das lutas urbanas também (movimento popular pela habitação, contra a carenia, movimento sindical etc.)

elemento de resistência ao poder capitalista, aos poderes da minoria sobre a maioria. A essa natureza negativa, definida por oposição ao poder estabelecido, adiciona-se um conteúdo positivo que corresponde à aglutinação das forças individuais num nível superior à soma das partes. Nesse sentido, o MAT é uma força social concentrada e potencializada na busca da realização coletiva, é criação e conquista de padrões superiores de dignidade e de realização humana (CATTANI, 1996, p. 102).

Observemos que a relação que a economia solidária estabelece com a produção da subsistência e a produção simples de mercadorias acontece no sentido destacado por Cattani (1996): resistência, aglutinação e busca de padrões superiores de bem estar.

Voltando às diferenças entre a aparência e a essência, um traço distintivo muito marcante da economia solidária frente à produção de subsistência e à produção simples de mercadorias é a mobilização de sujeitos institucionais diversos. Ela envolve a Igreja, o estado, a universidade, sindicatos, movimentos populares, ongs e partidos políticos, pautando suas reivindicações e sua visão de mundo.

Destaca-se também como ponto diferenciador, a atuação coletiva da economia solidária. No que pese ambas se constituírem num espaço e sujeitos semelhantes. A maioria das práticas de economia solidária singulariza-se por não estarem restritas, quase inteiramente, a uma dimensão comunitária; por atacarem problemáticas sociais mais gerais; por sua ação abranger tanto o plano da subsistência (reprodução simples), quanto aqueles de condições de vida mais gerais (reprodução ampliada) (CORAGGIO, 2000) e por mobilizarem atores institucionais diversos em torno da busca de soluções para problemas públicos concretos.

O que significa, para França Filho e Laville (2004), que a economia solidária inscreve-se no âmbito de reivindicação de renda (próximo aos movimentos sindicais e cooperativistas) e por direitos (tal como os movimentos sociais). Para Gaiger (2004), sua atuação engendra de maneira direta positivities:

- a) seus princípios intrínsecos não os impedem de competir no mercado, portanto não necessitam aguardar a dissolução da economia de mercado para existirem e gerarem benefícios;
- b) vantagens relativas do ponto de vista da eficiência, devido à motivação moral e material dos sócio-trabalhadores e por sua capacidade adaptativa diante de mercados voláteis e fragmentados;

- c) sua difusão engendra um efeito imediato de distribuição da propriedade e de democratização da economia;
- d) geram simultaneamente benefícios sociopolíticos, como a extensão da cidadania e da participação.

A economia solidária desenvolve formas de participação coletiva para enfrentar problemas públicos em pequenas dimensões (comunitárias). Porém, é a partir dessa escala que ela consegue agregar pessoas para resolverem problemas locais. Com isso, a ação é exercida com a participação dos sujeitos em todas as etapas do processo, tendo a dimensão social como fim. Todavia, como se trata de organizações econômicas, tal ação revela que as iniciativas comunitárias de abrangência local conseguem inverter a lógica da ação privada mercantil, que prioriza os fins econômicos. Dessa forma, as pessoas são mobilizadas para agirem em problemáticas públicas (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004).

Outro traço característico da economia solidária, advindo da sua atuação em escalas comunitárias, é a busca da construção conjunta da demanda e da oferta. Como, na maioria das vezes, essas comunidades são excluídas de uma ação governamental e não são “interessantes” para as empresas mercantis, elas desenvolvem formas de superação de escassez de bens e serviços, produzindo a partir de suas necessidades. O processo produtivo se constitui como resposta às carências e à organicidade de cada grupo, o que faz com que o princípio da concorrência seja deixado de lado. Tão logo os grupos consigam um patamar organizativo mais elevado, eles passam a desenvolver cadeias socioprodutivas de consumo e produção.

Outro fato de destaque e de diferenciação diz respeito à auto-organização do movimento. A economia solidária consegue constituir-se como um sujeito político, realizando eventos e construindo entidades representativas para dialogar com a sociedade como um todo, com o poder público⁶⁶ em especial e com práticas semelhantes em todo país. Com isso, o grau de dispersão, que sempre

⁶⁶ Claro que este tipo de relacionamento abre a possibilidade de cooptação e dependência do movimento por parte do Estado. Isto se materializa como um risco, uma ameaça, exigindo que o movimento de economia solidária fique atento para tal possibilidade. Discutiremos melhor essa questão, no capítulo conclusivo.

caracterizou as formas não-capitalistas no Brasil, não interfere com toda veemência nesse caso.

Salienta-se também que, em decorrência do que foi dito acima, acontece a interlocução do “movimento” com o poder público, apresentando e pressionando por uma pauta elaborada pelo próprio movimento, disputando espaço na institucionalidade e cotas – partes no fundo público. Prova disso é a constituição das secretarias de economia solidária no governo federal, em estados e em vários municípios.

Diante da análise feita até aqui, pode-se recorrer à classificação trazida por Razeto (1993), discutidas no primeiro capítulo, para entender a diferença entre aquelas formas de produção não-capitalistas e a economia solidária. Enquanto a primeira representa “estratégias de sobrevivência” e de “subsistência”, a economia solidária pode ser encarada como um conjunto de atividades que objetivam “estratégias de vida”, ou seja, buscam construir alternativas e apostam em outros caminhos (liberdade, companheirismo, autogestão), além da sobrevivência e subsistência. Assim, enquanto as formas de produção não-capitalistas estão circunscritas à lógica da subsistência, as práticas de economia solidária, colhendo os esforços das lutas de formas de produção não-capitalistas, abrem possibilidades para a construção da sustentabilidade enquanto arranjo produtivo não-capitalista.

De posse dessa luta pela sustentabilidade, a economia solidária descortina uma avenida de possibilidades no tocante a um projeto de desenvolvimento. Os arranjos produtivos contidos nas formas de subsistência e de produção simples de mercadorias eram vistos como algo atrasado (baixa produtividade dos fatores de produção, não geração de excedente etc.). A eles não era atribuído nenhum protagonismo e, além de tudo, não se vislumbrava nenhum futuro. Caso eles aumentassem a produtividade dos fatores, a tendência seria tornarem-se arranjos capitalistas. Este era o dilema, já que se via o capitalismo como passagem obrigatória. Com a economia solidária, tem-se a possibilidade de continuar sendo um arranjo não capitalista (não assalariado, autogestão,) e vislumbrar um projeto de desenvolvimento que não passa pelo capitalismo (pelo mecanismo da

racionalidade instrumental). Busca-se associar o princípio da reciprocidade com o da redistribuição, criando condições para outras regulações.

Além dos pontos citados, deve ser ressaltado o grau de articulação nacional e internacional, fazendo com que a economia solidária adquira uma dinâmica mais ampla e menos isolada.

2.1 Grupos, Fóruns e Redes de Economia Solidária

O “movimento” de economia solidária construiu uma articulação internacional a partir de diversas redes, fóruns e associações que congregam especificamente organizações, entidades de apoio, de gestores e as redes de redes. Essas redes objetivam o estabelecimento de contatos e a realimentação. Além disso, atendem às demandas imediatas desses atores, socializam informações e fortalecem-se mutuamente.

Mance (2001) trabalha com o conceito de redes de colaboração solidária, que são compostas de atores diferenciados que se relacionam com o objetivo de fortalecer um conjunto diversificado de funções. Por exemplo, redes que envolvem consumidores, produtores e prestadores de serviços:

[...] Trata-se de uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, que possa se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nódulo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos.

Um princípio básico dessa noção de rede é que ela funciona com um sistema aberto que se auto reproduz, isto é, como um sistema *autopoético* (MANCE, 2001, p. 24).

Mance ainda destaca alguns princípios que fazem parte das redes: os princípios de intensividade⁶⁷ e extensividade⁶⁸, que as tornam revolucionárias, segundo o autor, além dos princípios de diversidade, integralidade e realimentação. Por outro

⁶⁷ Intensividade diz respeito ao crescimento das redes em relação ao número de pessoas participantes no local onde atuam (Mance, 2001, p. 24).

⁶⁸ Extensividade diz respeito à expansão das redes em direção a outros territórios, desenvolvendo novas unidades e aumentando a sua abrangência (Mance, 2001, p. 25).

lado, a concepção de rede é também utilizada para referir-se às articulações estabelecidas entre atores sociais de uma mesma atividade e que têm os mesmos objetivos, mas que atuam em territórios diferenciados.

Entre as redes mais importantes, com base em Arruda (2005)⁶⁹, podem-se citar:

- Redes compostas por organizações econômicas solidárias (empreendimentos solidários), que desenvolvem algum tipo de atividade no processo de produção, distribuição. Objetivam a troca de informações, bens e serviços, e a constituição de uma representação política. Essas redes possibilitam o fortalecimento de cada organização individualmente e a expansão deste fenômeno como um todo. Segue uma relação de redes desse tipo:

GRESA – Grupo Rede de Economia Solidária do Peru. Nasceu do processo de preparação e realização do I Simpósio Internacional sobre Globalização da Solidariedade, em 1997. Trabalha especialmente no campo do comércio justo.

REDLASES - Rede Latino-Americana de Socioeconomia Solidária. Organizada a partir da Argentina, em 1999, articula entidades e pessoas do Brasil, Uruguai, Equador, Colômbia, Chile, Peru, Paraguai, Honduras, El Salvador, Costa Rica e México que praticam trocas solidárias e utilizam escambo e/ou moedas complementares em todo o continente.

COLACOT - Confederação Latino-Americana de Cooperativas e Mutuais de Trabalhadores. Está presente em 23 países da América Latina e Caribe. Tem um trabalho sobre o marco legal da Economia Solidária para a Colômbia e um programa de educação cooperativa, inclusive com cursos oficiais dentro do sistema de ensino da Colômbia e da Venezuela.

RMES - Rede Mexicana de Economia Solidária - Desenvolveu-se a partir de 2004, com base em um trabalho de articulação de empreendimentos e fóruns pré-existent. São exemplos: a Coalizão Rural – que articula agricultores solidários do México e dos Estados Unidos há algumas décadas – e experiências como a das trocas solidárias Tlaloc, da moeda social e de La Otra Bolsa de Valores.

⁶⁹ Informações retiradas da lista de mensagens da Rede de Socioeconomia Solidária, disponível em redsolidaria@yahoogrupos.com.br <redsolidaria@yahoogrupos.com.br>. Acesso em 04.2005.

CES – Canteiro de Economia Social do Quebec, Canadá. É uma articulação de empreendimentos, sindicatos e universidades que trabalham em torno de um projeto comum de construção da economia social e integram com os governos provincial (ou provinciais?) e local (ou locais) na criação e implementação de políticas públicas favoráveis à economia social.

Rede de Economia Solidária da Catalunha. Foi lançada em 2004. Resulta de uma interação com grupos, entidades e redes do Brasil. Três empreendimentos se destacam: o Coletivo Ronda, cooperativa de advogados trabalhistas, Joan Luis Jornet e a AQUENI, cooperativa de segundo grau que apóia a comercialização solidária e a Confederação Catalã de Cooperativas.

BAYANIHAN – Rede de Finanças Solidárias Solidariedade, Filipinas. Bayanihan é traduzido como Mutirão, em brasileiro. Tem a ver com solidariedade e reciprocidade. É um programa dirigido para melhorar a capacidade de cooperar e empreender ações coletivas para alcançar metas comuns de desenvolvimento. Hoje consiste numa rede de mutirões autogestionários para poupança e investimento comunitário, a partir dos recursos financeiros e profissionais dos próprios participantes. Cobre diversas ilhas e inclui cerca de 100 mil camponeses.

Coletivo de Mulheres do Estado de Tamil Nadu, Índia - É uma rede de coletivos de trabalhadoras, incluindo alguns homens, que promove a produção e a comercialização solidária com base num sistema de poupança e crédito autogestionário. Envolve 60 mil participantes.

PSES – Pólo de Socioeconomia Solidária - Articula pessoas e grupos em várias partes do mundo, em torno de discussões temáticas relacionadas com a Socioeconomia Solidária (SES). Os Grupos de Trabalhos são chamados Canteiros. Atualmente, os canteiros são nove: Visão Global da SES; Indicadores da SES; Mulheres e Economia; Comércio Justo; Moeda Social; Finanças Solidárias; Responsabilidade Social dos Atores Econômicos; SES e Regulações Internacionais; Justiça Ambiental, Dívida Ecológica e Desenvolvimento Sustentável.

RIPESS - Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social Solidária - Surgiu dentro da dinâmica dos encontros internacionais sobre Globalização da

Solidariedade. O primeiro foi em Lima, 1997; o segundo em Quebec, 2001 e o terceiro em Dakar, 2005.

- Rede de redes – composta pelas diversas redes existentes. Sua organização surge em função da melhor conexão de sujeitos que estão trabalhando em torno de assunto comum do fenômeno economia solidária. Neste bloco tem-se:

REAS – Rede de Redes de Economia Alternativa Solidária, Espanha. É uma articulação de redes regionais e locais de práticas cooperativas e solidárias, especialmente ativa no comércio justo, fundada em 1995.

CESQ – Canteiro de Economia Social do Quebec. É uma rede de redes que tem por finalidade representar o movimento nacional de economia social, como interlocutor privilegiado do governo da Província do Quebec; promover a economia social e a inter-relação com outros atores a nível regional e nacional; interagir com órgãos de governo em favor do desenvolvimento da economia social; e pesquisar o aporte técnico potencial do setor privado para o desenvolvimento de empresas da economia social. Promove a articulação entre empreendimentos de ES e o sindicalismo provincial.

- Redes de pesquisadores

RILESS- Rede de Investigadores Latino-americanos de Economia Social e Solidária – Surge a partir da ação conjunta do Mestrado de Economia Social da Universidad Nacional de General Sarminento – Instituto del Conurbano (MAES/ICO-UNGS de Argentina), do Grupo de Investigación sobre Economia Solidária UNESCO/UNISINOS do Colégio Mexicano e da FLACSO - Equador. Conta com a colaboração da URBARED. Propõe-se a ser um espaço de investigação e reflexão de formas de economia alternativa na América Latina, abarcando as diversas formas que o fenômeno manifesta: economia solidária, economia social, economia social e solidária, economia do trabalho, empresas sociais, associativismo, mutualismo, redes de microempreendimentos, redes de crédito solidário, gestão participativa dos recursos públicos, etc, a partir de um enfoque teórico-metodológico plural e de ações multidisciplinares.

No que pese a existência de um grande número de redes no âmbito da economia solidária, as organizações econômicas solidárias, na maioria das vezes, ainda se

encontram isoladas no mercado, o que ocasiona a sujeição aos ditames da lógica produtiva capitalista (GAIGER, 2004). O movimento conseguiu construir um relacionamento de partilha de experiência e representatividade sócio-política nas questões relacionadas à compra de insumos, acesso à tecnologia, desenvolvimento de produto e processos e na comercialização de bens e serviços, mas ainda carece de uma articulação mais efetiva.

A partir desse painel, é possível visualizar a dimensão internacional da Economia Solidária. Segundo Boaventura Santos (2002), as organizações de economia solidária se inserem no amplo processo de retomada do ativismo a favor de uma globalização contra-hegemônica. Para ele,

Nos últimos anos a teoria e as práticas cooperativas têm suscitado um renovado interesse que desafia o prognóstico pessimista sobre a viabilidade econômica das cooperativas e que recuperou os elementos centrais do pensamento associativista. Com o fracasso das economias centralizadas e a ascensão do neoliberalismo, acadêmicos, ativistas e governos progressistas de todo o mundo têm recorrido de forma crescente à tradição de pensamento e organização econômica cooperativa que surgiu no século XIX com o objetivo de renovar a tarefa de pensar e de criar alternativas econômicas (SANTOS, 2002, p.35).

É importante registrar que, apesar da dimensão internacional, a economia solidária manifesta-se de forma peculiar e específica em cada região e país, a partir da conjugação de fatores particulares de cada estrutura social, abrangendo fins variados, como: combate à pobreza, programas de manutenção e ampliação de postos de trabalho, lutas pela preservação ambiental, ações democratizantes de utilização do fundo público, projetos de desenvolvimento e formas de integração entre regiões (Sul/Norte).

2. 2 Um movimento social de tipo novo

No segundo capítulo, descrevemos os vários movimentos que contribuíram para a formação da economia solidária no Brasil. Os afluentes que se juntaram para formar este rio, na expressão de Lechat (2004), foram o movimento sindical, o movimento popular, as atividades produtivas de subsistência e para o auto-consumo, etc.

Neste tópico, para enfatizar a diferença da economia solidária com as outras formas de produção não-capitalistas, assinalamos acima que ela se constituía em uma síntese, ou seja, incorporava as lutas, os acúmulos e as aspirações daqueles movimentos. Aqui, vamos qualificar melhor tais argumentos, indicando que a economia solidária constitui-se num movimento social de tipo novo.

Por que de tipo novo? Porque ela compreende a dimensão política (poder), a dimensão da sociabilidade (solidariedade), a dimensão cultural (costumes) e a dimensão econômica (sustentabilidade). Sem contar que associa o princípio da reciprocidade (ato cooperativo e associacionista) com o princípio da redistribuição (políticas públicas institucionalizadas) (SCHIOCHET, 2007). Permite, ainda, diálogos entre a luta de movimentos ditos primitivos (que se estruturam na reciprocidade) e as lutas pautadas pelo sonho da modernidade (o agir no espaço público).

Nesse sentido, a economia solidária aproxima-se dos chamados novos movimentos sociais (luta feminista, movimento ambientalista, étnicos etc.). Os novos movimentos sociais seriam aqueles que abarcaram novas temáticas e novas demandas que o movimento operário (o velho movimento social) não dava conta ou pensava que seriam resolvidas só e tão logo a revolução fosse instaurada⁷⁰. Esses novos movimentos sociais⁷¹ se pautaram numa crítica à sociedade capitalista, mas, sobretudo, questionavam a interpretação dominante do marxismo. Para eles, a opressão não se resumia à apropriação da mais-valia. Ela se manifestava também numa cultura colonialista, patriarcal, machista, poluidora e racista. Assim, a economia solidária e novos movimentos sociais estabelecem a necessidade de mudanças imediatas em diversas dimensões cotidianas, exigindo uma constante alteração de comportamento, pautando-se pela reivindicação de direitos.

⁷⁰ Para um aprofundamento na discussão sobre os Novos Movimentos Sociais ver SCHERER-WARREN, I. e KIRSCHKE, P. (orgs.), 1987.

⁷¹ A partir dos finais dos anos 1960, manifesta-se uma insatisfação com a regulação fordista e com a direção social-democrata do movimento operário, dentre outras coisas, pelo excesso da burocratização, da despersonalização, uniformização da produção e o aprisionamento da sociedade nas questões de quantidade em detrimento da qualidade (a crise de valores que nos referimos no cap.1). Sendo assim, explode uma revolta contra tudo isso: contra cultura, feminismo, defesa do meio ambiente, das questões étnicas. Todavia, essas lutas, por mais anticapitalista que fossem, se divorciaram das lutas operárias.

Porém, a economia solidária também se aproxima do movimento operário, pois incorpora o princípio da autogestão, da organização de base, do enfrentamento do poder estabelecido e encarna a luta reivindicativa tal qual os sindicatos de trabalhadores.

Dessa forma, não podemos resumir a economia solidária a um novo movimento social, pois ela traz fortes características do movimento operário. Logo, é mais pertinente conceituá-la como um movimento social de tipo novo, por incorporar elementos das duas tradições. Nesse sentido, suas aspirações se aproximam de algo parecido ao fenômeno social total, como conceituava Marcel Mauss. E também corresponde às cobranças que Touraine fazia ao futuro do sindicalismo, como bem sintetizou Cattani (1996).

Esta avaliação está referenciada na idéia, poder-se-ia dizer, na aspiração de um movimento social total, noção que parece aproximar-se do conceito de Marcel Mauss de fenômeno social total. Essa posição, próxima ao estruturalismo, comporta expectativas que irão condicionar julgamentos conclusivos. O sindicalismo deveria manifestar-se: a) como projeto de sociedade, implicando a ruptura política e a superação do sistema de poder dominante; b) como fator de construção identitária e de laços de solidariedade, envolvendo a formação da consciência e de culturas específicas (p. 100).

No Brasil, talvez por conta da Ditadura Militar, as lutas do movimento operário e dos novos movimentos sociais não ficaram tão distantes. O estranhamento entre o movimento operário e as novas reivindicações, que ficou bem patente na Europa, não deixou de acontecer por aqui. Contudo, a insatisfação com os sindicatos recaía sobre as “direções pelegas” e a divergência, em relação às estruturas partidárias, direcionava-se para o MDB e os partidos comunistas que estavam atuando dentro destes de forma clandestina. Além disso, a partir da segunda metade dos anos 1970, o Brasil experimentou também um novo sindicalismo, que reclamava direitos (direito de protestar e de fazer greve) e experimentou a construção de um novo partido de esquerda (o PT), que se tornou um ponto de convergência para o ambientalista, a feminista, o militante da autogestão. Nesse sentido, o peso da repressão e a busca pela redemocratização do país possibilitaram um espaço de convivência para aqueles pleitos. Claro que esse processo e esta convivência não se deram de forma tranqüila e sem atritos.

Mas prevalecia a noção de combater o inimigo comum (a Ditadura Militar por um lado e as posições stalinistas do outro).

A economia solidária se alimentará dessas várias lutas, desses vários acúmulos, como vimos no segundo capítulo. Mas, principalmente, do desafio que cada conquista representava para cada movimento (Ex: tocar o assentamento, gerir uma fábrica recuperada, manejo sustentável das reservas extrativistas, urbanizar um bairro). Isto é, as conquistas de direitos oportunizaram pensar em respostas concretas, daí surgem as necessidades de construir, gerir e partilhar de maneira diferente do *status quo* que tanto se criticava. Cada resposta, de cada movimento, significou contribuições valiosas para a estruturação da economia solidária, pois passou a exigir a mediação entre a dimensão política e a dimensão econômica. Essa compreensão fica bem sintetizada nos comentários de Schiochet (2007)

Sem negar as contradições e limites dos movimentos sociais é mister reconhecer a contribuição dos mesmos para a construção democrática, seja do ponto de vista da institucionalização de mecanismos participativos (cidadania ativa) seja na incorporação da agenda pública dos temas e questões que configuram a natureza substantiva dos direitos. É neste sentido que podemos afirmar que a economia solidária é uma extensão da luta democrática e cidadã presente nos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, a economia solidária se apresenta com o desafio de radicalizar a democracia no âmbito das relações e estruturas econômicas (p. 6).

De certa forma, o movimento de economia solidária vem trilhando este caminho quando estrutura sua auto-organização (fórum, plenárias, conselhos, ligas associações, conferência), disputa o fundo público e pleiteia sua inscrição na ação estatal (políticas públicas de estado). Mas o desafio do movimento de economia solidária não pode ficar restrito à democratização das estruturas internas dos arranjos produtivos, nem tampouco à sua auto-organização. Ele deve ser coerente com sua vocação de agir no espaço público e não pulverizar esforços na busca de uma sociedade mais igualitária.

Neste sentido, o desafio para o movimento da economia solidária está na sua articulação com os movimentos sociais que “inventaram” a economia solidária como resistência e experimentação de novas potencialidades emancipatórias e ao mesmo tempo o reconhecimento dos movimentos sociais de que o “ato cooperativo” constitui mais uma questão em disputa no campo da cidadania (SCHIOCHET, 2007, p. 13).

Porém, para além desses ganhos, que não são poucos, o movimento de economia solidária precisa não se conformar com o que já conquistou. Não deve ficar preso à tranqüilidade de uma secretaria, de uma conferência, etc. Ele precisa re-inserir sua capacidade crítica, mirar novos horizontes e caminhar na direção da democratização das estruturas econômicas e democratização da política, como afirmou Demo (2002), quando analisa as possibilidades de solidariedade como algo que deve ser buscada, alimentada e cuidada a partir de uma postura crítica e autocrítica que alimenta uma visão de que toda hierarquia não é definitiva, porém todo processo de mudança/questionamento não representa o fim em si mesmo.

Assim, após explicitar as diferenças da economia solidária com a produção para a subsistência e produção simples de mercadorias, demarcando as peculiaridades da mesma, podemos afirmar que ela não estabelece a mesma relação que aquelas formas sócio-produtivas mantinham com o processo de acumulação. Não que não aconteça a funcionalização ou a subordinação; como foi visto, isto é possível, porém em novas bases, como aprofundaremos no quinto capítulo. Todavia, a pergunta que ficou após o segundo capítulo não foi respondida completamente. Questionávamos se a economia solidária não seria uma atualização das formas de produção de subsistência e produção simples de mercadorias e se ela mantinha a mesma relação com a acumulação capitalista.

Mas até que ponto tal comparação pode ser considerada completa? Não estaríamos comparando formas sociais de contextos diferenciados? Em termos mais diretos, até que ponto a economia solidária não se constitui em uma necessidade do novo patamar de acumulação do capital (acumulação flexível)? São questões que desenvolveremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NA CONTEMPORANEIDADE

Podem-se enumerar, no início do século XXI, diversas realizações que comprovam a capacidade do sistema produtivo capitalista no mundo. São realizações de grande monta, que geram reflexos diretos no cotidiano das pessoas. São máquinas e processos cada vez mais sofisticados e inteligentes, que disponibilizam aos habitantes do planeta amplas possibilidades de conforto e bem-estar.

Tais realizações não alteraram a lógica do processo de acumulação capitalista que continua com os seus movimentos clássicos. O capital busca incessantemente aumentar os lucros e, para tanto, desenvolve e incorpora ao processo produtivo inovações técnicas, organizacionais e novos insumos, modificando a composição orgânica do capital, diminuindo os custos e o tempo de produção. No entanto, o tipo de modificação (técnicas e organizacionais), as questões sociopolíticas, as alterações geopolíticas e a força da esfera financeira garantem especificidade na dinâmica da acumulação do capital no início do século XXI. O objetivo deste capítulo é compreender em que medida estas especificidades da acumulação capitalista na contemporaneidade se relacionam com a gênese e o desenvolvimento da economia solidária.

No capítulo anterior, vimos que a economia solidária se diferencia das tradicionais formas de produção não-capitalistas por não estar restrita, quase inteiramente, a uma dimensão comunitária; por atacar problemáticas sociais mais gerais; por sua ação abranger tanto o plano da subsistência (reprodução simples quanto aqueles de condições de vida mais gerais (reprodução ampliada) e por mobilizar atores institucionais diversos em torno da busca de soluções para problemas públicos concretos. Mas até que ponto tal comparação pode ser considerada como válida? Não estaríamos comparando formas sociais de contextos diferenciados? Neste sentido, deveríamos prestar atenção às ponderações de Azevedo (1984), quando analisa o setor informal:

Há que se tomar como ponto de partida o próprio movimento de produção e realização de mais-valia e ver como surge em

condições concretas a necessidade de outras formas de produção e realização subordinadas ao capital, mas em constante redefinição sob o impulso das necessidades de acumulação. Não se trata mais, portanto, de apenas descrever o setor informal, mas sim de analisar os processos que provocam segmentações no interior da economia urbana. Isto é, a partir do exame do processo de valorização do capital, deve-se tentar descobrir porque se opera a **divisão do trabalho** entre produção capitalista e não capitalista e sob que dinâmica se regem (AZEVEDO, 1984, p. 27).

De acordo com as ponderações da autora, a questão que fica posta para nossa investigação é: até que ponto a economia solidária não representaria a atualização de produção não-capitalista em função das necessidades atuais da acumulação capitalista. Em termos mais diretos, até que ponto a economia solidária não se constitui em uma necessidade do novo patamar de acumulação do capital (acumulação flexível)?

Assim, nesta parte do texto, analisamos se a economia solidária desenvolve-se em função das necessidades do atual ciclo de reprodução do capital (automação, produção flexível, terceirização, etc.). Neste sentido, discutimos as características desse padrão de acumulação, no sentido de compreender sua operacionalidade e sua relação com a economia solidária.

1. O Processo de acumulação de capital

Historicamente, diversos padrões de acumulação já foram experimentados pelo capitalismo, desde o capitalismo concorrencial, passando pelo capitalismo monopolista, até a acumulação centrada no toyotismo dos dias atuais. Periodizar estas diversas fases não é tarefa fácil, pois existem, nas ciências sociais, diversos esquemas interpretativos que classificam a ocorrência dos padrões de acumulação de maneira diferenciada.

Se há um consenso na classificação das primeiras etapas (fase concorrencial e fase monopolista), aparecem discordâncias entre as análises sobre os períodos seguintes. São várias classificações: imperialismo, capitalismo organizado/capitalismo desorganizado, capitalismo tardio, industrialismo, fordismo, sociedade da informação, pós-fordismo, toyotismo, etc. Algumas dessas classificações utilizam como critérios definidores as mudanças nas forças produtivas (Ex: sociedade da informação de Daniel Bell e os schumpeterianos).

Outras privilegiam as alterações nas relações de produção como traço distintivo entre uma fase e outra (regulacionista, capitalismo desorganizado). Há ainda aquelas que utilizam questões filosóficas (pós-modernismo).

A sucessão entre um e outro padrão de acumulação ocorre em virtude da incapacidade do anterior em garantir as condições necessárias para manutenção e ampliação da taxa de lucro. Como se sabe, no capitalismo a reprodução tem que ser ampliada. A cada novo ciclo produtivo, exige-se uma quantidade maior de investimento e a geração de montantes superiores de excedente. Para isso, alteram-se as forças produtivas (via inovações tecnológicas e organizacionais), modificam-se as relações de produção e, conseqüentemente, o padrão de desenvolvimento de cada período.

Mas a implantação do novo padrão de acumulação não acontece através de um passe de mágica. A transição desenvolve-se à custa de muitas turbulências e significativas transformações na sociedade, pois, cada vez mais, potencializa-se o grau de complexidade e de interligação entre as variáveis econômicas, políticas, sociais e culturais.

No centro das mudanças entre um padrão e outro está a luta entre o capital e o trabalho pela geração e apropriação do excedente, decorrendo, daí, um dos principais aspectos para o estabelecimento de regulamentações e a criação de instituições que favorecem um dos lados em função da correlação de forças entre eles num determinado momento.

Diante do que foi exposto, o atual padrão de acumulação que, para muitos, é conceituado como toyotismo, buscou superar os entraves do período anterior. Para uma melhor compreensão da dimensão e das características do mesmo, faz-se necessária uma explicitação das características do que se conceituou como período fordista/taylorista.

1.1 O padrão de acumulação do segundo pós-guerra

O marco inicial do padrão de acumulação fordista/taylorista é o final da Segunda Guerra, no que pesem as modificações na gestão de trabalho desenvolvida por

Henry Ford serem datadas dos anos 1920. Quatro fatores caracterizam este período: primeiro, é um período marcado pela incorporação das inovações tecnológicas utilizadas no conflito bélico; segundo, é generalização do modelo organizacional fordista que incluía um tipo de compromisso entre capital e o sindicalismo social-democrata; terceiro, é a atuação mais destacada do Estado nas questões econômicas nacionais e inter-nação, visando a eliminação dos obstáculos macroeconômicos que levaram à eclosão da grande depressão, em 1929; e, quarto, tal padrão de acumulação teve que considerar o impacto do estabelecimento e desenvolvimento da URSS⁷², seja do ponto de vista da nova correlação de forças no plano geopolítico, seja no fortalecimento ideológico das reivindicações dos trabalhadores.

Não é novidade que as guerras sempre representaram uma oportunidade para o desenvolvimento tecnológico e, após o seu término, parte considerável das inovações são repassadas ao sistema industrial e incorporadas na produção de bens e serviços. Tal situação não foi diferente com a Segunda Guerra que desenvolveu e pôs em prática diversas novidades, com destaque para a química/petroquímica (fertilizantes e materiais sintéticos), energia nuclear (bomba atômica) e o início do processo de automação⁷³.

Do ponto de vista organizacional, este padrão de acumulação conseguiu impor ao coletivo de trabalhadores o controle e a normatização preconizados pelos ensinamentos tayloristas para lidar com o operário individualizado, isto é, a

⁷² Prova deste desenvolvimento foi o sucesso soviético nas atividades aeroespacial, que representava o domínio de vastos campos científicos. Em 1957 é colocado em órbita o primeiro satélite artificial (o Sputnik 1) e, em 1961, Yuri Gagarin tornava-se o primeiro homem a voar em órbita da terra. Segundo Shozo Motoyama, "*O Sputnik-1 foi o triunfo de uma política centralizada em direção a um determinado objetivo, e isso fez com que a URSS conseguisse uma vitória num primeiro momento. Enquanto isso, nos países capitalistas, tudo estava ocorrendo de maneira dispersa, também em laboratórios de pesquisa das empresas*" (Apud Rafael Garcia, FSP, 30/09/2007). Jonh Nobile Wilford, jornalista do New York Times, afirma que o sucesso da URSS deixou os norte-americanos em crise de autoconfiança. Para ele, o lançamento do Sputnik 1 superou todos os limites em direção a uma nova dimensão da experiência humana (FSP, 30/09/2007). Só após estas conquistas é que os EUA lançaram a NASA e o projeto Apolo.

⁷³ A idéia da automação se concretizará com o desenvolvimento do computador, em 1971. No entanto, pode-se atribuir a gênese desse desenvolvimento a várias idéias e invenções anteriores que deram a base do computador moderno. Desde 1642, com a calculadora mecânica, passando pela tentativa de construção das máquinas calculadoras seqüencial e analítica e do ENIAC (Eletronic Numerical Integrator Calculator), em 1944. Durante a guerra, foram dados passos significativos para alcançar a total automatização, pois esforços foram feitos para construção das máquinas a partir da demanda militar de armas e estrutura de logística mais precisa.

maximização do controle e da desqualificação dos operários. Os sistemas produtivos se caracterizaram por uma forte separação entre a concepção e a execução e pela potencialização do trabalho parcelar e fragmentado, em função da utilização em escala crescente do sistema de intercambialidade das peças e da eliminação de todos os deslocamentos do trabalhador, durante o processo produtivo, graças às linhas de montagem.

Tal princípio de organização equacionou os conflitos entre capital e trabalho através da incorporação de parte da produtividade nos salários, fazendo de tal modo que preservou as noções de hierarquias e o lugar social dos capitalistas e dos trabalhadores. Nesse sentido, Antunes (2002), com base em Alan Bihir, tece os seguintes comentários:

Sob a alternância partidária, ora com a social-democracia ora com os partidos diretamente burgueses, esse “compromisso” procurava delimitar o campo da luta de classes, onde se buscava a obtenção dos elementos constitutivos do *welfare state* em troca do abandono, pelos trabalhadores, do seu projeto histórico-societal. Uma forma de sociabilidade fundada no “compromisso” que implementava ganhos sociais e seguridade social para os trabalhadores dos países centrais, *desde que a temática do socialismo fosse relegada a um futuro a perder de vista*. Além disso, esse “compromisso” tinha como sustentação a enorme exploração do trabalho realizada nos países do chamado “Terceiro Mundo”, que estavam totalmente excluídos desse “compromisso” social-democrata.

Por meio desses mecanismos de “compromisso” foi se verificando durante o fordismo o processo de *integração* do movimento operário social-democrático, particularmente dos seus organismos de representação institucional e política, o que acabou por convertê-lo numa espécie de *engrenagem* do poder capitalista. O “compromisso fordista” deu origem progressivamente à subordinação dos organismos institucionalizados, sindicais e políticos, da era da prevalência social-democrática, convertendo esses organismos em “verdadeiros co-gestores do processo global de reprodução do capital” (ANTUNES, 2002, p. 39).

Além disso, com o incentivo ao consumismo, ativou-se a demanda de bens de consumo e, por conseguinte, toda a engrenagem produtiva da economia.

No tocante à política econômica, a partir de 1945, a teoria econômica dominante orientou-se pela noção da demanda efetiva (Keynes e Kalecki), que recomendava um papel ativo para o Estado na economia (coordenação do sistema e garantia da demanda, através de investimentos produtivos e estabilidade nas relações

financeira e comercial). Observa-se que a principal atuação estatal se deu nas relações inter-nações. Nesse sentido, objetivando um maior controle, coordenação das trocas internacionais e uma estabilidade entre o valor das moedas dos países capitalistas, foram criados alguns organismos multilaterais: o FMI e o Banco Mundial (Bird), com o objetivo de garantir a estabilização financeira mundial, através da garantia da liquidez e ajuda aos países com dificuldades no balanço de pagamentos; o GATT, que visava promover o bom andamento dos fluxos comerciais internacionais, inicialmente com a estabilidade das tarifas, sobretudo dos bens primários e, posteriormente, com uma progressiva redução tarifária. Coube também ao Banco Mundial a implementação do Plano Marshall, em 1947, que significou a reconstrução da Europa e do Japão, via ação estatal de transferência de moeda a juros simbólicos. Essa nova organização internacional dos países capitalistas colocava por terra a defesa liberal da “mão invisível do mercado” e passava a apostar intensamente na intervenção estatal nos rumos da economia mundial como meio de evitar os problemas enfrentados com a crise de 1929.

No que diz respeito às alterações na geopolítica, o segundo pós-guerra representou uma reconfiguração sem precedentes, devido ao fato de a liderança mundial passar a ser exercida por potências com visões e valores diferentes – capitalismo e socialismo. Pela primeira vez na história, o capitalismo era confrontado por um sistema social que questionava pontos centrais de sua organização: a propriedade privada, o mercado e a concorrência.

A tomada de Berlim pelas tropas soviéticas foi vista como uma demonstração da força e da capacidade do socialismo e, para alguns, a vitória do socialismo seria o destino de todo o mundo num curto espaço de tempo. Com isso, os sindicatos ficaram fortalecidos nas suas reivindicações e os partidos no campo da esquerda, tinham sua influência ampliada. Além disso, o final da guerra e a vitória das forças aliadas (incluindo o Exército Vermelho) sobre o nazismo e o fascismo revigoravam as idéias de liberdade, de justiça social e igualdade.

Do ponto de vista dos processos de produção, tal padrão de acumulação materializou-se através de grandes empresas – muitas vezes integradas, com estruturas verticalizadas, especializadas na produção em série, através de linhas

de montagem voltadas à fabricação de um só produto com poucas alternativas de alteração.

Utilizando-se do padrão técnico eletromecânico, os processos de mecanização da produção são intensificados, o que leva ao aumento da produtividade. No entanto, gera uma crescente indivisibilidade e paralisação das plantas industriais e dos sistemas operacionais. Com isso, obtêm-se ganhos em economia de escala e controles, mas o sistema caracteriza-se por uma rigidez crescente. Ou seja, as modificações e inovações do produto só podem acontecer com o aumento das plantas ou a construção de novas, o que significa altos custos e necessidade de grandes investimentos (ALBAN, 1999).

Esse modelo de acumulação funcionava como um círculo virtuoso: necessidade de produção (construção e reconstrução do pós-guerra, saciamento das necessidades das pessoas); capacidade produtiva (inovações tecnológicas, nova gestão do trabalho); poder de consumo (salários crescentes e lucros altos) e destacada atuação do Estado na coordenação das atividades. A interação desses fatores produziu os chamados “trinta anos gloriosos do capitalismo” e seu funcionamento apresentava-se bastante harmonioso. Os efeitos positivos decorrentes de um fator ocasionavam um novo efeito positivo no outro fator. A manutenção dessa virtuosidade exigia o pleno funcionamento de todas as suas partes, mas, por outro lado, o não funcionamento de uma delas colocaria em risco todo o sistema.

De virtuoso a um processo vicioso

A partir do final da década de 1960, diversos acontecimentos contribuíram para transformar o esquema virtuoso em vicioso, ou seja, o encadeamento dos fatores que garantiam a regulação social passou a produzir efeitos negativos, o que, por sua vez, implicava em mais efeitos negativos na atuação do outro fator. As modificações aconteceram concomitantemente e se auto-alimentaram no que diz respeito à qualidade da produção, à capacidade produtiva, o poder de consumo das famílias e das empresas e a regulação da economia mundial, principalmente nos aspectos financeiros e comerciais entre os países.

A desorganização financeira foi um dos primeiros problemas experimentados pelo padrão de acumulação do segundo pós-guerra, mas este surgiu em função da potencialização da virtuosidade do arranjo. Os problemas financeiros eram consequências: a) do aumento exagerado da capacidade produtiva. Esse aumento levava também a uma concorrência exacerbada pelos setores mais lucrativos, em decorrência do crescimento das multinacionais, principalmente por conta do processo de reconstrução da Europa e do Japão e as iniciativas de crescimento dos países subdesenvolvidos; b) do acirramento das disputas entre países por mercados e controle das fontes de matérias-primas; c) da expansão dos gastos militares provenientes da Guerra Fria; d) da política inflacionária dos Estados Unidos.

Esses acontecimentos, ainda nos anos 1960, levam à queda nas taxas médias de lucros, fazendo com que parte dos capitais abandonasse o circuito produtivo (D-M-P-M'-D') em busca de alternativa de ganhos a partir do circuito financeiro (D-D'). Forma-se, então, o euromercado de dólares. Posteriormente é suspensa a conversibilidade ouro-dólar e é introduzido o sistema de taxas flexíveis de câmbio, no início da década de 1970. Esses acontecimentos viriam a constituir o início do processo de financeirização da riqueza⁷⁴.

Logo, as normas definidas em *Bretton Woods*, em 1944, para garantir o bom funcionamento do comércio internacional e a funcionalidade das economias nacionais se mostram incapazes de garantir a “normalidade”.

Concomitantemente à desorganização financeira, o padrão de consumo passou a apresentar novas exigências, rejeitando os bens padronizados e em série. Paralelo a isso, também ocorria uma diminuição dos índices de produtividade em

⁷⁴ Segundo Fiori (1997), esse processo foi marcado por quatro etapas decisivas ao longo do tempo. Além da criação do euromercado e da queda da conversibilidade do ouro em dólar, verifica-se, a partir do final dos anos 1970 até o final dos anos 1980, um vasto processo de desregulamentação financeira e monetária. Alimentados pelos avanços tecnológicos da informação, os principais mercados do mundo são interconectados e os governos começam a financiar suas dívidas através deste expediente. Como principais eventos desse momento, Fiori (1997) destaca a revalorização do dólar, em 1979, o fim do controle do movimento de capitais da Inglaterra e dos Estados Unidos e a liberalização do mercado de ações da Inglaterra, em 1986. A quarta etapa significou a incorporação dos mercados da América Latina e da ex-União Soviética neste processo, a partir dos anos 1990. Destaca-se que todo este processo foi sendo montado a partir de ações e decisões dos Estados, isto é, uma decisão política e não uma ação dos mercados.

função da rigidez do padrão técnico, como foi explicado acima, e dos excessos da gestão do trabalho em alienar os trabalhadores.

Ao que parece, o fordismo exagerou na dose quanto à alienação dos trabalhadores. Em decorrência disso, o trabalho foi associado à experiência de sofrimento e desse sofrimento todos queriam se livrar o mais rápido possível. Como consequência, a partir dos anos 1960, os movimentos de base dos trabalhadores realizaram greves e contestações, demonstrando insatisfação com o controle e o espaço que lhes eram reservados pelo taylorismo/fordismo e pelo sindicalismo social-democrático. A insatisfação também foi expressa pelo aumento do absenteísmo, do número de peças defeituosas e de máquinas quebradas.

Segundo Antunes, os trabalhadores buscavam o controle do processo produtivo:

O que estava no centro da ação operária era, portanto, a possibilidade efetiva do *controle social dos trabalhadores, dos meios materiais do processo produtivo*. Como esse controle foi, no curso do processo de desenvolvimento societal, alienado e subtraído de seu corpo social produtivo – o trabalho social – e transferido para o capital, essas ações do trabalho, desencadeadas em várias partes do mundo capitalista, no centro e também em seus pólos subordinados, nos anos 60 -70, retomavam e davam enorme vitalidade e concretude à idéia de *controle social do trabalho sem o capital* (MÉZAROS, apud ANTUNES, 2002, p. 44).

Produtividade em baixa também representou queda da taxa de lucro, gerando decréscimo dos (re)investimentos e impossibilidades de aumento de salários, o que leva a uma diminuição do dinamismo no setor de bens de consumo.

Além disso, dois novos fatores contribuíram para a queda da taxa de lucro. O primeiro fator ocorre em meados dos anos 1970 com a diminuição da liquidez na economia mundial, elevando os juros e, conseqüentemente, o endividamento das empresas, o que resulta numa crise da capacidade de investimentos/crescimento e também aumento da inflação (estagflação). Como segundo fator, diversas matérias-primas tiveram seus preços majorados, sobretudo, o petróleo. Nestes termos, Alban (1999) assinala:

Acontece que, no novo ambiente gerado pelos choques do petróleo, a capacidade fordista de crescer à frente da demanda já não era nenhuma grande vantagem. Como a demanda não crescia, ou ao menos não crescia a altas taxas, era preciso muito

mais do que simplesmente aumentar a produtividade, explorando economias de escala. Em outras palavras, embora os ganhos de produtividade continuassem sendo importantes, outros fatores tornavam-se também relevantes, como aumentar a qualidade e a diversidade dos produtos para melhor atender ao consumidor final. Em síntese, com a estagnação da demanda, era preciso aumentar a produtividade com qualidade e flexibilidade crescentes (p. 200).

Como resultado deste ambiente, as empresas reagiram demitindo, levando a um aumento dos gastos do Estado-Providência. Para fazer face às novas despesas, o Estado majora os impostos, elevando ainda mais os custos das empresas. Daí ocorre a diminuição da quantidade de trabalhadores nos processos produtivos, aumentando o desemprego, provocando pressão para redução dos salários que, por sua vez, afetou negativamente o dinamismo do setor de bens de consumo e, como cascata, registrou-se o decréscimo da demanda de bens de capital. Todos esses fatores levaram a uma progressiva desaceleração da acumulação; enfim, de virtuoso o ciclo do fordismo passava para vicioso.

A crise da regulação fordista, do ponto de vista macroeconômico, trouxe à cena, na Europa e nos Estados Unidos, o processo de estagflação, isto é, uma estagnação do crescimento econômico associada a uma inflação ascendente.

Uma das principais consequências da crise do aparato keynesiano/fordista foi a visualização do Estado e dos trabalhadores como responsáveis pela mesma⁷⁵. Uma confluência de fatores (crítica à estandarização da produção, crítica à impessoalidade do Estado e seu mau funcionamento) fez com que a responsabilidade pela crise recaísse nos gastos dos governos e nas reivindicações dos trabalhadores⁷⁶. A busca de lucratividade pelo capital saiu ileso de críticas nesse processo.

⁷⁵ Além disso, à medida que ficavam mais evidentes os problemas do Estado Soviético (publicização dos crimes de Stálin, invasão da Tchecoslováquia e da Hungria, dificuldades de provimentos de bens de consumo, a forte burocratização da sociedade e a limitação às liberdades individuais), este deixava de ser uma referência positiva, pelo menos para os países centrais, e passava a ser encarado, cada vez mais, como um estado totalitário, incapaz de ser tomado como uma alternativa aos problemas enfrentados pelo capitalismo. Assim, a força ideológica que União Soviética conseguiu emanar para sindicatos de trabalhadores e partidos de esquerda nos anos imediatamente após a Segunda Guerra deixava de existir e, paulatinamente, revertia-se em ponto negativo.

⁷⁶ Tal afirmação decorre de duas constatações. A primeira foi a radicalidade dos movimentos de base dos trabalhadores em oposição à regulação social fordista e as lideranças social-democráticas. A segunda foi a incapacidade daquele movimento de fazer com que suas ações no movimento operário chegassem a outros espaços da sociedade. Sobre os movimentos de base,

Dessa forma, o *welfare state* encontrou-se com a crise e seu sistema de regulação (incentivo ao consumo, acordo entre capital e trabalho, relações econômicas internacionais coordenadas e intervenção estatal) era incapaz de resolvê-la. Em outras palavras, foi incapaz de garantir lucratividade aos capitais nos marcos erguidos no pós-guerra.

Com efeito, do ponto de vista do capital, era necessário reformular o padrão de acumulação para retomar a ascensão das taxas de lucro.

2. Acumulação flexível - alterações nos planos político, econômico e tecnológico

A recuperação da taxas de lucro passava pelo incremento dos níveis de produtividade, pela diminuição da importância relativa dos trabalhadores nos fluxos produtivos, equacionamento das disputas comerciais entre os países capitalistas e a instituição de uma nova regulação da macroeconomia mundial.

Como o principal sujeito da regulação que se esgotava era o Estado, a partir da metade dos anos 1970, acontece a retomada das ideais liberais. Ganham força as teses monetaristas para a condução da política econômica (de aumentos dos juros para diminuir a inflação), o discurso do Estado Mínimo, do individualismo, da superioridade da regulação via mercados, ou seja, as idéias liberais vão tomando corpo, consolidando e conformando o chamado neoliberalismo.

Inicialmente o neoliberalismo criticou o caráter unilateral do Keynesianismo, o distributivismo do Estado do Bem-Estar social (denúncia da crise fiscal), o gigantismo estatal (burocrático e ineficiente) e os "excessos" da democracia (denúncia de uma inflação de demandas insaciáveis sobre o Estado). No segundo momento, o neoliberalismo ganhou um sentido mais propositivo em torno a alguns temas chaves como a privatização, desregulamentação, diminuição dos impostos e encargos sociais, internacionalização e propostas de autonomização dos governos em relação aos controles democráticos (SANTANA JUNIOR, 2000, p. 48).

Antunes considera que: "estas ações, entretanto, encontraram limites que não puderam transcender. Primeiro, era difícil desmontar uma estruturação organizacional social-democrática consolidada durante décadas e que tinha deixado marcas no interior do próprio proletariado. A luta dos trabalhadores, se teve o mérito de ocorrer no espaço produtivo fabril (...) não conseguiu se converter num projeto societal hegemônico contrário ao capital. (ANTUNES, 2002, p. 44)

Enfraquecidas no plano ideológico e vivendo um contexto de crise econômica, as organizações dos trabalhadores foram sendo derrotadas. As reivindicações trabalhistas não são atendidas, as greves são vencidas e os defensores de um papel ativo do Estado na economia são deixados de lado. Assim foi sendo consolidada a crítica dos neoliberais ao *welfare state* e, para solução dos problemas, eles propõem a privatização, a desregulamentação e a diminuição de encargos e impostos. O ápice deste processo são os governos Margaret Thatcher na Inglaterra (1979 - 1990) e Ronald Reagan nos Estados Unidos (1981 – 1989), que intensificaram a prática de tais políticas.

Do ponto de vista tecnológico, o padrão de acumulação fordista significava diversos entraves ao aumento da taxa de lucro e à subordinação dos trabalhadores. Fábricas verticalizadas que oportunizavam a reunião de grandes números de trabalhadores, o ritmo da produção cadenciado pela capacidade humana e produção em série eram características que não satisfaziam às novas exigências da acumulação capitalista.

Por isso, os avanços conseguidos no plano tecnológico foram importantes e assumem destaque quando se analisa a transição entre um padrão de acumulação e outro. Neste sentido, a partir da década de setenta do século XX, observou-se uma reestruturação da produção baseados em mudanças tecnológicas, organizacionais e de gestão.

Uma das principais ferramentas utilizadas foi a substituição da base eletromecânica por uma base microeletrônica. Em 1971, é inventado o microprocessador, elemento central dos processos de automação, pois permitiu a miniaturização dos equipamentos, o aumento da confiabilidade e a possibilidade de controle e dotou as máquinas de vários acionamentos independentes com utilização de pouca energia a baixo custo.

Através da microeletrônica foi possível o desenvolvimento de máquinas de controle numérico computadorizada, robôs, e a elaboração de desenho/produção industrial com o auxílio de computadores (CAD-CAM). Alban (1999) assim coloca:

Em linhas gerais, o processo de desenvolvimento irá se dar em duas vertentes básicas. A primeira é o desenvolvimento do próprio computador, que nasce na Universidade de Havard para atender a demandas, de início, meramente acadêmicas e científicas. A segunda será a das máquinas-ferramenta de controle numérico, criadas no começo dos anos 50 para a fabricação de peças de helicópteros da Força Aérea Americana. Essas peças, em face da precisão requerida, extrapolavam a capacidade do controle humano, mas não justificavam, pelo volume demandado, a adoção de máquinas automáticas delicadas. Surgem assim as máquinas de controle numérico, que nada mais são do que máquinas automáticas programáveis, desenvolvidas pela John Parsons Corporation e pelo Massachusetts Institute of Technology” (p. 193).

A partir destes avanços, paulatinamente, chega-se a três sistemas de máquinas: a) sistema de máquinas flexíveis, que tem como característica a polivalência, isto é, podem desempenhar múltiplas funções. Daí, tecnologicamente, fica possível o estabelecimento de células de produção que se distinguem das linhas de produção; b) sistemas de produção em micro-escala (software, hardware, componentes eletrônicos, etc.); c) fábrica automática controlada a distância (Computer Integred Manufacturing – CIM). Com efeito, com base nas novidades citadas acima, destaca-se a elaboração de máquinas e robôs para atuarem em funções que outrora eram desempenhadas por trabalhadores. Essas transformações possibilitaram mudanças na arquitetura das fábricas, pois intervieram no seu tamanho, na sua constituição e no controle do poder das empresas, tornando-as menos verticalizadas.

Os componentes dos bens não mais precisavam ser produzidos em um único espaço de produção, intensificando o processo de exteriorização das atividades, principalmente através da terceirização. As inovações possibilitam, também, um controle sem presença física, permitindo, por exemplo, o acompanhamento das operações em uma filial por parte de uma matriz, independente da sua localização geográfica. Como bem acentua Tavares (2004):

A flexibilidade promove essa forma de cooperação que é determinante hoje, tanto na administração dos processos de trabalho, como na maquinaria, que não se constitui mais num sistema de articulação fechado, adequando-se, é óbvio, ao atual modelo de acumulação, que mantém as atividades nucleares na esfera da mais-valia relativa, enquanto as demais são externalizadas, para serem executadas, na sua maior parte, em regime de mais-valia absoluta. Assim, torna-se possível a

execução de um produto cujas partes podem ser resultantes de uma série de jornadas de trabalhadores, em pequenos grupos ou individualmente, espalhados por diversos lugares (p. 77).

A tecnificação também permitiu a diminuição considerável da importância dos trabalhadores na determinação do ritmo da produção em setores centrais da economia, fazendo com que o perfil do trabalhador se alterasse. As novas configurações exigiram um trabalhador multifuncional, mais comprometido e mais submetido aos processos mais intensivos. Nesse sentido, Tavares (2004) ressalta:

A flexibilização munuiu o capital de mecanismos que permitem maximizar a exploração e também extrair mais-valia, mediante relações informais que se verificam na pequena empresa, no trabalho autônomo, no trabalho domiciliar, nas cooperativas etc., com o que se amplia o domínio do trabalho abstrato (p. 78).

Todavia, o objetivo da subordinação dos trabalhadores só foi alcançado completamente através da introdução das novidades na organização da produção e na gestão das empresas. Destacam-se, neste campo, o modelo italiano (ênfase na aglomeração e cooperação de pequenas e médias empresas, difusão social das qualificações, incorporação de tecnologia de ponta e produção baseada em baixos volumes) e o modelo sueco (divisão de trabalho em grupos com relativa autonomia em questões de revezamento, pausa e definição de liderança do grupo; melhoria crescente dos aspectos extrínsecos ao trabalho – limpeza, luz e nível de ruído; locais de descanso comum a todas as equipes; abandono completo das linhas de montagens baseadas em esteiras; tecnologia de ponta; participação dos sindicatos na discussão dos aspectos relevantes). Porém, o que mais se difundiu em todo o mundo foi o modelo japonês ou toyotismo.

O toyotismo é, em linhas gerais, um sistema de organização da produção estruturado nas seguintes vertentes: mecanização flexível; valorização do trabalho em equipe com crescente autonomia para as mesmas (células de produção); processo de multifuncionalização da mão-de-obra; maior integração dos departamentos da indústria; trabalhadores com mais acesso à informação e participação nos processos de inovação tecnológica; diminuição das distâncias entre concepção e execução; diminuição nos níveis intermediários de chefias;

ênfase no sistema de qualidade total⁷⁷; estímulo à escolaridade formal e formação profissional sistemática dos trabalhadores e o sistema *just in time* de gerenciamento de produção.

Este modelo foi desenvolvido no Japão, no segundo pós-guerra, a partir de suas particularidades culturais, dos obstáculos ao sistema produtivo gerados pela derrota na guerra e das oportunidades decorridas pela ocupação americana no tocante às questões organizacionais. Nesse sentido, em pesquisa anterior fizemos o seguinte comentário.

Essas técnicas orientavam-se a partir dos limites do taylorismo/fordismo, abordando principalmente as questões psicológicas do trabalho, a qualidade dos serviços, a estrutura dos processos produtivos e principalmente se atendo à imobilização de capital que o fordismo necessitava, com suas máquinas cada vez mais sofisticadas e seus grandes estoques (de matéria-prima e de mercadorias). Todo esse aparato teórico conceitual foi aplicado pioneiramente no Japão quando alguns cientistas americanos, a exemplo de Deming, Juran e Maslow, foram auxiliar o exército dos Estados Unidos durante a ocupação do arquipélago (SANTANA JUNIOR, 1996, p. 73).

Utilizando essas técnicas, o Japão conseguiu se destacar no cenário mundial, chegando ao ponto de suas empresas vencerem a concorrência com empresas dos países centrais.

Em termos microeconômicos, o sucesso das empresas toyotistas significou, obviamente, o fracasso das empresas fordistas. Sem flexibilidade para se adaptarem à nova dinâmica competitiva e enfrentando políticas macroeconômicas muito adversas, as grandes empresas fordistas, especialmente as americanas, perderão, ano a ano, parcelas crescentes do seu mercado interno. De início, essas perdas se darão apenas para produtos importados. Nos anos 80, contudo, elas serão potencializadas pelo surgimento de novos produtores domésticos. Sucede que, com a grande expansão dos mercados externos, as empresas toyotistas passam a investir direta e massivamente nos países centrais (sobretudo nos Estados Unidos), onde as resistências à importação tornam-se também crescentes (ALBAN, 1999, p. 201).

⁷⁷Conforme Alban (1999, p. 198), "No sistema fordista de produção em massa, a qualidade é assegurada através de controles amostrais realizados por técnicos especializados em apenas alguns pontos do processo produtivo. Dessa maneira, embora com uma boa qualidade final, admite-se certa perda de matéria-prima e trabalho pela rejeição de lotes já processados. No toyotismo, ao menos como meta de trabalho, essa perda não é efetivado por todos os trabalhadores, em todos os pontos do processo produtivo. Por outro lado, uma vez detectado um defeito, este, além de imediatamente corrigido, terá de ser estudado nos círculos de controle de qualidade até a plena eliminação de sua causa primária. Note-se que toda essa dinâmica só é possível em função da polivalência da mão-de-obra toyotista. É ela que possibilita que o executor seja também o inspetor e o construtor da qualidade".

Enquanto os outros países vivenciavam a crise, o Japão se destacava. Logo o segredo desse sucesso despertou a curiosidade de todos e, em certa medida, foi copiado por países em todo o ocidente⁷⁸.

Assim sendo, a organização de trabalho na fábrica caracterizou-se pela junção de um padrão microeletrônico e uma gestão organizacional flexível. Com isto, os processos produtivos ficaram aptos a fabricar grandes quantidades sem a necessidade de formar extensos estoques (*just in time*). Eles tornaram-se capazes de produzir diferentes produtos a partir de uma mesma linha de produção (economias de escopo), possibilitando às indústrias adequarem-se às exigências de distintos consumidores, em diferentes espaços do mundo, bem como às flutuações cíclicas decorrentes de crises na procura.

Assim, as modificações são maturadas ao longo dos anos 1970/1980 e se consolidam em produtos melhorados e em novos bens e serviços (computador pessoal, telefone móvel, internet, forno microondas, vídeo cassete, o dvd, os melhoramentos da televisão, do rádio, das geladeiras e dos automóveis etc.). O desenvolvimento de novos materiais, da biotecnologia, da nano-tecnologia e dos bio-eletrônicos transformam e ampliam as condições de produção e a oferta de bens e serviços.

Este conjunto de aportes tecnológicos consegue automatizar grande parte dos processos produtivos, diminuindo a importância relativa dos trabalhadores e instaurando um processo crescente de precarização da força de trabalho. Segundo Antunes (2002)

Pela própria lógica que conduz essas tendências (que, em verdade, são respostas do capital à sua crise estrutural), acentuam-se os elementos destrutivos. Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência inter-capitais, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para o processo de valorização do capital. Como tem sido enfatizado

⁷⁸ Essa adaptação não foi imediata. Alban (1999) ressalta que inicialmente copiaram-se apenas algumas técnicas, sem aplicar a filosofia como um todo, levando ao insucesso as empresas ocidentais que experimentaram. Só após o sucesso das empresas japonesas instaladas nos países centrais é que o toyotismo foi incorporado completamente (técnicas e filosofia gerencial).

insistentemente por diversos autores, o capital, no uso crescente do incremento tecnológico, como modalidade para aumentar a produtividade, também “necessariamente implica crises, exploração, pobreza, desemprego, destruição do meio ambiente e da natureza”, entre tantas formas destrutivas (Carcheti, 1997: 73). Desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada tornaram-se traços constitutivos dessa fase de reestruturação produtiva do capital (p. 34).

A precarização se daria pela redução da demanda de trabalhadores nos processos produtivos devido à intensificação do trabalho e potencialização das formas de acumulação extensiva, levando ao incremento do número de trabalhadores excedentes que, por sua vez, efetua pressão negativa nos salários. Essas condições levam ao enfraquecimento do poder de ação dos sindicatos, aumento do desemprego e aceitação por parte dos trabalhadores de redução das condições de trabalho e dos direitos trabalhistas.

2. 1 Acumulação Flexível no Brasil

A necessidade de alteração de um padrão de acumulação pressupõe, de uma maneira geral, que a manutenção e/ou elevação das taxas de lucros estão impedidas na totalidade capitalista, seja nos países centrais ou na sua periferia. Da mesma forma, a instituição de um novo padrão de acumulação repercute em todo o mundo. Pois, quando as potências centrais modificam seu padrão de acumulação num contexto de dominação e de globalização, isto, por si só, já implica em mudanças nos espaços dominados, principalmente pela forte presença de empresas multinacionais nos chamados espaços periféricos, como bem demonstra Furtado, quando analisa as opções dos EUA e da Inglaterra diante da crise dos anos 1970.

A economia internacional saiu da crise e dos impasses dos anos 70 por uma via particular, que está associada – aparentemente de forma irreversível – ao termo liberalismo. Esta era apenas uma das vias possíveis, mas foi sobre ela que recaíram as preferências de dois dos principais países – EUA e Reino Unido. Dado o peso deles no cenário internacional e a coordenação das suas ações, esta via foi sendo gradativamente tornada uma obrigação para todos os demais países (Kébabdjian, 1994). É que dada a importância destes dois países, as suas escolhas estreitaram o espaço disponível para os demais, cujas políticas foram sendo aprisionadas dentro dos limites definidos pelos novos parâmetros.

O caráter cumulativo deste processo foi assim criando irreversibilidades e atraindo "adeptos" (FURTADO, s/d, s/n).

Porém, há que se ressaltar que em cada contexto têm-se trajetórias específicas a partir da combinação de diversas variáveis que estão presentes nesta dinâmica. Assim, o processo de implantação do padrão de acumulação flexível no Brasil traz semelhanças e diferenças em relação ao processo ocorrido nos países centrais, tanto no tocante às condições de manifestação da crise, quanto nas medidas adotadas para superá-la, mesmo que não se observe uma simultaneidade nos eventos.

As potências capitalistas, principalmente Estados Unidos e Inglaterra, chegavam aos anos de 1980 acumulando dez anos de crise e passaram a adotar propostas neoliberais. As conseqüências desta crise e das tentativas de solucioná-las, que foram descritas anteriormente, não ficaram restritas ao seu contexto. O Brasil, e quase todos os países do terceiro mundo, teve seu processo de crescimento obstacularizado pela política econômica monetarista do governo norte-americano, sobretudo a elevação dos juros.

Assim, a primeira forma de relacionamento do Brasil com aspectos do novo padrão de acumulação aconteceu através da dinâmica financeira, que fez com que a dívida externa brasileira aumentasse em demasia de uma hora para outra. A eclosão da crise de pagamento da dívida externa, parte das modificações no cenário econômico mundial, trouxe impactos consideráveis para a economia brasileira, contribuindo consideravelmente para alterações no processo de acumulação brasileiro, que era liderado pelo Estado.

Nesse ambiente, visualizamos as semelhanças entre os dois processos: seja na busca de taxas de lucros em patamares elevados; na incapacidade do Estado continuar liderando o processo de acumulação e, até mesmo, na intensificação da organização dos trabalhadores, principalmente os ligados às fábricas multinacionais (fordistas), no sentido de exigir uma maior participação na apropriação do excedente de produção.

Já as diferenças desse processo situam-se nas questões estruturais da formação sócio-econômica do país. No Brasil, o processo de construção da cidadania estava apenas se iniciando. A cultura organizativa dos trabalhadores e da

sociedade como um todo ainda não era efetivada e respeitada pelo sistema, implicando na não universalização de direitos, sobretudo os trabalhistas, um dos principais elementos do *welfare state*.

Além disso, registra-se que, no Brasil, não experimentamos um fordismo ou um *welfare state* genuíno. O processo de industrialização verificado aqui com presença destacada de empresas multinacionais, com seu paradigma eletromecânico, sua rigidez e verticalidade não significou a incorporação dos ganhos de produtividade nos salários, nem a difusão de um modo de crescimento calcado no consumo em massa. Por aqui se estabeleceu um fordismo periférico, conforme conceitua Lipietz (1988).

Apesar de o estatal-desenvolvimentismo transformar o Brasil em uma das dez principais economias do mundo, deixando para trás o passado agroexportador relativamente num curto espaço de tempo (1930 a 1980), tal modelo de crescimento foi incapaz de realizar tal feito com uma distribuição da riqueza nos moldes do keynesianismo/fordismo. Pelo contrário, o crescimento econômico conformou uma concentração de renda sem paralelo e gerou desigualdades sociais e espaciais. Todavia, foi nesse período que se observou crescimento do emprego formal e possibilidades de mobilização social (CARVALHO, 2001).

A crise de pagamento da dívida externa interrompeu o ciclo de crescimento estatal-desenvolvimentista, impondo a necessidade de uma reorganização da economia brasileira para superar os obstáculos daí decorrente. A partir das afirmações de Gomes (2005), pode-se visualizar como a busca para superação daqueles obstáculos materializou a introdução de mais um elemento do padrão de acumulação flexível no Brasil - a reestruturação produtiva.

[...] a crise e retração do mercado interno e as necessidades de incremento de superávit da balança comercial para o pagamento da dívida externa implicaram em pressão por exportações, obrigando as empresas a buscar novos padrões de qualidade, inovações tecnológicas e a nova gestão da mão-de-obra, ou seja, “novos requerimentos de qualificação para os trabalhadores, novas técnicas organizacionais, associados a uma estratégia de maior integração entre concepção e execução da produção e, ainda, estimulada por estratégias que permitam maior envolvimento dos trabalhadores e compromisso com os interesses específicos dos clientes e, portanto, da empresa”, conforme Carleial (1997: 297), visando a busca de qualidade e produtividade (GOMES, 2005, s/n).

A partir de então, paulatinamente, o parque industrial brasileiro vai adotando as inovações tecnológicas. Concomitantemente, o Brasil vivencia uma forte mobilização social contra a Ditadura Militar, ampliando consideravelmente o processo de organização dos movimentos sociais, especialmente os sindicais. Dessa forma, o país experimentava dois processos que tensionavam em direção contrária. O resultado dessa tensão foi que a força das organizações sociais não foi suficiente para moldar um Brasil menos desigual, porém conseguiu abreviar a Ditadura Militar e escrever uma nova Constituição que ampliava a cidadania para grande parcela excluída da população brasileira, como bem demonstra Carvalho (2001):

Numa época em que o neoliberalismo já se afirmava em escala internacional e na própria América Latina (como na Argentina e no Chile), a nova Carta Magna brasileira se propunha a incorporar à cidadania uma enorme parcela da população que, excluída do mercado de trabalho formal, mantinha-se à margem de qualquer mecanismo de proteção social. Por outro lado, como os movimentos e lutas mencionados tinham conseguido estabelecer um certo consenso nacional sobre a prioridade e a urgência de superar o que era considerado como um inaceitável atraso social do país, fazendo avançar o seu incipiente Estado de Bem-Estar, essa questão foi colocada no centro da agenda política e associada à própria consolidação da democracia (p. 129).

Mas essas ações não conseguiram instaurar um novo esquema de crescimento no país e, com o fracasso do governo da Nova República, a continuidade da crise, bem representada nos altos índices inflacionários e a derrota nas eleições presidenciais do Partido dos Trabalhadores, em 1989, as propostas neoliberais avançam.

A partir do governo Collor, o país passa a implementar as recomendações do Consenso de Washington (desregulamentação, privatizações, intensificação da reestruturação produtiva, liberalização comercial e financeira), o que representou a efetiva instalação da acumulação flexível no Brasil. Tal situação chega ao ápice com a implantação do Plano Real e com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

A abertura comercial e financeira dos 90 implode com esse modo de regulação, a partir do momento em que desestrutura seus componentes básicos. As formas institucionais entram rapidamente em uma trajetória de transformação: novo padrão de inserção internacional; as estruturas oligopolistas internas são

chamadas a um novo patamar de concorrência e a reestruturação produtiva deslancha; novo regime monetário-financeiro instituído com o Plano Real, reforma do Estado e reconfiguração da *wage-labor nexus* no sentido do aprofundamento do grau de flexibilidade quantitativa e salarial, incluindo a intensificação dos níveis de desinstitucionalização e precarização das relações de emprego. Mas dadas as condições de restrição externa e os novos padrões de concorrência internacional, a WLN brasileira entraria numa longa fase de contenção salarial e de diluição dos compromissos institucionalizados que haviam sido codificados na Constituição de 1988 (BRUNO, 2004, p. 23).

Observa-se que a situação vivenciada pelo Brasil nos anos 1990 assemelhava-se em muito com a experiência vivida pelos países centrais em meados da década de 1970. À medida que a crise socioeconômica se aprofundou e o movimento social não teve condições de estabelecer suas idéias, o neoliberalismo vence a contenda e aplica suas propostas. Assim, o processo de reestruturação produtiva também foi intensificado tal qual nos países centrais do ocidente.

Ou seja, a partir dos anos de 1990, além da utilização de equipamentos do padrão microeletrônico, lança-se mão das técnicas organizacionais do toyotismo, que passam a ser aplicadas não só nas empresas exportadoras, mas em boa parte do sistema produtivo nacional, em função das exigências da concorrência advinda com a abertura comercial e em outras áreas, devido à necessidade de redução dos custos e do apelo ideológico.

Todavia, a adoção dessas medidas não levou o Brasil ao propagado crescimento econômico, pelo contrário, as taxas de crescimento do PIB, nos anos 1990, ficaram na casa dos 2,5%, bem aquém das taxas de ampliação da PEA, como bem acentuamos em pesquisa de 2000.

O resultado dessa abertura foi negativo, tanto no que se refere às relações comerciais, no mercado financeiro, como no campo da produção. Na ótica da produção, o caminho utilizado pelas políticas neoliberais levou a uma espécie de destruição gradativa de muitos elos do parque industrial brasileiro e não conseguiu implementar um padrão mais competitivo na economia nacional. Nas relações comerciais a demonstração de boa vontade, reduzindo tarifas de importação, eliminando taxas alfandegárias e desonerando as importações, contribuíram para um gigantesco déficit comercial e não sensibilizaram países como Estados Unidos, Japão e o continente europeu a reduzirem seu protecionismo para facilitar a entrada dos produtos brasileiros (SANTANA JUNIOR, 2000, p. 107).

Esta atmosfera de falta de crescimento, abertura econômica e fragilidades macroeconômicas moldou um cenário que fez as empresas intensificarem suas ações em busca de inversões na área financeira e redução dos custos nos processos produtivos. Do ponto de vista financeiro, o financiamento da dívida pública foi o caminho adotado e a redução de custos do processo produtivo foi obtido, sobretudo, através da terceirização da mão-de-obra. Como vimos anteriormente, as inovações tecnológicas, organizacionais e a globalização dotaram o capital da capacidade de fragmentar e deslocalizar a produção, possibilitando a terceirização das atividades sem perder o controle das mesmas, pois permitiu a utilização, em larga escala, do trabalho informal no processo de valorização do capital.

Hoje, em particular, a produção de uma mercadoria pode ser resultante do trabalho parcelar executado em países e até continentes diferentes. Ao invés da centralização do período fordista, a descentralização produtiva responde aos propósitos da flexibilização, constituindo-se no meio adequado à exploração da força de trabalho. Assim, o capital pode dispor da força de trabalho onde ela existe em maior quantidade e está, obviamente, muito mais vulnerável, portanto, sem nenhum poder de barganha. E, para que o capital possa movimentar-se sem constrangimentos, as instituições públicas promovem os ajustes necessários, traduzidos em leis também “flexíveis”. Com isso, criam-se condições efetivas para se reduzir os custos variáveis da produção capitalista mediante a utilização de trabalhadores cooperados, domiciliares, ou de qualquer outra forma que atenda ao fim capitalista (TAVARES, 2004, p. 141).

Este processo provocou desdobramentos mais intensos no mercado de trabalho brasileiro: aumento do desemprego e aumento da informalidade, como fica demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 4 - Empregos nas regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) – 1985-1990-1995-2000-2002

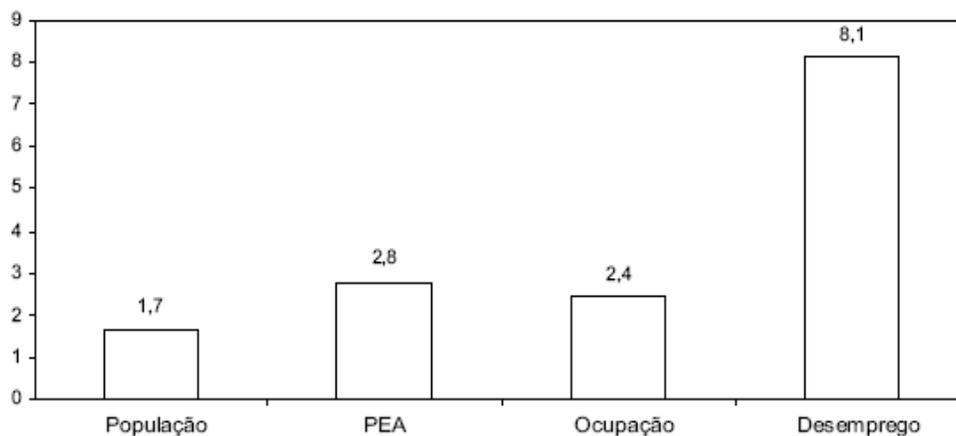
| Tipos de ocupados | 1985 | 1990 | 1995 | 2000 | 2002 |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Ocupados na indústria de transformação | 3.565.952 | 4.006.360 | 3.054.570 | 2.757.451 | 2.775.717 |
| Ocupados por conta própria | 2.389.385 | 3.423.763 | 3.659.537 | 4.060.231 | 4.043.761 |
| Ocupados com carteira assinada | 8.172.536 | 9.526.475 | 7.324.352 | 7.709.519 | 7.989.905 |
| Ocupados sem carteira assinada | 3.074.421 | 3.366.362 | 4.043.594 | 4.659.138 | 4.825.043 |

Fonte: PME/IBGE – IPEADATA, 2005. Apud GOMES, 2005

Os dados deixam explícito que, à medida que se consolida a acumulação flexível no Brasil, deteriora-se a qualidade do mercado de trabalho brasileiro, exigindo formas de trabalho distintas da relação salarial. Diminuem as ocupações com melhores salários e proteção social (indústria de transformação) e ampliam-se as ocupações precarizadas. Isto é, a partir das mudanças tecnológicas e das inovações organizacionais, a externalização de atividades foi intensificada, cresceu o número de ocupados por conta própria, de trabalhadores sem carteira, ocorreu a diminuição do emprego na área de transformação e seu aumento no setor de serviços. O formato da relação de contratualização da força de trabalho via assalariamento diminuiu, enquanto são potencializadas as chamadas formas modernas de trabalho autogeridas (trabalho domiciliar, trabalho cooperado e trabalho à distância).

Nesse mesmo sentido, a partir dos dados organizados por Pochmann (2007), podemos visualizar os desdobramentos do processo comentado acima na evolução do mercado de trabalho entre os anos de 1985 (início da Nova República) até 2005 (segundo ano do governo Lula). Inicialmente, constata-se o alto nível de desemprego em função da evolução da taxa de ocupação da economia (2,4%) não gerar vagas necessárias para fazer frente ao incremento de força de trabalho no período (crescimento da PEA de 2,8%).

Gráfico 9- Brasil: variação média anual da população, da população economicamente ativa, da ocupação e do desemprego entre 1985 e 2005



Fonte: IBGE, Apud Pochmann, 2007, p. 5.

Além disso, deve-se considerar duas observações relevantes na questão do mercado de trabalho no Brasil nesse período. Em 2005 o patamar de desemprego

era 4,8 vezes maior do que verificado em 1985. Outra questão, de acordo com os dados acima, é que o aumento do emprego se verificou na faixa dos rendimentos abaixo de dois salários mínimos (de 57,7%, em 1985, para 66,5% em 2005), enquanto constata-se decréscimo dos empregos com rendimentos acima de cinco salários mínimos (em 1985 eram 22,4%, passou para 11,2% em 2005).

Pochmann (2007) salienta que as modificações na economia brasileira aumentaram a deterioração das condições de trabalho, contribuindo para alavancar a heterogeneidade nas condições e relações do mercado de trabalho no Brasil, principalmente pela intensificação da externalização da produção (subcontratações, terceirizações, desverticalização da empresas, focalização da produção, etc.), que lançou mão de “pequenos trabalhos por contratos determinados em tempo parcial”. Sobre tais movimentos, Tavares (2004) faz as seguintes considerações:

Se não há a garantia de que o trabalho lhe é imprescindível, não há porque manter trabalhadores empregados, especialmente se há muito mais força de trabalho disponível do que as necessidades de valorização do capital. Sob tal raciocínio, privilegia-se a força de trabalho qualificada porque é mais produtiva e transferem-se os menos qualificados, pertencentes às parcelas menos rentáveis da produção, para as pequenas empresas, ou para outras modalidades de trabalho, das quais o capital pode se utilizar sem manter vínculos formais, como é o caso das cooperativas e do trabalho domiciliar. Assim, o capital dispõe de um exército de reserva constantemente mobilizado, sem os custos sociais do trabalhador formal e pronto para atender às flutuações da demanda do mercado, o que lhe permite promover a necessária articulação da mais-valia relativa com a mais-valia absoluta (p. 145).

Ou seja, a possibilidade de externalização da produção (terceirização) advinda da acumulação flexível e respaldada pelas modificações na estrutura legal concernente à economia e mais especificamente ao mercado de trabalho brasileiro fez com que se intensificassem as estratégias de sobrevivência fora das relações salariais (empreendedorismo, trabalho familiar, cooperativas de trabalho e economia solidária).

Dowbor sintetiza a situação, relacionando as consequências sociais do desenvolvimento concentrado e desigual do Brasil, no período 1930-1980, com os reflexos da acumulação flexível a partir dos anos 1990.

No nosso caso, com forte presença de multinacionais dentro do país, e crescente abertura para o exterior, acumulamos os lados negativos do progresso e do atraso, ao juntarmos a política retrógrada do monopólio de terras agrícolas, expulsando os produtores, com o efeito moderno do desemprego que hoje afeta os países mais desenvolvidos. A população pobre do país, expulsa ontem do campo e hoje excluída do emprego urbano, gera a situação explosiva que constatamos nas cidades e no campo neste início de século (DOWBOR, 2006, p. 17).

Como a economia solidária constitui-se como um arranjo produtivo não-capitalista e se expandiu no mesmo período de consolidação do padrão de acumulação flexível, resta-nos saber se esta expansão da ES é provocada pelas demandas desta acumulação.

2.2 Acumulação flexível, terceirização e Economia solidária

Após explicitar a origem e a trajetória da afirmação do padrão de acumulação flexível (países centrais e Brasil), estabeleceremos agora as relações entre este padrão de acumulação e a economia solidária. Relembrando, o objetivo deste capítulo é, justamente, explicitar o conteúdo desta relação.

Em um primeiro momento, a externalização da produção acontece via terceirização do trabalho, o que atingiu os chamados segmentos tradicionais ou atividades meio – limpeza, estacionamento, transporte e segurança. Porém, com o passar do tempo, estendeu-se às atividades intermediárias (manutenção e alimentação) até chegar às atividades fins das empresas (*outsourcing*), ou seja, a seu núcleo de produção (produção, vendas, logísticas, organização, controle, etc.).

A diferença qualitativa entre a terceirização das atividades tradicionais e meios com as atividades fins é que, no segundo tipo de relação, estabelecem-se parcerias estratégicas (longo prazo) entre a contratante e a contratada e promove-se diluição dos riscos de realização da mercadoria da primeira para a segunda. Pochmann (2007), analisando o processo de terceirização no Estado de São Paulo, no período de 1985 a 2005, conceitua esses dois movimentos como flexibilização interna e externa:

Enquanto a flexibilização interna exige maiores patamares de investimentos tecnológicos e profissionais, a flexibilização externa

pode ser realizada a partir da existência de uma oferta abundante e disponível de força de trabalho. Nesse sentido, o exercício desse tipo de subcontratação não tende a se diferenciar fundamentalmente das experiências empresariais de organização da produção prevalecentes ainda no século 19, quando a função principal do empregador da maquinaria era o de organizar a fabricação de produtos em partes a serem entregues por trabalhadores subcontratados.

Este nível de flexibilização sugere que a organização da produção por meio da subcontratação externa tende a depender crescentemente das condições de vida e trabalho extremamente precárias. Já no caso da flexibilização interna, há possibilidades de as condições e relações de trabalho serem mais avançadas em termos salariais, tempo de trabalho e estabilidade ocupacional (POCHMANN, 2007, p. 10).

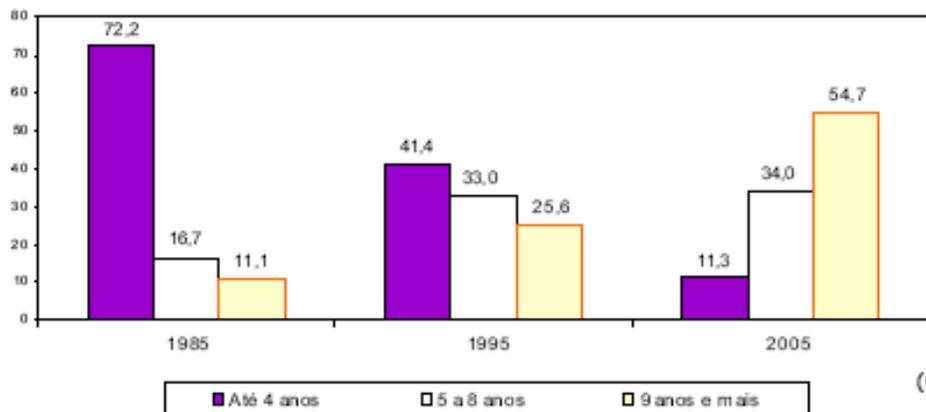
Pochmann constata que, no Estado de São Paulo, o número de trabalhadores formais neste segmento é multiplicado por sete vezes (de 60, 5 mil para 424 mil), enquanto o total de empregos no estado foi multiplicado em apenas 1,4 vezes. Já o número de empresas de terceirização de mão-de-obra foi multiplicado por quase 25 vezes (de 257 para 6.308 empresas). Outro destaque feito por Pochmann referente ao estado de São Paulo é a redução média de empregados nas empresas terceirizadas (235 empregado em 1985 passando para 67 em 2005), fato que ele relaciona com a intensificação da terceirização nas atividades do núcleo produtivo.

Destaca-se, também, na investigação de Pochmann (2007), a indicação que o número de empresas terceirizadas cresceu com mais intensidade do que o número de empregados terceirizados, fazendo com que a média de empregados contratados se reduzisse ao longo do tempo: 235 em 1985, 145 em 1995 e 67 empregados em 2005 (idem, p. 14). Ele atribui tal movimento ao incremento da extração do valor através da mais-valia relativa através da flexibilização interna, que utiliza empresas com número pequeno de trabalhadores ou sem nenhum na forma de personalidade jurídica (PJ).

Em relação ao tipo de ocupação presente nas empresas terceirizadas, Pochmann (2007, p. 15) chama a atenção para o fato de que, em 1985, 97% dos trabalhadores terceirizados em São Paulo relacionavam-se com a terceirização de atividades meio, sendo que a profissão faxineiro representava 57% deste universo. Já em 2005, as ocupações relacionadas a este tipo de terceirização diminuíram para a casa de 58,1% e a atividade de faxineiro passou a ocupar

apenas 26,1% dos contratados. Os dados sobre anos de estudo dos trabalhadores terceirizados corrobora a evolução do tipo de ocupação das empresas terceirizadas.

Gráfico 10 - Estado de São Paulo: evolução da distribuição de trabalhadores nas empresas de terceirização por anos de estudos em 1985, 1995 e 2005 (em %)



Fonte: MTE, SINDEEPRS (guias de contribuição sindical), CEF. Apud Pochmann, 2007, p. 16.

Do ponto de vista da relação de gênero, também são observadas transformações ao longo dos 20 anos investigados por Pochmann (2007). Quando a terceirização concentrava-se nas atividades meio (década de 1980), sobressaía-se a presença da mão-de-obra feminina (51,9% - 1985), mas na medida em que a terceirização intensifica-se nas atividades fins, destaca-se a presença masculina (61,7% - 2005).

Como base nos dados acima, fica evidenciado que a externalização da produção das atividades fins (superterceirização) significa uma das características centrais da acumulação flexível. É óbvio que, para se chegar a essa situação, foi necessário um conjunto de transformações que por si só são especificidades do atual padrão de acumulação (padrão microeletrônico, inovações organizacionais, neoliberalismo). Esta externalização exige um alto grau tecnológico, uma considerável quantidade de capital, alto nível de escolaridade e formação profissional, uma relação de parceria de longo prazo entre contratado e contratante. Sendo assim, essa necessidade do capital tem se materializado na formação de pequenas empresas de terceirização e empresas na forma de personalidades jurídicas, como demonstrou Pochmann (2007). Assim, a pergunta

que se impõe é se a economia solidária estaria se expandindo a partir deste processo - externalização das atividades fim.

Pelo que vimos até aqui, tanto na primeira parte na qual explicitamos as características centrais das práticas de economia solidária, quanto no presente capítulo, as atividades dos empreendimentos de economia solidária são distintos das atividades fins que estão sendo externalizadas em função da acumulação flexível.

Só para lembrar, o mapeamento da SENAES/FBES (2006) apontou uma maior concentração de empreendimentos econômicos solidários na zona rural; no norte-nordeste; em formatos de associação e grupos informais (87%); os produtos mais comercializados são relacionados às atividades agropecuária, extrativista, pesca, produção de alimentos, de bebidas e o fabrico de produtos artesanais (74,2%). Enquanto o processo de terceirização das atividades fins localiza-se com mais intensidade nas metrópoles industriais, no centro-sul e suas atividades estão voltadas para indústria e o setor de serviços.

Devemos considerar também que o processo de externalização das atividades fins exige um alto grau tecnológico, uma considerável quantidade de capital, alto nível de escolaridade e formação profissional, uma relação de parceria de longo prazo entre contratado e contratante. Sendo assim, essa necessidade do capital tem se materializado na formação de pequenas empresas de terceirização e empresas na forma de personalidades jurídicas (em 2005 1/3 das empresas não tinham empregados, enquanto em 1985 menos de 5% eram constituídos dessa forma), como demonstrou Pochmann (2007).

Em resumo, percebe-se que a queda de mais de 71% no tamanho médio das empresas de terceirização tendeu a estar fundamentalmente relacionada tanto ao avanço da flexibilização quantitativa do mercado de trabalho, como à alteração do tipo de terceirização (de base para a surperterceirização). Do ponto de vista da organização do trabalho, ganhou forte impulso a abertura de empreendimento sem empregados, mais conhecido por "PJs" (Personalidade Jurídica) que passaram a realizar atividades anteriormente desenvolvidas por empregados assalariados formais (p. 14).

Podemos concluir que a maioria dos produtos e serviços intercambiados pela ES não tem uma relação direta com os processos produtivos dos setores em que

predomina a terceirização das atividades fins. Conforme o mapeamento, apenas 5% dos produtos e serviços da economia solidária são do setor industrial. Levando-se em consideração que o setor industrial é o carro chefe da terceirização das atividades fins, não se visualizam vínculos diretos entre a mesma e a ES.

Analisamos o processo produtivo no Estado de São Paulo, unidade federativa mais industrializada e com maior avanço da reestruturação produtiva. Sem sombra de dúvidas, os dados apresentados pelo estudo de Pochmann (2007) se referem a processos produtivos complexos.

Se nos detivermos na cadeia produtiva de bens leves e intensivos em trabalho, como couro-calçados⁷⁹, indústria têxtil-vestuário⁸⁰, setor moveleiro e a própria terceirização das atividades meio (limpeza, estacionamento, transporte, segurança, alimentação e manutenção) observaremos que a terceirização não acontece preponderantemente através da pequena empresa e da personalidade jurídica. Nos setores que são intensivos em trabalho, o processo se dá, sobretudo, através de cooperativas e do trabalho domiciliar.

Como se sabe, é neste tipo de externalização da produção que se aproveita da super-oferta de força de trabalho, pois os processos produtivos são, na maioria das vezes, fatiados e efetuados a partir de diversas formas de subcontratação do trabalho: microempresas, trabalho domiciliar e cooperativas de trabalho. É aqui que as possibilidades de materialização da precarização do trabalho se concretizam. Também é aqui que as funções clássicas da funcionalização e

⁷⁹ O processo de produção do calçado de couro pode ser dividido em cinco principais fases: a modelagem, o corte, a costura, a montagem e o acabamento. Todas as etapas dependem, ainda, muito do trabalho artesanal e manual. Com exceção do setor de modelagem, que requer crescente variedade de modelos e, desde 1980, por conta das exportações, incorporou tecnologias microeletrônicas como CAD/CAM. Logo o processo de reestruturação produtiva deste setor se valeu mais das mudanças organizacionais, enfatizando o processo de terceirização que, historicamente, não era novidade para o mesmo (NAVARRO, s/d).

⁸⁰ O setor é composto pelas seguintes fases: fiação, tecelagem, malharia, acabamento e confecções. As primeiras (fiação, tecelagem e malharia) são intensivas em capital e são estruturadas a partir de grandes fábricas. Já as fases de acabamento e confecções são dependentes do trabalhador e se constituem a partir de pequenas unidades. Com o processo de reestruturação industrial e relocação espacial, as matrizes e as principais operações (gestão, inovação e comercialização) ficam nos grandes centros, enquanto as atividades produtivas são deslocadas para regiões que possibilitem incentivos fiscais, financiamentos governamentais e baixo custo da mão-de-obra, principalmente através da terceirização das atividades por meio das cooperativas de produção ou do fracionismo (MENDES, 2003).

subordinação das formas sócio-produtivas não capitalistas se manifestam. Neste sentido, Tavares (2004) faz a seguinte afirmação:

[...] a flexibilização dos processos de produção, ao terceirizar – externalizando e internalizando – partes da cadeia produtiva, fez da cooperativa, do trabalho domiciliar e da pequena empresa os departamentos da fábrica (p. 141).

A externalização das atividades-meio requer que os arranjos produtivos contratados não tenham autonomia organizacional, nem independência contratual. Isto é, os formatos organizacionais daqueles arranjos produtivos são moldados a partir das necessidades dos contratantes e a sobrevivência dos mesmos está condicionada à manutenção destes contratos. Nesse caso, a relação entre contratante e contratado apresenta-se como uma relação comercial, compra e venda de serviços, porém o que acontece é uma relação de comando do contratante (o capital) sobre o contratado (trabalho).

Os setores intensivos em capital vêm buscando aumentar sua lucratividade, reduzindo os custos da mão-de-obra. Além disso, quando é possível, transferem suas atividades para os Estados que viabilizam isenção fiscal e incentivos governamentais. Navarro (s/d) faz as seguintes considerações sobre o processo de terceirização ao longo do tempo no setor de calçados:

[...] a subcontratação de trabalho sempre esteve presente na indústria de calçados no Brasil. Anteriormente ela se restringia a determinadas etapas do processo produtivo como o pesponto, referido no Rio Grande do Sul como “costura”, atividade que ocupa muita força de trabalho e que utiliza maquinário relativamente barato. O que marca esta prática a partir dos anos noventa é sua extensão para praticamente todas as etapas da produção do calçado. O que antes era exceção tornou-se regra (NAVARRO, s/d, p. 6).

Nestes termos, a cooperativa e o domicílio também são transformados em departamentos das fábricas. Inclusive a própria estruturação das cooperativas acontece, em muitos casos, por iniciativa das empresas ou dos governos (municipais e estaduais) desejosos de sediar tais empreendimentos⁸¹.

⁸¹ No que pese o processo de exploração, Lima (2006) salienta que, “essas cooperativas terminaram por se constituir numa opção de emprego e municípios sem atividades econômicas significativas, sendo disputadas por prefeitos, que as percebiam como única possibilidade de atrair investimentos industriais. E, no período em que funcionaram e onde ainda funcionam, tiveram e têm impactos positivos na economia local, com maior circulação monetária representada pela retiradas dos trabalhadores associados.” (p. 106).

Em pesquisa realizada no período 1997/2004, entre dezesseis cooperativas do Nordeste, todas organizadas por integrantes de programas governamentais de atração de indústria para a região, os trabalhadores raramente percebiam a diferença entre a cooperativa e uma empresa comum. Mesmo considerando que foram organizadas para terceirizar a produção em setores de uso intensivo de trabalho, houve tentativas de criar uma mentalidade cooperativa entre os trabalhadores, através de treinamentos e cursos sobre cooperativismo, que não surtiram efeito. A presença das empresas primeiras era sempre muito forte, com funcionários supervisores nas unidades fabris e dos quais os membros das diretorias das cooperativas pouco se distinguiam. Em algumas delas, o presidente era contratado, ou a diretoria era formada por ex-funcionários das empresas (LIMA, 2006, p. 105).

Com a disponibilização de infra-estrutura, equipamentos, financiamentos e capital de giro, os trabalhadores são convocados a trabalhar sob as determinações e exigências destas empresas.

No caso dos setores de couro, calçados e têxtil-vestuário, a reação dos estados do centro sul, na tentativa de manter as empresas em seu território, foi baseada na mesma direção dos vetores que levavam as empresas a realizar a mudança: geração de incentivos fiscais e rebaixamento dos custos de mão-de-obra, como bem demonstra Lima (2006):

No Rio Grande do Sul, alguns sindicatos do setor calçadista, com maior ou menor apoio do governo do Estado, organizou cooperativas de produção para enfrentar a transferência de empresas para o Nordeste e o desemprego do setor. Na maioria dos casos, os trabalhadores passaram a ter maiores retiradas, embora permanecessem dependentes da regularidade das encomendas da empresa contratante dos serviços das cooperativas, e que não mantém nenhum contrato formal com estas. Embora esteja presente a posse efetiva dos meios de produção, a vinculação a uma única empresa compromete o caráter autônomo da cooperativa (p.104).

Com relação a esta estratégia adotada no sul e sudeste, devemos registrar que uma parcela importante dos trabalhadores terceirizados são ex-funcionários da fábrica (nos caso do RS e SP) e as máquinas que utilizam são repassadas pelas empresas como pagamento das indenizações trabalhistas. A empresa lucra por todos os lados, pois continua a utilizar a força de trabalho sem pagar os direitos trabalhistas, finda a relação contratual com o antigo operário sem acumular dívidas e transforma seus equipamentos obsoletos em moeda de troca, abrindo caminho para a renovação do seu parque fabril. Além do que, fica isenta dos

custos de produção da infra-estrutura física, que passam a ser responsabilidade do terceirizado.

Observe-se que, neste caso, a relação com a economia solidária é mais próxima. A forma do empreendimento é uma cooperativa que anuncia a idéia de autogestão ou a atuação de grupos familiares. Mas temos que observar que, no tocante às cooperativas de trabalho, existem as “cooperfraudes” e as chamadas cooperativas autênticas. Lima faz uma boa descrição das mesmas:

[...] “falsas” cooperativas, são formadas para atuar como sub-contratadas em redes empresariais, geralmente de setores de trabalho intensivo, como o de calçados e o de confecções. Além do baixo custo da força de trabalho, as empresas – com as cooperativas organizadas pelo Estado – ficavam isentas de custos com obrigações sociais, receberam incentivos fiscais por dez anos, além de prédios e infra-estrutura. As cooperativas, geralmente, se situavam em cidades do interior, onde praticamente inexistia uma economia mercantil e os salários formais eram apenas o pago pelo setor público. Algumas funcionaram por quase dez anos e outras ainda estão funcionando. A maioria foi denunciada pela Procuradoria da República por fraudes, acusadas de utilizar trabalho assalariado disfarçado. As que ainda funcionam respondem a diversos processos (LIMA, 2006, p. 104).

Ressalta-se que a economia solidária compreende as ações das chamadas cooperativas autênticas e até combate as “cooperfraudes”. Sem contar que para ser considerada uma organização de economia solidária não basta ter o título de cooperativa ou associação, pois se sabe que diversas associações, cooperativas e até ONGs funcionam com práticas idênticas à organização capitalista, tais como: a heterogestão, falta de transparência, o assalariamento, utilização da competição e a busca incessante de lucros.

Neste sentido, França Filho e Laville (2004) estabelecem alguns critérios para que seja considerada uma prática sócio-produtiva como pertencente à economia solidária: i) pluralidade de princípios econômicos (utilização de diferentes fontes de recursos – mercado, poderes públicos e práticas recíprocitárias); ii) autonomia institucional (independência e autonomia na gestão); iii) democratização dos processos decisórios; iv) sociabilidade comunitária-pública (valorização de relações comunitárias e afirmação do princípio de alteridade); v) finalidade multidimensional (além “da dimensão econômica, a organização internaliza uma

dimensão social, cultural, ecológica e política, no sentido de projetar-se num espaço público”) (p.169).

Também devemos considerar que a cooperativa não desempenha o tipo de organização majoritária no campo da Economia solidária. Ela representa 11% dos empreendimentos em todo o Brasil e no Nordeste, onde se observa a utilização desse formato para viabilização da desconcentração industrial dos setores intensivos em trabalho, o total de cooperativas relacionadas com a economia solidária é de apenas 9%. Na região Sul é de 22% e no sudeste 15%, o movimento de economia solidária é frontalmente contra estas cooperfraudes.

Contudo, no que pese a diferenciação entre cooperativas genuínas ou falsas, o que deve ficar para nosso objeto de estudo é o fato de que, mesmo as cooperativas verdadeiras ou fábricas recuperadas, quando submetidas ao processo de terceirização, desempenham um papel importante no papel da flexibilização e acumulação do capital.

Por conseguinte, o exame do processo de acumulação flexível no Brasil e seus principais instrumentos, reestruturação produtiva, inovações organizacionais e externalização da produção, permite-nos afirmar que a economia solidária não está sendo alimentada diretamente por tais ocorrências.

CAPÍTULO V

PERSPECTIVAS ABERTAS DE COMPREENSÃO DA DINÂMICA DO FENÔMENO

Neste capítulo, exploraremos as várias possibilidades listadas como hipóteses para a relação entre a economia solidária e o padrão de acumulação capitalista. Para tanto, procuramos identificar os nexos entre as rotinas dos empreendimentos e o processo de acumulação. Essas reflexões serão realizadas, principalmente, a partir da nossa base empírica, ou seja, os dados levantados pelo mapeamento realizado pela SENAES/FBES.

Relembrando o que foi exposto no capítulo 2, o mapeamento identificou, aproximadamente 15.000 empreendimentos, de economia solidária, sendo que 44% destes se encontram na região nordeste, 17% na região sul, 14% na região sudeste, 13% no norte e 12 % na região Centro-Oeste. A pesquisa foi realizada em 2.274 municípios do Brasil, o que corresponde a 41% dos municípios brasileiros.

O mapeamento consistiu do levantamento de dados através da coleta de informações junto aos empreendimentos e disponibilizou para a comunidade duas bases de dados. Inicialmente foi lançado o Atlas da Economia Solidária que sintetizou os dados da pesquisa. Além disso, foi disponibilizado os microdados da pesquisa que contém todas as respostas às questões levantadas.

Os dados trabalhados neste capítulo foram retirados deste microdados e dizem respeito as seguintes variáveis: origem dos insumos, destinos dos produtos e serviços, venda do ponto de vista do parceiro, destino das vendas, espaços de comercialização, grau de participação e articulação com a sociedade, caráter da propriedade dos equipamentos, benefícios e vantagens dos sócios dos empreendimentos, tipo de investimento realizado no último ano, acesso ao crédito no ano anterior, existência de sobra ou excedente e o que foi feito com o mesmo, origem dos recursos necessários para iniciar as atividades, tipo de remuneração dos sócios e ações voltadas para o bem estar da comunidade.

A partir destas variáveis refletimos sobre os fluxos do processo produtivo (a origem dos insumos e propriedade dos equipamentos) a comercialização (como é feita, destino, parceria, espaço), e a organização (forma de articulação, vínculos e a relação com a sociedade).

Aqui devemos estar atento para o fato que em algumas questões o questionário do mapeamento possibilitou respostas com mais de uma ordem de importância. Ex: com relação a origem dos insumos, os EES responderam entre seis opções apresentadas as três mais importantes por ordem de importância. Tal procedimento também foi observado nas questões relativas à comercialização porém, neste texto utilizamos dados concernentes apenas ao quesito de importância 1 definido pelos EES. Não foi averiguado se tal simplificação compromete a consistência, representatividade e significância da variável. No entanto, julgamos que a análise é pertinente, pois se trabalha com a opção apontada como de maior importância para os EES para cada questão.

Além da nossa análise, utilizaremos as reflexões que Gaiger (2007) e Kraychete (2006) fazem sobre tais informações. Kraychete utiliza o mapeamento para estimular a reflexão sobre as condições de viabilização do êxito dos empreendimentos associativos. Enquanto Gaiger tem como objetivo “aferir a racionalidade socioeconômica peculiar aos empreendimentos de economia solidária” (2006, p.1).

Nessa direção, Gaiger observa até que ponto os EES pesquisados estabelecem uma racionalidade solidária. Ou seja, “a relação positiva entre os aspectos solidários, de autogestão e de cooperação no trabalho e os aspectos empreendedores, de organização dos fatores produtivos e de sua gestão adequada ao enfrentamento dos obstáculos e à realização das metas econômicas” (2007, p. 2).

Ele informa que foram aplicados testes para verificar se os empreendimentos pesquisados atendiam aos critérios do termo de referência da pesquisa (solidarismo e empreendedorismo). Esses testes basearam-se em hipóteses negativas sobre os EES relacionadas a baixo empreendedorismo e baixo solidarismo. Agrupamos estas hipóteses em quatro blocos: a) os EES funcionam principalmente com base em doações, b) a produção destina-se unicamente ao

auto-consumo, c) inexistência de salários regulares ou de benefícios sociais para os sócios e d) não adotam formas de organização autogestionárias.

De posse de respostas positivas às hipóteses formuladas, ele avança para identificar os EES e as condições em que a racionalidade se desenvolve de forma mais ou menos intensa. Para isso, elaborou coeficientes (baixo e alto) de empreendedorismo e de solidarismo formados por indicadores de práticas observadas no mapeamento, conforme quadros abaixo:

Quadro 5 - Coeficientes negativos

| baixo empreendedorismo | baixo solidarismo |
|---|--|
| 1) Insumos, matérias-primas e recursos iniciais doados | 1) Empreendimento sem nenhuma atividade coletiva declarada |
| 2) Sede e equipamentos principais cedidos ou emprestados | 2) Inexistência de assembléia ou reunião do coletivo de sócios |
| 3) Produção destinada unicamente ao autoconsumo dos sócios | 3) Inexistência de outras instâncias de direção e coordenação de caráter participativo |
| 4) Despreparo para a prática de comercialização | 4) Inexistência de mecanismos de participação dos sócios nas decisões |
| 5) Resultados da atividade econômica insuficientes para pagar as despesas do ano | 5) Trabalho no empreendimento restrito a não sócios |
| 6) Incapacidade de remunerar os sócios que trabalham no empreendimento | 6) Ausência de participação em redes ou fóruns de articulação |
| 7) Inexistência de benefícios, garantias e direitos para os sócios trabalhadores | 7) Ausência de relacionamentos ou de participação em movimento sociais e populares |
| 8) Presença permanente de trabalhadores não sócios, na produção ou outros setores | 8) Ausência de participação ou de desenvolvimento de ação social ou comunitária |
| 9) Inexistência de cuidados com os resíduos produzidos pelo empreendimento | 9) Inexistência de iniciativa com vistas à qualidade de vida dos consumidores |

Quadro 6 – Coeficientes positivos

alto empreendedorismo:

- 1) Recursos principais à montante (insumos, matérias-primas e recursos iniciais) de propriedade do empreendimento (12,3%)
- 2) Sede, equipamentos e espaço principais de comercialização próprios (7,3%)
- 3) Comercialização principal no mercado estadual, nacional ou internacional (9,1%)
- 4) Uso de estratégias e ausência de dificuldades de comercialização (17,3%)
- 5) Obtenção, sem dificuldades, de crédito para investimento (3,9%)
- 6) Geração de sobra líquida e independência de financiamentos (9,2%)
- 7) Remuneração e vínculo regulares dos trabalhadores sócios e não sócios (9,3%)
- 8) Investimento na formação de recursos humanos (2,8%)
- 9) Férias ou descanso semanal para os sócios que trabalham no empreendimento (4,1%)

alto solidarismo

- 1) Coletivização da produção, do trabalho ou da prestação de serviços (16,6%)
- 2) Decisões coletivas tomadas pelo conjunto de sócios (21,6%)
- 3) Gestão de contas transparente e fiscalizada pelos sócios (35,3%)
- 4) Participação cotidiana na gestão do empreendimento (20,2%)
- 5) Matérias-primas ou insumos principais de origem solidária (22,4%)
- 6) Comercialização solidária e preocupação com os consumidores (6,4%)
- 7) Participação em movimentos sociais e em ações sociais ou comunitárias (44%)
- 8) Participação em redes políticas ou econômicas solidárias (3,8%)
- 9) Ações de preservação do ambiente natural (29,8%)

A partir da análise destes dados Gaiger (2007), conclui:

[...] os empreendimentos não estão rentes ao chão, próximos aos patamares mínimos, mas tampouco concentrados no topo. A sua grande maioria nem apresenta características negativas, contrárias ao empreendedorismo solidário, nem se destaca por características de alto desempenho. À luz do instrumento de análise aqui utilizado, eles estão acima do ponto *crítico* e abaixo do ponto *ótimo*: distribuem-se pelo gradiente existente entre esse dois níveis, com práticas variáveis, mas efetivas de economia solidária (p. 12).

Daí, ele aponta os pontos fortes e fracos da economia solidária no Brasil, segundo o mapeamento.

Pontos fortes:

- Insumos, matérias-primas e recursos iniciais próprios ou de origem solidária;
- Produção destinada ao mercado, com estratégias de comercialização

- Cuidados com a destinação dos resíduos e a preservação do ambiente natural;
- Trabalho exercido predominantemente pelos sócios do empreendimento;
- Participação dos sócios nas decisões, via assembleias ou reuniões gerais;
- Gestão transparente e fiscalizada pelos sócios;
- Participação social e comunitária.

Pontos fracos:

- Incapacidade de obtenção de crédito e de recursos para investimento
- Insuficiência de remuneração regular, benefícios e direitos sociais vinculados ao trabalho;
- Falta de investimentos na formação de recursos humanos;
- Ausência de frequência de instâncias participativas além da assembleia ou reunião geral;
- Troca ou comercialização escassa entre empreendimentos solidários
- Limitada participação em fóruns de articulação e em redes de comércio solidário⁸².

Gaiger também procurou saber se as variações entre os coeficientes de alto empreendedorismo e de alto solidarismo ocorrem concomitantemente ou de algum modo estão correlacionados. A resposta que encontra é convergente com análises qualitativas anteriores, pois ele atesta que a dimensão empreendedora não impede o desenvolvimento das características de gestão democrática e interação social dos empreendimentos. Dessa forma, traça os caminhos possíveis dos EES:

O estudo mais amíúde dos indicadores, por meio de sua inclusão judiciosa em testes sucessivos de correspondências, permite discernir as vias de convergências que progressivamente se estabelecem entre eles. A partir da conquista de um patamar de *gestão democrática*, os EES lançam-se no papel de *atores sociais* da economia solidária, mediante engajamento comunitário e práticas de articulação política e econômica, ou, numa segunda via, investem prioritariamente em políticas de *valorização do trabalho*, mediante remuneração regular, benefícios sociais e formação. Ambos os caminhos mostram-se relativamente independentes dos avanços propriamente econômicos, como acesso a crédito, capacidade de investimento, facilidades de comercialização e penetração ampla no mercado. O alto desempenho econômico pode ser alcançado por EES situados em quaisquer das estratégias de desenvolvimento. Portanto, essas devem-se não a imposições da realidade econômica em si, mas a

⁸² Este conjunto de dados e análise elaborados por Gaiger talvez fosse mais apropriado ao segundo capítulo, em que apresentamos os dados gerais do Mapeamento. Mas, como ele é peça-chave para nossas conclusões, optamos por apresentá-lo no presente capítulo.

fatores singulares que afetam os diferentes EES em seu processo histórico (GAIGER, 2007, p. 16).

De posse das reflexões de Gaiger sobre o mapeamento, analisamos agora as hipóteses de trabalho levantadas no início deste texto.

1) integração ao sistema capitalista (descaracterização)

A partir do sucesso ou do fracasso da experiência, o empreendimento é levado a adotar práticas que o tornam cada vez mais parecidos com os arranjos produtivos capitalistas. Como o protagonismo e a livre adesão têm sido a tônica da economia solidária, alguns participantes de empreendimentos podem abandonar a conduta solidária e caminhar na direção da heterogestão, da apropriação particular do excedente e na busca do lucro.

Tal situação confirmaria a tese muito difundida em setores socialistas sobre a impossibilidade de, por exemplo, a cooperativa constituir-se e manter-se como um arranjo produtivo independente do capitalismo, conservando os princípios de autogestão. Singer (2000) associa esta tese a Rosa Luxemburgo e até ao “revisionista” Eduard Bernstein. Vejamos as palavras deste último:

[...] no domínio de associações, o suficiente foi mostrado para provar que é um grande erro acreditar que a fábrica moderna produza em si própria uma considerável disposição para o trabalho associado. E, do mesmo modo, a república na oficina torna-se um problema mais difícil na medida que o empreendimento se torna maior e mais complexo. Para fins excepcionais, pode dar respostas a homens que pretendam nomear seus chefes imediatos e ter o direito de os remover. Mas para as tarefas que a gerência de uma grande fábrica comporta, onde, dia a dia, hora a hora, têm de ser tomadas as decisões que sempre geram oportunidade de atrito, é simplesmente impossível que o que dirige seja subordinado daqueles a quem dirige, e que esteja dependente, para sua posição, do favor ou do mau humor daqueles. Sempre se tem provado ser impossível manter semelhante regime e em todos os casos levou a uma transformação nas formas da fábrica socializada. O desejo dos trabalhadores de se apoderarem de novos empreendimentos onde estão empregados, transformando-os em fábricas socializadas e tomando as correspondentes responsabilidades e riscos, mantém-se numa proporção inversa à envergadura do empreendimento. Mas as dificuldades avolumam-se numa percentagem crescente (BERNSTEIN, 1997, p. 101).

Corroborando com as assertivas acima, Singer (2002) relata o caso das cooperativas de consumo e crédito da Europa depois da Segunda Guerra, que,

para tentar vencer a concorrência com o varejo e a intermediação financeira , foram adotando práticas que a distanciaram dos ideais cooperativistas.

De forma semelhante ao cooperativismo de consumo, o de crédito enfrenta nos países desenvolvidos a concorrência de intermediários privados e públicos, de grande dimensão e capacidade de desenvolver e aplicar tecnologias avançadas de informática. Para enfrentar tal concorrência, o movimento de cooperativismo de crédito tende a se centralizar e burocratizar, buscando ganhos de escala e atendimento em massa, com o que abre mão da autogestão e do caráter comunitário da cooperativa de crédito. Mesmo mantendo as formalidades do cooperativismo, o funcionamento concreto passa a se assemelhar cada vez mais ao dos intermediários convencionais (SINGER, 2002, p. 73).

No entanto, os microdados do Mapeamento da SENAES, apresentados por Gaiger (2007), vão em direção oposta às considerações de Bernstein e ao processo de descaracterização experimentado pelas cooperativas européias. Segundo ele, a maioria dos EES que iniciaram as atividades na década de 1980 não está apresentando sinais de descaracterização. Ele também aponta que os empreendimentos maiores (com mais de cinquenta membros) se destacam entre os demais no que diz respeito aos critérios de solidarismo e empreendedorismo. Nesse sentido, ele comenta:

A vantagem dos empreendimentos mais robustos estende-se ao volume das atividades econômicas. A tabela abaixo destaca as cifras nitidamente maiores dos EES que se singularizam nesse aspecto, nos itens de produção, crédito, investimento e remuneração dos sócios trabalhadores. Por seu turno, os EES com valor da produção não declarado, sem acesso ao crédito, desprovidos de investimentos e com as menores faixas de remuneração, apresentam os menores quocientes de alto empreendedorismo e alto solidarismo. Salvo uma exceção, afeta justamente aos EES com maior remuneração, na faixa superior a cinco salários-mínimos (vide tabela), o índice de alto solidarismo sempre acompanha o crescimento da atividade econômica. A pontuação no coeficiente integrado aumenta, pela ordem, com o nível de faturamento, investimento, crédito e remuneração (GAIGER, 2007, p.20).

**Quadro 7 - Desempenho dos EES com atividades econômicas de grande porte -
[Pontuações médias e destaques]**

| Indicadores do porte da atividade econômica | Coeficiente de alto empreendedorismo | Coeficiente de alto solidarismo | Coeficiente integrado |
|---|---|--|------------------------------|
| Valor mensal do principal produto ou serviço | | | |
| - acima de R\$ 10 mil e até R\$ 1 milhão | 1,2191 | 2,2649 | 3,4831 |
| - acima de R\$ 1 milhão | 2,7838 | 3,1667 | 5,9444 |
| Crédito obtido nos últimos 12 meses | | | |
| - acima de R\$ 10 mil e até R\$ 100 mil | 0,9202 | 2,5700 | 3,4887 |
| - acima de R\$ 100 mil | 1,2214 | 2,6369 | 3,8726 |
| Investimento realizado nos últimos 12 meses | | | |
| - acima de R\$ 10 mil e até R\$ 100 mil | 1,1498 | 2,5111 | 3,6636 |
| - acima de R\$ 100 mil | 1,4888 | 2,4986 | 3,9710 |
| Remuneração dos sócio(as) trabalhadores | | | |
| - acima de ½ s. m. até 5 s. m. | 1,7459 | 2,3081 | 4,0455 |
| - acima de 5 s. m. | 1,8250 | 2,0833 | 3,9167 |
| Total dos EES | 0,7526 | 2,0025 | 2,7601 |

Fonte: Gaiger, 2007, p. 20

No quadro acima, os valores mais altos do coeficiente de empreendedorismo e solidarismo para cada grupo, expresso em cada linha, acontece nas faixas maiores, com uma exceção apenas no quesito remuneração dos trabalhadores. Dessa forma, podemos afirmar que a possibilidade de integração não está acontecendo e a racionalidade solidária está prevalecendo nos EES brasileiros, principalmente aqueles maiores em termos de remuneração e quantidade de associados.

Descartada a hipótese de integração (descaracterização) dos EES ao sistema capitalista, podemos analisar se a possibilidade oposta se materializa; ou seja, investigar se a economia solidária caminha para o isolamento.

2) Isolamento (independentização)

Esta hipótese consiste na situação em que o empreendimento procura eliminar a relação com o sistema capitalista do ponto de vista produtivo, anulando sua dependência do mercado no sentido de aquisição de insumos e destinação dos seus produtos e serviços. Isto é, os empreendimentos buscam construir sua autonomia organizacional e, para eliminar qualquer tipo de constrangimento ou

pressão, não se estabeleceria, principalmente, a dependência contratual. Este é o caso de empreendimentos que almejam a auto-suficiência ou, no limite, só se relacionaria com outros empreendimentos solidários.

Do ponto de vista histórico, podemos citar como exemplos os falanstérios⁸³ do final do século XIX, e algumas comunidades hippies da década de 1960, esta última com uma ação embalada pela atitude da contracultura. De encontro à sociabilidade capitalista buscam construir, de forma autônoma e isolada, uma outra sociabilidade e outra forma de viver em conjunto.

Com base nos dados do mapeamento, esta possibilidade não encontra sustentação. Vejamos alguns desses deles. Em relação à origem do insumo ou matéria-prima, a pesquisa indica os seguintes dados sobre o insumo mais importante apontado pelos empreendimentos⁸⁴:

Tabela 2 – Origem dos insumos

| Origem da matéria-prima ou insumo | Quantidade de EES | Percentual |
|---|--------------------------|-------------------|
| Aquisição de outros empreendimentos de ES | 493 | 3,38% |
| Aquisição de empresas privadas | 7427 | 50,94% |
| Aquisição de associados | 2770 | 18,77% |
| Aquisição de produtores não sócios | 544 | 3,69% |
| Doação | 1073 | 7,27% |
| Coleta (materiais recicláveis ou matéria-prima para artesanato) | 571 | 3,87% |
| Outros | 535 | 3,63% |
| Não se aplica | 1165 | 7,89% |
| Total | 14578 | 100% |

Fonte: SENAES, 2006 (elaboração própria).

Na tabela acima podemos observar que metade dos EES adquire seu principal insumo através da compra em empresas privadas. Nesse sentido, fica demonstrado que a relação com o mercado é o caminho mais utilizado para dispor dos meios necessários para tocar a produção. Todavia, o volume de

⁸³ Falanstério pode ser definido como “comunidade organizada de acordo com os princípios socialistas de fendidos por Charles Fourier. Os falanstérios eram estruturados em base cooperativistas e a repartição dos bens produzidos coletivamente se fazia segundo o capital empregado, a capacidade e o trabalho de cada membro da comunidade. Os partidários de Fourier criaram falanstérios na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil, mas não tiveram condições de sobreviver às imposições do sistema capitalista”. (SANDRONI, 1985, p. 162).

⁸⁴ Os microdados do mapeamento da Senaes apontam informações referentes aos três insumos mais utilizados. Porém, neste texto, utilizamos dados concernentes apenas ao insumo mais utilizado pelos EES.

aquisição de insumos junto aos associados aproxima-se da casa dos 20% e desponta como um dado relevante. Tal percentual, somado à aquisição de outros empreendimentos da ES, de doações e de coleta chega a um número nada desprezível de 33,3%. Ou seja, um terço dos empreendimentos da economia solidária adquire insumos de fontes não provenientes do mercado, sem considerar a opção outras formas.

A utilização de insumos oriundos de associados pode ser explicada pela expressiva presença de atividades do setor rural. A opção de aquisição dos insumos em outros EES ainda é incipiente, apenas 3,4% dos EES declararam adquirir o insumo principal com outros empreendimentos solidários.

De toda forma, a hipótese de independentização (isolamento) dos EES não fica comprovada a partir destes dados. Sua refutação absoluta também não pode ser considerada, pelo menos a partir do critério de insumos.

Percebemos até aqui que as situações extremas (integração e isolamento) não se verificam de forma absoluta em relação aos EES. Eles utilizam o mercado como fonte de insumos e destino de sua produção, porém não se descaracterizam nesse processo a ponto de reproduzirem as formas produtivas do sistema. Assim, resta-nos analisar como acontece essa relação. Dentre as hipóteses levantadas, verificamos que elas podem acontecer pela via da subordinação e funcionalização, tais quais as formas de produção de subsistência e produção simples de mercadoria; ou podem acontecer a partir da construção de um novo modo de regulação social, um tipo de inserção diferente, baseado na lógica da economia plural.

3) Subordinação ou um novo modo de regulação social

Cotejando os dados do quadro anterior com a hipótese da subordinação e funcionalização dos EES à dinâmica capitalista, confirmamos sua materialização. A utilização do mercado capitalista associado ao pouco intercâmbio entre empreendimentos solidários denota que os EES constituem-se em um campo de valorização do capital, isto é, quando os EES adquirem seus insumos de empresas privadas eles estão criando espaço para completar o processo de circulação capitalista. Caso os EES comprassem seus insumos de outro EES,

diminuiria a demanda por produtos capitalistas, dificultando seu processo de venda e realização do capital investido.

No tocante à possibilidade de instituição de um novo modelo de regulação, os dados, numa primeira leitura, apontam que há muito a fazer, pois o baixo número de intercâmbios entre os EES é um indicador de que as redes e cadeias produtivas ainda não predominam. Gaiger (2007), após análise destes mesmos dados, afirma que a possibilidade de instituição dessas cadeias ainda se mostra muito distante da realidade. No entanto, como ressaltamos ainda há pouco, o fato de aproximadamente 50% da compra de insumos não ser realizada no mercado convencional abre reais perspectivas para a concretização da comercialização solidária, ainda mais se levarmos em consideração o poder de organização e articulação que a mesma vem demonstrando. O próprio Gaiger nos mostra que 44% dos EES exercitam algum tipo de participação social e comunitária, o que certamente se constitui como uma base para a organização de futuras cadeias produtivas, ou seja, uma das condições necessárias já se apresenta como realidade.

Deixando as formas de adquirir insumo de lado e concentrando na comercialização do resultado da produção, deparamo-nos em uma fase primordial para os EES. Kraychete (2006) tece os seguintes comentários:

Nos empreendimentos associativos, é muito comum as pessoas pensarem que, para iniciar uma atividade produtiva, basta saber produzir bem. Quando o produto está pronto para ser vendido, todos os gastos necessários a sua produção já foram realizados. Portanto, se a comercialização não for bem sucedida, as perdas, nesta fase, saem muito caras. Esta é uma das grandes dificuldades normalmente enfrentadas pelos empreendimentos associativos, e tem sido motivo de muita frustração (p. 4).

Sem sombra de dúvida, a comercialização é uma etapa central em qualquer sistema produtivo, ela está diretamente relacionada ao consumo. Para esta questão Marx utilizou a metáfora do salto mortal da mercadoria como forma de anunciar os riscos e a falta de certeza que tal situação encerra. Kraychete salienta que esses riscos e incertezas são inflados quando se trata de empreendimento associativo.

Uma grande dificuldade é que, ao realizar a comercialização, o empreendimento associativo estabelece, simultaneamente, dois

tipos de relações: externamente, com o mercado (diferentes tipos de compradores e suas exigências em relação ao produto (qualidade, classificação, quantidade mínima, preços etc.); e internamente entre os associados, na definição das “regras do jogo”, ou seja, as implicações, ganhos riscos e responsabilidades que cabem a casa um no processo de comercialização.

Assim, a comercialização promovida pelo empreendimento associativo envolve relações mais complexas do que aquelas realizadas por uma empresa privada. Ou seja, ao realizar a comercialização, o grupo deve conhecer os caminhos do mercado e, simultaneamente, promover novas relações entre os associados. A relação com o mercado mais amplo poder ser alcançada, com alguma facilidade, através de um bom gerente de vendas. É nas relações internas ente os associados que residem os maiores desafios para o êxito da comercialização coletiva (KRAYCHETE, 2006, p. 4).

Em relação ao destino dos produtos, o mapeamento da SENAES procura saber se os mesmos são vendidos, trocados ou destinados ao auto-consumo.

Tabela 3 – Destino dos produtos ou serviços

| Qual o destino dos produtos ou serviços – são vendidos? | Quantidade de EES | Percentual |
|--|--------------------------|-------------------|
| Sim | 9811 | 65,6% |
| Não | 5143 | 34,4% |
| Total | 14958 | 100% |

Fonte: SENAES, 2006 (elaboração própria).

Dois terços dos empreendimentos declararam que a forma de comercializar seus produtos é a venda. Entretanto, constatamos um percentual considerável de destinação não comercial do produto, indicando a existência de outras formas de troca.

Levando em consideração os indicadores apresentados por Gaiger (2007), a venda dos produtos representa um ponto forte da economia solidária por indicar capacidade empreendedora. Todavia, considerando os parâmetros da subordinação, tal ato indica dependência da economia solidária em relação ao dinamismo mercantil, que por sua vez pode ser uma dependência em relação ao mercado capitalista.

Para dirimir a dúvida sobre que tipo de mercado os produtos da ES estão sendo comercializados, faz-se necessário compreender como se processam estas vendas (quem compra, o destino e o espaço de comercialização) e quais os outros caminhos utilizados. Essas informações estão presentes nas tabelas abaixo.

Tabela 4 - Venda do ponto de vista do parceiro

| Como é feita a comercialização do produto | Quantidade de EES | Percentual |
|--|--------------------------|-------------------|
| Venda direta ao consumidor | 8316 | 64,3% |
| Venda a revendedores/atacadistas | 3518 | 27,2% |
| Venda a órgão governamental | 255 | 2,0% |
| Troca com outros EES | 61 | 0,5% |
| Venda a outros EES | 148 | 1,0% |
| Outros | 518 | 4,0% |
| Não se aplica | 134 | 1,0% |
| Total | 12950 | 100% |

Fonte: SENAES, 2006 (elaboração própria).

A venda direta ao consumidor sobressai como forma preponderante, o que pode representar uma aproximação com os clientes e os estabelecimentos de vínculos. Todavia, o segundo tipo de operação mais apontado pode representar uma falta de autonomia organizacional e dependência contratual. Além de explicitar que a venda dos produtos dos EES, provavelmente, está contribuindo para a diminuição dos custos da reprodução da força de trabalho ativa (assalariada), devido aos preços dos mesmos estarem aquém dos praticados no mercado⁸⁵.

Chamam atenção os baixos níveis de relação com o governo, o que mostra pouca sensibilidade dos mesmos para esta modalidade de organização mas, mesmo num percentual diminuto, indica potencialidades que, se efetivadas, representariam um substancial aporte para sustentabilidade da economia solidária.

Estas potencialidades podem ser visualizadas nas ações recentes que têm ampliado a atuação da economia solidária no campo das políticas públicas: o aumento de gestores públicos envolvidos com a temática a tal ponto de se criar uma rede de gestores, a institucionalização crescente, efetivando-se através de secretarias nos níveis nacional, estadual e municipal, a criação de legislação própria, a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária. Além disso, outras ações intra-governamentais e de cunho transversal têm cruzado a economia solidária com outros programas governamentais que não necessariamente sejam coordenados pela SENAES. Nessa linha, deve ser

⁸⁵ Levando em consideração o baixo valor da produção mensal dos EES, deduz-se que os preços praticados são baixos. Mais da metade dos EES (58,5%) declara o valor da produção mensal até R\$1.000,00.

referenciado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e as ações do Conselho de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) consiste na aquisição de alimentos para as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Tal programa adquire alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até o limite de R\$ 3.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Um exemplo da força deste programa é a compra feita pelo PAA, em 2006, de parte da produção da Usina Catende, no valor de R\$ 10 milhões. O PAA representa uma alternativa considerável quando se sabe que a maioria dos empreendimentos da economia solidária concentra-se na produção de alimentos. As ações conjuntas entre economia solidária e agricultura familiar estão adquirindo mais intensidade. Os pleitos estão sendo conduzidos de maneira mais sistematizada e transformados em pauta para os governos e para a sociedade em geral, devido, principalmente, à construção da União de Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária – UNICAFES⁸⁶.

Na 3ª Conferência Nacional do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), realizada em julho próximo passado, ficou estabelecido como meta a utilização da ES como complemento e porta de saída do Programa Bolsa Família. Para concretização de tal meta, o governo deveria reforçar as ações de compra de alimentos de pequenos agricultores, organizados pela ES, para serem distribuídos na merenda escolar, presídios, hospitais e creches. Assim, estaria reforçando e garantindo a renda dos agricultores familiares, mas também oferecendo oportunidades desses coletivos se organizarem através do associativismo ou da economia solidária.

O PAA é ampliado a partir das ações e articulação entre os Conselhos de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs) e a economia

⁸⁶ Contraponto à OCB, a Unicafs nasceu do Fórum Nacional das Cooperativas de Crédito e Economia Solidária, composto por 160 mil filiados da Cresol (região Sul), Integrar (Nordeste), Ascoob (Bahia), Creditag (ligada à Contag), Ecosol (controlada pela corrente Democracia Socialista da CUT) e Crenor (ligada ao MST). A Unicafs reúne setecentas cooperativas e mais de um milhão cooperados, a maioria nas áreas agrícola e de crédito.

solidária. Os CONSADs são associações sem fins lucrativos, formadas por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 de representantes da sociedade civil de cada município participante, institucionalmente formalizadas. Atualmente quarenta CONSADs estão implantados, distribuídos em 26 estados brasileiros, envolvendo 576 municípios e uma população de 10,5 milhões de habitantes. Foram criados para facilitar e intermediar as ações entre o poder público e a sociedade civil, com o objetivo de interagir segurança alimentar e desenvolvimento local. A opção de trabalho com a economia solidária representa a assunção da necessidade de contar com novas estratégias para a promoção do desenvolvimento local, sobretudo de comunidades inseridas em regiões consideradas periféricas, distanciando-se das políticas públicas assistencialistas. O Consad procura atuar com a economia solidária fortalecendo e qualificando os fluxos econômicos de cada território, como demonstra o quadro abaixo.

Quadro 8 – Construção e Fortalecimento do Circuito Econômico Solidário



Fonte: IBAM/MDS, 2003, p. 9

Outro campo de atuação para os empreendimentos da economia solidária é transformar-se em fornecedora de produtos para a merenda escolar. O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, do Ministério da Educação e Cultura (MEC), consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios⁸⁷, para a

⁸⁷ Em 2006 foi investido 1,48 bilhão para atender a 36,3 milhões de alunos. A previsão para 2007 é de 1,6 bilhão para atender o mesmo universo (www.fnnde.gov.br).

aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar. Os beneficiários da Merenda Escolar são os alunos da Educação Infantil (creches e pré-escolas), do Ensino Fundamental, da Educação Indígena, das áreas remanescentes de quilombos e os alunos da Educação Especial, matriculados em escolas públicas, bem como os alunos de escolas filantrópicas, em conformidade com o Censo Escolar realizado pelo INEP no ano anterior ao do atendimento⁸⁸.

A partir dos aportes institucionais, de que o PAA, o CONSAD e a Merenda Escolar são apenas exemplos, afirmamos as possibilidades de crescimento das vendas dos produtos dos EES para o governo.

No tocante ao destino dos produtos ou serviços dos EES, os dados são os seguintes:

Tabela 5 - Destino das vendas

| Venda e troca de produtos e serviços destinam-se principalmente: | EES | % |
|---|------------|----------|
| Comercio legal ⁸⁹ ou comunitário | 6661 | 51,46 |
| Mercado/comércio municipal | 3396 | 26,24 |
| Mercado/comércio micro-regional | 1304 | 10,07 |
| Mercado/comércio estadual | 896 | 6,92 |
| Mercado/comércio nacional | 383 | 2,96 |
| Exportação para outros países | 78 | 0,60 |
| Não se aplica | 226 | 1,75 |
| Total | 12944 | 100% |

Fonte: SENAES, 2006 (elaboração própria).

Com os dados acima, podemos perceber o quanto os EES estão inseridos nos seus contextos locais, atingindo 51,46% de comercialização em comércios comunitário e local. Se somarmos a isto os itens referentes aos comércios municipal, micro regional e estadual, atingimos o percentual de 94,69%, o que indica pouquíssima inserção desses produtos no mercado nacional e internacional. Estes dados podem indicar, também, que os EES brasileiros têm pouca participação no *fair trade* ou no comércio justo.

⁸⁸ Peça obrigatória do PNAE é o Conselho de Alimentação Escolar – CAE composto por: um representante do poder Executivo; um representante do poder Legislativo; dois representantes dos professores; dois representantes de pais de alunos, indicados formalmente pelos conselhos escolares, associações de pais e mestres ou entidades similares; um representante de outro segmento da sociedade civil, indicado formalmente pelo segmento representado.

⁸⁹ Nos dados da SENAES (2006) encontra-se a expressão legal, porém acreditamos que se queria falar local. Foi a partir desse entendimento que discutimos os dados desse item.

Neste quesito, também se verifica relação uma diferenciada com o coeficiente de alto empreendedorismo de Gaiger (2007). A relação com o mercado estadual, nacional e internacional seria a expressão de força e altivez da capacidade empreendedora dos EES naquele critério. Porém, quando analisados a partir da possibilidade da instituição de um novo modo de regulação, inseridos preferencialmente nos territórios, essa relação com mercados distantes não teria tanta importância. A realidade explicitada pela pesquisa amplia as possibilidades de efetivação do modo de regulação social, destacando um certo controle e uma certa autonomia frente aos movimentos externos aos contextos em que os EES estão inseridos.

No quesito comercialização ainda faz-se necessário discorrer sobre onde a mesma ocorre. Tal informação é importante para um melhor balizamento sobre a constatação de vínculos sociais, estruturação de redes solidária e um maior controle dos fluxos de produção.

Tabela 6 - Espaço de comercialização
Quais os principais espaços de comercialização de produtos e serviços

| | EES | % |
|--|------------|----------|
| Lojas ou espaços próprios | 2464 | 19,03 |
| Espaços de venda coletivos (centrais de comercialização, CEASA). | 616 | 4,76 |
| Feira Livres | 2798 | 21,61 |
| Feira e exposição eventuais/especiais | 785 | 6,06 |
| Entrega direta a Clientes | 5120 | 39,54 |
| Outros | 785 | 6,06 |
| Não se aplica | 381 | 2,94 |
| Total | 12949 | 100,00 |

Fonte: SENAES, 2006 (elaboração própria).

Na tabela acima, chama-nos atenção a entrega a cliente, às feiras livres, aos espaços próprios como locais mais utilizados para comercialização dos produtos, o que condiz com os dados anteriores, que indicam os espaços locais como destinos prioritários.

No item feiras e exposições eventuais/especiais certamente localizam-se as feiras solidárias ou feiras de produtos da economia solidária, *locus* específico para a comercialização da ES. Os números observados são baixos (6,06%), mas

destacamos as ações que a SENAES e o FBES vêm desenvolvendo para potencializar este tipo de comercialização de produtos. Foi instituído o programa de Feiras Solidárias no intuito de prover recursos para realização das mesmas. Em 2005 foram alocados R\$ 900 mil e realizadas dezoito feiras. Em 2006, foram realizadas 23 feiras, com investimento de R\$ 1,5 milhão. Em 2007, o edital de chamada selecionou a realização de 27 eventos em todos os estados da federação. Essas ações contam com a Participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que viabiliza a comercialização de produtos da agricultura familiar.

Assim, como afirmamos anteriormente, os dados referentes à comercialização dos bens e serviços dos empreendimentos econômicos solidários indicam a predominância da relação com o mercado. Com isso não se pode deixar de evidenciar que a participação no mercado, em se tratando de EES, constitui ponto positivo, como bem destacou os estudos de Gaiger comentados anteriormente e as ponderações de Kraychete (2006) quando afirmam não ser a participação no mercado um ato de desvirtuamento.

Então devemos destacar, também, o fato dos EES avançarem ao participarem do mercado, pois é prova da sua capacidade empreendedora e um sinal de libertação dos esquemas assistencialistas que tanto aprisionam o grupo aos esquemas de poder. Todavia, eles ficam aquém do seu objetivo, pois utilizam mecanismos de intercâmbios de produtos que não contribuem para edificação do sistema que dizem almejar.

Podemos aprofundar um pouco mais esta questão indagando sobre o que a comercialização dos produtos dos EES nos diz sobre a formação de um novo modo de regulação social. Os dados mostram indicadores pós e contra tal possibilidade. A predominância de venda ao mercado e a pouca comercialização solidária indicam aspectos contrários e que muito tem a ser feito.

Porém, a venda direta aos consumidores, a concentração da comercialização em mercados locais/comunitários, municipais e micro regionais e os espaços de comercialização com lojas próprias, feiras livres e entregas diretamente a clientes demonstram uma ação no território que favorece o estabelecimento de vínculos sociais e de internalização de cadeias produtivas. Além disso, observamos

também iniciativas fecundas de interação entre a economia solidária e o poder público que, se ainda não estão bem representadas nos percentuais, deve ser considerado na sua processualidade.

Em relação ao tipo de investimento realizado no último ano pelo EES menos da metade responderam (vazias – 60, 68%). No entanto, no universo das respostas, destacam-se investimentos na infra-estrutura física (14,69%) e em aquisição e/ou renovação de equipamentos (14,85%). Em terceiro lugar, está a ampliação de estoques de matéria-prima (5,86%). O investimento em capacitação de mão-de-obra aparece em 2,45% dos EES pesquisados.

De todos os dados citados acima, os que chamam mais a atenção e concentram desdobramentos estruturais para a economia solidária são os que dizem respeito à capacitação da mão-de-obra. Esses desdobramentos são de duas ordens: A primeira concentra-se em torno das conseqüências para a produção coletiva que a ausência de uma preparação adequada da mão-de-obra pode ter. A segunda ordem de desdobramentos relaciona-se com as ações que o movimento de economia solidária, representados pelos fóruns e organizações (FBES, por exemplo) e a institucionalidade (SENAES) vêm desenvolvendo.

O primeiro desdobramento nos remete a uma situação observada no trabalho de campo. Em uma das práticas de economia solidária visitada, chamou-nos a atenção a informação que os participantes nos relatou sobre como se processava a divisão do trabalho. Eles informaram que, à medida que as encomendas foram crescendo, eles adquiriram novas máquinas, o que provocou a demanda de uma melhor qualificação técnica para operá-las e atender as exigências dos clientes. Para tanto, acionou-se um organismo do Sistema S (único disponível na região) e, de pronto, foi sugerida uma nova divisão do trabalho.

Desde então, as tarefas passaram a ser divididas de acordo com a qualificação obtida para operar uma determinada máquina. Dessa forma, passaram a ter associados especializados para operar máquinas específicas. Com tal divisão do trabalho, eles conseguiram aumentar a produção e uma qualidade maior do produto. Portanto, a divisão do trabalho foi instalada e assimilada por eles como algo superior do que era praticado anteriormente, ou seja, todos operavam todas

as máquinas e atuavam nas diversas etapas do processo produtivo, dependendo apenas da disponibilidade deles no dia de executar as tarefas.

As assessorias recebidas abordam mais os aspectos técnicos dos empreendimentos e os princípios do cooperativismo e do associativismo, o que, certamente, contribui para a formação inicial do grupo e para o aperfeiçoamento das atividades realizadas. Parece claro, entretanto, que os grupos se ressentem de um maior apoio de instituições e agentes que estimulem a elaboração e o entendimento coletivo das condições necessárias à viabilidade dos empreendimentos, considerando, simultaneamente, os aspectos econômicos e associativos (KRAYCHETE, 2007, p. 8).

De maneira intuitiva, os trabalhadores deste empreendimento implantaram um rodízio para executar as tarefas que democratizavam o saber e as oportunidades de conhecimento. Esse rodízio propiciava um controle sobre as etapas de produção. Todos sabiam como se processava as distintas etapas, seus tempos e seus respectivos graus de dificuldade. É óbvio que esta polivalência intuitiva acarreta quedas na produtividade e na qualidade do produto se comparado à situação atual.

Dentro do contexto da economia solidária qual situação seria a mais aconselhável? Claro que nenhuma das duas, pois o ideal a ser perseguido seria a polivalência, o rodízio de atividades com produtividade e qualidade. Mas o importante para a situação que estamos analisando é que, a partir de consultoria de órgão integrante do Sistema S, um empreendimento econômico solidário passou a utilizar técnicas mercadológicas próprias das empresas capitalistas que no futuro podem contribuir para o surgimento de problemas no relacionamento do grupo por conta da especialização da atividade e risco de perda do controle do processo produtivo.

Em um empreendimento associativo, instalações, máquinas e equipamentos pertencem ao conjunto dos associados. As relações que eles estabelecem entre si são diferentes daquelas existentes numa empresa. Para que a atividade funcione é preciso que cada um dos envolvidos assumam, de comum acordo, compromissos e responsabilidade. São estas regras de convivência estabelecidas pelos próprios associados que determinam a forma e a qualidade da gestão do empreendimento (idem, p. 9).

Observamos ainda que o grupo não foi capaz de perceber a mudança e ficou inebriado pelo aumento da produção. Essa aproximação entre os EES e

consultorias voltadas para as empresas capitalistas (inclusive o sistema S) não deixa de ser conflituosa e problemática, pois, na maioria das vezes, os cursos têm uma orientação empresarial que é oposta à proposta de economia solidária. Com isso, queremos apontar a necessidade de um sistema próprio de qualificação profissional para a economia solidária⁹⁰.

Em relação ao segundo desdobramento, deve-se levar em consideração que, a despeito dos baixos índices de formação e capacitação da força de trabalho por parte dos EES, destacam-se, neste campo, as ações organizadas pela SENAES e FBES. As organizações têm pontuado a necessidade de se criar uma base própria de formação que possa refletir, elaborar e difundir conceitos, práticas e substratos para os valores da economia solidária. Desde o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária até os últimos eventos, a formação tem tido presença marcante nos pleitos e nas resoluções finais.

A ação mais recente da SENAES foi o lançamento do edital para a criação de Centros de Formação em Economia Solidária nas cinco regiões do Brasil e um Centro de Formação de caráter nacional. Objetiva-se, com os mesmos, a formação de formadores, educadores e gestores públicos, o desenvolvimento de pesquisa e sistematização, a elaboração de documentação e publicação, bem como a articulação dos formadores. Foram alocados R\$ 10 milhões para tal objetivo⁹¹.

A formação em economia solidária é definida como uma “construção social” inerente aos processos de trabalho autogestionários, como elemento fundamental para viabilizar as iniciativas econômicas, para ampliação da cidadania ativa e do processo democrático, como um movimento cultural e ético de transformação das relações e intersubjetivas como base de um novo modelo de desenvolvimento. Reconhece a centralidade do trabalho na construção do conhecimento técnico e social, articulando o trabalho e a educação na perspectiva da promoção do desenvolvimento sustentável, orientando ações político-pedagógicas autogestionárias e solidária (SENAES/MTE, 2007, p. 4).

⁹⁰ Esta situação nos remete à discussão sobre a importância da técnica na definição dos sistemas sociais. Trataremos desta questão, com mais detalhes, no item base técnica.

⁹¹ Informações contidas nos Documentos elaborados, em 2007, pela SENAES/MTE: “Termo de Referência dos Centros de Formação em Economia Solidária” e “Por uma Política Pública Nacional de Formação em Economia Solidária”. Disponíveis em www.fbes.org.br.

O programa visa, também, estabelecer uma interface com outros programas de formação desenvolvida pelo governo federal⁹².

1. Questão financeira

No tocante à questão financeira, observamos a rotina dos EES em relação à obtenção de Créditos, a capacidade de gerar excedente (pagar as despesas e distribuir as sobras) e a origem dos recursos.

Ao responderem sobre o acesso ao crédito no ano anterior, 52,9% disseram que não tiveram acesso, enquanto 17,5% conseguiram. Além disso, 29,4% não buscaram fontes de crédito nesse período. Estes dados indicam que o crédito ainda é escasso para este tipo de empreendimento (KRAYCHETE, 2006) e, quase um terço dos EES não se sentiram motivados a buscá-lo. O Crédito é uma questão fundamental para o processo produtivo, seja pela sua capacidade de antecipar um consumo futuro para o presente, ou por representar uma necessidade mais intensa nos pequenos negócios com rápida rotação de capital. A não existência de crédito condena os pequenos a ficarem presos às altas taxas cobradas por agiotas e pelo sistema oficial.

Averiguando os resultados das atividades econômicas dos EES, o mapeamento rastreou se gerou sobra ou excedente e o que foi feito com o mesmo. Do universo dos empreendimentos, 37,7% conseguiram pagar as despesas e tiveram sobra; 32,8%, apesar de conseguirem pagar as despesas, não tiveram sobra. Registra-se 15,8% de empreendimentos que não conseguiram gerar excedente suficiente para quitar as despesas do período. Isso demonstra que uma grande parcela dos EES (70,5%) consegue pagar as despesas geradas durante o processo produtivo.

Quanto à origem dos recursos necessários para iniciar as atividades dos EES, os dados indicam que quase dois terços dos empreendimentos (61,2%) iniciaram suas atividades com recursos próprios (capitalização ou cotas). Apenas 12,6%

⁹²Programa Nacional de Qualificação – PNQ (Codefat/MTE), Programa Nacional de Incubadoras – PRONINC (MCT/MDS/MTE), Programa de Assistência e Extensão Rural (MDA), Plano Nacional de Educação (Conselho Nacional de Educação/MEC), Educação de Jovens e Adultos – Programa Saberes da Terra (MEC/MDA/MTE), Programa Escola de Fábrica (SETEC/MÊS), Alfabetização – Programa Brasil Alfabetizado (MEC), Programas de Inclusão Tecnológica (MCT), Programa de Desenvolvimento Local Integrado (MIntegração), Programa Agenda 21 (MMA), Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (Banco do Brasil) e Primeiro Emprego – Consórcios da Juventude (MTE).

iniciaram a partir de empréstimos e/ou financiamentos e 19,04% partiram de doações. Esses números reforçam a pouca efetividade do sistema de crédito para este tipo de atividade, o que implica em uma contenção do surgimento de mais empreendimentos. A exigência de recursos próprios, por sua vez, representa um fechamento de possibilidade de empreender um setor carente da sociedade. Visto por outro ângulo, para aqueles que conseguem estruturar uma atividade com recursos próprios, apesar de sofrer descapitalização — que, neste caso, representa quase sempre renúncia ao consumo de bens essenciais —, permite certa liberdade de ação e gestão do empreendimento. Um fato a ser verificado mais de perto é se a propriedade dos recursos implica em maior envolvimento e comprometimento com a atividade.

A falta de acesso ao crédito oficial ou aos circuitos paralelos (agiotas e atravessadores) fortalece a independência do empreendimento e revela a ausência de transferência de renda para terceiros. Contudo, como pontuamos a importância do crédito, a não utilização do mesmo representa, também, pouca capilaridade de um sistema de finanças solidárias, algo importante para a concretização de um novo modo de regulação social nos territórios, vide as experiências de fundos rotativos, crédito solidário e, sobretudo, de bancos comunitários que se fazem presentes na sociedade brasileira.

2. Ideologia

Analisados a subordinação e o modo de regulação social sob o critério do intercâmbio dos fluxos produtivos (compra de insumos, venda de produtos e financiamento da produção), passemos a analisá-los a partir do critério da participação e articulação com a sociedade.

Este critério é importante por englobar a reprodução dos valores e visões de mundo (ideologia). A não reprodução dos valores capitalistas (utilitarismo, assalariamento, concorrência, propriedade privada) já se constitui em um elemento fundamental de crítica ao *status quo* e questionamento ao processo de subordinação, criando obstáculos à reprodução do capital. No quarto capítulo, quando descrevemos a crise do fordismo nos anos 1960, destacamos a importância que a insatisfação dos trabalhadores com as rotinas produtivas, a

atuação do Estado burocrático e com o produtivismo teve para a instalação da crise do padrão de acumulação iniciado no segundo pós-guerra.

Se o padrão de acumulação pode ser afetado com a crítica e com a insatisfação, mais ainda ele pode ser abalado com a construção e propagação de outros valores que representam um passo essencial para a edificação de um novo modo de regulação social. Nesse sentido, considerar a perspectiva ideológica é fazer menção a um critério fundamental de análise da reprodução do padrão de acumulação na sociedade.

No caso dos EES, podemos destacar três elementos que se relacionam diretamente com a questão ideológica: a gestão dos empreendimentos, a valorização do trabalho e auto-organização e a participação na sociedade. A não reprodução dos valores capitalistas nesses três elementos significa a sua crítica e negação e a construção e exercício de novas direções para os mesmos.

Vejamos o grau de participação dos EES na sociedade:

Tabela 7 – Grau de participação e articulação dos EES com a sociedade

| Participação | Sim | Não | Total |
|--|------------------|-----------------|--------------|
| O EES participa de alguma rede ou fórum de articulação | 6318 (42,2%) | 8638 (57,8%) | 14956 |
| O EES tem alguma relação ou participa de movimentos sociais e populares | 8890 (59,5%) | 6064 (40,6%) | 14954 |
| O EES participa ou desenvolve alguma ação social ou comunitária | 8709 (58,2%) | 6245 (41,8%) | 14954 |
| O EES tem alguma iniciativa vistas à qualidade de vida dos consumidores de seus produtos | 10084 (67,4%) | 4870 (32,6%) | 14954 |

Fonte: SENAES, 2006 (elaboração própria).

Nos dados, acima fica evidente que uma parte considerável (42,2%) dos EES está articulada em Fóruns e redes, reforçando a descrição feita nos dois primeiros capítulos sobre o grau de articulação da economia solidária. Esta organização tem se ampliado ao longo do tempo e produzido ações concretas. O grau de participação acima certamente constitui-se em destaque se comparado a outros setores da sociedade brasileira.

Os dados sobre a participação em movimentos sociais e populares e participação comunitária, além de expressivos, confirmam as afirmações anteriores sobre a

relação muito próxima entre a ES e os mesmos, potencializando o reencontro da dimensão política com a dimensão econômica no cotidiano de organizações e de indivíduos. Ademais, aqui fica patente a diferença da economia solidária com outras formas de produção não-capitalistas, e talvez até com setores de produção capitalistas que não ostentam níveis de participação como estes.

A importância da participação na contraposição ideológica, além do evidente apelo à coletividade ante as ações individuais, tem sido o reforço das alternativas conjuntas a diversos problemas públicos concretos (ação pública), dos valores de cooperação, solidariedade e autogestão. Seguindo na direção da ação pública, o mapeamento constatou que 64,7% dos EES têm algum tipo de iniciativa voltado para o bem estar do consumidor dos seus produtos. A este esforço, associa-se as preocupações com o destino dado aos resíduos, sobressaindo-se as ações de reaproveitamento (24,99%).

3. Valorização do trabalho

O processo de acumulação flexível tem se destacado pela precarização do trabalho, acompanhada pelo discurso da sua inevitabilidade diante dos imperativos da concorrência e da lucratividade. Logo, utilizar o trabalho de maneira distinta representa, sem sombra de dúvida, um contraponto ao modo capitalista de atuar. Nesse campo, os desafios da economia solidária são superiores ao que se pode imaginar inicialmente. Além do trabalho associado que recupere a distância entre a concepção e a execução, e uma repartição equitativa do excedente de acordo com o esforço coletivo, cabe à economia solidária procurar garantir as vantagens que o trabalho assalariado conseguiu (benefícios, descanso remunerado, segurança e qualidade no trabalho).

Os EES passam pela primeira prova (talvez a mais simples) quando não utilizam trabalho assalariado de forma permanente. O mapeamento nos informa que 83% dos arranjos não incorporam tal tipo de relação de produção. E os que incorporam (2556 EES), utilizam de número muito baixo. Deste universo, 77,5% utiliza de um a cinco trabalhadores não sócios, considerando que a mão-de-obra permanente só aparece em 908 dos casos.

Do ponto de vista da remuneração dos sócios, temos o seguinte painel: a esmagadora maioria dos EES não remunera de maneira fixa seus sócios (94,1%).

Utiliza-se do expediente da remuneração por produto ou produtividade (46,02% dos EES) e remuneração por horas trabalhadas (5,9%).

As vantagens e benefícios constituem-se no degrau não alcançado pelos EES. Os sócios não têm acesso à gratificação natalina em 97,7% dos EES; e 97,1% dos EES não remuneram o descanso semanal. 95,1% dos EES declaram não possuir (ou não disponibilizar) equipamentos de segurança e 98,9% dos EES não têm uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.

4. Base técnica

A subordinação ou a instituição de um novo modo de regulação também passa pela base técnica utilizada. A utilização da base técnica disponibilizada pelo capitalismo implica na compra desses equipamentos, o que significa valorização deste capital. Mas, além disso, significa submeter-se a um modelo de organização. Guerreiro Ramos, em seu último livro, já nos alertava para as questões da tecnologia no planejamento social.

Reconhece-se, de modo geral, que a tecnologia é uma parte essencial da estrutura de apoio de qualquer sistema social, e existe no conjunto de normas organizacionais e de instrumentos através dos quais se conseguem que as coisas sejam feitas. Assim, não existe sistema social sem uma tecnologia, seja ele, por exemplo, uma igreja, uma prisão, uma família, uma vizinhança, uma escola ou uma fábrica (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 157).

Não basta alterar a gestão, a divisão do excedente e ter uma participação cidadã destacada. É fundamental, também, pensar na apropriação da base técnica, pois, como afirma Dagnino, a técnica não é neutra.

Para que a situação de tensão entre o conhecimento praticado pela equipe envolvida com a Estratégia e as demandas que ela coloca não se resolva seguindo a tendência usual, segundo a qual organismos novos criados para promover a mudança (neste caso, o desenvolvimento solidário) sejam “contaminados” pela cultura institucional tecnocrática, paternalista e reprodutora da exclusão, ainda fortemente arraigada no aparelho de estado, é necessária ação específica e sistematicamente desenvolvida [DAGNINO, 2000, s/n].

E todo esforço de constituição de uma nova base cognitiva para uma outra economia passa, também, pela construção de uma base técnica que incorpore os valores defendidos.

De fato, embora a Economia Solidária possa ser considerada como a pedra que faltava no quebra-cabeça que a esquerda vem montando como projeto alternativo ao neoliberalismo no que respeita à forma de organização do trabalho e de gestão da produção, ela não logrou ainda a maturidade suficiente para converter-se numa proposta no plano tecnológico. A necessidade de criar o substrato cognitivo a partir do qual as Redes de Economia Solidária possam vir a ganhar competitividade e espaço crescente em relação às empresas convencionais trás à tona o conceito da adequação sócio-técnica.

Esse conceito é retomado mais adiante e se propõe como uma contribuição significativa para o tema em discussão. Ele pode ser concebido como um processo que busca promover uma adequação do conhecimento científico e tecnológico, esteja ele já incorporado em equipamentos, insumos e formas de organização da produção, ou ainda sob a forma intangível e mesmo tácita, não apenas aos requisitos e finalidades de caráter técnico, como até agora tem sido o usual, mas ao conjunto de aspectos de natureza sócio-econômica e ambiental que constituem a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade. No contexto da preocupação com os empreendimentos autogestionários, ela tem por objetivo adequar a tecnologia convencional (e, inclusive, conceber alternativas) adotando critérios suplementares aos técnico-econômicos usuais e aplicando-os a processos de produção e circulação de mercadorias em Redes de a Economia Solidária visando a otimizar suas implicações (idem, s/n).

Os dados do mapeamento não nos permitem análises pormenorizadas sobre a base técnica e sua utilização. Nenhuma questão foi apresentada aos EES sobre adequação e desenvolvimento de técnicas. Só aparece uma indagação sobre a forma de propriedade dos equipamentos, conforme podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 8 – Caráter da Propriedade dos Equipamentos

| Propriedade dos equipamentos | Não | Sim | Total |
|-------------------------------------|------------------|------------------|--------------|
| Próprios | 3726 (24,9%) | 11228 (75,1%) | 14954 |
| Arrendados | 14700 (98,3%) | 254 (1,7%) | 14954 |
| Cedidos ou emprestados | 12083 (80,8%) | 2871 (19,2%) | 14954 |
| Alugados | 14338 (95,9%) | 616 (4,1%) | 14954 |
| Não se aplica | 13426 (89,8%) | 1528 (10,2%) | 14954 |

Fonte: SENAES, 2006 (elaboração própria).

Mesmo assim, percebe-se que a maioria dos EES possui equipamentos próprios, demonstrando certa correlação com as atividades fins, o que indica, também, a

distância ente a economia solidária e a nova informalidade. A posse dos equipamentos é uma das condições para a produção simples de mercadorias.

Diante de todos estes elementos que acabamos de apresentar, afirmamos que a economia solidária se coloca face ao atual processo de acumulação capitalista no Brasil na posição que transita da subordinação à instituição de um novo modo de regulação. Como vimos, em determinados nexos produtivos a situação configura-se de subordinação; em outros, aproxima-se da instituição de elementos de um novo modo de regulação social para o contexto em que a economia social esteja inserida.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, investigamos a relação entre empreendimentos econômicos solidários brasileiros e o processo de acumulação capitalista. De um lado, consideramos a economia solidária enquanto forma social de produção, que busca alinhar uma vertente empreendedora e outra autogestionária, com ênfase na valorização do trabalho, na gestão democrática e no incentivo à participação social. De outro lado, focamos a acumulação capitalista flexível que se caracterizou pela junção de um padrão técnico-operacional microeletrônico e uma gestão organizacional flexível. Com isto, os processos produtivos ficaram aptos a fabricar grandes quantidades sem a necessidade de formar extensos estoques (*just in time*). Eles tornaram-se capazes de produzir diferentes produtos a partir de uma mesma linha de produção (economias de escopo), possibilitando às indústrias adequarem-se às exigências de distintos consumidores, em diferentes espaços do mundo, bem como às flutuações cíclicas decorrentes de crises na procura.

Dessa forma, as condições de produção e a oferta de bens e serviços foram potencializadas, sem contar que essas transformações possibilitaram mudanças na arquitetura das fábricas, pois intervieram no seu tamanho, na sua constituição e no controle do poder das empresas, tornando-as menos verticalizadas. Os componentes dos bens não mais precisavam ser produzidos em um único espaço de produção, intensificando-se, assim, o processo de exteriorização das atividades, principalmente através da terceirização. As inovações possibilitaram, também, um controle sem presença física, permitindo, por exemplo, o acompanhamento das operações em uma filial por parte de uma matriz, independente da sua localização geográfica.

Este conjunto de aportes tecnológicos e gerenciais consegue automatizar grande parte dos processos produtivos, diminuindo a importância relativa dos trabalhadores e instaurando um processo crescente de precarização da força de trabalho, enfraquecendo o poder de ação dos sindicatos, aumentando o

desemprego e a aceitação por parte dos trabalhadores da redução das condições de trabalho e dos direitos trabalhistas.

Com efeito, a análise desenvolvida aqui levou em consideração as inovações que a economia solidária concentra e a força da acumulação capitalista flexível no exame das relações entre ela. Procuramos averiguar as especificidades da relação entre ambas partindo para a análise sem nenhuma resposta pré-concebida. A questão colocada nos impôs deixar de lado três ordens de considerações que poderiam viesar nossa investigação. Inicialmente, passamos ao largo das visões otimistas e pessimistas sobre a economia solidária e ela foi investigada como um objeto de análise das ciências sociais, ou seja, buscamos analisar os desdobramentos e implicações políticas, econômicas e sociais que o fenômeno observado ocasiona. Deixamos de lado, também, as formulações que indicam rapidamente a subordinação e a funcionalidade dos EES à acumulação capitalista por se tratar de uma forma de produção não-capitalista, sem apontar as especificidades, o grau e direção desta subordinação e funcionalidade. Por fim, distanciamos das análises que, apesar de incluírem o mercado como categoria analítica, não leva em conta os aspectos e conseqüências da acumulação capitalista. Assim, nossa investigação esteve na busca das diversas relações que o objeto encerra.

Diante disso, estabelecemos quatro hipóteses de conformação entre a ES e a acumulação capitalista: integração, subordinação, independentização e a construção de um novo modo de regulação social. Ao longo dos capítulos, através da análise dos dados da pesquisa realizada, verificamos estas quatro alternativas.

Certamente, os dados examinados não foram suficientes para explorar a questão de forma exaustiva. Seria necessário fornecer à base empírica utilizada um tratamento estatístico e matemático mais sofisticado e, concomitantemente, lançar mão de outros procedimentos investigativos qualitativos. Portanto, várias questões e análises podem ser desdobradas desses dados, superando algumas lacunas deixadas aqui. Uma linha possível, só para exemplificar, seria a investigação mais detida da economia solidária a partir de setores específicos (empresas recuperadas, catadores de resíduos sólidos, micro-finanças e agricultura familiar).

A profundidade da investigação e o tratamento aplicado aos dados impuseram certos limites à possibilidade de manipular e tirar conclusões a partir deles. Certamente, uma análise quantitativa mais sofisticada associada aos estudos de caso poderá produzir resultados mais concretos em pesquisas posteriores. Assim sendo, nossa investigação torna-se base para futuras pesquisas.

No entanto, mesmo com tais lacunas, estabelecemos fortes evidências que permitem vislumbrar características da relação entre a economia solidária e o processo de acumulação flexível no Brasil. Para apreender esse processo foi necessário recuar no tempo e explicitar parte do embate entre os diversos projetos de regulação social que buscavam pautar a sociedade no alvorecer da modernidade.

Naquela quadra histórica estavam disputando a primazia de regulação da sociedade várias propostas que podem ser agrupadas em dois grandes blocos. Por um lado estava a proposta liberal de separação das várias dimensões da vida: o social, o político e o econômico; por outro lado, cerravam fileiras os projetos associacionistas e cooperativistas que discordavam da proposta liberal e tentavam implementar uma regulação social onde todos aqueles aspectos permanecessem imbricados. Ou seja, para entender a relação entre economia solidária e acumulação flexível do capital evidenciamos a origem da disputa entre projetos de regulação, a partir da reflexão da natureza da democracia, da economia e do social.

Assim, quando discorremos sobre a trajetória do associacionismo francês e do cooperativismo inglês, como descrito no primeiro capítulo, localizamos a gênese de um longo debate sobre a forma de se estruturar e regular a sociedade. Nesse percurso, destacamos um primeiro choque entre solidarismo econômico e acumulação capitalista já no alvorecer da modernidade e as tensões entre a expansão capitalista européia com a dinâmica de vida latino-americana.

A dinâmica capitalista provocou reações dos trabalhadores que buscaram alternativas no cooperativismo, no associacionismo e na disputa do poder político central. Mesmo esses movimentos conseguindo impor pautas importantes à sociedade, todos eles, em maior ou menor medida, foram derrotados pelo

capitalismo, sendo deslocados para a marginalidade até ressurgirem, de maneira reformulada, no final do século XX.

A vitória do capitalismo não foi total e acomodou a relação entre o social, a política e a economia na forma de um Estado e uma economia social como tentativa de conter os conflitos de classe, prometendo pleno emprego e proteção social a todos. Com a supremacia da economia de mercado observa-se a convivência desta com a economia social, embora se perceba uma hierarquia entre uma e outra. A economia de mercado assumindo o papel principal e a economia social complementado-a. Tal postura vai ter um desdobramento na noção de solidariedade que passa a ser predominantemente orgânica.

O taylorismo/fordismo ou o *welfare state* foi a potencialização da economia social. Sua crise recolocou as questões que a economia social pensou superar, ressurgindo de forma acentuada e modificada os embates entre a acumulação capitalista e outros projetos de regulação social.

A partir do desenvolvimento desse embate, tanto o capital quanto os outros projetos recondicionaram suas estratégias a partir dos condicionantes históricos. Do lado do capital configurou-se o atual padrão de acumulação flexível que incorpora avanços tecnológicos, mudanças organizacionais, financeiras e geopolíticas. Por parte dos outros projetos, apesar da retração e dispersão provocada pelo insucesso do socialismo do leste europeu, propostas de base associacionistas e autogestionários são recolocadas. Em suma, a conjuntura que pautou as transformações sociais e políticas nos últimos 50 anos teve como pano de fundo a disputa sobre que forma de regulação é mais propícia à sociedade, ou seja, discutiu-se o conteúdo e a natureza da relação intrínseca entre economia e política.

Logo a problemática desta pesquisa foi desenvolvida dentro deste quadro mais geral. Ou seja, pensar as relações entre ES e a acumulação capitalista oportunizou explicitar o embate sobre qual direcionamento deve-se dar à relação entre a política, a economia e o social, e qual direcionamento deve ser dado à democracia, questão colocada pela modernidade desde o seu nascimento.

Como vimos anteriormente, a recolocação da questão nos indicou que a solução formatada pelo capital, apesar de tornar-se hegemônica, não conseguiu direcionar

a sociedade aos anseios de igualdade, fraternidade e liberdade. Por outro lado, indicou que a insatisfação com tal formato consegue forças organizativas para recolocar projetos alternativos ao longo da história. Assim, localizamos a proposta de economia solidária como uma forma social que se alimenta de experiências históricas, refletindo sobre elas e adaptando-a ao presente a partir das aspirações, dos sucessos, das angústias e derrotas de um mosaico de movimentos e contestações à ordem estabelecida.

A busca da economia solidária é necessariamente a tentativa de circunscrever a economia e a solidariedade nos termos conceituados por Demo (2002) e por Assman e Sung (2000). E também a tentativa de negar sua autonomia e sua desassociação do político e do social. Logo a pesquisa cotejou esta intenção, transformada em práticas e movimentações com sua antítese que é expressa pela acumulação e reprodução do capital. Sendo que a tarefa que a economia solidária objetiva tem as dificuldades ampliadas devido sua ação acontecer nos domínios da acumulação capitalista.

No tocante à realidade brasileira, demonstramos ser a economia solidária fruto e continuidade de diversos processos sócio-políticos e práticas sócio-econômicas que, ao longo do tempo, construíram experiências produtivas não-capitalistas e que, à custa de tentativas e erros, avançaram no seu patamar organizativo, no seu reconhecimento social e no alcance dos seus resultados. Embora os dados indiquem um alto crescimento no número de EES a partir da década de 1990, sua expansão tem fortes ligações com o saber acumulado por práticas pretéritas.

Após a descrição das práticas de economia solidária e suas diversidades no mundo e no Brasil, refletimos sobre suas especificidades em relação à produção para o auto-consumo e à produção simples de mercadorias. Buscamos compreender em que medida a economia solidária representa uma continuidade, uma ruptura ou complementaridade com aquelas formas sócio-produtivas.

Sobre esta questão concluímos que a economia solidária representa a convergência de diversas formas de produção não-capitalistas. Ela congrega as atividades no meio rural, alimentando-se da luta pela posse da terra e da necessidade de tornar sustentável a pequena propriedade e os assentamentos rurais. Desse modo, tem significado um novo alento para o cooperativismo

popular na busca de reencontrar seus princípios históricos e significado também uma continuidade nas lutas pela autogestão representadas pelas empresas recuperadas e outras iniciativas dos trabalhadores. Dessa forma, a economia solidária pode ser compreendida como expressão do Movimento Associativo dos Trabalhadores (MAT), buscando melhor espaço na sociedade.

Porém, no que pese a economia solidária e as formas de produção não-capitalistas se constituírem em um espaço e em sujeitos semelhantes, a maioria das práticas de economia solidária singulariza-se por não estar restrita quase inteiramente a uma dimensão comunitária, por atacar problemáticas sociais mais gerais, por sua ação abranger tanto o plano da subsistência (reprodução simples), quanto aqueles de condições de vida mais gerais (reprodução ampliada), e por mobilizar atores institucionais diversos em torno da busca de soluções para problemas públicos concretos.

Em virtude dessa luta pela sustentabilidade, a economia solidária descortina uma avenida de possibilidades no tocante a um projeto de desenvolvimento. Com ela, tem-se a perspectiva de continuar sendo um arranjo sócio-produtivo não-capitalista (não assalariado, autogestionário,) e de vislumbrar um projeto de desenvolvimento que não passe pelo capitalismo (pelo mecanismo da racionalidade instrumental). Busca-se associar o princípio da reciprocidade com o da redistribuição, criando-se condições para outras regulações.

Este fato talvez explique o papel de convergência que a economia solidária tem exercido, ligando movimentos e populações chamadas de tradicionais às pautas de uma ação pública. Logo, a economia solidária aparece, até de maneira paradoxal, como continuidade de determinados processos sociais e, ao mesmo tempo, como representação de algo novo. Ou seja, um fenômeno que é continuidade de processos sociais e, simultaneamente, uma nova forma de manifestação social.

Atestamos que tal situação pode ser explicada, porque a economia solidária alimentou-se de várias lutas, de vários acúmulos, como vimos no segundo capítulo, mas, principalmente, do desafio que cada conquista representava para cada movimento (ex: tocar o assentamento, gerir uma fábrica recuperada, manejo sustentável das reservas extrativistas, urbanizar um bairro). Isto é, as conquistas

de direitos oportunizaram pensar em respostas concretas. Daí surgem as necessidades de construir, gerir e partilhar de maneira diferente do *status quo*, que tanto se criticava. Cada resposta, de cada movimento, significou contribuições valiosas para a estruturação da economia solidária, pois se passou a exigir a mediação entre a dimensão político-social e a dimensão econômica.

Com efeito, podemos afirmar que a economia solidária reúne elementos do “antigo” movimento (movimento operário) e dos novos movimentos sociais. Ela pauta-se por ações reivindicativas de renda, do princípio da autogestão, do enfrentamento do poder estabelecido e encarna a luta e denúncia pela apropriação dos frutos do trabalho por parte dos capitalistas. Concomitantemente, reivindica direitos e assume a compreensão de que a opressão não se resume à apropriação da mais-valia pelo não trabalhador, mas se manifesta também em uma cultura colonialista, patriarcal, machista, poluidora e racista. Logo, a economia solidária, tal qual os novos movimentos sociais, estabelece a necessidade de mudanças imediatas em diversas dimensões cotidianas, exigindo uma constante alteração de comportamento.

Assim, a economia solidária não pode ser considerada apenas um novo movimento social, nem tampouco um movimento tradicional. Ela localiza-se na convergência desses dois tipos de movimento, dessas duas tradições organizativas.

De certa forma, o movimento de economia solidária vem trilhando este caminho quando estrutura sua auto-organização (fórum, plenárias, conselhos, ligas associações, conferência), disputa o fundo público e pleiteia sua inscrição na ação estatal (políticas públicas de estado), além de buscar a prática da autogestão. Daí termos denominado a economia solidária como um movimento social de tipo novo, pelo fato de circunscrever-se na dimensão política (poder), na dimensão da sociabilidade (solidariedade), na dimensão cultural (costumes) e na dimensão econômica (sustentabilidade).

A economia solidária ainda associa o princípio da reciprocidade (ato cooperativo e associacionista) com o princípio da redistribuição (políticas públicas institucionalizadas), com é colocado por Schiochet. Permite, desse modo, diálogos entre a luta de movimentos ditos tradicionais (que se estruturam na

reciprocidade) e as lutas pautadas pelo sonho da modernidade (o agir no espaço público). Nesse sentido, suas aspirações se aproximam de algo parecido com o fenômeno social total, como conceituava Marcel Mauss. Certamente aqui reside uma de suas principais potencialidades.

Todavia, no que pese as constatações acima já renderem resultados relevantes a nossa investigação, foi preciso avançar na relação mais direta entre a economia solidária e o fenômeno estudado como a nova informalidade do capital. O objetivo aqui fora relacionar a economia solidária com a fase atual da acumulação capitalista, visando averiguar se as singularidades da economia solidária vistas anteriormente não seriam exigências do capital na sua fase de acumulação flexível.

Neste contexto de acumulação flexível, a crise do emprego foi a expressão fenomênica das contradições da forma capitalista de organizar a sociedade. A forma de agir da economia solidária a aproxima da compreensão liberal quando compreende o limite das relações assalariadas para gerar o número de postos de trabalhos necessários. Mas esta convergência é pontual, já que a geração de ocupação preconizada pelo (neo)liberalismo passa exclusivamente por ações individuais e pelo afã de transformar todos em empresários e qualquer atividade produtiva em uma empresa capitalista.

Esta forma de agir, que é considerada como insercional-competitiva, diferencia-se do chamamento coletivo que a economia solidária faz para enfrentar a falta de empregos. Sem contar que, para a economia solidária, a crise não se limita à falta de emprego, mas a toda sociabilidade advinda do capitalismo. Assim, a partir de uma concepção sustentável-solidária, que se caracteriza pela construção de estratégias territoriais de desenvolvimento, com base na elaboração e fortalecimento de circuitos socioprodutivos locais integrados a várias dimensões da vida, em consonância com França Filho, procura-se desenvolver atividades produtivas com características diferentes do arranjo capitalista.

Tais diferenças são corroboradas pelos resultados que chegamos, pois apesar do volume e da extensão das modificações no padrão de acumulação, observou-se que poucos casos de EES estão ligados ao que se tem conceituado como “nova informalidade do capital”. A relação mais próxima entre a economia solidária e a

terceirização é verificada nos setores intensivos em trabalho, através da externalização de atividades via cooperativas de trabalho e grupos de trabalho familiar. Porém, como observamos anteriormente, no tocante às cooperativas de trabalho, há que se diferenciar as “cooperfraudes” das chamadas cooperativas autênticas, pois aquelas são criadas, na maioria das vezes, pelo poder público e por empresários com objetivo exclusivo de atender a determinadas empresas, sendo combatidas pelo movimento de economia solidária. Isto é, os formatos organizacionais daqueles arranjos produtivos são moldados a partir das necessidades dos contratantes e a sobrevivência dos mesmos está condicionada à manutenção dos contratos.

Também devemos considerar que a cooperativa não desempenha o tipo de organização majoritária no campo da Economia solidária. Ela representa apenas 11% dos empreendimentos em todo o Brasil e, no Nordeste, onde se observa a utilização desse formato para a viabilização da desconcentração industrial dos setores intensivos em trabalho, o total de cooperativas relacionadas com a economia solidária é de apenas 9%. Na região Sul é de 22% e no sudeste, 15%.

Todavia, os EES estão concentrados, em sua maioria, na zona rural ou nas pequenas cidades, no norte-nordeste distantes dos centros industriais mais dinâmicos que comandaram o processo de implantação do processo de toyotismo no Brasil. Além disso, os EES caracterizam-se em formatos de associação e grupos informais (87%). Os produtos mais comercializados são relacionados às atividades agropecuárias, extrativista, pesca, produção de alimentos, de bebidas e o fabrico de produtos artesanais (74,2%). Tais constatações demonstram que os EES estão ligados a uma iniciativa dos participantes em busca da sobrevivência, associada a uma ação das entidades de fomento, a partir das suas condições objetivas e subjetivas e que não se constituem como resposta a uma necessidade direta do capital.

A pesquisa nos revela ainda que a maioria dos produtos e serviços intercambiados pela ES não tem uma relação direta com os processos produtivos dos setores em que predomina a terceirização das atividades fins. Conforme o mapeamento, apenas 5% dos produtos e serviços da economia solidária é do setor industrial. Isto é, os empreendimentos econômicos solidários, apesar de

surgirem, em sua maioria, a partir do final da década de 1990, não foram impulsionados diretamente pelos processos de reestruturação produtiva e flexibilização do processo de acumulação vigente.

Além das assertivas históricas e do distanciamento da economia solidária coma a nova informalidade, o cotejo da base empírica também nos permitiu descartar as situações extremas de integração/descharacterização e de isolamento. Indicou, no entanto, fortes evidências de que a relação entre os EES e a acumulação capitalista caracterizou-se tanto pela subordinação quanto pela instituição de um novo modo de regulação.

O percurso que acabamos de fazer explicitou os nexos produtivos (aquisição de insumos, comercialização dos produtos, questões financeiras, valorização do trabalho, base técnica e questões ideológicas) entre EES e o processo de acumulação capitalista. Ficou evidente a existência de elementos que concorrem para a situação de subordinação, como também há aqueles indicativos de que um novo modo de regulação está em construção.

Os elementos que indicam uma relação de subordinação estão presentes, seja na utilização da base técnica capitalista, no confronto com o marco legal do sistema que não reconhece e dificulta o cotidiano dos EES, na ausência de um sistema de finanças solidária mais robusto e na falta de centros de formação próprios mais consolidados. Além desses pontos, destaca-se a utilização das práticas de compra e venda. Quanto a esse aspecto, devemos ponderar que a participação no mercado pode ser vista como expressão de positividade da vertente empreendedora da atividade, conforme análise de Gaiger. Ademais, tal situação pode ser tomada como elemento de fortalecimento do empreendimento frente a seu passado de dependência em relação às políticas assistencialistas e à estrutura de poder.

Quanto à implementação de um novo modo de regulação, observamos que a economia solidária tem dado passos largos nesta direção. Os destaques neste campo são a mobilização de atores institucionais diversos, a demanda e a disputa pelo fundo público, a contraposição ao ideário liberal de naturalizar relações de produção e distribuição a partir de lógicas privadas.

Considerando-se os aspectos de comercialização, os dados mostram indicadores pós e contra a possibilidade de instituição de uma nova regulação social. A predominância de venda ao mercado e a pouca comercialização solidária indicam aspectos contrários e que há muito a ser feito. Entretanto, a venda direta aos consumidores, a concentração da comercialização em mercados locais/comunitários, municipais e micro-regionais, e os espaços de comercialização com lojas próprias, feiras livres e entregas diretamente a clientes demonstram uma ação no território que favorece o estabelecimento de vínculos sociais e de internalização de cadeias produtivas. Além disso, observamos também iniciativas fecundas de interação entre a economia solidária e o poder público que, se ainda não estão bem representadas nos percentuais, devem ser consideradas na sua processualidade. Ou seja, se tomada sob a óptica da problemática que elegemos nesta pesquisa, implica avanços rumo ao processo de regulação social do território em que os EES estão inseridos.

Mas, se quisermos garantir a processualidade de nossa análise, devemos registrar a necessidade de utilização sistemática de novos espaços e instrumentos de intercâmbio de insumos, produtos, bens e serviços, para que avanços alcançados na gestão democrática e na participação social não sejam obstaculizados e impedidos de se consolidar e avançar.

Pesa a favor da construção deste novo modo de regulação social o elemento ideológico de não reprodução de valores capitalistas, fundado numa crítica social e numa postura propositiva de visão de mundo diferente do *status quo*. Também neste campo, a forte presença da auto-organização e articulação dos EES reforça as possibilidades. Esta auto-organização implica na apresentação de pautas ao Estado, significando, cada vez mais, disputas pela locação do fundo público entre a economia solidária e outros setores da sociedade. Nesta relação, fica bem clara a dialética de maior ação com ampliação dos riscos. Aqui, a disputa pelo fundo público alarga os caminhos, mas, de igual modo, amplia os riscos de aprisionamento à lógica eleitoral de quem estiver ocupando o poder público, bem como da normatização e perda de criticidade.

Todavia, a pesquisa não permite afirmar que a economia solidária tem conseguido pleno êxito na instituição de uma nova regulação social nos territórios

em que ela está inserida. Observamos que há muito a fazer, pois o baixo número de intercâmbios entre os EES é um indicador de que as redes e cadeias produtivas ainda não predominam. Gaiger, após análise destes mesmos dados, afirma que a possibilidade de instituição dessas cadeias ainda se mostra muito distante da realidade. No entanto, como ressaltamos ainda há pouco, o fato de aproximadamente 50% da compra de insumos não serem realizadas no mercado convencional, abre reais perspectivas para a concretização da comercialização solidária, ainda mais se levarmos em consideração o poder de organização e articulação que a mesma vem demonstrando.

O próprio Gaiger nos mostra que 44% dos EES exercitam algum tipo de participação social e comunitária, o que certamente constitui-se como uma base para a organização de futuras cadeias produtivas, ou seja, uma das condições necessárias já se apresenta como realidade.

Contudo, para além desses ganhos, que não são poucos, o movimento de economia solidária não deve se conformar com o que já conquistou e não deve ficar preso à tranqüilidade de uma secretaria, de uma conferência, etc. Ele precisa re-inserir sua capacidade crítica, mirar novos horizontes e caminhar na direção da democratização das estruturas econômicas e democratização da política, como afirmou Demo quando analisa as possibilidades de solidariedade como algo que deve ser buscado, alimentado e cuidado a partir de uma postura crítica e autocrítica que alimenta uma visão de que toda hierarquia não é definitiva, porém todo processo de mudança/questionamento não representa um fim em si mesmo.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. C. (1997) *Comunidades do movimento alternativo, uma perspectiva autogestionária*. UFMG: FACE. (Tese Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais.

ALBAN, Marcos (2005). O novo enigma baiano, a questão urbano-regional e a alternativa de uma nova capital. In: *ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR*, XI, 2005, Salvador, Anais. Salvador: UFBA.

_____ (1999). *Crescimento Sem Emprego: o desenvolvimento capitalista e sua crise contemporânea à luz das revoluções tecnológicas*. Salvador: Cães da Qualidade.

ALBUQUERQUE, P. P. (2003) Autogestão. In: CATTANI, A. (org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.

_____ (2003) Associativismo. In: CATTANI, A. (org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.

AMATO NETO, J. (2000). *Redes de Cooperação Produtiva e Clusters Regionais: oportunidades para as Pequenas e Médias Empresas*. São Paulo: Atlas: Fundação Vanzolini.

AMORIM, R. S. (2005). *A ECONOMIA SOLIDÁRIA, UM PASSO ALÉM DA INFORMALIDADE: a experiência do Dendê – Fortaleza – Ceará*. 122f, Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Natal.

ANTEAG. (2000). *Autogestão*. Ano 4, n.º 2.

ANTUNES, Ricardo (2002) *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 5 ed. São Paulo: Boitempo Editorial.

ARAGONE, P. Guerra *Economía de la Solidaridad: consolidación de un concepto a veinte años de sus primeras elaboraciones*. Disponible em <http://www.pabloguerra.tripod.com> , 2004.

_____. *Socioeconomía para América Latina*. Disponible em <http://www.pabloguerra.tripos.com> , s/d.

ARKEL, H. et al. (2000) *Onde está o dinheiro? Pistas para a construção do Movimento Monetário Mosaico*. Porto Alegre, Dacasa Editora.

ARRUDA, Marcos (2003). *Humanizar o infra-humano: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária*. Petrópolis, RJ: Vozes.

_____ (2003b) Trabalho Emancipado. In: CATTANI, A. (org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.

_____ (2000). *A Cultura da Socioeconomia Solidária*. Rio de Janeiro: DPH/PACS.

_____ (1998). *Socioeconomia solidária: desenvolvimento de baixo para cima*. Rio de Janeiro: Ed. PACS.

- ARRUDA, M. e BOFF, L. (2000). *Globalização: Desafios socioeconômicos, éticos e educativos*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- ASSIS, J. C. de. (2000). *A Quarta Via: a promoção do pleno emprego como imperativo da cidadania ampliada*. São Paulo: Textonovo.
- ASSMANN, H. & Sung, J. Mo. (2000). *Competência e Sensibilidade Solidária: educar para a esperança*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- AVENA FILHO, A. 2006. *A Nova Economia da Bahia*. Disponível em www.seplan.gov.ba.br acesso em 14.04.2007.
- AZEVEDO, Beatriz (1985). A produção não capitalista – uma discussão teórica. Porto Alegre, FEE.
- _____ (1984). Algumas questões em torno da produção não capitalista urbana. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 4 (2), 25-37.
- _____ (1981). A produção não tipicamente capitalista: diversas abordagens. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 1 (2), 233-274.
- BAHIA, (2002). *Bahia Análise e Dados*, v. 12, n 1 Salvador: SEI.
- BARDINI, R. (1993). Solidariedade ou clientelismo? *Cadernos do Terceiro Mundo*, n. 163, p. 32-33.
- BAVA, S. C. (org). (1996) *Desenvolvimento Local*. São Paulo: POLIS.
- BÊRNI, D. Á. (org.) (2002). *Técnica de Pesquisa em Economia*. São Paulo: Saraiva.
- BERNSTEIN, Eduard (1997). *Socialismo evolucionário*. Tradução Manuel Teles. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, Ed. Instituto Teotônio Vilela.
- BERTUCCI, A. A. e SILVA, R. M. A. (2003). *Vinte anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS*. Brasília: Cáritas Brasileira.
- BERTUCCI, A. A. (1996). Limites e Possibilidades de Organização dos Excluídos – os projetos comunitários da Cáritas Brasileira. In: GAIGER, L. I. (org). *Formas de Combate e de Resistência à Pobreza*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS.
- BLAU, P. e SCOTT, W. R. (1970). *Organizações Formais – uma abordagem comparativa*. São Paulo, Atlas.
- BOCAYUVA, P. C. C. C. (2002). *A economia solidária entre a resistência e a utopia*. Disponível em <http://milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca>. Acesso em: 08.08.02
- BOITO JR, Armando (2003). A hegemonia neoliberal no governo Lula. *Revista Crítica Marxista*, n. 17. Editora Revan.
- BOITO JR et al. (orgs) (2002) *A Obra Teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. São Paulo: Xamã.
- BOSI, Alfredo (1992). *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras.

- BOTTOMORE, Tom. (org). (2001) *Dicionário do Pensamento Marxista*. Tradução de Waltensir Dutra, Organizador da edição brasileira: Antonio Moreira Guimarães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (1984). *Saber e Ensinar: três estudos de educação popular*. Campinas: Papyrus.
- BRAUDEL, Fernand (1995). *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV, XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, V 3.
- _____ (1986). *O tempo e o mundo*. São Paulo: Martins Fontes.
- BRUNO, Miguel (2004) *Wage-Labor nexu, financeirização e acumulação do capital no Brasil: evolução, configuração atual e interdependências estruturais*. ENEP
- BUBER, M. (1971). *O socialismo utópico*. São Paulo: Perspectiva.
- CACCIAMALI, M. C. (1983). *O Setor Informal urbano e as formas de participação na produção*. São Paulo: INPE.
- CAILLÉ, Alain (2002). *Antropologia do Dom: O Terceiro Paradigma*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CANO, Wilson (1998). *Introdução à Economia: uma abordagem crítica*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- CAMBI, Franco (1999). *História da pedagogia*. Tradução Avaro Lombardi. São Paulo: Fundação Editora da Unesp.
- CARBONARI, P. C. (1999). *Economia Popular Solidária. Possibilidades e Limites*. Passo Fundo, Dezembro, 1999. Disponível em <<http://milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca>>. Acesso em: 08.08.02.
- CARDOSO, F. H. e FALETO, E. (1970). *Dependência e desenvolvimento da América Latina: ensaios de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CARNEIRO, V. (2006). *Da dimensão econômica à dimensão política: a economia solidária sob a perspectiva do conflito social*. Dissertação. (Mestrado em Ciência política). Departamento de Ciência política/Faculdade de Filosofia. Belo Horizonte, UFMG.
- CARVALHO, E. A. (org). (1978). *Antropologia Econômica*. São Paulo: Liv. Editora Ciências Humanas Ltda.
- CARVALHO, R. A. A. (2003). Sustentabilidade: princípios. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.
- CARVALHO, Inaiá; SOUZA, G. A. A. & FARIA, V. (orgs). (1980). *Bahia de Todos os Pobres*. Petrópolis: Vozes.
- CARVALHO, Inaiá (2001). Brasil: Reestruturação Produtiva e Condições Sociais. *Caderno CRH*, Salvador, n. 35, p. 123-149, 2001.
- CATTANI, Antonio David (2003). A outra economia: os conceitos essenciais. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.
- _____ (1996). *Trabalho & Autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes.

_____ (2003). UTOPIA. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.

CAVALCANTI, C.; DUARTE, R. (1980). *À procura de espaço na economia urbana: o setor informal em Fortaleza*. Recife: SUDENE/FUNDAJ; Brasília: M. T.

_____ (1980b). *O Setor informal de Salvador: dimensões, natureza, significação*. Recife: SUDENE/FUNDAJ; Brasília: M. T..

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT. (1999). *Sindicalismo e Economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*. São Paulo: CUT.

CLEGG, S., HARDY, C. e NORD, Walter R. (1998). *Handbook de Estudos Organizacionais 1*. São Paulo: Atlas.

COELHO, S. C. T. (2002) *Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. 2 ed. São Paulo: Editora SE: NAC.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR/BA. (1999) *Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS Sudoeste da Bahia*. Salvador.

CORAGGIO, José Luis (2003). Economia do Trabalho. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.

_____ (2000). Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: Kraychete et al. (orgs). *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE; UCSAL.

_____ (1997) *Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado*. Proposta, n. 72, p. 30-38. Disponível em: <http://www.fronesis.org>

CORRÊA, L. O. R. (s/d) *Economia Popular, Solidária e Autogestão: o papel da Educação de Adultos neste novo cenário (tendo como perspectiva a atuação da UFRGS)*. Disponível em <<http://milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca>>. Acesso em: 08.08.02

COSTA, M. S. B., SILVA, M. G. e LIMA, A. J. (1996) Da Estratégia de sobrevivência à construção de novas sociabilidades – os projetos comunitários no Piauí. In: GAIGER, L. I. (org). *Formas de Combate e de Resistência à Pobreza*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS.

COSTA, Bárbara L. de Sena (2006). *Microcrédito ou crédito popular? A experiência dos financiadores do Programa Providência no Recanto das Emas e Riacho Fundo II no DF*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Brasília, UNB.

CUNHA, G. C. (2002) *Economia Solidária e Políticas Públicas: reflexões a partir do caso do programa Incubadora de Cooperativas, da Prefeitura de Santo André, SP*. Dissertação (Departamento de Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

CUT. (1999). *Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*. São Paulo: CUT, 66 p.

DACHEUX, E. et LAVILLE, J-L. (2003). Introduction – Penser les interactions entre le politique et l'économique. *HERMÈS*, n. 36, Paris: CNRS ÉDITIONS, p.9-17.

- DGNINO, Renato (2000). *Em direção à estratégia para redução da pobreza: a economia solidária e a adequação sócio-técnica*. Campos Oei Org.
- DAL RI, Neuza (org) (1999). *Economia Solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo: Arte & Ciência.
- DEFOURNY, J., FAVREAU, L. e LAVILLE, J. L. (orgs). (1998). *Inserción y nueva economía social – un balance internacional*. Espanha: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales / CIRIEC.
- DELGADO, G. (2004). O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea. In: RAMALHO, J. P.; ARROCHELLAS, M.H. (orgs). *Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- DEMO, Pedro (2002). *Solidariedade como efeito de poder*. São Paulo: Cortez.
- DENIS, Henri (1982). *História do Pensamento Económico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- DESROCHE, Henri. (1981). *Solidarités Ouvrières – sociétaires et compagnons dans les associations coopératives (1831-1900)*. Paris: l'As Éditions Ouvrières.
- DOBB, Maurice (1988) *A Evolução do capitalismo*. Tradução de Manuel do Rego Braga. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural.
- DOWBOR, L. (2006). O que aconteceu com o trabalho? São Paulo. <http://www.dowbor.org/artigos.asp> Acesso em 10.10.07.
- DUTRA, T. A. (1986). *As cooperativas de trabalho no Brasil: década de 90*. São Leopoldo: [s. n.].
- DUVIGNAUD, J. (s/d). *A solidariedade: laços de sangue e laços de razão*. Lisboa: Instituto Piaget.
- ENGELS, F. (1985). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global.
- _____ (s/d). Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Obras Escolhidas - Volume II*. São Paulo: Alfa-Omega, p.281-336
- FERNANDES, R. C. (1994). *Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- FISCHER, F. & NASCIMENTO, A. (2003). Projeto Rede Pintadas. In: LOTTA, G. S.; BARBOZA, H. B.; TEIXEIRA, M. C. T.; PINTO, V. (orgs.) *20 experiências em Gestão Pública e Cidadania*. São Paulo: Programa de Gestão Pública e Cidadania.
- FIORI, J. L. & TAVARES, M. C. (orgs.). (1997). *Poder e Dinheiro – uma economia política da globalização*. 3ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes.
- FLEURY, M. T. L. (1983). *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Global Editora.
- FRAISSE, L. (2003). Économie solidaire et democratization de l'économie. *HERMÈS*, n. 36, Paris: CNRS ÉDITIONS, p.137-145.

FRANÇA FILHO, G; LAVILLE, J. L.; MEDEIROS, A.; MAGNEM, J. P. (orgs.) (2006). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.

FRANÇA FILHO, Genauto C. Políticas públicas de economia solidária no Brasil: características, desafios e vocação. In: FRANÇA FILHO, G; LAVILLE, J. L.; MEDEIROS, A.; MAGNEM, J. P. (orgs.) (2006). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.

_____. (2006b). Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. V Workshop Empresa, empresários e sociedade – O mundo empresarial e a questão social. Porto Alegre, PUC/RS. Disponível em www.fee.rs.gov.br/5workshop/pdf/mesa06_genauto.pdf

_____. (2005) L'Économie Populaire et Solidaire au Brésil. In: LAVILLE, J.L. et al. *Action publique et économie solidaire: une perspective internationale*. Paris: Éditions érés.

FRANÇA FILHO, Genauto C.; LAVILLE J. L. (2004a). *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

_____. (2004b) A Problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? *Cadernos EBAPE*, FGV-RJ, vol. II, n. 1, Março, 2004b.

_____. (2003a) Em croisant l'ê regard: l'économie solidaire em France et au Brésil. *La Revue du MAUSS*. N. 21 " Alteréconomie: quelle autre mondialisation?.Paris: Ed. La Découverte.

_____. (2003b). A temática da Economia Solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais. *REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (RAP)*, FGV, vol. 37, n. 01, jan/fev.

FRANÇA FILHO, G. C. & SILVA JÚNIOR, J. T. (2003). Fato associativo e economia solidária: a experiência do Banco Palmas no Ceará. In: *Anais do IX Colóquio Internacional sobre o Poder Local*. Salvador.

FRANÇA FILHO, Genauto C. (2003). Gestão Social: Um Conceito em Construção. In: *Anais do IX Colóquio Internacional sobre o Poder Local*. Salvador: UFBA.

_____. (2002a). Terceiro Setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise e Dados*. Salvador: SEI/Governo da Bahia. v.12, n. 1. p. 9-19.

_____. (2002b) Associativismo, Exclusão Social e Novas Formas de Organização – um exemplo de economia solidária na França: o caso dos Régis de Quartier. In: FISCHER, T. *Gestão de Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002c.

_____. (2002c) A Perspectiva da Economia Solidária. In: FISCHER, T. *Gestão de Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade.

_____ (2002d). *Sociétés em mutation et nouvelles formes de solidarité: lê phénomène de l'économie solidaire em questão – l'expérience dès Régis de Quartier au carrefour de logiques*. Villeneuve d'Asque: Presses Universitaires du Septentrion.

_____ (2001). "Novos arranjos organizacionais possíveis? O fenômeno da Economia Solidária em questão (Precisões e complemento)". *ORGANIZAÇÃO E SOCIEDADE*, n. 20, v. 8, Salvador: EAUFBA, jan/abr.

_____. (2001b). L'économie aolidaire au Brésil. *REVUE DU GERFA*. Paris: Groupe d'études et recherché sur le fait associatif. N. 2, premier sem.

_____. (2001c). Novos arranjos organizacionais possíveis? O fenômeno da economia solidária em questão (precisões e complementos). *REVISTA ORGANIZAÇÃO E SOCIEDADE*. Salvador: EUFBA, v. 8, n. 20, jan/abril.

_____ e DZIMIRA, S (2000). *Don et économie solidaire*. Paris: Mauss.

_____ e DZIMIRA, S. (1999). "Economia Solidária e dádiva". *ORGANIZAÇÃO E SOCIEDADE*, n. 14, v. 6, Salvador: EAUFBA, jan/abr.

FRANK, André Gunder (1977). *Acumulação Mundial 1492-1789*. Tradução Hélio Pólvora e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

_____ (1980). *Acumulação Dependente e subdesenvolvimento – repensando a teoria da dependência*. Tradução Cláudio Alves Marcondes. São Paulo: Brasiliense.

FRATELL, A. C.; ROCA, H. O. (2003). Comércio Justo. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre, Veraz Editores.

FURTADO, J. (s/d). *Mundialização, reestruturação e competitividade: a emergência de um novo regime econômico e as barreiras às economias periféricas*. <http://globalization.sites.uol.com.br/mundiali.htm>, Acesso em 9/09/07

GADOTTI, M. e TORRES, C. A. (1992). *Estado e educação popular na América Latina*. Campinas, Papirus.

GAIGER, Luis Inácio (2007). A racionalidade dos empreendimentos econômicos solidários segundo os dados do primeiro Mapeamento Nacional. Disponível em www.ecosol.org.br Acesso outubro 2007.

_____ (2007b) *A Economia Solidária no Brasil*: refletindo sobre os dados do primeiro Mapeamento Nacional. Trabalho apresentado no II Seminário Nacional do Núcleo de Pesquisa sobre Movimentos Sociais, da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____ (2006). *Economia solidária no Brasil*: refletindo sobre os dados do primeiro Mapeamento Nacional. Apresentado no II Seminário Nacional do Núcleo de pesquisa sobre movimentos sociais da UFSC. Disponível www.jornaldomauss.org

_____ (org) (2004). *Sentido e Experiências da Economia Solidária no Brasil*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.

_____ (2003). Economia solidária diante do modo de produção capitalista. *CADERNOS CRH*. N. 39. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFBA, jul/dez, 2003.

_____ (2003b). Empreendimentos Econômicos Solidários. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre, Veraz Editores.

_____ (1999). Significados e tendências da economia solidária. IN: CUT BRASIL, *Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*. São Paulo, CUT.

_____ (1998). A Solidariedade como alternativa econômica para os pobres. *Contexto e Educação*, n. 50, p.47-71.

_____ (org.). (1996). *Formas de combate e de resistência à pobreza*. São Leopoldo: UNISINOS.

_____ (1996b). Empreendimentos Solidários: uma alternativa para a economia popular? In: GAIGER, L. I. (org.). *Formas de combate e de resistência à pobreza*. São Leopoldo, UNISINOS, p. 101-126.

_____ (1995). *Subordinação ou cidadania? Os dilemas da mudança cultural nos projetos alternativos comunitários da Cáritas Brasileira*. Brasília, UNB.

_____ (1994). Sobrevivência e utopia – os projetos alternativos comunitários no RS. *Cadernos CEDOPE – Série Movimentos Sociais e Cultura*, n. 10.

GAIGER, L. I. (s/d). *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*. <http://www.ecosol.org.br/txt/ecosolcap.pdf>.

GANANÇA, A. G. (2006). *Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Instituto de Ciência Política, Brasília, UNB.

GEBRAN, Filomena (coord). (1978). *Conceito de Modo de Produção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GERMER, C. M. (2005). “A Economia Solidária: uma crítica com base em Marx”. *Anais do 4º Colóquio Marx e Engels*, 08 a 11 de novembro de 2005, Campinas - SP. Centro de Estudos Marxistas (CEMARX) – IFCH- Unicamp. Campinas.

GIL, A. C. (1991). *Como elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas.

GODBOUT, J. T. (1999). *O espírito da Dívida*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

GODELIER, Maurice (2001). *O enigma do dom*. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

GOMES, M. T. S. (2005). A reestruturação produtiva e seus impactos no mercado de trabalho urbano (reflexões preliminares) Scripta Nova REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES Universidad de Barcelona. Vol. IX, núm. 194 (76).

GUERREIRO RAMOS, Alberto (1989). *A Nova Ciência das Organizações – uma reconstituição da riqueza das nações*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Instituto de Documentação / Editora da Fundação Getúlio Vargas.

GUÈYE, Cheikh (2003). Economia Social. IN: Fundação Luiz Eduardo Magalhães. *Economia Solidária: desafios para um novo tempo*. Cadernos FLEM, n. 5, Salvador, FLEM.

GUIMARÃES, Gonçalo (org.). (1999). *Integrar Cooperativas*. Rio de Janeiro/São Paulo: Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. UNITRABALHO.

_____ (2000). Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, P. & SOUZA, A. R. de. (2000). *A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.

HABERMAS, J. (1995a). O Estado-nação Europeu frente aos desafios da Globalização: o passado e o futuro da soberania e da cidadania. *REVISTA NOVOS ESTUDOS CEBRAP*. N 43, p. 87-101.

_____ (1995b). Três modelos normativos de democracia. *LUA NOVA*, n. 36.

_____ (1987). A Nova Intransparência: a crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. *NOVOS ESTUDOS CEBRAP*, n. 18, setembro.

HASCOË, G. (2006). A Secretaria de Estado na França: um balanço provisório. IN: HOBBSAWM, E. (1992). *A Era dos Impérios: 1875-1914*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HEILBRONER, R. (1996). *A História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Nova Cultural, Coleção Os Economistas.

HUNT, E. K. (1989). *História do Pensamento Econômico*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Campus.

IBAM/MDS (2003). CADERNO CONSAD nº 2 - *CONSAD e a Economia Solidária*. Brasília, IBAM/MDS.

ICASA, A. M. S.; TIRIBA, L. (2003). Economia Popular. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.

IGLIORI, D. C. (2001). *Economia dos Clusters Industriais e Desenvolvimento*. São Paulo: Iglu: FAPESP.

IOSCHPE, E. (1997). *3º setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. São Paulo: Paz e Terra.

JESUS, P.; TIRIBA, L. (2003). Cooperação. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.

KOWARICK, L. (1975). *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

KRAYCHETE, Gabriel (2006). *Sustentabilidade dos empreendimentos da economia popular solidária*. Texto apresentado no seminário Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação. Universidade Católica do Salvador. Disponível em www.capina.org.br.

_____ (2002). *Economia Solidária: conceitos e contextos*. In: Seminário Internacional de Economia Solidária, 2002, Salvador

_____. et al. (2000). *Economia dos Setores Populares: Entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE; UCSAL.

KRUPPA, Sônia M. Portella (2005). *Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília, INEP.

KURZ, Robert (1997). *Os últimos combates*. Petrópolis, RJ: Vozes.

LAVILLE, Jean-Louis (2005) Solidarité. LAVILLE, J. L.; CATTANI, A. D. (dir). *Dictionnaire de L'autre économie*. Paris: Desclée de Brouwer.

_____ et all. (dir) (2005). *Action publique et économie solidaire: une perspective internationale*. Paris: Éditions érès.

_____ (dir.). (1994). *L'économie solidaire: une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer.

LECHAT, Noelle M. P. (2004). *Trajetórias Intelectuais e o campo da Economia Solidária no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____ (2003). Economia Moral. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.

LECHAT, N. M. P.; SCHIOCHET, V. (2003). Economia da Dádiva. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.

LEITE, Kelen C. (2005). *Economia de Comunhão: uma mudança cultural e política na construção do princípio de reciprocidade nas relações econômicas*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Centro de Educação e Ciências Humanas. São Carlos, UFSCar.

LIMA, Jacob Carlos (2006). Trabalho, autogestão e mercado. CADERNO CRH, Salvador, v. 19, n. 46, p. 97-110, jan./abr.

_____ (2004). O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*. vol.19, n. 56, São Paulo, Oct.

_____ (2002). *As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção*. São Paulo, Terceira Margem.

LIPIETZ, Alain (1991). *Audácias: Uma Alternativa para o Século XXI*. São Paulo: Nobel. Tradução Estela dos Santos Abreu.

_____ (1988). *Miragens e Milagres: Problemas da industrialização do Terceiro Mundo*. São Paulo: Nobel.

LISBOA, A. M. (2003). Empresa Cidadã. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.

_____ (2003). Mercado Solidário. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.

_____ (2003). Organizações não-governamentais. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.

_____ (2003). Solidariedade. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.

_____ (2003). Terceiro Setor. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.

_____ (1999). A emergência das Redes de Economia Popular no Brasil. In: RI, N. M. Dal. *Economia Solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo: Arte & Ciência, p. 55 – 89.

_____ (s/d). *Economia Solidária: Similia, similibus curentur*. Disponível em <http://milenio.com.br/ifil/racs/biblioteca>. Acesso em: 08.08.02.

LOJKINE, J. (1999). *O tabu da gestão - a cultura sindical entre contestação e proposição*. Rio de Janeiro, DP&A.

LOUREIRO, M. R. (org) (1981). *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez.

LOWY, Michel. (1989). *Ideologia e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. 5ª edição. São Paulo, Cortez.

LUBISCO, Nídia M. L. e VIEIRA, Sônia C. (2001). *Manual de Estilo Acadêmico: monografias, dissertações e teses*. Salvador: Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da UFBA.

LUXEMBRUGO, Rosa (1977). *Textos Escolhidos*. Lisboa: Editorial Stampa.

_____ (1985). *A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural.

LUXEMBURGO, R.; BUKHARINE, N. (1972). *Imperialismo e Acumulação de Capital*. Lisboa: Edições 70.

MAGALHÃES, R.S. (2005) *Economia, natureza e cultura: uma visão histórica e interdisciplinar dos sertanejos, dos mercados e das organizações no sertão da Bahia*. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo, São Paulo.

MAGALHÃES, R. S. e TODESCHINI, R. (2000). Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. In: SINGER, P. & SOUZA, A. R. de. *A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.

_____ (1999). A CUT e a Economia Solidária. In: CUT. *Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*. São Paulo: CUT, 66 p.

MAIA, I. (1985). *Cooperativa e Prática Democrática*. São Paulo: Cortez.

MALAGUTI, M. L. (2000). *Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado*. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES.

MANCE, E. A. (2004) *Fome Zero e Economia Solidária: o desenvolvimento sustentável e a transformação estrutural do Brasil*. Curitiba: Instituto de Filosofia da Libertação: Editora Gráfica Popular.

_____ (2003). Consumo Solidário. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.

_____ (2003). Cadeias Produtivas Solidárias. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.

- _____ (2003). Fluxos econômicos em redes solidárias. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.
- _____ (2003) Redes de Colaboração Solidária. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.
- _____ (org.) (2002). *Como organizar redes solidárias*. Rio de Janeiro: DP&A, Fase.
- _____ (2002b). *Redes de Colaboração Solidária*. aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis, RJ: Vozes.
- _____ (2001). *A revolução das redes: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MARCH, J. G. e SIMON, H. A. (1981). *Teoria das Organizações*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- MARQUEZ. Ismael E. (1981). *Reseña histórica de la economía solidaria en Colombia*. Bogotá: Fondo Editorial Cooperativo: Ediciones Cocentros.
- MARTINS, P. H. (org) (2002). *A Dívida entre os Modernos: Discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MARX. K. (1983). *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural.
- MAUSS, Marcel (2001) *Ensaio sobre a dívida*. Lisboa: Edições 70.
- _____ (2003). *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.
- MAXIMILIANO, A. C. A. (1995). *Introdução à Administração*. 4ª edição. São Paulo: Atlas.
- MEDEIROS, A.; SCHWENGBER, A.; SCHIOCHET, V. (orgs.) (2006). *Políticas Públicas de Economia Solidária – por um outro desenvolvimento*. Recife, Editora Universitária da UFPE.
- MELO, A. B. (2007). *Novos movimentos sociais e economia solidária: Uma breve cartografia da autogestão como Processo de subjetivação*. Dissertação de Mestrado (Instituto de Psicologia, Mestrado em Psicologia) Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica - PUC.
- MENEZES, V. (2000). Comportamento Recente e os Condicionantes da Evolução da Economia Baiana. In: *Tendências da Economia Baiana*. Salvador: SEI.
- MÉSZÁROS, István (2004). *O poder da ideologia*. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo, Boitempo Editorial.
- MONTAÑO, C. (2002). *Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez.
- MORENO, José del C. (2001). *Economía Solidária: Origen, Filosofía, Desarrollo, Proyecciones*. Santa Fé de Bogotá: Primeira Edición.
- NAKANO, M. (2000). “Anteag: autogestão como marca”. In: Singer, P. e Souza. A. R. (orgs.) *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto.
- NASCIMENTO, Cláudio (2003). Socialismo autogestionário. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.

_____ (s/d) *Autogestão e Economia Solidária*. Disponível em <<http://milenio.com.br/ifil/racs/biblioteca>>. Acesso em: 08.08.02

NASCIMENTO, H. M. (2000). *Capital Social e Desenvolvimento Sustentável no Sertão Baiano: a experiência de Organização dos Pequenos Agricultores do Município de Valente*. 119 f. Dissertação (Instituto de Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

NAVARRO, Vera Lúcia (s/d) *Reestruturação produtiva e precarização do Trabalho na indústria de calçados no Brasil*. Disponível: www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso04/navarro_290204.pdf Acesso 24.08.2007.

NOVAES, H. T (2005). *Para além da apropriação dos meios de produção? O processo de adequação sócio-técnica em fábricas recuperadas*. Dissertação (Instituto de Geociências) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

NOVAES, Fernando (1986). *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 4ª edição. São Paulo: Hucitec.

NUNES, R. E. S. S. (2003). *Socioeconomia solidária enquanto política pública*. Monografia (IUPERJ/ Especialização em Políticas Públicas e Governo). Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro.

NUÑEZ, O. (1998). Os caminhos da revolução e a economia solidária. *Proposta*, n. 75, Disponível em: www.alternex.com.br/~pacs/text/sendero.htm

OIT. (2001). *Cooperativas: mudanças, oportunidades e Desafios*. Brasília: OIT.

OLIVEIRA JUNIOR, C. C. (1991). *Avaliação da eficiência empresarial das cooperativas*. Curitiba: OCEPAR, 80 p. (Cooperativismo 14).

OLIVEIRA, Ildes Ferreira (2002). *Economia Solidária: desafios do século XXI – A experiência da APAEB / Valente*. Tese (Para Progressão na Carreira do Magistério Superior – Professor Titular). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

_____ (1988). Mini-projetos econômicos comunitários: limites e possibilidades. *Cadernos do CEAS*. n 115, mai-jun, p. 34 – 52.

_____ (1987). *A Luta pela autonomia e a participação política dos camponeses: um estudo nas micro-regiões de Feira de Santana e Serrinha, no Estado da Bahia*. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba – Campus de Campina Grande. Campina Grande.

OLIVEIRA, Ariosvaldo (1991). *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo, Contexto.

OSER, J. e BLANCHFIELD, W. C. (1987). *História do pensamento econômico*. São Paulo: Atlas.

PACS. (2005). *Moeda Social e Trocas Solidárias: experiências e desafios para ações transformadoras*. Rio de Janeiro: PACS.

PAIVA, Vanilda (org). (1984). *Perspectivas e dilemas da Educação Popular*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

PARRA, H. Z. M. (2005). *Liberdade e Necessidade: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia*. 265 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia– Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas). Universidade de São Paulo. São Paulo.

PEDRÃO, F. (1996). *Raízes do capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Hucitec.

PEDRINI, D. M. (1998). *Entre Laços e Nós: Associativismo – Autogestão – Identidade Coletiva*. A Empresa Alternativa de Produção Socializada – EAPS, Brusque – SC. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC_SP), São Paulo.

PEGOTTO, Claudete (2005). *Cooperação: natureza social do homem realizada às margens do sistema capitalista*. *REVISTA ELETRÔNICA ESPAÇO ACADÊMICO*. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br> n. 45, FEV.

PINHO, D. B. (org) (1973). *A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico*. São Paulo: Artegráfica.

PINTO, João Roberto (2004). *Economia Solidária: um elogio à associação em tempos de crise*. Tese (IUPERJ) Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes.

POCHMANN, M. (2007). *SINDEEPRESS 15 Anos – a superterceirização dos contratos de trabalho*. Campinas, SP: Sindeepres.

_____ (org.) (2002). *Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade*. São Paulo: Editora Perseu Abramo/ Cortez editora.

_____ (Coord.), VALLE, R., AZEVEDO, J. S. G. de. (1999). *Reestruturação produtiva e relações de trabalho*. São Paulo: Artchip, 240 p.

POLANYI, Karl (2000). *A grande Transformação: as origens da nossa época*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Campus.

POTIGUARA, E. (2003). *Povos indígenas: ética, cooperação e diálogo*. Mesa Redonda: Minorias, exclusão social e ação afirmativa. Encontro Regional de Estudantes de Ciências Sociais UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO Recife, 17 a 20 de abril de 2003/BRASIL

PRADO JUNIOR, Caio (1987) *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

PRANDI, J. R. (1978). *O trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo: Edições Símbolo.

PRIMAVERA, Heloisa (1999). *La moneda social de la red global de trueque en Argentina: barajar y dar de nuevo en el juego social?* Seminário Internacional Globalization of Financial Markets and its Effects on the Emerging Countries, Santiago. Disponível via: primaver@clacso.edu.ar.

PRZEWORSKI, A. (1994). *Democracia e Mercado no Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumeará.

QUIJANO, Anibal (2005). *Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina*. ESTUDOS AVANÇADOS 19 (55) – Dossiê América Latina.

_____ (2002). *Sistemas alternativos de produção?* In: SANTOS, B. S (org). *Produzir para viver*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____ (1998). *La Economía Popular y sus caminos em América Latina*. Lima, Peru: Mosca Azul Editores.

_____. (1978). Dependência, Mudança Social e Urbanização na América Latina. In: ALMEIDA, F. L. (org). *A Questão Urbana na América Latina*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

RATTNER, H. (org) (1985). *Pequena Empresa: o comportamento empresarial na acumulação e na luta pela sobrevivência*. V. 1-2. São Paulo: Brasiliense; Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

RAZETO, Luiz (1993). Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIERREZ, F. (Orgs.) *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, p. 34-58 (Questões da Nossa Época, 25).

_____ (1990) *Las empresas alternativas*. Tocornal: SRV Impressos.

REIS, L. C. e S., C. M. (orgs.) (2001). *Desenvolvimento Local: dinâmicas e estratégias*. Rio de Janeiro: Rede DLIS, julho.

REVISTA SOCIEDADE E ESTADO. (2001). Dádiva e Solidariedades Urbanas. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, semestral. Volume XVI, n. 1 – 2, janeiro-dezembro. ISSN 01202 – 6992

RODRIGUES, F. (s/d). *Conjunto Palmeiras: palco de práticas e acordos solidários*. Disponível em <<http://milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca>>. Acesso em: 08.08.02

ROCHA, Maurício (2005). Modernos, medievais e etc. Disponível em http://geocities.yahoo.com.br/guaikuru0003/spin_moderno. Acesso 29.03.2005.

ROSTOW, W. W. (1977). *Origens da Economia Moderna (como tudo começou)*. Tradução J. R. Matias. - São Paulo: Cultrix

ROSTOW, W.W. (1977b). *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

RUFINO, S. (2005). *(Re) Fazer, (Re) Modelar, (Re) Criar: autogestão no processo produtivo*. 180f. Tese (Escola Politécnica/ Departamento de Engenharia de Produção), Universidade São Paulo. São Paulo.

RUSS, J. (1991). *O socialismo utópico*. São Paulo: Martins Fontes.

SADER, Emir (org). (2000). *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis, RJ: Vozes, Buenos Aires: CLACSO.

SÁ JUNIOR, F. (s/d). O desenvolvimento da agricultura e a função das atividades de subsistência. *CEBRAP*, n. 4.

SANDRONI, Paulo (org). (1985). *Dicionário de Economia*. São Paulo: Abril Cultural.

SANTANA JUNIOR, Gildásio (2007). *Problematizando a economia solidária*. I CISEF Congresso Internacional de Sociologia Econômica e Finanças. São Carlos, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

_____ (2006a). Solidariedade: do que se trata? Anais do X Colóquio Internacional sobre o Poder Local. 11 a 13 de Dezembro, Salvador.

_____ (2006b). *Economia Solidária e Economia Política: um diálogo necessário para ajudar os movimentos sociais na busca por alternativas ao neoliberalismo*. Primeiro Colóquio da SEPLA, Mesa 3: Ascenso de los movimientos sociales. Santiago de Chile – 09 de novembro de 2006.

_____ (2006c). *A dimensão do adjetivo solidariedade para a economia solidária*. Anais do IV Encontro Internacional de Economia Solidária da USP, NESOL 22 e 23 de julho, São Paulo.

_____ (2006d). *Economia solidária nos trópicos*. Anais do IV Encontro Internacional de Economia Solidária da USP, NESOL 22 e 23 de julho, São Paulo.

_____ (2006e). *Análise Organizacional e Economia Solidária: dialogando Com Guerreiro Ramos*. IV EnEO – Encontro de Estudos Organizacionais, 04 a 06 de junho de 2006, São Paulo.

_____ (2006f). *Economia solidária e economia política*. Anais do XI Encontro Nacional de Economia Política da SEP. Vitória, Espírito Santo.

_____ (2006g). *Economia solidária e tradição marxista: trajetórias opostas ou ações complementares?* Anais do III Encontro Estadual da Associação Nacional de História, Núcleo Regional da Bahia (ANPUH/Ba). Julho de 2006, Caetité, Bahia.

_____ (2000). *Anos 90 – Um Novo Ciclo de Desenvolvimento no Brasil – Ilusão Ou Realidade?* Dissertação (Mestrado de Economia Rural e Regional) – Universidade Federal da Paraíba – Campus de Campina Grande.

SANTOS, Boaventura de Souza (2002). Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. S. (org). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SANTOS, M. (2004). *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Tradução Myrna T. Rego Viana. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

SARTORI, G. (1994). *A Teoria da Democracia Revisitada*. São Paulo: Ática.

SCHERER-WARREN, Ilse (1999). *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec.

_____ e KIRSCHKE, Paulo (orgs.). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

SCHIOCHET, Valmor (2007). *Economia solidária e sociedade civil: debate entre movimento social e políticas públicas*. 10º Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife – Mesa Redonda: A questão da reciprocidade e da solidariedade na economia solidária.

SCHOSTER, Jorge (1981). *Manual de Proyectos para uma Economia Solidária*. Bogotá: Fondo Editorial Cooperativo.

SCHWARTZ, Stuart (1988). *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade Colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras.

SEI. (2004). *Empreendimentos solidários na Região Metropolitana de Salvador e no Litoral Norte da Bahia*. Salvador: SEI, n. 69.

SENAES/MTE (2007) “Termo de Referência dos Centros de Formação em Economia Solidária” e “Por uma Política Pública Nacional de Formação em Economia Solidária”. Disponíveis em www.fbes.org.br.

_____ (2006). Atlas da Economia Solidária no Brasil. Brasília: MTE, SENAES.

SEM, A. (1999). *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, A., ESTRÊLA, L., FERREIRA, I. e COSTA, I. (1993). *APAEB: uma história de fibra, luta e subsistência*. Valente: APEB.

SILVA, Jaqueline A.; MOURA, Maria das G. (2006). *Manual de Metodologia Científica*. Salvador, Editora P& A.

SILVA, Maria da Conceição. B. C. (1998). *O Montepio dos Artistas: Elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: Fundação Cultural, EGBA.

SINGER, Paul (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

_____ (2002b). A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org) *Produzir para Viver*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SINGER, P. & MACHADO, J. (2000). *Economia Socialista*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

SINGER, P. & SOUZA, A. R. de. (2000). *A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.

SINGER, Paul (1999). Cooperativismo e Sindicatos no Brasil. In: CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). *Sindicalismo e Economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*. São Paulo: CUT.

_____ (1998). *Uma Utopia Militante: repensando o socialismo*. Petrópolis, RJ: vozes.

_____. (1996). Economia Solidária e Desemprego. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 de jul. Editoria de Opinião. Seção Tendências e Debates, p. 1-3.

_____ (1974). Elementos para uma teoria do emprego aplicável a países não desenvolvidos. CEBRAP, caderno n. 18.

SIQUEIRA, C. A. (coord.) (1999). *Geração de emprego e renda no Brasil: experiências de sucesso*. Rio de Janeiro: DP&A.

SOUZA, Paulo Rento C. (1980). *A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas*. Tese (Doutorado em Economia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____ (1980). *Emprego, Salários e Pobreza*. São Paulo: Hucitec; Campinas: Fundação de Desenvolvimento da Unicamp.

SOUZA, André R. de (2006) Igreja, política e economia solidária: dilemas entre a caridade, a autogestão e a teocracia. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo, USP.

STROHALM. (2002). *Onde está o dinheiro?* Porto Alegre: Dacasa Editora.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). (2004). *Empreendimentos solidários na Região Metropolitana de Salvador e no Litoral Norte da Bahia*. Salvador: SEI.

TAUILE, J. R. (2001). *Do Socialismo de Mercado à Economia Solidária*. In: Seminário Internacional Teorias do Desenvolvimento no Novo Século. s/l, Jul.

TAVARES, J. C.; AUED, I. M. (s/d). Os Elementos da Construção do Espaço Transitório na Coopava. *REVISTA DISCENTE ELETRÔNICA DA GEOGRAFIA*. UFSC, Florianópolis.

TAVARES, M. A. (2004) *Os fios (In)Visíveis da Produção Capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez.

TAVARES, Maria da Conceição (1977). *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. 6 ed. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores.

TEIXEIRA, Francisco J. S. (2004). *Trabalho e Valor: contribuição para a crítica da razão econômica*. São Paulo: Cortês.

_____ (2000). O capital e suas formas de produção de mercadorias: rumo ao fim da economia política. In: BOITO JR, A. et al (org). *A Obra Teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. São Paulo: Xamã.

_____ (1996). Notas para uma crítica do fim da sociedade do trabalho. In: DIAS, Edmundo e outros. *A ofensiva Liberal: reestruturação produtiva e luta de classes*. Brasília: Sindicato dos Eletricitários de Brasília.

TEODORO, M. (2002). O Estado e os diferentes enfoques sobre o informal. Brasília: IPEA, Textos para discussão nº 19.

TIRIBA, Lia (2001). *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada*. Injuí: Ed. UNIJUI.

THOMPSON, E. P. (1998). *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (1987). *A formação da classe operária inglesa*. Tradução Renato Busatto Neto, Claudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

THORNTON, J. (2004). *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Tradução de Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus Editora.

TOURAINÉ, Alain (1994). *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes.

XAVIER, Jurandir A. (1983). *A função Ausente da Agricultura no Desenvolvimento Econômico*. Campina Grande, mimeo.

_____ (1995). *A Industrialização Subdesenvolvida - Capital, classe & estado na Industrialização Brasileira*. João Pessoa: UFPB/EDITORA UNIVERSITÁRIA.

_____ (1995b) *O Ideário Industrial Desenvolvimentista no Brasil*. João Pessoa: UFPB/EDITORA UNIVERSITÁRIA.

VERONESE, Marília V. (2004). *A Psicologia na transição paradigmática: um estudo sobre o trabalho na economia solidária*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Porto Alegre, PUC/RS.

VIEITEZ, C. G. e DAL RI, N. M. (orgs) (2000). *Organizações e Democracia*. Marília: Unesp.

VIEITEZ, C. G. (org) (1997). *A Empresa sem patrão*. Marília, Unesp.

WILLIAMSON CASTRO, G. (1994). *El Movimiento Cooperativista Campesino Chileno*. Temuco: Ediciones Universidad de la Frontera.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)